UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NÁGILA MAIA DE MORAIS GALVÃO

ENTRE O MUTUALISMO E O SINDICALISMO: A RESISTÊNCIA SOLIDÁRIA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DE FORTALEZA (1912-1933)

Recife
2017

NÁGILA MAIA DE MORAIS GALVÃO

ENTRE O MUTUALISMO E O SINDICALISMO: A RESISTÊNCIA SOLIDÁRIA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DE FORTALEZA (1912-1933)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.

Recife

2017

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

G182e Galvão, Nágila Maia de Morais.
Entre o mutualismo e o sindicalismo : a resistência solidária dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933) / Nágila Maia de Morais Galvão. – 2017.
289 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2017.
Inclui referências.

1. História. 2. Portuários – Fortaleza (CE) – 1912-1933. 3. Sindicalismo. 4. Mutualismo. 5. Consciência de classe. I. Dabat, Christine Paulette Yves Rufino (Orientadora). II. Título.

981.31 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2018-068)

Nágila Maia de Morais Galvão

ENTRE O MUTUALISMO E O SINDICALISMO: A RESISTÊNCIA SOLIDÁRIA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DE FORTALEZA (1912-1933)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em: 20 / 11 / 2017

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Profa. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Profa. Dra. Juliana Alves de Andrade
Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Membro Titular Externo (Universidade Federal da Paraíba)

Prof. Dr. William J. Mello
Membro Titular Externo (Universidade de Indiana - EUA)

À minha Família.

Em especial, ao Manoel, filho esperado.

Ao Gleidson, esposo amado.

AGRADECIMENTOS

Esse momento é de uma satisfação imensa, por poder agradecer a todos e a todas que contribuíram, de maneira direta ou indireta, para a construção deste trabalho; ponto fundamental, não somente na minha vida acadêmica, mas na minha vida como um todo. Amadureci junto ao desenrolar da pesquisa, e escrevo essas linhas, com a certeza de o quanto aprendi durante esses pouco mais de quatro anos, e o quanto ainda tenho para aprender.

Gratidão a meus amigos, Lia Moita, Rodrigo Cavalcante, e Carla Silvino, por terem vibrado comigo, que me ajudaram a ter fôlego diante das dificuldades da escrita e da pesquisa; pelas leituras e sugestões sobre os meus textos. E tantos outros amigos (Ramon, Isabel, Priscila, Edinielson, Marcinha - parceira de apartamento) por suas vibrações positivas, para que eu conseguisse pôr um ponto final na tese, e, mais do que isso, finalizar um ciclo da minha vida, e iniciar um novo.

O agradecimento enriquece minha alma, e esse sentimento que caminha lado a lado com o amor, esse mesmo amor que recebo da minha família: sobrinhos (Nanda, Pedro, Daniel, Ruan, Nadine, Isis, e Maria Teresa), dos meus irmãos Nara, Nádia e Fernando, da minha tia-amiga-mãe Marileide, dos meus avós Manoel e Dondon, tias e tios, de modo especial a tia Helena, minha sogra Ivone, meu sogro Gilberto, meus cunhados e cunhada, primos e primas, principalmente a Lynda, e do meu pai querido Francisco José.

Ao meu esposo, Gleidson, agradeço de coração pelas contribuições, pela admiração e o amor que me tem dedicado; por ser uma pessoa fundamental na minha jornada, tanto que a história da escrita dessa Tese se confunde com a nossa história. No decorrer desse tempo, muitas coisas mudaram para melhor, e acabaram por culminar em duas grandes vitórias: o título de Doutora em História, e o título de Mãe, com a chegada do meu amado Manoel.

Também sou grata ao Prof. Dr. William Mello, que contribuiu para essa pesquisa desde a elaboração do projeto, e esteve à disposição para conversar, acrescentar e amadurecer o objeto de pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Christine Dabat, que acreditou no meu projeto, foi solícita, exigente, compreensiva, e humana, contribuindo fundamentalmente para a realização deste trabalho.

Aos professores Tiago Bernardon e Socorro Abreu, pelas contribuições e indicações feitas na Qualificação, fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa; agradeço à Capes pelo apoio e incentivo recebido.

Gratulo aos professores e colegas da disciplina que cursei na UFCE, e aos companheiros de turma da Pós-Graduação em História da UFPE, como também aos Membros da Banca Examinadora, pelas contribuições feitas a minha vida acadêmica.

RESUMO

A presente pesquisa analisa as ações de *resistência solidária* dos trabalhadores do Porto de Fortaleza, entre 1912 e 1933, a partir da compreensão de que os trabalhadores do porto de Fortaleza que se associaram à Associação mutual *Deus e Mar, Deus e União*, e ao STPC, e que se fortaleceram enquanto coletividade, por meio do autoconhecer-se, e de identificação das necessidades e lutas comuns no processo de fazer-se enquanto classe social. Para tanto, utilizaram as práticas mutuais (assistência médica, pecúlio, auxilio funeral etc.), de resistência (greves, manifestações, paralisações) e negociações (às vezes com figuras políticas, outras vezes políticas e religiosas, e também com os contratadores e as empresas de Navegação), as quais objetivavam melhorar as condições de vida e de trabalho dos portuários. Problematiza-se a dinâmica de funcionamento, sistema de contratação dos serviços do Porto, valores de pagamentos, jornadas de trabalho, as condições materiais de vida desses trabalhadores, de modo a entender as relações estabelecidas entre os portuários, e destes com os socialistas, anarquistas, a política sindical e as leis implementadas pelo governo de Getúlio Vargas, com a Ação da Igreja Católica e a Legião Cearense do Trabalho (LCT). Em meio a essas ideias, questiona-se como os trabalhadores se organizaram na condição de coletividade, no processo de autoconhecer, e identificação entre "nós" e "eles", que os auxiliaram nas lutas de resistências e negociações com os patrões (contratadores), no *fazer-se* cotidiano e no processo de construção da consciência de classe. Para a elaboração e amadurecimento da problemática, foram utilizados como referenciais teóricos: E. P. Thompson; Richard Horgart; James Scott; e William Mello. A pesquisa foi realizada com base nos jornais à época: *Correio do Ceará, A Tribuna, O Nordeste, Diário do Ceará, Trabalhador Graphico e O Combate.* Também foram analisadas as Atas das Assembleias do STPC e as obras literárias: *A Normalista, A Afilhada* e *O Mississipi*, as quais descrevem a cidade de Fortaleza e a região portuária nos primeiros anos do século XX; e, ao serem cruzadas com as informações das plantas da cidade, torna mais compreensível o cenário ao qual essa análise se dedica.

Palavras-chaves: Portuários. Sindicalismo. Mutualismo. Resistência.

ABSTRACT

This thesis analyzes dockworker solidarity on the port of Fortaleza between 1912 and 1933. Specifically, this study examines the collective action of longshoremen through the actions of the mutual Associations, Deus e Mar, Deus e União and the trade union STPC. Collective action on the port was driven through a combination of self-knowledge and identification of common good and class conflict. This process was underscored by a combination of practices of mutual assistance (medical assistance, pecuniary assistance, funeral assistance, etc.), and actions of resistance (strikes, demonstrations, stoppages) and negotiations. The conflict between dockworkers drew into the fray political and religious figures, as well as private contractors and shipping companies; and was aimed at providing better living and working conditions for port workers. In large part conflict on the port merges the dynamics of port operations, the security problems, contracting port services, wages, working hours, and material conditions of dockworkers. In order to understand the actions of dock workers and their multiple forms of representation it is important to understand the influence of socialists, anarchists, the Catholic Church and the Legion of Workers of Ceará (LCT) as well as trade union policies and newly implemented labor legislation by Getúlio Vargas government. In this sense how did workers organize for collective action and expand their self-knowledge and identification; a concept of "us" and "them" underscoring a daily process of resistance and negotiations with shipping employers as a means of building class consciousness. I draw on the theoretical references E. P. Thompson, Richard Horgart, James Scott and William Mello. The research utilizes newspapers of the period, such as, Correio do Ceará, A Tribuna, O Noreste, Diário do Ceará, Trabalhador Graphico and O Combate. Also analyzed were the minutes of the Assemblies of the STPC and the literary works: A Normalista, A Afilhada and O Mississipi, in order to better understand the city of Fortaleza and the port region during the early years of the twentieth century. This information was crossed with the information provided in the city development plans.

Keywords: Port Workers. Syndicalism. Mutualism. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Trecho da antiga Praia Formosa onde hoje situa-se o Marina Park.... 13

Figura 2 - A construção da ponte teve início em 18 de dezembro de 1902, sendo inaugurada a 26 de maio de 1906..... 43

Figura 3 - Porto de Fortaleza, *anos 1940*, mais conhecido como Ponte Metálica..... 49

Figura 4 - Uma outra imagem de caminhadas na Praia do Peixe na década de 1920. Ao fundo nota-se o movimento portuário..... 54

Figura 5 - Casebres na região da Praia do Peixe, próximos do Porto de Fortaleza 1908 (Primeira República)..... 56

Figura 6 - Mapa elaborado a partir da planta de Fortaleza levantada pelo padre Manoel do Rego em 1856 e informações do Jornal *O Cearense*, dos Relatórios dos Presidentes de Província e da documentação expedida pelas autoridades médicas para o Presidente da Província 58

Figura 7 - Antigo Trapiche Ellery..... 65

Figura 8 - Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios..... 67

Figura 9 - Imagem da localização do novo porto de Fortaleza, 1908. Fonte: Arquivo Nirez..... 69

Figura 10 - Figura 10 - Estrada de Ferro Fortaleza-Mucuripe, Pedreira de Munguba..... 74

Figura 11 - Avenida Beira-Mar (foto dos anos 1930 com vista a partir do Meireles)..... 77

Figura 12 - Mapa com as coordenadas de localização do Porto do Mucuripe..... 78

Figura 13 - Final dos anos 20/início dos anos 30. Álbum de família. Iracema e Ponte dos Ingleses..... 84

Figura 14 - Mapa da cidade de Fortaleza com a localização das Associações Beneficentes (início do séc. XX)..... 90

Figura 15 - Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 15 set. 1928, n. 4041, p. 1..... 107

Figura 16 - Jornal *O Legionário*. O Contrato Coletivo. 28/10/1933, n. 35, p. 4.... 134

Figura 17 - Vista do Porto de Fortaleza a partir da Ponte metálica - 1933..... 138

Figura 18 - Jornal O Combate. 12/06/1921, n. 1 (Ed. Fac-Similar)..... 169

Figura 19 - Jornal Voz do Graphico. 06/03/1921, n. 6, p. 1 (Ed. Fac-similar)..... 175

Figura 20 - Jornal O Legionário. 11/03/1933, n. 2, p. 1..... 193

Figura 21 - Jornal O Legionário. 11/03/1933, n. 2, p. 1..... 195
Figura 22 - Jornal O Legionário. 11/03/1933, n. 2, p. 1..... 195
Figura 23 - Jornal Correio do Ceará. 15/09/1928, n. 4041, p. 1..... 204
Figura 24 - Jornal O Legionário. 27/03/1933, n. 3, p. 1..... 247
Figura 25 - Jornal O Legionário. 02/09/1933, n. 27, p. 1..... 251

QUADROS

Quadro 1 - Associações da cidade de Fortaleza..... 88
Quadro 2 - Organograma do serviço de carga e descarga dos navios..... 116

LISTA DE SIGLAS

AIB - Ação Integralista Brasileira

AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores

ANL - Aliança Nacional Libertadora

BOC - Bloco Operário Camponês

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

COB - Congresso Operário Brasileiro

COC - Círculo Operário Católico

DNT - Departamento Nacional do Trabalho

DTM - Delegacia do Trabalho Marítimo

FTC - Federação dos Trabalhadores do Ceará

JOC - Juventude Operária Católica

LCT - Legião Cearense do Trabalho

LEC - Liga Eleitoral Católica

MTIC - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

PC - Partido Comunista

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PSC - Partido Socialista Cearense

STPC - Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará

UGT - União Geral dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO PARA NARRAR A TRAJETÓRIA DE SOLIDARIEDADE E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES DO PORTO DE FORTALEZA..... 13

2 O RITMO DO MAR QUE SE CONFUNDE COM O MOVIMENTO DO PORTO E O VAI E VEM DOS TRABALHADORES..... 42

2.1 Introdução..... 42

2.2 Aspectos dos trabalhadores e as ações do cotidiano de trabalho..... 47

2.2.1 O povo das Areias: uma outra cidade..... 50

2.3 A importância do Porto: os grupos políticos locais e os portuários..... 62

2.4 Ensaios sobre o Porto de Fortaleza: o Trapiche Ellery e a Ponte Metálica, chegando ao Mucuripe..... 65

2.4.1 Os ventos e as marés empurraram o Porto para o Mucuripe..... 76

3 O MUTUALISMO E AS LUTAS DOS PORTUÁRIOS POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO..... 83

3.1 Introdução..... 83

3.2 Sociedades de auxílio mútuo: da Sociedade Deus e Mar a Deus e União 92

3.2.1 As tensões no pleito da Deus e Mar em 1928..... 104

3.3 Conflito e cooperação: as relações e as condições de trabalho no Porto de Fortaleza..... 111

3.4 O dia justo de trabalho por um pagamento justo: a conquista do trabalho avulso e o sistema de *Closed Shop*..... 121

3.4.1 As mudanças no sistema de contratação no Porto de Fortaleza..... 132

4 VENTOS DE LUTAS: AS IDEIAS POLÍTICAS E SOCIAIS QUE INFLUENCIARAM AS AÇÕES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DE FORTALEZA..... 137

4.1 Introdução..... 137

4.2 O sindicalismo reformista e as ideias anarquistas no Brasil..... 142

4.2.1 *A crise do Anarquismo e a fundação do Partido Comunista Brasileiro-PCB*... 153

4.3 O Socialismo e o Anarquismo no Ceará..... 158

4.3.1 A "Imprensa Libertária" como meio eficaz para orientar as lutas dos trabalhadores cearenses..... 171

4.4 O Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Fortaleza e a Resistência Solidária..... 177

4.4.1 O STPC na luta contra o uso do álcool..... 186

4.4.2 Passividade e/ou combate: as lutas e resistência dos trabalhadores portuários..... 190

5 NÓS E OS OUTROS: AS AÇÕES DO GOVERNO, DA IGREJA CATÓLICA E DA LCT ENTRE OS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DE FORTALEZA E O PROCESSO DE AUTOCONHECER..... 203

5.1 Introdução..... 203

5.2 As mudanças promovidas pelo Governo Vargas em relação à organização dos trabalhadores (1930-1933)..... 206

5.2.1 O Estado autoritário e a influência do pensamento de Oliveira Vianna..... 210

5.2.2 As lutas e a conquista do Direito do Trabalho no Brasil..... 213

5.2.3 As leis varguistas e o impacto entre os trabalhadores do porto de Fortaleza... 217

5.3 A Ação Católica e a sua presença entre os trabalhadores portuários de Fortaleza..... 222

5.3.1 Os tentáculos da Igreja buscam a adesão ao Movimento dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza..... 232

5.4 A estratégia política da Legião Cearense do Trabalho..... 237

5.4.1 Os espaços de ações da LCT entre os trabalhadores portuários..... 238

5.4.2 Defesa do sindicalismo: A Deus e União, O STPC e os laços construídos com a Legião..... 246

5.4.3 A propaganda legionária contra o Comunismo..... 254

5.5 O processo de autoconhecer dos trabalhadores portuários de Fortaleza e as lutas do dia a dia..... 259

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 270

REFERÊNCIAS..... 277

1 INTRODUÇÃO PARA NARRAR A TRAJETÓRIA DE SOLIDARIEDADE E RESISTÊCIA DOS TRABALHADORES DO PORTO DE FORTALEZA

No exercício de conhecer o passado ou o que restou dele, e na busca pelos acontecimentos que se tornaram invisíveis ou opacos, por causa das ações do tempo, quando as linhas da história se tornaram quase ilegíveis, e a ação do historiador se faz presente, percebi nos pequenos vestígios, que os mais simples rastros dão folego à pesquisa histórica. Ao vasculhar o passado, em que as trajetórias individuais e ou coletivas anseiam ser apresentadas, narradas e problematizadas, na perspectiva de um tempo social, eu me envolvi na pesquisa. O objetivo consistia em conhecer, analisar e narrar a história dos trabalhadores do Porto da cidade de Fortaleza (Figura 1), associados à *Sociedade Deus e Mar, União Marítima* e do *Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará (STPC).*

Figura 1 - Trecho da antiga Praia Formosa onde hoje situa-se o Marina Park. Aqui podemos ver a linha férrea que seguia para o Porto e dividia de um lado um aglomerado de habitações precárias e, de outro, a zona urbana da cidade.

Fonte: Disponível em: <http://fortalezaantiga.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 set. 2017.

Meu interesse pelos trabalhadores do Porto de Fortaleza ocorreu durante a Graduação, quando comecei a pesquisar sobre a Greve realizada pelos catraieiros entre os anos de 1903-1904 e as repercussões políticas do episódio da praia, 3 de janeiro de 1904, data em que os manifestantes, grevistas sofreram a repressão da força policial, chegando a óbito alguns trabalhadores; outros foram feridas e mutilados.

Pesquisar sobre essa greve fez-me perceber a relevância política, econômica e social dos trabalhadores portuários para o funcionamento da cidade, tornando pertinente o aprofundamento sobre as relações de trabalho e de vida desses homens, e como eles agiram para conseguir melhorar suas condições de vida. Então, pude ver a relevância do ano de 1912, tendo em vista, a deposição de Antonio Pinto e Nogueira Accyoli pelas forças da oligarquia dissidente. Esta oligarquia buscou o apoio dos trabalhadores, inclusive dos portuários, desde o episódio da praia em 1904,[1] e, deste modo, ao longo dos anos, foram estreitando os laços, a ponto de chegar a 1912 apoiando os dissidentes e fundando a *Sociedade Beneficente Deus e Mar*. Tais fatos marcam o início da presente pesquisa.

Durante as três primeiras décadas do século XX, os portuários foram atuantes nos movimentos dos trabalhadores do Brasil e de Fortaleza; construíram espaços de lutas que transitavam entre as ações do sindicalismo reformista, do mutualismo e do sindicalismo de resistência, que culminaram com a assinatura do contrato coletivo em 1933, que promoveu a restruturação do processo de contratação da mão de obra no Porto, e a implementação do sistema de *Closed Shop*, que demarca o fim do período pesquisado.

Assinale-se que fui movida pela necessidade de trazer à tona a história desses homens, que muito contribuíram para a história da cidade de Fortaleza, e tentar auxiliar na compreensão dos "Mundos do Trabalho" no Porto, que não recebeu a devida importância no decorrer do tempo. Nesse sentido, essa tese foi sendo construída, voltada para os portuários e suas ações dentro do serviço de carga e descarga dos navios e as relações de trabalhadores; assim percebi os "relampejos" dessas ações para além de suas fronteiras. Com base em Antoine Prost, penso que:

> A história, efetivamente, não precede das partes até o todo: ela não se constrói pela reunião dos elementos, chamados fatos, a serem explicados em uma fase subsequente, a exemplo do pedreiro que constrói um muro de tijolos; tampouco, ela articula explicações à semelhança das pérolas enfiadas em um

[1] MORAIS, Nágila Maia de. **Todo cais é uma saudade de pedra**: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História e Culturas-MAHIS, Universidade Estadual do Ceará, 2009.

> colar. Os fatos e as explicações nunca são dados ao historiador, isolados, separados, como se tratasse de átomos.[2]

Discorro sobre essa história a partir da junção e problematização de várias partes, vários fatos e acontecimentos, utilizando a cronologia como suporte para organizar em uma sequência mais inteligível a compreensão do leitor, para chegar ao objeto principal, os portuários e suas *Ações de Resistência Solidária,* que somaram o auxílio mútuo às ações de resistência e combates diretos com os contratadores, para conquistar melhores condições de trabalho e de vida, também articulando alianças como figuras de destaque na política local, com a LCT e a Igreja.

Analisei as ações dos trabalhadores do Porto da cidade de Fortaleza entre os anos de 1912-1933, a partir da análise da *Associação Deus e Mar*[3] e do *Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará*[4] (STPC), buscando compreender como esses trabalhadores transitaram e ou dialogaram com as ideias mutualistas, anarquistas, legionárias (Legião Cearense do Trabalho-LCT), católicas e varguista (governo), em prol de melhores condições de vida e de trabalho, no processo de fazer-se enquanto classe operária,[5] a partir de suas ações cotidianas.

Durante a primeira e a segunda década do século XX, os trabalhadores do Porto, associados a *Beneficente Deus e Mar* e ao sindicato, se envolveram nas disputas e debates por melhores condições de vida e de trabalho, buscaram conquistar o controle do processo de contratação da mão de obra. Como consequência das ações de resistência, e o diálogo com a LCT e a Igreja, conseguiram negociar um Contrato Coletivo em 1933.

Para melhor compreender as ações dos portuários, fez-se necessário traçar os aspectos do cenário em que a pesquisa se passa, ou seja, o Porto, inserindo de pronto os principais personagens dessa história, trabalhadores do porto, para, em seguida, analisar os três principais momentos do processo de *autoconhecer-se* e *fazer*-se, pautado na *Resistência Solidária*:

---

[2] PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

[3] Associação Deus e Mar: Associação dos Trabalhadores do Mar, fundada em 1912, de caráter mutualista e beneficente. No ano de 1928, a sociedade passou por uma crise durante o processo de escolha da nova Diretoria, vindo a ser fundada pelos dissidentes a Sociedade *União Marítima Beneficente*. Em 1931, ocorreu a junção da *Deus e Mar* e *União Marítima Beneficente*, influenciadas pelos ideais da Legião Cearense do Trabalho, surgindo a *Sociedade Marítima Deus e União*.

[4] No dia 22 de abril de 1921, foi fundado o *Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará* (STPC), na cidade de Fortaleza, com sede na Rua Rufino de Alencar, S/N.

[5] THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A força dos trabalhadores. Tradução de Denise Botmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. v. III.

mutualismo[6], sindicalismo[7] e o sindicalismo controlado pela LCT, Igreja e Estado.[8] Estes devem ser compreendidos não dentro de uma lógica evolucionista, mas como tendo sido marcados por mecanismos e estratégias distintas de luta desses trabalhadores em defesa de seus interesses, que muitas vezes foram colocadas em prática de maneira concomitante e não separados em momentos distintos.

Pesquisar o período entre 1912-1933 é de grande relevância, pois considero serem fundamentais para entender as lutas dos trabalhadores do Porto de Fortaleza. Porém, nesse ínterim não pôde ser pesquisado de maneira isolada, tendo em vista que entendo a história enquanto processo; assim, devo analisar as ações dos trabalhadores e como essas estão relacionadas e fazem parte de um contexto histórico de luta. Desta forma, o *fazer-se* está diretamente relacionado ao processo de *autoconhecer*, identificar-se como coletividade, com características e necessidades comuns no processo de construção da consciência de classe.[9]

Os primeiros anos da República no Brasil foram marcados por intensas movimentações dos trabalhadores, com a fundação de associações, sociedades beneficentes e sindicatos, que se tornaram importantes no processo de luta em prol de seus direitos.

Um dos caminhos seguidos pelos portuários foi através da participação nas sociedades de socorros mútuos, as quais tinham como característica proporcionar sociabilidade entre os trabalhadores, garantir a seguridade física deles e de seus familiares, possuindo, como princípios básicos, a solidariedade, o companheirismo e a fraternidade, além das negociações entre os sócios e a garantia de que suas necessidades materiais mais imediatas seriam atendidas,[10] seja por motivos de doença, seja por morte do associado.

A *Sociedade Deus e Mar* nasceu, primeiramente, a partir das necessidades materiais, mas esse fator não explica, por si só, essa problemática, sendo necessário analisar as vivências desses trabalhadores e suas experiências cotidianas para compreender as forças que os moveram para a organização e manutenção de uma Sociedade Mutualista.[11]

---

[6] Com o mutualismo, os trabalhadores buscavam atender aos interesses imediatos, como remédios, médico, auxílio funerário, etc. Conf. FORTES, Alexandre. Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL**, v. 6, n.10/11, 1999.

[7] A fundação do Sindicato representou a mudança de comportamento dos trabalhadores, os quais já não desejavam apenas suprir carências materiais, mas lutar por mudanças nas condições sociais a partir do embate direto.

[8] O Estado e a Igreja Católica buscaram controlar as ações dos trabalhadores, combatendo a influência das ideias defendidas pelos anarcossindicalistas.

[9] THOMPSON, op. cit., 1987, 9.

[10] BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Culturas de classe**. I BATALHA, Claudio H. M.; II SILVA, Fernando Teixeira da. III FORTES, Alexandre (Org.). Campinas: Unicamp, 2004. p. 158.

[11] LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Unitrabalho; UFPE, 2001. p. 96.

Tânia de Luca afirma que as associações mutuais possuíam o cunho previdenciário, e tinham grande preocupação com a saúde dos associados. Destarte, essas associações devem ser vistas como uma forma de resistência dos operários; no entanto, uma resistência que não entrou no embate direto contra os patrões ou contra as relações de exploração do trabalho, mas sim como ferramenta de luta contra a miséria vigente.[12]

A *Sociedade Deus e Mar* possibilitou, como estratégia de luta, manter os trabalhadores em uma relação de proximidade com os patrões e políticos, tendo em vista melhor negociação de pequenos benefícios e favores imediatos. Já para os patrões e os políticos, a inserção na Associação era uma maneira de amenizar as insatisfações mais emergenciais dos trabalhadores e moldá-los para evitar condutas de desordens que fugissem do controle e da ordem vigente estabelecida.

Apesar de não ter tido grande destaque no cenário político estadual, o *Partido Socialista Cearense* colaborou para o processo de organização do movimento dos trabalhadores e deixou heranças no que tange a ação estratégica dos portuários, destacando a construção do diálogo com os patrões (negociações), a importância dos partidos políticos, e a luta por melhorias sociais, sem a necessidade de mudanças na organização social.

Ao analisar as ideias e práticas da *Deus e Mar*, percebo a aproximação com valores pregados pelos reformistas, que em alguns aspectos se assemelhavam ao projeto social proposto pela Igreja Católica, que se pautava na atividade de auxílio e socorro mútuo aos trabalhadores associados. Contudo, a mutual também manteve o contato com as associações de caráter combativo, como a *Federação dos Trabalhadores do Ceará*, fundada em 1921, que tinha por base o ideal de unir a força dos trabalhadores das várias sociedades e associações para lutar contra os inimigos comuns, o Capitalismo e os patrões,[13] como no artigo do *Trabalhador Graphico*, que trata sobre a fundação e a importância dessa federação para o movimento dos trabalhadores.[14]

Apesar de ter se aproximado da Federação dos Trabalhadores, a *Deus e Mar* manteve suas práticas de luta atreladas às necessidades materiais dos trabalhadores por meio do auxílio mútuo, não adotando o caráter de resistência e atritos diretos com os patrões. Essa fuga da combatividade começou a ser esclarecida quando encontrei registros que tratam sobre a

[12] LUCA, Tânia Regina de. **O sonho do futuro assegurado:** o Mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.
[13] GONÇALVES, Adelaide. SILVA, Jorge e. (Org.). **Voz do Graphico** - A imprensa libertária no Ceará. São Paulo: Imaginário, 2000.
[14] VOZ DO GRAPHICO. **Federação dos trabalhadores do Ceará - sua fundação**. n. 4, 5 fev.1921.

presença de políticos na Beneficente, sendo esse fator alvo de intensas críticas e denúncias feitas pelos anarquistas.[15]

As ações dos trabalhadores portuários foram analisadas com base nas pesquisas realizadas nos jornais que circulavam durante o período pesquisado. Em meio aos seus dezenove anos de funcionamento, a *Associação Deus e Mar* passou pelas mãos de várias diretorias que enfrentaram embates políticos internos da categoria, e disputas políticas externas, como grupos partidários, anarquistas, socialistas, Igreja Católica e LCT.

Durante o processo de escolha da nova Diretoria, em julho de 1928, duas chapas foram formadas para o pleito dos cargos, culminando com a divisão interna entre os associados, e tendo como consequência a fundação da *União Marítima Beneficente*, pelos dissidentes em 10 de setembro de 1928, que contou com o apoio do *Círculo Operário Católico São José*, controlado pela Igreja.[16] que criticou a postura dos membros da nova Diretoria, acusando-os de fazer da associação um "feudo político", denunciando o controle de um mesmo grupo sobre a *Deus e Mar*.

Após sua fragmentação e o consequente enfraquecimento do movimento dos trabalhadores portuários, eles tiveram que enfrentar a forte interferência da *Legião Cearense do Trabalho*, fundada em 1931, que realizou a fusão entre a *Deus e Mar* e a *União Marítima Beneficente*, fundando a *Sociedade Marítima Deus e União*, a qual seguia as diretrizes da Ação Social Católica.[17] Assim, devem ser ressaltadas as relações de força estabelecidas entre os próprios trabalhadores, com os patrões, a Igreja e a LCT nas disputas cotidianas, tanto nos limites do porto como para além dele. Em meio às dificuldades, os portuários buscaram melhorar suas condições de vida, tanto através do trabalho quanto por meio da união entre os associados, além de estarem imbuídos pelo sentimento de fé ligado aos princípios do Catolicismo.

Traçando um paralelo entre as características da *Deus e Mar* e o STPC, percebo as mudanças das estratégias de luta dos trabalhadores, que se foram desvencilhando do caráter da ação exclusiva mutualista, na busca por melhores condições materiais, não somente através do trabalho, como chamando a atenção para a importância dos estudos e o conhecimento das letras, atreladas às questões concernentes às problemáticas do trabalho e de sua exploração.

---

[15] VOZ DO GRAPHICO. **Por que e para que surgimos**. n. 1, 25 dez. 1920.
[16] DIÁRIO DO CEARÁ. **União Marítima Beneficente**. [n.?], 10 set. 1928, p. 1.
[17] CORDEIRO, Raimundo; BARROSO Jr. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

Nessa perspectiva, foram criados, em setembro de 1923, o jornal intitulado *A Voz do Porto*[18] e a Escola operária sediada na Rua Rufino de Alencar,[19] que objetivavam desenvolver nos trabalhadores "a noção segura de seus direitos e deveres, quer sociais, quer políticos para elle não se deixar levar por aquelles que procuram desvalorizar a boa e sã orientação que a classe em geral deve ter".[20]

Por sua vez, o Jornal *Voz do Graphico* dedicou muitas de suas páginas para criticar a apatia dos trabalhadores cearenses e exaltar a importância de sua união e da luta a partir dos sindicatos de resistência.[21] As ideias, anarquista e socialista, ganharam muitos adeptos entre diversas categorias de trabalhadores. No caso de Fortaleza, notadamente, os gráficos se enfileiraram nessa luta e articularam o apoio de outras categorias de trabalhadores, dentre elas, os portuários da *Deus e Mar* e do STPC.

Os anarquistas passaram a defender que as associações de cunho meramente beneficente e de auxílio mútuo deveriam dar lugar aos Sindicatos de resistência, através dos quais os trabalhadores deveriam lutar para mudar de maneira efetiva suas condições de vida. Questionei-me sobre até que ponto as estratégias de atuação do Sindicato dos Trabalhadores Portuários tiveram a influência anarquista, que defendia o sindicato de resistência (Sindicalismo Revolucionário[22]) e até que ponto mesclaram aspectos do mutualismo com o do sindicalismo.

A argumentação dos anarquistas para defender o sindicato de resistência foi constante nos artigos publicados no Jornal *Voz do Graphico*, nos quais os associados das beneficentes e mutuais e do *Círculo Operário Católico* são chamados de carneiros rebanhados pela Igreja Católica. "Eis aqui uma pergunta que, dirigida a qualquer operário carneiro, crapuloso, rábula, servil, subserviente, falso, hipócrita ou inconsciente...".[23] O Jornal *O Combate* seguiu essa mesma linha de defesa do sindicalismo de resistência como o caminho necessário para a emancipação dos trabalhadores do domínio capitalista.[24]

Dentro desse processo de sensibilização social, foi elaborado o discurso em que o sindicato de resistência era a principal arma de atuação do movimento operários. Nesse sentido, utilizo o conceito de discurso a partir de Pierre Bourdieu, que compreende a construção do texto inserido em um contexto social e de disputas de interesses, ou seja, há o peso de

---

[18] **O NORDESTE**. 28 set. 1923, [n.?] (rasurado), p. 2.
[19] AZEVEDO, op. cit., 2001, p. 100.
[20] O NORDESTE. **Coluna Operária**. 1 out. 1923, [n.?], p. (rasurado).
[21] Cf. SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Raízes**, vol. 21, n.1, jan./jun. 2002.
[22] SAMIS, Alexandre. **Sindicalismo e anarquismo no Brasil**. p. 36-37. Disponível em: <ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.
[23] VOZ DO GRAPHICO. **Qual deveria ser o pedido de festa do operariado?** n. 6, 25 dez. 1921.
[24] GONZALVES, op. cit., 2000, p. 58.

intencionalidades durante a sua elaboração. O texto é um campo de poder, e foi nesse sentido que os editores dos "jornais libertários" utilizaram seus escritos para convencer os trabalhadores sobre a necessidade de se envolver nas lutas pela construção de uma vida melhor.[25]

Os anos que se seguiram à Revolução de 1930 foram marcados por ações repressivas ao Movimento Sindical, sendo elaborada a Lei de Sindicalização em 1931, a qual estabelecia a unidade sindical e dava ao sindicato um caráter consultivo mediante o Poder Público. O governo intencionava tornar as associações operárias órgãos consultivos e de colaboração do poder estatal, mas logo sofreu a reação do Movimento Operário e dos empresários.[26]

O corporativismo estatal, e sua efetivação através da Lei Sindical, sinalizava para a tentativa de controle do operariado. Muitas categorias profissionais buscaram sindicalizar-se com o objetivo de obter vínculos para a participação política e para a negociação.[27] Com o decreto de 1931, as relações políticas do operariado com o Estado foram redefinidas, tendo em vista que, apesar de ser facultativa, a sindicalização tornava-se obrigatória, pois só poderia desfrutar dos benefícios da legislação social aqueles que fossem sindicalizados.[28]

> Foi durante a administração de Salgado Filho, que foram promulgadas quase todas as leis que passaram a regular as relações de trabalho no Brasil, quer em termos das condições de trabalho (horário, férias, trabalho feminino e de menores), quer em termos das compensações sócias devidas àqueles que participavam da produção (extensão dos benefícios de aposentadorias e pensões), quer em termos dos mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho (Comissões e Juntas de Conciliação, Convenções Coletivas de Trabalho).[29]

Na administração de Joaquim Pedro Salgado Filho, no Ministério do Trabalho foram realizadas importantes mudanças na organização das Leis que regiam o trabalho no Brasil, que tinham cunho social, e criou as Comissões e Juntas de Conciliação, Convenções Coletivas de Trabalho, que possuíam o papel de articular o diálogo e elaboração de acordos entre os patrões e os empregados, objetivando "ajustar os interesses em confronto, fazendo-os participar da dinâmica o ministério".[30]

Desta feita, as ações e o espaço dos trabalhadores foram delimitados de acordo com os interesses do Governo, tendo que se adaptar ou buscar espaços alternativos para lutar pela causa

---

[25] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
[26] GOMES. Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
[27] Ibid., p. 163.
[28] Id. ibid.
[29] Ibid., p. 164.
[30] GOMES, Â., op. cit., 2005, p. 164.

operária. Nesse sentido, analisei as atitudes dos trabalhadores portuários em meio ao Estado Varguista (1930-1933), quando foi assinado o *Contrato Coletivo*, entre os portuários e as empresas de Navegação que operavam no porto de Fortaleza.

De modo a compreender os aspectos históricos do período pesquisado e amadurecer a problemática desta Tese, que está centrada nas ações dos portuários, lancei mão de um arcabouço teórico sobre o movimento dos trabalhadores, dentre os principais está Marília Cecília V. Cruz,[31] que deu uma importante contribuição para os estudos sobre os portos e os portuários, ao analisar a organização do Porto do Rio de Janeiro, um dos principais pontos de entrada e saída de mercadorias do Brasil, a dinâmica na organização do trabalho e dos trabalhadores, passando pelas questões sociais, econômicas e étnicas, analisando o cenário de conquista do sistema de *Closed Shop*, suas vantagens e desvantagens.

A produção de Cruz no tocante ao Porto do Rio de Janeiro foi fundamental para entender os aspectos do Porto de Fortaleza, o serviço de carga e descarga dos navios, o sistema de contratação e organização do trabalho e dos trabalhadores, traçando um paralelo e entendendo as peculiaridades dos referidos portos.

Analisar a conquista do *Contrato coletivo* configurou-se como um sistema de *Closed Shop*, implementado em Fortaleza, ocorrido no ano de 1933, durante os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas; tornando-se pertinente entender como Vargas chegou ao poder da República brasileira, suas características políticas, econômicas, e os conflitos sociais decorridos das suas ações enquanto presidente.

> Se o trabalhador é o esteio da sociedade, mas não é reconhecido como tal pelas outras "classes sociais", cumpre lutar para que esta situação se transforme. Esta luta é uma luta política, pois se traduz na conquista do status de "bom cidadão", organizado e representado politicamente, já que cumpridor dos deveres e merecedor dos direitos "das classes a que pertence".[32]

Nesse sentido, a produção de Ângela de Castro Gomes, principalmente "A Invenção do Trabalhismo", auxiliou-me não somente em relação ao período Vargas, mas ao período que o antecedeu, apresentando as lutas dos trabalhadores durante a década de 1920, os embates promovidos para a conquista de espaços pelos trabalhadores, a força do Movimento Anarquista,

---

[31] Cf. CRUZ, Maria Cecília Velascos. Solidariedade x rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. **História - Unisinos**, v. 6, n. 6, 2002. _____. **Virando o Jogo:** estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
[32] GOMES, op. cit., 2005, p. 17.

as disputas com os comunistas, chegando à invenção do trabalhismo e ao poder intervencionista de Vargas, no que tange à elaboração das leis trabalhistas.

John D. French, no livro "O ABC dos operários",[33] realiza um apanhado sobre o Movimento Sindical no Brasil desde a ascensão em 1906, até a decadência em 1933. Essas datas são importantes, tendo em vista que em 1906 ocorreu o Primeiro Congresso Operário Brasileiro que deu maior consistência a necessidade de organizar as lutas e mobilizações dos trabalhadores, que se desenvolveram no final da primeira década do período republicano no Brasil, passando pelos anos 1920 e atendo-se às organizações sindicais e analisando os sindicatos "amarelos", anarquistas, as estratégias de ação direta e também revolucionária, que entram em crise com a chegada ao poder federal. O autor faz um apanhado da atuação do Estado Varguista para desmobilizar os sindicatos, principalmente os de direcionamento comunista, através da elaboração de leis, dentre elas a de sindicalização de 1931.

> Diante dos novos desafios, o movimento operário reagiu criativamente, valendo-se das vantagens oferecidas pelas novas leis, ao mesmo tempo que lutava por contornar suas desvantagens. Para fazê-lo, tinham que renunciar ao Sindicalismo Revolucionário do passado e caminhar de um sindicalismo de minorias conscientes para outro, de maiorias potenciais.[34]

Essa análise de French tornou-se importante para a compreensão sobre as ações de Vargas, para desmobilizar o Movimento Sindical e combater os comunistas. Apesar de tratar prioritariamente sobre as movimentações ocorridas no Estado de São Paulo, sua abordagem contribui para entender o cenário em que se compuseram as lutas dos trabalhadores do Porto de Fortaleza, os quais precisaram entender e adequar-se à política varguista, para então avançar em relação à conquista de seus direitos, principalmente, negociando o *Contrato Coletivo* e a vigência do Sistema de *Closed Shop* que concedeu aos trabalhadores, diga-se *Deus e União* e STPC, maior autonomia para a organização da mão de obra no Porto.

Ao tratar sobre a construção dos direitos trabalhistas no Brasil, a obra de Magda Barros Biavaschi[35] possibilitou-me conhecer a história da constituição dos Direitos Sociais brasileiros, de modo mais detido; o Direito Material do Trabalho e das instituições aptas a concretizá-lo, fazendo um esboço sobre o cenário em que se constituíram as condições para o nascimento do

---

[33] FRENCH, John D. **O ABC dos operários:** conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: HUCITEC; Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.
[34] Ibid., p. 38.
[35] BIAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil (1930-1942)**: a construção do sujeito de Direitos trabalhistas). São Paulo: LTr: Jutra - Associação Luso Brasileira de juristas do Trabalho, 2007.

Direito do Trabalho com princípios próprios, contrapondo-se à ideia de que foi influenciada e se assemelhava à Carta de Lavoro-fascista.

Biavaschi volta-se às origens e finalidades do Direito no Brasil; ao analisar o seu estatuto jurídico, que se contrapõe, desde o nascedouro, à ideia de que resultou do encontro das vontades de "indivíduos livres", tornará as relações mais homogêneas e harmônica. Ou seja, para a autora, o cerne da questão dos direitos trabalhistas no Brasil está diretamente ligado às lutas dos trabalhadores, às mobilizações e organizações que foram construídas ao longo das duas primeiras décadas do século XX, que forçaram o governo Vargas a dar maior atenção às questões e reivindicações dos trabalhadores, dentro de uma perspectiva de estratégia política e social.

Para a autora, "o Direito, como fenômeno cultural que é, nasce nas relações que se estabelecem na sociedade a partir das lutas e reivindicações concretas, sendo esta sua fonte material. Tal como os rios que brotam das profundezas da terra, emerge das profundezas das relações sociais...".[36] Desta feita, Biavaschi trata sobre "a construção do sujeito de direitos trabalhista", no qual os trabalhadores deixam de ser passivos diante das mudanças promovidas pelo governo, no tocante à construção dos direitos trabalhistas, e retira de Getúlio o protagonismo exclusivo dessas mudanças.

A presente pesquisa desenvolve-se a partir da perspectiva da história social dos trabalhadores, através da produção inglesa, principalmente a partir de E. P. Thompson, que, através da "História vista de baixo"[37] dedicou seus estudos aos personagens que frequentemente foram ignorados pela produção historiográfica, ou mencionados somente de passagem.

> Mas a importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas proporcionar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história.[38]

A abordagem da História vista de baixo faz parte da corrente historiográfica inglesa, que tem como expoentes os historiadores como E. P. Thompson, Christopher Hill e Natalie Zemon Davis que procuram produzir conhecimento histórico a partir do ponto de vista de mulheres e homens considerados comuns, que até então não tinham espaço na escrita da história, mas foram tão sujeitos do processo histórico quanto os políticos, líderes militares e nobres que

---

[36] Ibid. p. 112.
[37] THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Unicamp, 2001.
[38] SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKER, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 59.

habitualmente protagonizam o estudo da história. A produção historiográfica que antes se deteve ao estudo das elites voltou sua atenção para as pessoas "comuns", as quais tinham suas histórias ignoradas e silenciadas, tornando suas experiências importantes para serem ouvidas.

Inicialmente Christopher Hill[39] fugiu dos estudos que retratavam as ações das elites, pois, no seu entendimento, as elites já eram demasiadamente retratadas; e foi em seus estudos sobre a Revolução Inglesa que se utilizou mais frequentemente da História vista de baixo; assim como Christopher Hill, E. P. Thompson e Natalie Zemon Davis também passaram a enfatizar questões relacionadas aos homens e mulheres comuns, fugindo do enfoque das "elites".[40]

Seguindo essa vertente, que objetiva reconstruir as experiências das pessoas "comuns", analisei as vivências e experiências do dia a dia de trabalho dos protagonistas desse enredo, os trabalhadores do Porto da cidade de Fortaleza-CE. Ao iniciar a pesquisar elenquei as fontes, e exercitei o olhar para perceber e compreender para além do que estava dito explicitamente, e compreender as nuances das informações não ditas, ou presentes nas entrelinhas dos textos, que se tornaram fundamentais para o enriquecimento do estudo e conhecimento sobre os trabalhadores portuários, homens comuns.[41]

Como afirma Jim Sharpe, a expressão "história vista de baixo" nos remete ao fato de que, ao analisar os "homens comuns", faz-se necessário relacioná-los a algo que está acima, ou seja, aos patrões, à Igreja, ao Governo, às Instituições (Sindicatos, Associações).[42] Sendo fundamental compreender a maneira como esses trabalhadores se organizavam e se percebiam enquanto categoria; ou seja, se havia, ou não, entre eles a consciência de classe.

Assim como E. P. Thompson, Richard Hoggart foi de encontro a concepção marxista economicista ortodoxa, pois pensava a cultura inserida na vida real e não à margem. Ao realizar o estudo sobre as classes trabalhadoras e as mudanças e adequações dos costumes, linguagem etc., afirmou que os trabalhadores acabam por desenvolver um senso de resistência, a resistência do dia a dia.[43]

> Não se trata de uma força de resistência passiva, mas antes de algo que, se bem inconsciente, pode ser considerado como positivo. As classes proletárias possuem um elevado grau de faculdade natural de resistirem à mudança,

[39] HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça:** ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[40] DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
[41] SHARPE, op. cit., 1992, p. 39.
[42] Ibid., p. 54.
[43] COSTA, Jean Henrique. Os estudos culturais em debate: um convite às obras de Richard Hoggart, Raymond Williams & E. P. Thompson. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá**, v. 34, n. 2, p. 159-168, July-Dec., 2012. p. 160.

> adaptando ou assimilando, nas novidades aquilo que lhes interessa, e desprezando o resto.[44]

O autor dota as classes operárias de uma ação protagonista natural, no dia a dia, para lidar e escolher as informações e ações que são consideradas para essas positivas, mesmo que haja a tentativa de influência das camadas mais poderosas, que buscavam ditar normas e condutas, que corroboram a construção da ideia de grupo, fazendo uso da teoria da construção da coletividade entre os trabalhadores e o processo de identificação de quais seriam os adversários (inimigos) e de quais seriam os aliados. Definindo que "Eles" seriam os patrões, podendo ser entidades privadas ou elementos públicos, e "Nós" seriam os trabalhadores explorados.

Hoggart foi importante para o desenvolvimento da ideia central desta Tese, haja em vista que, para analisar o processo de compreender-se dos trabalhadores portuários, enquanto coletividade, diante da necessidade de identificar quais eram os portuários e contra quem eles deveriam lutar, nesse sentido, o sindicato e a associação exerceram importante papel, ao auxiliarem no processo de identificação do "Nós" e "Eles".[45]

O modo como os portuários organizaram-se no STPC e as estratégias de luta adotadas pelos trabalhadores, tanto dentro do auxílio mútuo, quanto nas atitudes de resistência, são pontos fundamentais para o amadurecimento da ideia de *Resistência solidária* desenvolvida ao longo deste trabalho de pesquisa.

James Scott afirma que os caminhos da resistência cotidiana são trilhados através das lutas abertas e institucionais contra os dominantes; analisa as revoltas como forma de luta pelos interesses da melhor maneira possível. O autor faz a distinção entre *a resistência real* e a *resistência incidental*; a primeira é organizada, sistemática, cooperativa, guiada por princípios de caráter não egoísta, que possui consequências revolucionárias, pois é pautada em ideias que negam as bases da dominação em si próprias. Quanto à *resistência incidental,* é desorganizada, não sistemática, e individual, oportunista e de autossatisfação; não tem consequências revolucionárias, e ou implicam, na sua intenção de acomodação diante do sistema de dominação.[46]

> [...] Onde a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva,

---

[44] HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura:** aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos. Coleção questões. Lisboa: Presença, 1973. p. 40.
[45] HOGGART, op. cit., 1973, p. 87.
[46] SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**. Campina Grande, Vol. 21, n.1, p. 29, jan./jun. 2002.

> preocupada com a mudança sistemática e *de jure*, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de facto* imediatos.[47]

Convém utilizar a abordagem de James Scott como ponto-chave para conhecer sua tese sobre as "práticas cotidianas de resistência", na qual afirma que o sindicalismo de resistência é a ação e a luta dos trabalhadores para resistir à exploração do sistema de trabalho e às condições precárias da vida material. As formas cotidianas de resistência, as quais podem ser dissimuladas para conseguir ganhar espaço entre os homens que estão no poder, são consideradas uma *Resistência Passiva*,[48] de modo a não sofrer ações repressivas.

Scott analisou um período longo da resistência que ocorre de maneira contínua a partir de uma pequena escala individual, organizada pela cultura dos subalternos; destacou que as suas consequências eram iguais ou mais importantes que os movimentos sociais, e impunha limites aos poderosos, frustrando muitas de suas ambições.

Ao tratar sobre as relações de classe, James Scott afirma que há um equilíbrio de poder no qual ambos os lados estão sempre tentando ganhar pequenas vantagens. Para muitos tipos de subordinados, especialmente os que sofrem a sujeição pessoal, a resistência informal e cotidiana é a estratégia mais eficaz nessa guerra sem fim. A rebelião, as greves e outras formas de contestação abertas são arriscadas demais, quase sempre terminando na repressão, e as organizações formais são fáceis demais para as autoridades se infiltrarem e reprimir ou manipular. Mesmo quando a organização e a oposição abertas são viáveis, Scott acha que a resistência cotidiana continua tendo um papel importante, especialmente nos aspectos de qualquer sistema de dominação e exploração que tomam a forma de relações entre seres humanos que se conhecem.

Tendo em vista que para esse autor há muito de valor na resistência cotidiana, ao mostrar que a resistência de pequena escala pode ser tão poderosa na mudança social quanto movimentos organizados, busca entender as complexidades e contradições da resistência cotidiana. As contribuições dos estudos de James Scott sobre as formas de resistência – apesar de todas as suas peculiaridades (formal, informal, explicita ou implícita) que diferenciam os trabalhadores por ele analisados dos portuários de Fortaleza – auxiliaram-me no processo de compreensão sobre como os trabalhadores do Porto resistiram à exploração, e quais foram suas estratégias de luta.

---

[47] SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista brasileira de Ciência Política**. **Dossiê**: Dominação e contrapoder. Brasília, n. 5, p. 4, jan./jul. 2011.
[48] SCOTT, op. cit., 2002, p. 1.2.

William Mello, ao analisar a resistência dos trabalhadores do Porto de Nova York, entre os anos de 1945-1970, problematiza as formas de luta dos portuários para conquistar poder dentro da organização portuária, em meio as disputas entre o governo, as indústrias e os sindicatos, das quais os trabalhadores foram excluídos e impedidos de realizar uma participação democrática.[49]

> Labor's political power is restricted by the limited possibilities avaible to workers, but more importantly, these limits reshape and reorganize the nature of the movement itself. Labor's limited political power, constructed over time, was informed by the structural, ideological, and economic comercion of business elites in the American policial process. […] Since the early 1900s, through regulation and coercion, business elites have continuously sought to reshape the labor movement in their own image, a process that gained great momentum after World War Il. The shifting characteristics of American trade unionism represent a process where the demands for industrial democracy, from earlier historical periods to its presente stage of weakeness, reflect a process were labor organizations were consistently reconfigured by political, economic, and institucional constraints.[50]

Essa instabilidade para os estivadores de Nova Iorque foi fundamental para o processo de restrição política que se refletiu na organização do trabalho no Porto, pautado na repressão, tais como coerção física e ideológica. O sindicato controlava o processo de trabalho do Porto, e definia os limites de poder da classe nas docas, no qual os mecanismos de exclusão eram compostos de dispositivos institucionais, informais e ideológicos, construídos mediante relações arraigadas com as autoridades ligadas à ordem política local, desenvolvidos ao longo do tempo entre a liderança da ILA (a Associação Internacional dos Estivadores) e a NYSA (a Associação de Transporte Portuário de Nova Iorque).[51]

Mello destaca na sua escrita os mecanismos de lutas desevolvidos pelos trabalhadores do Porto para resistir à opressão imposta não somente pelo governo, mas também pelos empresários e associações que se afirmavam representantes dos interesses dos trabalhadores.

---

[49] MELLO, William. J. **New York Longshoremen:** class and Power on the docks. University Press of Florida, 2010.

[50] Ibid., p. 7. O poder político do movimento trabalhista é restringido pelas possibilidades limitadas disponíveis aos trabalhadores, mas de modo mais importante, esses limites reformulam e reorganizam a natureza do próprio movimento. O poder limitado do movimento trabalhista, construído ao longo do tempo, foi informado pela coerção estrutural, ideológica e econômica das elites empresariais no processo político americano... Desde o início do século XX, por meio de regulação e coerção, as elites empresariais têm continuamente buscado reformular o movimento trabalhista à sua própria imagem, um processo que ganhou maior impulso depois da II Guerra Mundial. As características instáveis do sindicalismo comercial americano representa um processo no qual as demandas por democracia industrial, desde períodos históricos iniciais até o seu presente estágio de fraqueza, refletem um processo no qual as organizações de trabalhadores eram constantemente reconfiguradas pelas restrições políticas, econômicas e institucionais.[50]

[51] MELLO, W. J., op. cit., 2010, p. 8.

Segundo o autor, o processo de resistência na busca pelo poder foi fundamental para a organização dos trabalhadores enquanto classe social.

Nesse sentido, os estudos de William J. Mello contribuiram para a reflexão acerca da resistência dos trabalhadores do Porto de Fortaleza, para conquistar espaço nos debates políticos e inserção nas disputas econômicas, no tocante a organização interna do Porto, e, principalmente, na organização do trabalho e das contratações da mão de obra.

No caso do Porto de Nova York, o caminho de resistência dos trabalhadores passou pela influência política das elites empresariais, para constituir um arsenal de dispositivos legais que não apenas limitavam a mobilização de estivadores rebelados, mas também remodelavam a natureza de suas reivindicações.

Ao analisar a organização dos trabalhadores do Ceará e a formação de classe e política entre os anos de 1931-1937, Mello afirma:

> A organização formal e informal dos trabalhadores refletiu relações políticas complexas construídas frente a interesses locais em constante mutação, informados pelo contexto econômico e deslocamentos na hierarquia social devido à superposição de estágios de desenvolvimento". É possivel citar como exemplo as açoes de extrema direita a partir de estruturas de poder locais e regionais.[52]

A partir dessa reflexão, que aponta para a construção de relações políticas complexas no Ceará, compreendo que os trabalhadores portuários desenvolveram mecanismos próprios de resistência que estavam de acordo com as forças as quais lutavam, seja participando ou apoiando greves, organizando mobilizações, ampliando a asssistência mútua (ações informais), como também construindo o diálogo com as empresas de Navegação, buscando o apoio de políticos locais, e ou costurando alianças com a Igreja e a LCT (ações formais) para resistirem ao processo de exploração que sofriam.

Utilizei-me de E. P. Thompson e dos conceitos de *experiência e autoconhecer*, que analisam as lutas cotidianas a com base na vivência dos sujeitos.[53] Conforme esse autor, a ação de transformação histórica ocorre em meio a escolhas, a decisões pessoais que estão fundamentadas em valores, normas e atitudes, em um determinado contexto histórico.[54]

---

[52] MELLO, William J. A Legião cearense do trabalho, o integralismo e os trabalhadores cearenses (1931-1937): apontamentos para um debate. In: **Legionários, "Galinhas Verdes" e a política no Ceará (1929-1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016. p. 55.

[53] THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Tradução de Denise Botmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. vol. I.

[54] Ibid., p. 15.

> O que descobrimos (em minha opinião) está no termo que falta: "experiência humana". É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias do clube do pensamento, com o nome de "empirismo". Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura [...].[55]

Thompson aponta no livro "A Miséria da Teoria" o que ele chama de falha ou limitação de Marx, "o termo ausente" – a experiência que possibilita o estudo e conhecimento sobre a cultura, ou seja, as práticas dos indivíduos que estão para além dos determinismos econômicos.

> Thompson propõe uma outra maneira de buscar e de investigar as "experiências" dos trabalhadores, não apenas em suas relações econômicas, mas nos seus modos de vida, em suas lutas diárias nos seus hábitos, valores, dietas, formas de vestir, e de morar, de comemorar, de festejar, de cantar, de transmitir as suas tradições orais, de viver com elas ou de resistir às transformações também como vivência cotidiana em seu dia-a-dia, e esta é uma nova maneira de ver a luta de classes em seu processo histórico.[56]

Para o autor, a cultura e a experiência são o ponto de junção para afirmar que as pessoas experimentam sua própria experiência como sentimentos, e a maneira como lidam com eles na cultura, através de normas, práticas alimentares, obrigações familiares, relações de trabalho etc., são aspectos importantes para a compreensão do fazer-se e conhecer-se dos homens e mulheres. Thompson segue afirmando que "o marxismo também se propôs, com frequência a "abstrair dos sentimentos do homem as suas esperanças" e fixá-las no elemento mais puro da ciência".

Nesse sentido, os atores sociais são apreendidos como sujeitos sociais ativos na construção de suas ações cotidianas a partir de suas necessidades e interesses específicos, e também das relações estabelecidas com outros atores.[57] Ou seja, há o reconhecimento da existência de aspectos determinantes, apesar de colocar limitações e fronteiras, mas que estes não condicionam a forma de agir dos indivíduos, os quais fazem suas escolhas e constroem a sua própria história.

Dessa maneira, a partir do estudo das experiências e vivências dos trabalhadores portuários, dentro e além das fronteiras do Porto, compreendi as tensas relações existentes entre trabalhadores, patrões, políticos, socialistas, anarquistas, a Igreja e a LCT, na cidade de

---

[55] THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182.
[56] FENELON, Déa Ribeiro. E. P. Thompson: história e política. **Projeto História** - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981. p. 86.
[57] THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.150-304.

Fortaleza-CE. Entendendo, a partir de E. P. Thompson, que classe e consciência de classe são os últimos degraus de um processo histórico de luta dos trabalhadores. Questiono-me se os portuários associados à Associação *Deus e Mar* e ao STPC construíram a consciência e se compreendiam enquanto classe.[58]

Para entender como os portuários experimentavam suas vivências, havia como fontes os jornais, a literatura, e as Atas das assembleias do STPC, as quais contribuíram de modo determinante para o enriquecimento das informações sobre esses trabalhadores, mas que também possuíam limitações, e silêncios, diante das perguntas que as fazia, como, por exemplo, os registros dos embates, a participação em greves, conflitos no Porto, e organização de paralizações. Então, o não dito estabeleceu alguns limites a minha análise em relação as ações dos trabalhadores para além do que era colocado pela associação Deus e a Mar e STPC.

O exercício de escovar a "história a contrapelo"[59] acabou por me dar fôlego para desenvolver a pesquisa, destacando aspectos da coletividade, e das ações que vieram a público por meio dos jornais, e dos temas abordados nas assembleias, problematizando o que não foi dito, a partir do que era dito, de modo a incluir na abordagem histórica os trabalhadores portuários.

O acesso às fontes (jornais e os documentos do sindicato) possibilitou-me compreender a organização dos trabalhadores no Porto, as formas de organização, suas reivindicações, as tensas relações com os contratadores. Mas foi o uso da literatura que, após o cruzamento com as outras fontes, tornou mais rica a compreensão sobre a região do centro da cidade de Fortaleza, o Porto, e os seus arredores, retratando a movimentação dos trabalhadores portuários, possibilitando uma leitura de suas ações nos espaços da cidade e os aspectos do dia a dia de funcionamento do Porto.[60]

[58] THOMPSON, op. cit., 2001, p. 274-278.
[59] LOWY, Michael. "A contrapelo". Concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 25/26, p. 20-28, 2º sem. 2010 / 1º sem. 2011.
[60] THOMPSON, op. cit., 1998, p. 151.

Os romances literários de Manuel de Oliveira Paiva,[61] Gustavo Barroso[62] e Adolfo Caminha[63]foram fundamentais para aproximar o olhar do chão do Porto e da região da praia, considerando que a literatura é uma Historiografia inconsciente, que não pode ser considerada um mero registro, apesar de não possuir o rigor metodológico do historiador, com relação à utilização e à análise das fontes.[64]

Sabendo que a literatura se faz através da liberdade de registrar fatos sem se prender às amarras das relações econômicas e sociais, a produção literária de um dado período possibilita nos aproximarmos do passado. Assim sendo, apresento o espaço da praia a partir da literatura e as formas que esse espaço foi utilizado pelos trabalhadores portuários, através das metáforas adotadas pelo olhar dos romancistas.

A praia é mais do que um espaço de prazer e entretenimento, configura-se em espaço de sociabilidade, comum às diversas camadas sociais, onde a faixa de areia e seus arredores tornam-se o espaço de práticas socioculturais,[65] que servem para o estabelecimento de vínculos e relações sociais. Desta feita, partindo da premissa de que as praias são espaços abertos a todos os tipos sociais, seja de turistas, curistas, banhistas, jangadeiros, portuários, estrangeiros (que vinham nas embarcações, e tripulantes dos navios) etc. à medida que nelas se abre a possibilidade de encontro e articulação com a alteridade, ela se transforma em um espaço de negociação entre diferentes, seja de atitudes, ideias, ou leituras sociais, que nem sempre ocorria de maneira harmoniosa.

O Porto construído na região da praia tem sentidos diversos; *primeiro*, por ser físico, trata-se de um local reentrante na costa do mar, em que as embarcações realizam a carga e descarga de mercadorias e passageiros. *Segundo*, no que tange à economia, constitui ponto de

---

[61] PAIVA, Manoel de Oliveira. **A afilhada**. São Paulo: Anhembi, 1961. Influenciado pelo naturalismo, buscou captar e criar a realidade, ele tenta demonstrar, em sua escrita, as transformações urbanas pelas quais Fortaleza passava. Cf. PARENTE, Tiago Coutinho. Uma cidade e uma literatura em formação: o romance A afilhada e a Fortaleza do final do século XIX. **Imburana** - Revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses. Natal: UFRN, n. 4, jul./dez. 2011.

[62] BARROSO, Gustavo. **Mississipi**. Casa de José de Alencar Programa editorial. Fortaleza, 1996. Trecho do livro: "Os personagens deste romance saíram da vida real, de modo que a semelhança de qualquer um deles com personagens de ficção não passa de mera coincidência acidental. As pessoas que se julgarem por este ou aquele motivo retratadas nas páginas deste livro não se devem sentir ofendidas, porque, se isto se deu, é que enterraram uma carapuça até as orelhas. A culpa, portanto, não será do autor, mas delas mesmas" (p. 5). Nessa obra literária, o autor observa e descreve os costumes e as raízes do povo cearense do início do século XX.

[63] CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. São Paulo: Martim Claret, 2007. Romance Naturalista, no qual o autor narra aspectos da cidade em que viveu, buscando a imparcialidade, mas acaba por considerar a cidade de Fortaleza provinciana e atrasada, ao longo do romance. Cf. PARENTE, Tiago Coutinho. **A cidade em Letras:** uma da construção de Fortaleza do início do século XIX, no romance A afilhada de Oliveira Paiva. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, 2009.

[64] KOTHE. Flávio R. **Para ler Walter Benjamim**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 80.

[65] ANDRADE, Luís Guilherme Albuquerque de. **O espaço público da praia:** reflexões sobre práticas cotidianas e democracia no Porto da Barra em Salvador. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2015.

confluência comercial, com a circulação de mercadorias; e, *terceiro*, é composto por um complexo sistema de funcionamento e organização da mão de obra. A partir desses vários sentidos, compreendo que o Porto é um espaço com "fronteiras fluidas", com um sistema de funções múltiplas, interligadas pelo fluxo e a circulação de mercadorias, que interligam o mar a terra firme.[66]

Nesse complexo sistema de funcionamento do Porto, com intensa movimentação de passageiros, ideias, mercadorias, trabalhadores e com relevância econômica, as Atas das assembleias e reuniões do STPC foram fundamentais para perceber-se como os trabalhadores organizaram-se em relação ao sistema de contratação, aos debates em relação à busca por atender aos interesses dos associados, às regras de conduta, aos conflitos e às negociações internas da própria categoria.

Imagens de plantas da cidade de Fortaleza foram utilizadas com base na compreensão de que a imagem do espaço é produto de um complexo histórico, a qual busca identificar a cartografia ao campo do simbólico, como forma de incorporar a sua produção ao domínio dos historiadores, anotada como um tratamento intelectual do espaço, tomados como produtos de representação social resultante da relação dos homens com a realidade geográfica. Nesse sentido, analisar a composição e definição do espaço urbano da cidade de Fortaleza nos auxiliou a compreender a dinâmica de funcionamento econômico social da cidade e da região portuária.[67]

Assim como as plantas, as fotografias também foram essenciais para eu perceber aspectos de funcionamento do Porto, bem como da região que o circundava e das pessoas, sendo trabalhadores do Porto, transeuntes, comerciantes, banhistas etc. Por ser a fotografia analisada para além da ideia de *analogon* da realidade – é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras (técnica do ato fotográfico, a sua característica de marca luminosa) que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica.[68] Partindo do pressuposto de que a fotografia é um resíduo da realidade sensível impressa, considerada um testemunho que atesta a existência de uma realidade.

---

[66] HOBSBAWM, Erick J. National unions on the watereside. In: **Labouring men in the history of labour**. 6. ed. Londres: Weidenfel and Nicollson, 1979. p. 204-230.
[67] KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-148, 1997.
[68] MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

Com base em Mauad, compreendo que entre o objeto e a sua representação fotográfica interpõe-se uma série de ações previamente tornadas convencionais, que têm a carga de características culturais e históricas, visto que a fotografia surge de determinada escolha, realizada num conjunto de escolhas possíveis, guardando esta atitude uma relação estreita entre a visão de mundo daquele que aperta o botão e faz 'clic'.[69]

Durante a elaboração da pesquisa, a fotografia serviu como imagem/documento, ou seja, como índice válido de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc.[70]

Para desenvolver os questionamentos referentes à pesquisa, e, assim, atingir os objetivos propostos, utilizo como fonte os jornais *Unitário, A Tribuna, O jornal do Ceará, Diário do Ceará, O Correio do Ceará, Gazeta do Ceará, O Ceará, O Nordeste, Trabalhador Gráfico, Voz do Gráfico, O Combate* e *O Legionário,* produzidos na cidade de Fortaleza, durante o período pesquisado (1912-1933). Estes jornais poderiam manter aproximação tanto com a comunidade católica quanto com os grupos políticos, bem como com os trabalhadores, anarquistas e socialistas.

Contudo, utilizar jornais como fonte requer alguns cuidados, visto que devemos atentar para as intencionalidades da escrita, como afirma Maria Helena Capelato:

> [...] A imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de época. A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes.[71]

Assim como Capelato, entendo serem os jornais fontes significantes no processo de análise da vida dos personagens históricos antes esquecidos pela historiografia. Os jornais são "mananciais dos mais férteis para o conhecimento do passado". Compreendendo o jornal, como documento, ao refletir sobre a imprensa dos trabalhadores a partir da análise do *Trabalhador Gráfico, Voz do Graphico (1920-1922)* e *O Combate (1921),* observo como estes se tornaram espelho das necessidades e lutas dos trabalhadores, podendo ser considerado o espaço de representação de um contexto histórico, visto que o jornal, para a autora, "é fruto de determinadas práticas sociais de uma época".[72] Segundo Gonçalves e Bruno:

---

[69] Ibid., p. 77.
[70] MAUAD, op. cit., 1996, p. 81.
[71] CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto; Edusc, 1994. p. 13.
[72] CAPELATO, M. H. R., op. cit., 1994, p. 24.

> O aparecimento dessa imprensa no Ceará resulta das mudanças socioeconômicas que se vão operando no Ceará na virada do século, do próprio fazer-se do movimento operário no Ceará e das ideias socialistas que começavam a ser esboçadas, desde o final do século XIX, em várias cidades brasileiras [...].
>
> O desenvolvimento das ideias socialistas e anarquistas no Ceará ocorre no contexto das mudanças provocadas pela divulgação das novas ideias progressistas que então chegavam da Europa, diretamente ou através de cidades como Recife e Rio de Janeiro [...].
>
> O grupo editor do Voz do Graphico é formado pela Diretoria da Associação Gráfica do Ceará, sendo Pedro A. Motta o responsável pelo maior número de artigos e seções do jornal, uma das razões do uso de tantos pseudônimos. Tem como colaboradores Elcias Marcos, Luis Araújo, Paula Achilles, Newton Craveiro, Moacir Caminha, Zé Mathias, João Rodigues Maciel, Blanchard Lima, Zé Bernando, César Magalhaes, entre outros. Aqui e ali uma colaboração esporádica, é o caso de M. J. C, saudada com efusão pelo jornal.[73]

Os referidos periódicos representavam a imprensa que defendia os ideais do socialismo libertário, propalados por Pierre Joseph, Proudhon, Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin, além da defesa do Sindicalismo Revolucionário, de Emile Pouget e de Fernad Pelloutier, que originou o anarcossindicalismo.[74] Orientação essa que os militantes e editores dos jornais *Voz do Gráfico, Trabalhador Gráfico* e *O Combate* trabalharam nas edições dos jornais, de modo a colocar os trabalhadores como agentes de contestação e transformação social, destacando a importância da educação e do ensino, do combate as ideias sociais católicas e as associações mutuais, consideradas pelos militantes um atraso dentro do movimento dos trabalhadores.

Para Tania Regina De Luca, os jornais são importantes fontes históricas, visto que:

> Os debates ultrapassaram as fronteiras dos novos objetos, abordagens e/ou problemas e introduziram outras fissuras no trato documental. Como assinalou o Historiador Antonio Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que interessemos menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam e, poderíamos complementar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem.[75]

Pesquisei e analisei os jornais produzidos pelos trabalhadores com os jornais que defendiam os interesses da Igreja e do Governo do Estado, atentando para os "silêncios" e as intencionalidades das informações publicadas no que tange aos trabalhadores portuários, à Associação *Deus e Mar*, ao *Sindicato dos Trabalhadores Portuários* e à *Federação dos*

---

[73] GONÇALVES, Adelaide. BRUNO, Allysson (Org.). **O Trabalhador Gráfico**. Fortaleza: UFC, 2002. p. 26. (Edição fac-similar).
[74] Id. ibid.
[75] DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

Trabalhadores do Ceará, de modo a extrair, muitas vezes nas entrelinhas, aspectos da organização dos trabalhadores portuários em Fortaleza.

Os embates entre os militantes anarquistas, que faziam parte do Sindicalismo Revolucionário, e as entidades de cunho católico tornaram-se constantes durante os anos de 1920, sendo que os Jornais *Correio do Ceará*, *O Nordeste* e o *Diário do Ceará* dedicaram suas páginas a defender as ações da Igreja no seio do Movimento dos Trabalhadores, dentre eles, os portuários, seja de maneira direta, por meio da Associação, ou indireta, seja através da aproximação do Círculo Operário São José aos marítimos da *Deus e Mar*.

A sutileza que requer o uso dessas fontes pode ser exemplificada por meio do jornal *O Nordeste*, que circulou durante grande parte do período aqui estudado. Começou a ser vendido em 1922, com uma edição diária de quatro páginas. Em 1927, os números de páginas duplicaram, avolumando-se os anúncios e aumentando-se a quantidade de exemplares por dia. Foi o primeiro jornal cearense que conseguiu efetivar com crescente regularidade o esquema de venda por assinaturas.

O Nordeste era jornal oficioso, ou seja, foi utilizado pela Igreja para divulgar os seus princípios e interesses, além de dar visibilidade a outras instituições, as quais tinham como principais divulgadores os párocos dentro e fora da cidade de Fortaleza, e que estavam ligadas à Igreja.

Segundo Adelaide Gonçalves, *O Correio do Ceará* é fonte essencial para compreender o discurso elaborado pelas elites em relação ao Movimento Operário Cearense que combatia os militantes anarquistas.[76]

Em se tratando da Legião Cearense do Trabalho e das ações do Estado para controlar os trabalhadores, através da defesa de um sindicato controlado pela Legião e o Governo, analisei o Jornal *O Legionário*, o qual defendia, em suas páginas, o controle cotidiano dos trabalhadores a partir do estabelecimento de uma ordem e de uma harmonia entre as classes,[77] que caminhou para a defesa do Integralismo.

Em suma, para compreender as experiências dos portuários, suas ações e as relações sociais construídas por eles, analisei os diferentes caminhos trilhados por esses trabalhadores entre o mutualismo e o sindicalismo (revolucionário), de modo a entender a formação dessa

[76] GONÇALVES, Bruno, op. cit., 2002, p. 28.
[77] CORDEIRO, op. cit., 2000, p. 329.

classe operária, através da análise de fontes, as quais nem sempre tiveram a intenção de expressar os desejos e necessidades desses trabalhadores.[78]

A presente Tese está dividida em 5 Capítulos, os quais tecem a história dos trabalhadores do Porto da cidade de Fortaleza durante os primeiros anos da República. Período marcado pelas ações mutuais, de negociações com os contratadores, figuras da elite econômica e política da cidade, e ações de resistência sindical. Da junção desses mecanismos de lutas práticas pelos portuários, foi desenvolvido o que conceituei de *Resistência Solidária*.

Para entender como se desenvolveu essa resistência, estudei ao longo dos capítulos os aspectos do local de trabalho, o sistema de contratação, os locais de moradia e as relações entre os trabalhadores. Também destaco as ações e lutas dos portuários, sua compreensão enquanto grupo, o processo de fazer-se e de compreender-se enquanto classe, para chegar ao conceito de *Resistência Solidária*, que caracterizou o Movimento dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza (1912-1933).

O Capítulo 1, na *Introdução*, narra a trajetória de solidariedade e resistência dos trabalhadores do Porto de Fortaleza. No Capítulo 2, intitulado *O ritmo do mar que se confunde com o movimento do Porto e o vai e vem dos trabalhadores*, analisei o Porto de Fortaleza e seus arredores, apresentando as características das moradias que se mostraram precárias na região das areias, local conhecido por abrigar os indivíduos mais pobres da cidade, que não recebiam assistência do governo.

Para conseguir demarcar o local onde a maior parte dos trabalhadores pobres de Fortaleza moravam, utilizei a planta da cidade, que data do início do século XX, e possibilitou conhecer a demarcação dos espaços, o traçado das ruas e os arredores da região portuária. As informações tiradas da planta, cruzada com as descrições presentes na Literatura, tornaram possível não somente entender, como também visualizar o vai e vem dos habitantes da cidade (comerciantes, passageiros dos navios, transeuntes, vendedores ambulantes e trabalhadores do Porto).

A praia, utilizada como porta de entrada e saída de pessoas, mercadorias e ideias, ganhou, no decorrer dos séculos XIX e principalmente o XX, o caráter medicinal e curista (o uso da praia, da caminhada e do banho como forma de obter a cura de doenças), passando a ser frequentada por banhistas e pessoas que buscavam manter e ou ganhar uma vida saudável. Essa prática veio a transformar a região do litoral da cidade, contribuindo para a mudança na dinâmica de organização e ocupação desse espaço, que antes era prioritariamente de uso das

[78] SILVA, Fernando Teixeira da Silva. **Operários sem patrões:** os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras. Campinas, SP: Unicamp, 2003. p. 45.

camadas mais baixas da população. Deste modo, passaram a ter que disputá-lo com as famílias mais abastadas, que passaram a construir casas de veraneio e até residência fixa nessa região. Essas mudanças na configuração urbana de Fortaleza, ganharam mais fôlego à medida que o Porto saiu das proximidades do Centro da cidade e foi para o Mucuripe. Então os portuários, que antes moravam na região das areias, também foram empurrados para próximo ao Mucuripe, mais precisamente para o morro próximo ao novo Porto.

Para entender as condições materiais e as ações dos trabalhadores portuários, fiz um levantamento sobre os aspectos políticos e governamentais do Estado do Ceará. Além de traçar um cenário sobre os espaços da cidade, os quais estavam diretamente atrelados às condições de vida dos trabalhadores e às constantes mudanças de localização e no funcionamento do Porto da cidade de Fortaleza.

As discussões acerca das mudanças da localização do Porto são pontos importantes para o desenvolvimento do Capítulo 2, haja vista a importância comercial e econômica as quais interferiam no cenário político. Nesse contexto, foi feito um apanhado sobre os grupos políticos que disputavam o poder na cidade e no Estado do Ceará, e as políticas implementadas pelos sucessivos governos para a manutenção e construção das estruturas do Porto (Trapiche Ellery, Ponte Metálica, Porto do Mucuripe) que, inúmeras vezes, foram registradas nos jornais, as condições precárias em que funcionavam.

Além dos aspectos políticos supracitados, as questões político-partidárias foram analisadas em razão do processo de aproximação entre figuras políticas e de relevância econômica da cidade e os portuários. Não somente como contratadores de mão de obra portuárias, mas principalmente como sócios beneméritos da *Associação Deus e Mar*, e a interferência e participação no movimento dos trabalhadores do Porto de Fortaleza, concedendo apoio ao auxílio mútuo, dando visibilidade à Associação e também ao STPC, divulgando suas atividades, reuniões e assembleias nas páginas dos jornais ligados a esses indivíduos políticos.

Essas relações de cunho político com a *Deus e Mar (sócios beneméritos)* foram aprofundadas no decorrer do Capítulo 3, que aborda a problemática d' *O mutualismo e as lutas dos trabalhadores portuários por melhores condições de vida*, no qual o objeto central é compreender os aspectos do dia a dia dos portuários associados a partir das ações mutualistas da *Sociedade Deus e Mar (Deus e União)*, seu estatuto e as regras de conduta exigidas para os associados.

O auxílio mútuo figura neste capítulo como uma das problemáticas centrais, visto que a assistência imediata feita aos trabalhadores associados à associação, tais como o auxílio funerário, o auxílio no caso de doença, o pecúlio pago as famílias dos associados, dentre outras

ações eram considerados essências para os portuários, tendo em vista a situação de pobreza em que viviam.

O funcionamento da *Deus e Mar* seguia as determinações do Estatuto, o qual estabelecia as regras para a adesão do sócio, os valores pagos mensalmente, os direitos e os deveres dos associados. Dentre os direitos, destaco os serviços de assistência aos trabalhadores, para atender as necessidades mais imediatas em caso de doença e morte, bem como os deveres, os quais destaco a busca pela manutenção da ordem e da disciplina entre os trabalhadores, a proibição do consumo de bebidas alcoólicas e a prática de jogos, e a punição aos conflitos (brigas e discussões) entre os associados.

Destaco também o processo de aceitação dos sócios beneméritos, a partir de uma percepção política da associação, objetivando conseguir favores, negociar alguns poucos benefícios e manter-se dentro do debate e das disputas políticas.

Os pontos do Estatuto da *Associação Deus e Mar* foram analisados de maneira detida, posto que, à medida que as regras, os direitos e os deveres foram sendo abordados, percebi a problemática que permeava o dia a dia dos trabalhadores e do trabalho no Porto. Essas informações ganharam mais visibilidade e tornaram-se mais ricas à medida que foram sendo cruzadas com o material dos jornais publicados.

Para compreender as ações dos portuários e seu processo de fazer-se enquanto classe e a tomada de consciência, analisei a organização do trabalho do Porto (cargos e funções), o sistema de contratação, bem como a carga horária e os valores de pagamento para entender as causas que moveram os portuários, principalmente do STPC, a resistir e lutar para modificar a dinâmica de trabalho no Porto, o serviço de carga e descarga dos navios.[79]

A contratação da mão de obra foi marcada pela ocasionalidade, pelas incertezas determinadas pelo sistema de parede, que colocava o trabalhador à mercê dos contramestres e contratadores, pois todas as manhãs eram feitas as chamadas e as escolhas dos trabalhadores para os serviços do dia. Sendo que muitas vezes a escolha do trabalhador passava pela troca de favores, laços de amizade, além de pesar o fato de ser sócio das entidades responsáveis por aglomerar em suas fileiras um grande número de trabalhadores, como no caso da *Deus e Mar* e do STPC. A sazonalidade e as incertezas em relação à contratação davam maior fragilidade aos portuários, os quais, ao longo dos anos de 1912-1934, foram se organizando e aliando forças para conseguir melhores condições de trabalho e de vida.

---

[79] THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1 (A árvore da liberdade). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Portanto, considerei a conquista do Contrato Coletivo fundamental para compreender como as forças alicerçadas e as alianças feitas chegaram a este acordo, como também as mudanças geradas pelo estabelecimento do sistema de trabalho tipo *Closed Shop*, no Porto de Fortaleza.

No decorrer deste capítulo também analisei a forma de organização da associação *Deus e Mar*, e os pontos que caracterizam a prática do auxílio mútuo, tal como as estratégias desenvolvidas para atender as necessidades materiais mais urgentes dos associados, e a organização do serviço de contratação de mão de obra para os serviços de carga e descarga dos navios. Considerando que a prática mutualista foi para além dos pontos acima listados, pois manteve centenas de portuários como associados e colaborou de modo relevante para o processo de reconhecimento dos trabalhadores enquanto coletividade, para a identificação de suas necessidades comuns, para chegar ao conhecimento do "Nós" e "Eles", questão essa, melhor aprofundada no Capítulo 4, quando abordo as questões concernentes às ideias políticas e sociais que permearam e/ou influenciaram no dia a dia dos portuários.

Com o título de *Ventos de lutas: as ideias políticas e sociais que influenciaram as ações do Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza*, no Capítulo 4, analisei as ideias socialistas (sindicalismo reformista), anarquistas (sindicato de resistência), que tentaram influenciar os portuários, e com as quais dialogaram e estabeleceram suas formas próprias de posicionar-se enquanto coletividade, que não se enquadrou dentro da resistência e combatividade defendida pelos anarquistas, mas que desenvolveram a *resistência solidária*, que aliava os aspectos do mutualismo, sindicalismo e ações coletivas solidárias.

Dessa maneira, tracei um histórico sobre a chegada e a importância das ideias socialistas e anarquistas no Brasil, analisando as estratégias de inserção dessas ideias no meio operário e como as mesmas foram implementadas no Ceará. Para entender como os trabalhadores portuários de Fortaleza foram aderindo ou não a esses movimentos, afunilei a análise até chegar aos portuários, para então compreender como a resistência fez-se possível, mesmo desvinculada da prática do sindicalismo de resistência defendido pelos anarquistas.

Destaquei a imprensa libertário no Ceará, e a as estratégias utilizadas pelos militantes anarquistas para convencer os trabalhadores sobre a importância de lutar para modificar a situação social em que viviam, além do combate intenso às práticas mutuais, consideradas sem relevância política e social, que mantinham os trabalhadores alheios às condições de pobreza em que viviam e às possibilidades de resistência que poderiam fazer.

A postura adotada tanto pela *Deus e Mar* como pelo STPC foi de aproximação com aspetos do sindicalismo reformista, mas que, de início mantiveram o diálogo afastado com os

anarquistas, que caminhou para o afastamento mais evidente. Então apresento e analiso a postura defendida pelos reformistas, anarcossindicalistas e do sindicalismo de resistência, para então compreender a forma de resistência elaborada pelos portuários de Fortaleza, que se configurou como sendo de *Resistência Solidária*.

Para chegar a esse conceito, analisei as ações dos trabalhadores associados a *Deus e Mar* (Deus e União), mas foi no STPC que verifiquei, ao pesquisar sobre indivíduos que fizeram parte da Diretoria do Sindicato durante anos, a exemplo de Victal Felix de Sousa, a postura de assimilação das práticas mutuais somadas à resistência, e aliadas às relações de aproximação e diálogo com a LCT e membros da Igreja Católica.

Por serem exatamente essas relações que estudei ao longo do Capítulo 5, intitulado de "*Nós" e os "outros": as ações do governo Vargas, da Igreja e da LCT entre os trabalhadores portuários de Fortaleza e o processo de autoconhecer,* problematizei as mudanças estabelecidas na organização do trabalho e da sindicalização dos portuários a partir das leis elaboradas durante os primeiros anos do governo Vargas.

Durante os primeiros anos da década de 1930, os trabalhadores portuários buscaram enquadrar-se no modelo de ação sindical influenciado pela ação social católica, que delineava toda uma forma de comportar-se dentro da moralidade estabelecida pela Igreja, a qual tinha aliança com a LCT, responsável por acumular em suas fileiras e sob a égide de suas regras vários sindicatos e associações, dentre elas o STPC e a *Deus e União.*

Considerando que um dos objetivos principais deste capítulo é compreender as relações de aproximação e negociações estabelecidas pela *Associação Deus e União*, STPC e a Igreja Católica e a LCT, analisei historicamente o processo de inserção da Igreja dentro das discussões sociais e do Movimento dos Trabalhadores ao longo dos séculos XIX e XX, para então entender a importância das ações sociais católicas no Brasil e prioritariamente no Ceará, principalmente, através dos Círculos Operários Católicos que engrossaram as críticas e combate as ideias anarquistas e prioritariamente comunistas. Assim como a Igreja Católica, a LCT também considerava o Comunismo seu maior inimigo. Para tanto, defendia uma outra forma de resistir para os trabalhadores, que se sustentava nos pilares da ordem e da disciplina moral, direcionada pelos valores católicos.

A Legião Cearense do Trabalho exerceu importante papel dentro do Movimento dos Trabalhadores Portuários de Fortaleza, e contou com a adesão de um número significativo de trabalhadores do Porto associados à Legião que fazia parte da *Associação Deus e União* e do STPC. A aproximação entre os associados e a LCT é facilmente percebida nas publicações do

jornal *O Legionário*, que dedicava quase que diariamente um artigo ou notícia referente aos portuários.

N'*O Legionário*, o sindicalismo era defendido, mas um modelo de sindicato no qual a ordem deveria ser mantida, e o debate e negociações com os patrões deveriam ser mantidos, fugindo dos duros embates, da prática de greves e das manifestações (sendo permitidas em casos extremos). Desta feita, o sindicalismo de resistência e o anarcossindicalismo não eram colocados como estratégias positivas para os trabalhadores, acusados de levarem a desordem e a sociedade ao caos político e econômico. Apontavam o sindicalismo legionário como o meio para alavancar o progresso e o crescimento ordenado das conquistas dos trabalhadores.

Neste capítulo voltei aos conceitos de experiência e consciência de classe de E. P. Thompson, para fundamentar a minha compreensão do processo de fazer-se dos trabalhadores do Porto de Fortaleza, enquanto um movimento de autoconhecer não acabado, mas em construção, tendo como marco inicial a fundação da *Deus e Mar*, passando pela fundação do STPC, a criação da *Deus e União* para chegar aos anos de 1930, com envergadura suficiente para negociar o *Contrato Coletivo* e o estabelecimento do sistema de *closet shop*.

2 O RITMO DO MAR QUE SE CONFUNDE COM O MOVIMENTO DO PORTO E O VAI E VEM DOS TRABALHADORES

Que voz vem no som das ondas
Que não é a voz do mar?
É a voz de alguém que nos fala,
Mas que, se escutamos, cala,
Por ter havido escutar...

Fernando Pessoa

2.1 Introdução

Fortaleza é a maior cidade do Ceará em número populacional, e a quinta do Brasil, situada na região Nordeste; destaca-se por suas belas praias e pelo sol intenso em grande parte do ano. Localiza-se às margens do litoral Atlântico, a uma altitude média de dezesseis metros, com 34 km de praias. A capital do Ceará possui 314,930 km² de área e 2 609 716 habitantes estimados em 2016. De importância regional, possui a terceira maior rede urbana do Brasil em população, estando atrás das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.[80]

No início do século XX, os portos da cidade de Santos e do Rio de Janeiro se destacavam em volume do transporte de mercadoria, por onde escoava grande parcela da produção do País, possuíam importância econômica tanto para a região Sudeste, quanto em nível nacional. Esses espaços também foram responsáveis por facilitar as trocas culturais, através do contato entre indivíduos de vários Estados brasileiros e de outras nacionalidades, e entrada e saída de livros, jornais e notícias.

O movimento dos portuários possuía destaque nas grandes cidades do País, exercendo importante participação nas manifestações e reivindicações dos trabalhadores. No caso do Porto do Rio de Janeiro, a busca pelo controle da contratação da mão de obra portuária ocorreu durante a Primeira República, envolvidos pelo sentimento de resistência à dominação capitalista no processo de produção. Em Santos, os estivadores iniciaram as lutas reivindicativas pelo controle do mercado de trabalho, em 1910, e conquistaram parcialmente na década subsequente, passando a ter o controle absoluto do contrato da mão de obra nos anos de 1930.[81]

---

[80] Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230440>. Acesso em: 3 jul. 2017.

[81] Cf. CRUZ, Maria Cecília Velascos. **Virando o Jogo:** estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. **Operários sem patrões:** os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas, SP: Unicamp, 2003; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. **A carga e a culpa:** os operários das Docas de Santos, direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). São Paulo: Hucitec; Prefeitura Municipal de Santos, SP, 1995.

A cidade de Fortaleza ganhou destaque a partir do século XIX, quando passou a ser capital do Ceará, e importante centro urbano e comercial, antes dominado por Aquiraz e Aracati. Nesse período, sua economia era voltada para a cultura do algodão, a qual contribuiu de modo relevante para o crescimento econômico do Estado e do município. A partir da produção algodoeira e do fortalecimento da economia local, surgiram as primeiras fábricas.[82]

O crescimento da capital, em importância política e econômica, ocorreu por causa dos investimentos do governo da província. Já o aumento populacional, em grande medida, teve o peso do êxodo rural como consequência das constantes secas e da pobreza no campo. Entre os séculos XIX e XX, Fortaleza cresceu de modo mais acelerado, e, em consequência, houve avanços na infraestrutura, mudanças no tocante aos valores, costumes e padrões sociais e estéticos, os quais buscavam o alinhamento com outras culturas, a exemplo da francesa e norte-americana (Figura 2).

Figura 2 - A construção da ponte teve início em 18 de dezembro de 1902, sendo inaugurada a 26 de maio de 1906

Fonte: Arquivo Nirez.

[82] ABREU, Berenice. **Jangadeiros:** uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo. Rio do Janeiro: Civilização brasiliense, 2012. p. 41.

No entanto, a medida em que se desenvolvia econômica e socialmente, surgiram os subúrbios e seus problemas sociais.

> O movimento "dos ricos" em direção à praia de Iracema se verificou, efetivamente, por volta de 1920, quando a localidade ainda era conhecida por Praia do Peixe ou Porto das Jangadas. Ali, algumas das famílias mais influentes e distintas de Fortaleza foram construindo seus *bungalows* alpendrados, próximos ao mar, enquanto clubes elegantes, como o Ideal, o Jangada e o Praia, completavam o lazer dos novos moradores. Os pescadores foram sendo empurrados morro acima, erigindo suas palhoças [...].
>
> Essa região litorânea, situada na parte norte da cidade de Fortaleza, da qual fazem parte a Praia de Iracema, Mucuripe, e também Meireles, foi palco, portanto, de intensas transformações, a partir da década de 1920, no que se refere ao uso e à ocupação do território que o constituiu.[83]

As mudanças na dinâmica de ocupação dos espaços da cidade pelas famílias mais abastadas alteraram os lugares em que antes eram prioritariamente de moradia e uso dos trabalhadores mais pobres, pescadores e portuários, os quais foram sendo empurrados para a região de morros próxima a Praia de Iracema e Mucuripe, fazendo surgir uma das regiões mais pobres e desassistidas do poder público.

Desta feita, visando disciplinar o crescimento da cidade, Adolpho Herbster deu continuidade ao esquema de planejamento urbano, iniciado por Silva Paulet, em 1818, característico pelo traçado de vias em xadrez, e, inspirado pelas reformas operadas em Paris pelo Barão Haussman. Herbster desenhou a Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios, em 1875, marco definitivo do urbanismo municipal. Com a Proclamação da República, as mudanças na estrutura econômica, política e social, bem como a dinâmica de funcionamento foram sendo amplamente modificadas, conforme será visto no decorrer deste capítulo.[84]

Diante da importância econômica da cidade de Fortaleza, para o Nordeste do Brasil, os portos de Recife e de Salvador são fundamentais para viabilizar a importação e a exportação dessa região do País. O desenvolvimento comercial do Estado do Ceará estava ligado diretamente ao aumento do fluxo de mercadorias no Porto de Fortaleza entre o final do século XIX e início do XX.

Deter-me-ei ao Porto e seus arredores, destacando as características das moradias, os espaços de sociabilidade dos portuários e as relações de trabalho. Para tanto, utilizo os jornais da época e a literatura como fontes para aproximar o olhar das condições de vida desses

---

[83] ABREU, B., op. cit., 2012, p. 40-41.

[84] PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

trabalhadores, visto que se tornam fundamentais para compreender a leitura de mundo realizada pelos autores à medida que constroem a narrativa, a partir de suas escolhas e de seus recortes.

> No fundo, toda fonte, seja literária ou não, representa tão somente a opinião daquele que narra os fatos. Mesmo um documento oficial narrando dado acontecimento, a despeito de sua linguagem técnica, necessariamente foi redigido por um indivíduo que, sendo humano, não se furta de transmitir suas impressões pessoais. Nada que é humano está isento de emoção e de uma perspectiva particular de observação do mundo.[85]

A obra literária possui elementos fictícios e, exatamente por esse motivo, os historiadores abordam sua narrativa previamente alertados. Poucos, todavia, têm coragem de cogitar que fontes documentais oficiais possam não passar de construções ficcionais, expressando, a exemplo da literatura, apenas uma interpretação específica dos fatos narrados.[86]

Assim, a utilização da literatura torna-se importante para o desenvolvimento da presente pesquisa, ao retratar o cotidiano dos trabalhadores do Porto durante o período pesquisado, possibilitando-nos uma leitura das ações cotidianas dos trabalhadores portuários, banhistas, curistas e turistas, apesar de tratar-se de ficção e ser marcada por informações e disputas veladas ou explícitas.[87] Essa alternativa oferece ao historiador uma visão das relações sociais e das vivências da época, ou seja, uma visão para além do real, pois sinaliza para mundos possíveis.

De acordo com Jacques Leenhardt, a literatura é fundamental para a história:

> [...] A boa filha do historiador sempre a servir, se for preciso, ou silenciosa, se necessário. Ela é, então, um objeto particularmente útil no momento de pensar ou de não pensar os movimentos que agitam, ainda que implicitamente, as calmas águas da História.[88]

A partir do estudo da produção literária que serve para agitar os movimentos da história, os romances de Manuel de Oliveira Paiva, Gustavo Barroso e Adolfo Caminha são fundamentais para amenizar os silêncios em relação aos usos da praia e ao funcionamento do Porto de Fortaleza durante o início do século XX. Segundo Flávio R. Kothe, a literatura para Walter Benjamim é uma historiografia inconsciente, ou seja, não pode ser considerada um mero registro.[89]

---

[85] RAMOS, Fábio Pestana P. **História e literatura**: ficção e veracidade. Domínios de Linguagem II - ISBN: 85-902957-2-9, 2003. p. 3.
[86] LEENHARDT, Jaques. As Luzes da cidade. Notas sobre uma metáfora urbana em Jorge Amado. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Escrita, linguagem, objetos**: leituras de história cultural. Bauru: Edusc, 2004. p.150-151.
[87] LEENHARDT, op. cit., 2004, p.150-151.
[88] Ibid., p. 151.
[89] KOTHE. Flávio R. **Para ler Walter Benjamim**. Rio de Janeiro F. Alves, 1976. p. 80.

> As obras literárias mesmo não pretendendo ser e não sendo um mero registro histórico, acabam sendo uma historiografia inoficial. Na medida mesma em que não querem ser documento, seu caráter autônomo lhe permite uma liberdade de registro e transmissão que escapa à historiografia oficial [...].[90]

Apesar de a literatura fazer-se por meio da liberdade de registrar fatos sem se prender ao caráter de verdade, defendida pelo fazer historiográfico, ela é fruto de um período histórico em que o autor está inserido, possibilitando, assim, a aproximação com o passado.

> A História é narrativa do que aconteceu, mas não é *mimesis*, é tradução de uma alteridade no tempo, o que implica recriar formas de representar o mundo que não são mais as nossas, e que obedeciam a outras razões e sentimentos. Para tanto, as estratégias ficcionais do historiador estariam presentes na escolha, seleção e rejeição de materiais, organização de um enredo, escolha e uso de palavras e metáforas, desvendamento de sentidos implícitos.[91]

A literatura utilizada como fonte histórica deve ser compreendida para além dos limites do verdadeiro e do falso, sendo uma *construção social da realidade*, representação que se faz do real a partir do autor (sentidos implícitos), que ocorre através dos significados partilhados. Ao contrário da História que, mesmo possuindo estratégias ficcionais, precisa que o fato tenha acontecido para que seja realizada a *recriação do mundo feito texto.*[92]

> Defronte da avenida o mar, na sua aparente imobilidade, tinha reflexos opalinos que deslumbravam, crivado de cintilações minúsculas, largo, imenso, desdobrando-se por ali fora a perder de vista, e para o sul, muito ao longe, a luz branca do farol tinha lampejos intermitentes, de minuto a minuto. No porto a mastreação dos navios destacava nitidamente, inclinando-se num movimento incessante para um e outro, com oscilações de um pêndulo invertido.[93]

O olhar de Adolfo Caminha com base na "terra firme" demonstra a importância do mar para as pessoas que habitavam Fortaleza, recriada enquanto texto. A descrição feita a partir do mar para o continente aponta para o fato de que o Porto era primordial para a configuração da cidade, seja em relação à economia, às disputas políticas, como também para a configuração espaço social da cidade, e ocupava lugar de destaque na vida dos trabalhadores portuários.

Dessa maneira, recriarei a região do Porto de Fortaleza enquanto texto, compreendendo-o em movimento; movimento este dado pelos indivíduos, trabalhadores portuários, passageiros, turistas, curistas, pequenos comerciantes e passantes.

---

[90] KOTHE. F. R., 1976, p. 79.
[91] PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **Revista História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas n. 14, p. 31-45, set. 2003.
[92] PESAVENTO, op. cit., 2003, p. 35.
[93] CAMINHA Adolfo. **A normalista**: cenas do Ceará. Rio de Janeiro: Magalhães,1893. p. 93.

2.2 Aspectos dos trabalhadores e as ações do cotidiano de trabalho

> [...] Enquanto o vapor singrava em direção ao Mucuripe, começou a examinar a costa cearense, como se nunca a tivesse visto de fora, da tolda de um navio. Viu passar diante de seus olhos arregalados todo o litoral de Fortaleza, desde o farol de Mucuripe até a ponta dos arpoadores... Primeiro o farol, lá muito longe, embranquecido, cor de areia, ereto, batido pelos ventos; depois a extensa faixa de areia que se desdobra em ziguezague até a cidade; a praia alvacenta e rendilhada de espumas. Em seguida o novo edifício da Alfândega, em forma de gaiola, acaçapado, sem arquitetura, tão feio que o mar parece recuar com medo à sua catadura. Noutro plano, coqueiros maltratados pelo rigor do sol, erguendo-se da areia movediça que os ameaçava soterrar, uns já enterrados até a fronde, outros inclinados, prestes a desabar; o torreão dos judeus Boris, por trás, no alto da prainha, com as suas torres triangulares; as torres vetustas e enegrecidas da Sé; o Passeio Público, com os seus três planos em escadarias; a santa Casa de Misericórdia, branca, no alto; Gasômetro; a Cadeia; e por ali fora o arraial Moura Brasil, invadido pelo mar, reduzido a um montão de casebres trepados uns sobre os outros [...].[94]

O cenário que nos surge aos olhos é de uma cidade voltada para o litoral, que se tornou importante via de acesso de informações, de entrada e saída de pessoas, de mercadorias e de movimentação de ideias, contando com 70.000 habitantes em 1912, chegando a 1933 com o número de 136.386.[95]Ao deslizar sobre as águas bravias do litoral de Fortaleza, chego ao Porto e começo a visualizar a movimentação e o seu funcionamento. Mas essa região não se limita ao Porto, visto que está circundada pela praia e os vários usos feitos dela.

Pesquisar sobre o Porto e os seus arredores tornou-se possível com base no levantamento dos diferentes locais em que o Porto foi instalado, com as mudanças que foram feitas em sua estrutura e em seu funcionamento, em razão do movimento das marés[96] que dificultava as atividades dos trabalhadores portuários e os serviços.

Além de ser importante compreender o cenário no qual esta história é construída, devo destacar os portuários, os personagens principais desta trama, pois a partir da análise sobre os portuários, foi possível chegar às relações que construíram com outros personagens, tais como os elementos da Legião Cearense do Trabalho, Igreja Católica, do Estado, comerciantes e dos partidos políticos locais.

---

[94] CAMINHA, op. cit., 2007, p. 157.

[95] STUDART, Barão de. **Datas e factos para a história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2001. (Edição Fac-similar).

[96] A maré é um movimento periódico (regular), de grande magnitude e extensão, que afeta o nível geral dos mares, produzido pelo efeito da força exercida pelas massas da Lua e do Sol sobre os oceanos. Esta força varia diretamente com a massa e inversamente com o quadro da distância, segundo as teorias de Laplace e Newton. No mar as marés se apresentam como um movimento ondulatório da água, que se propaga no plano horizontal e vertical, produzindo uma ascensão e uma descida periódica do nível do mar. Cf. PANZARINI, R. N. **Compêndio de Oceanografia Física**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1967.

Dessa maneira, analisarei o local em que os trabalhadores do Porto viviam, buscando entender as dificuldades vividas dentro e fora do seu ambiente de trabalho, seja por problemas relacionados ao próprio lidar com o movimento das marés, nesse caso, por questões naturais, seja pelas tensões ocorridas nas relações de trabalho que vão sendo construídas no decorrer dos anos 1912 a 1933.

Olhando do mar, os primeiros personagens que apareceram foram os portuários, que se dedicavam ao serviço de estiva (carga e descarga) dos navios, tanto no Cais como através do uso de pequenas embarcações, também chamadas de catraias.[97] Os catraieiros eram trabalhadores que realizavam o transporte de mercadorias e passageiros; ou seja, carregavam e descarregavam os produtos dos navios que ficavam atracados à distância do cais por causa da pouca profundidade do ancoradouro, pois o Porto de Fortaleza não tinha capacidade para suportar navios de médio e grande calado.

No livro *Mississipi,* Gustavo Barroso narra a chegada de João Mississipi (protagonista do romance) ao Porto de Fortaleza: "os braços potentes dos catraieiros o arrancaram do escaler46 que pulsava ao impulso das vagas para a escada de madeira e o fizeram subir rapidamente até o estrado, onde o colheram os braços do Graciano e do Joaquim Morro". A partir desta descrição, podemos visualizar o catraieiro, com forte porte físico e músculos proeminentes, elemento essencial para o trabalho de carga e descarga de mercadorias e passageiros.[98]

O enfoque dado às características físicas dos trabalhadores do Porto nos romances aqui analisados é relevante, levando-se em consideração que grande parte dos ofícios exigia o uso da força, sendo frequentes a abordagem sobre esse assunto nas obras literárias, bem a descrição sobre o tipo de vestimenta utilizada. Gustavo Barroso descreve que passavam constantemente homens fortes com músculos à mostra, pois usavam, como vestimenta de trabalho, somente calção para cobrir o sexo. Essa era o que podemos chamar de vestimenta dos trabalhadores portuários ou, pelo menos, daqueles que faziam o serviço de estiva e transporte sobre a água. Enquanto os jangadeiros faziam somente os serviços de carregamento sobre as águas, usavam calça e camisa azul longas e chapéu de palha (Figura 3).

[97] Pequeno barco tripulado por um homem. Também chamado de catraia: embarcação miúda, de proa fina e popa chata, boca aberta, impelida a remo ou a vela, e destinada a executar serviços de um navio ou repartição marítima.
[98] MORAIS, Nágila Maia de. **Todo cais é uma saudade de pedra**: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História e Culturas-MAHIS. Universidade Estadual do Ceará, 2009. p. 28.

Figura 3 - Porto de Fortaleza, *anos 40*, mais conhecido como Ponte Metálica

Fonte: Arquivo Nirez.

O fervilhar de pessoas no Porto é destacado nesta fotografia, mostrado tanto em cima da Ponte quanto embaixo na areia. São banhistas, passageiros, trabalhadores (jangadeiros, pescadores, catraieiros, a presença dos guindastes) etc. Ao fundo, vê-se o movimento das pequenas embarcações e os guindastes utilizados nos serviços de carga e descarga.[99] A imagem mostra o pulsar da região portuária de Fortaleza e os diferentes usos deste espaço da cidade, mas que, para os trabalhadores portuários e os pescadores, era de onde retiravam o sustento para as suas famílias, onde praticavam os seus ofícios.

Dentre os vários ofícios praticados existiam: os catraieiros e ou lancheiros,[100] responsáveis pelos serviços de carga e descarga dos navios; os estivadores, trabalhadores portuários autônomos que exerciam uma atividade árdua e perigosa, a bordo do navio, sendo a sua remuneração feita por dia de trabalho. Os mestres tinham a tarefa de controlar, com os estivadores, o processo de trabalho em cada porão manualmente, pois não envolvia equipamentos sofisticados ou qualquer outra forma de hierarquia. O contramestre administra a

[99] Após iniciado o funcionamento do Porto do Mucuripe, nos anos de 1940, a Ponte Metálica deixou de ser utilizada. Esse fato, somado à construção do Porto do Mucuripe, contribuiu para as mudanças no ritmo e na dinâmica de funcionamento do Porto e também na configuração urbana da cidade.

[100] Lancha: pequena embarcação utilizada no serviço de carga e descarga dos navios, também chamada de catraia, mas como essa denominação tinha cunho pejorativo e era de uso entre os trabalhadores, os contratadores costumavam chamá-las de lanchas.

equipe de estivadores a bordo, estabelecendo o ritmo e a organização do trabalho com responsabilidade e comprometimento com a produção. O guincheiro era o trabalhador habilitado a operar guindaste; denominam-se genericamente como guindasteiros os operadores dos aparelhos de guindar de terra, sendo trabalhador de capatazia. No caso do operador de aparelho de guindar de bordo, este é comumente chamado guincheiro. O capataz realizava a atividade de movimentação de mercadorias nas instalações dentro do porto, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário. Cada função tinha suas especificidades, seus conhecimentos e práticas, que acabavam por classificar a importância dada aos trabalhadores e a sua mão de obra. Essa classificação também recaia sobre o valor pago e a jornada de trabalho.

Os trabalhadores portuários viviam em condições materiais ruins, habitavam em pequenas casas, localizadas próximas à região portuária, marcada pela ausência da assistência do Estado, fazendo nascer outra cidade, diferente do centro onde residia a maioria das famílias mais ricas. A região das areias constituía espaço marcado pela pobreza, com a luta dos trabalhadores do porto para obter meios para sobreviver.

2.1.2 O povo das areias: uma outra cidade

> A representação idílica do povo das praias tem sua função no quadro da sociedade visando aqueles que os constituíram em espetáculo. A multidão dos "pescadores a pé" e dos "pequenos pescadores"- menos temida que o círculo dos marinheiros - apresenta-se como uma das figuras do povo bom; os colhedores das praias escapam a mobilidade social; não há arrivista entre eles. Vivificado pelo contato com o peixe que consome, ligado por sentimento de solidariedade ao grupo, habituado ao heroísmo pela frequência dos naufrágios costeiros, o trabalhador das praias tranquila o citadino, que vê crescer nas cidades a constatação das hierarquias. A devoção do marinheiro e a firmeza da fé no interior dessas "freguesias litorâneas", onde se juntam, por empatia, a família dos marinheiros e a "comunidade da margem", integram-se a esta leitura. Os estereótipos antigos reforçam a percepção idílica. Esta intensifica o desejo e o prazer da beira-mar no turista, reconfortado ao poder contemplar tal população e pouco inclinado, de momento, a levar adiante a pesquisa etnológica. A deleitação que o espetáculo proporciona se manifesta tanto mais livremente na medida em que não há ameaça, nesse meio, de qualquer redução da distância social.[101]

[101] CORBIN, Alan. **O Território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Entre a representação feita do povo das praias, pescadores, marinheiros, portuários e colhedores, em um cenário idílico, até as questões sociais que envolvem este espaço, há uma distância significativa, entre o prazer de tão somente se deleitar, e o viver em precárias condições de moradia, alimentação e saúde.

Fortaleza cresceu tendo como foco a região do Centro da cidade, margeada pelo Mar, Igreja da Sé, Passeio Público, Santa Casa de Misericórdia, Estação do Trem, os prédios comerciais e as residências das famílias mais abastadas. Enquanto os flagelados da seca com os trabalhadores pobres foram empurrados do centro para a região das areias, como pode ser percebido na publicação do jornal *Folha da Tarde*, que trata da instalação de um compartimento da escola de aprendizes Artífices, um escritório que visava facilitar o transporte de material desembarcado no porto.[102]

As desigualdades sociais também são percebidas na configuração espacial, através de práticas de afastar os pobres, em sua maioria, flagelados da seca, que foram empurrados do centro para o areal, longe dos olhos da população mais abastada da cidade.

> A colônia de pescadores ali era composta, na maioria, de casebres de pau a pique, cobertos por palhas de coqueiro. A realidade cearense não deveria ser muito diferente daquela dos pescadores do vizinho Rio Grande do Norte, o que nos permite citar a descrição das moradias, segundo Câmara Cascudo: o casebre "erguia-se sempre de forma regular", dividido por "duas paredes de folhas de coqueiro, internamente"; havia nessa divisão, sala de estar, com um "banco sólido", a cozinha, sala de refeição e o quarto.
>
> Dormia-se em cama de varas e em rede. A comida, preparada em fogão de trempe, trazia de assado "carne, linguiça ou peixe na grelha". Farinha, rapadura, café misturado com manjerioba, "pouca verdura e coco, permanente para condimentos". Farofa e pirão completavam a dieta.
>
> Além da pesca, rendendo dinheiro irrisório e pouco de peixe para consumo da família, outras atividades complementavam a parca economia do jangadeiro. O labirinto era uma pequena fonte de recursos.[103]

As condições materiais, desde os aspectos estruturais da casa, a disposição dos objetos e utensílios domésticos, como os alimentos consumidos, demostram como moradores dessa região da cidade eram de extrema pobreza, enfrentando a escassez e as limitadas possibilidades de trabalho para a garantia do sustento da família.

Bem diferente da região das areias, o local da cidade onde os indivíduos pertencentes as camadas mais abastadas da sociedade residiam recebia toda a assistência do governo. Na década

---

[102] FOLHA DA TARDE. **Administração do Dr. Couto Fernandes - sensível beneficiamento**. n. 220, p. 3, 5 out. 1921.
[103] HOLANDA, Firmino. **Orson Welles no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001. p. 98-99.

de 1930, as mudanças urbanas foram ocorrendo em meio aos discursos das elites para legitimar a modernização da cidade, que ocorreu com sentidos diferentes para os ricos e para os pobres.[104]

A partir da seca de 1932, as classes abastadas se beneficiam da modernidade e urbanização de Fortaleza, usufruindo de obras de saneamento e aterramento no Centro da cidade. A população de retirantes, que não teve acesso às mudanças urbanas, não ficou passiva, questionou o governo e organizou saques de mercadorias como uma forma de pressionar a burguesia diante de suas insatisfações, quebrando a ordem estabelecida e obrigando as camadas mais enriquecidas a conviver com o "flagelo".[105]

Foi nesse emaranhado de conflitos de interesses políticos, econômicos e sociais que ocorreu o processo de "modernização" de Fortaleza, de maneira contraditória e paradoxal.

> No caso específico de Fortaleza, a modernidade também vai ser marcada pela exclusão, tanto espacial como social, pois enquanto a cidade será o lugar das proibições e dos desejos, esta mesma cidade será o lugar das proibições e separações. Enquanto a cidade fascina por sua magnitude não se mostra acessível a todos. Paradoxo, contradição e exclusão: eis as características da modernidade praticada em Fortaleza nas primeiras décadas do século passado.[106]

A exclusão da população pobre ocorre por meio da divisão e ocupação dos espaços e também da divisão material e social, visto que a modernidade de Fortaleza buscava atender aos interesses das camadas enriquecidas, não se importando com a maioria da população. As mudanças urbanas ocorreram a partir da reforma do Centro da cidade, tentando amenizar as contradições internas da economia e da indústria que se instalavam de maneira periférica. Para tanto, foram realizados investimentos para a construção de açudes, de poços profundos e de estradas de rodagem no interior, recursos para melhoramento do Centro e construção do Porto na capital, e a instalação da nova *Companhia de Energia Elétrica Light*.[107]

Com a construção do novo porto no Mucuripe, a região das areias, um espaço[108] antes habitado somente pelos trabalhadores pobres, como portuários e pescadores, passa a ser disputada com as famílias que possuíam maior poder econômico. Como pode ser percebido no trecho do livro *A Afilhada*:

---

[104] ALMEIDA, op. cit., 2013, p. 50.
[105] Ibid., p. 56.
[106] OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. **O moderno e o provinciano nos discursos sobre Fortaleza do início do século XX:** entre a "Cidade que se Tinha" e a "Cidade Que Se Queria". Monografia apresentada como requisito para Graduação. UECE, 2007. p. 40-41.
[107] ALMEIDA, op. cit., 2013, p. 67.
[108] CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

> Em Meireles ainda demoram uns bons sítios de recreio, onde não faltam cajus aos derradeiros meses do ano, a ponto de ir-se até ali, para banho de mar, em dias havidos bons para a saúde, os do tempo de caju". Mulher "vestida a camisola de banho" e depois de gozar as delícias da água, punha-se a andar descalça, "chinelo na mão" [...] "até pertinho do Mucuripe).[109]

Mas os significados dados à praia são diferentes, de acordo com a camada social. Para as famílias enriquecidas, era local de descanso nas casas de veraneio, e, gradativamente, ocupado por indústrias e casas comerciais. Para os trabalhadores marítimos, a praia era o ambiente que possibilitava o sustento de suas famílias, além de ser palco de sociabilidades. Corbin afirma:

> A praia representa o ponto de articulação entre o trabalho da terra e o do mar. A indecisão da fronteira possibilita a superposição ou justaposição das atividades. O encaixe dos calendários da pesca, da coleta na areia e dos trabalhos na agricultura confere um ritmo sutil às modalidades de exploração da beira-mar [...].[110]

No caso dos trabalhadores portuários, essa fronteira entre a terra e o mar ainda se faz mais fluida, visto que, dependendo da atividade que exerce no Porto, eles podem viver constantemente as mudanças quanto ao clima, marés, chuvas etc. Contudo, a praia não é um espaço reservado somente aos portuários, pois também é utilizado por banhistas, curistas e turistas, conforme se pode observar na Figura 4, a seguir.

No alto da fotografia, estão os navios que traziam e levavam mercadorias, passageiros e notícias de outros locais, estados, países e continentes. Vê-se também as embarcações que contribuíam de maneira determinante para a movimentação não somente na praia e no Porto, mas na cidade como um todo. Mais abaixo da imagem, as jangadas fazem o contraponto com as grandes embarcações, mostrando o dualismo existente na vida do trabalhador do mar e do Porto, que vivia a grandeza da movimentação e da importância comercial e econômica do Porto, e a simplicidade do cotidiano da vida na praia, nas pequenas casas, nas rodas de conversa e de jogo. Fortaleza se voltava para o mar, as pessoas ocupavam progressivamente este espaço da praia.

Partindo da ideia de que a praia e o Porto constituem-se espaço de lugar praticado e qualificado pela presença humana, resultante das práticas sociais, como espaço realizado enquanto vivenciado, afinal, um determinado lugar só se torna espaço na medida em que, nele, indivíduos exercem dinâmicas de movimento por meio do uso e, assim, o potencializam e o

[109] PAIVA, op. cit., 2009, p. 12.
[110] CORBIN, op. cit., 1989, p. 221.

atualizam, percebe-se que são apreendidos de maneira desigual, permeados por diferenças culturais.[111]

Figura 4 - Uma outra imagem de caminhadas na Praia do Peixe na década de 1920. Ao fundo nota-se o movimento portuário

Fonte: Arquivo Nirez.

Antes da instalação da *Companhia Light de Energia Elétrica*, Fortaleza possuía o sistema de iluminação a gás da *Ceará Gás Company*, no entanto, durante as noites que havia lua, as luzes ficavam apagadas. Sob a luz da lua, as pessoas desciam em direção à praia para tomar banho de mar. Os banhistas iam pela rua da praia, que passava pela Casa Boris, e iam em direção às praias da alfândega e do Pocinho.

> Quem subia desse modo pela Rua de Baixo alcançava a Praça da Sé.
> Nesse dia, e nessa hora, o carro foi obrigado a parar. É que da Catedral estava saindo o Santíssimo em direção ao outeiro. A praça, por então, tinha a

[111] CERTEAU, op. cit., 1999, p. 201-202.

> frequência de "gente pobre" que à falta do que fazer, mas não à falta de fé, passeava pelo "patamar".[112]

Chegando à praia, o que se via eram as pequenas barracas construídas para as famílias que possuíam recursos financeiros para que fossem feitas as trocas das roupas. Mas quem não tinha recursos para ter a barraquinha, trocava-se por detrás dos panos empinados pelas criadas. Durante esse período, os homens não podiam tomar banho com as mulheres. "Os costumes à época obrigavam os homens a se banharem separados das mulheres, que usavam sungas de baeta grossa, geralmente vermelha; as mangas chegavam aos punhos, as calças desciam até os tornozelos e a gola afogava o pescoço. Não se viam, afora a cabeça, as mãos e os pés, um tico de carne".[113] Além dos banhos de mar, voltados para o divertimento, também existiam os banhos indicados para a cura de doenças, isso estava muito ligado ao discurso médico vigente.

> Além da Alfândega nova, montada sobre estacas, ficava o trapiche da Guardamoria. Nas grandes marés de agosto, as ondas venciam o costão arenoso e se espraiavam debaixo daquela comprida construção de madeira pintada de azul. Corria paralela, vencendo um maceió do Poço da Draga, último vestígio do projetado porto, uma grande ponte de ferro, que unia a Alfândega ao quebra-mar atolado no areal. Em frente ao café, uma grande área plana atapetada de capim de burro e salsas floridas de roxo se atulhava com o material rodante, cadeiras e guindastes das obras portuárias interrompidas, paraíso da meninada vadia.[114]

Próximo da Alfândega do Trapiche Elley, a Hospedaria Paroara teve seus dias de glória, quando as famílias frequentavam esse estabelecimento, tanto na ida quanto na volta da praia. Servia refeições, bebidas, fazia rodas de pôquer, tornando-se um ponto de reunião para os trabalhadores e engenheiros das obras do Porto. [115]

> Ainda ontem por exemplo, um pobre pae de família trouxe-nos a denúncia de que, na praia, se joga ainda publicamente, tendo ali um seu sobrinho perdido já avultada importância, não só de seu ordenado próprio, como de dinheiro que lhe confiou para compras. Segundo essa mesma denuncia, funccionaram duas casas de jogo na rua da alfândega velha, uma vizinha à venda de um Sr. Cruz, e a outra fronteira ao edifício da Praticagem.[116]

Entre o Porto e o areal, os portuários trabalhavam e também mantinham relações de sociabilidade, diversão, jogatina, bebedeira, brigas etc., onde se relacionavam além das amarras do trabalho e das fronteiras do Porto. Essa região era esquecida pelo governo, que não oferecia

---

[112] PAIVA, op. cit., 2009, p. 13.
[113] BARROSO, op. cit., 1996, p. 158-160.
[114] Ibid., p. 161.
[115] Ibid., p. 160.
[116] JORNAL TRIBUNA. **Mas ainda se joga**. n. 1800, 1 mar. 1921. p. 2.

estrutura mínima para os moradores. Nas areias, as construções que predominavam até a segunda década do século XX eram de pequenas casas cobertas de palha e feitas de barro (Figura 5).

Figura 5 - Casebres na região da Praia do Peixe, próximos do Porto de Fortaleza 1908 (Primeira República)

Fonte: Arquivo Nirez.

A Praia do Peixe foi local de moradia dos pescadores e portuários, onde não chegavam as ações de infraestrutura do governo, tão marcantes no início do século XX, quando a cidade despertava a vontade de ser uma grande capital. Mas esse processo de transformação, com a construção e pavimentação das ruas, construções de praças, incentivos as primeiras industrias, não era compatível com o cenário de pobreza na região das areias. Ali as ruas se confundiam com as dunas, e as pequenas casas, feitas de barro e cobertas com palhas, não se assemelhavam aos casarios das famílias que possuíam recursos financeiros e residiam no Centro da cidade. Mesmo sendo frequentada por pessoas de diferentes níveis econômicos, era no início do período republicano, morada de trabalhadores pobres até a década de 1920, quando as famílias mais abastadas passaram a construir casas de veraneio.

A paisagem da praia era pintada com a presença de casas caiadas e cobertas de telhas ou de palha de carnaúba, quase todas erguidas por entre os coqueiros que ocupavam o espaço entre a pequena planície e as dunas. Conforme descrito no jornal *O Legionário*:

> [...] Mas francamente a nossa alegria desaparece por completo e muda-se em revolta quando chegamos ás areias da capital. Os pobrezinhos numa miséria extrema. Casas condennadas por todas regras de higiene. Areial immenso a encher de vermes e de doenças os homens de amanhã. Areial immenso a augmentar de muito o martírio do trabalho do pobre, que depois de lutar o dia inteiro ainda tem que comer quarteirões e quarteirões de areia para alcançar sua casinha. Areial immenso a impedir que o operariado almoce em família come ás pressas alguma coisa fora de casa, o que alem de alimenta-lo insuficientemente mal, ainda o afasta do lar onde sua influencia de esposo e de pae era mais que necessária e onde ele devia beber a influencia familiar.[117]

O que se percebe no decorrer da leitura deste artigo é o tom de denúncia diante das condições de vida dos trabalhadores, tanto no que concerne ao trabalho como para além dele, ao tratar sobre a dinâmica da vida no local onde moravam e também da dinâmica familiar.

O trecho do jornal *Legionário* mostra aspectos do cotidiano do trabalhador que morava no areal, apontando os problemas gerados pela distância do local de trabalho, que, segundo o argumento utilizado no texto, fazia com que o homem ficasse mais tempo longe da família, muitas vezes não exercendo o seu papel como chefe, alimentando-se mal; e isso acabava por interferir em seus afazeres durante a jornada de trabalho. As questões ligadas a higiene também são denunciadas, fazendo a relação direta entre a miséria existente e as condições de saúde das pessoas que ali residiam. O artigo supramencionado denuncia as condições de vida dos trabalhadores, tanto no que concerne ao trabalho quanto para além dele, ao tratar sobre a dinâmica da vida no local onde moravam e também familiar.

A Dissertação de Carla Silvino de Oliveira, intitulada "Cidade (in)salubre: ideias e práticas médicas em Fortaleza (1838 -1853)", trata sobre o início das ações médicas na cidade e a demarcação dos espaços (in)salubres, com o objetivo de organizar as ações médicas e possibilitar a criação e a organização dos espaços urbanos, como, por exemplo, cemitério, hospital, de modo a prevenir e curar as doenças, mercado, cadeia, conforme se pode ver no mapa a seguir (Figura 6).[118] Dentro dessa análise, Oliveira aborda a questão dos Pântanos da cidade, formados pelas águas das chuvas, em terreno baixo nas proximidades do riacho Pajeú

[117] O LEGIONÁRIO. **Calçamento para as areias!** n. 17, 4 jun. 1933, p. 1.

[118] OLIVEIRA, Carla Silvino. **Cidade (in)salubre:** ideias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, 2007.

e da Praia, os quais eram considerados uma ameaça para a cidade, pois eram insalubres, geradores de doenças.

Figura 6 - Mapa elaborado a partir da planta de Fortaleza, levantada pelo Padre Manoel do Rego em 1856, e informações do Jornal *O Cearense*, dos Relatórios dos Presidentes de Província e da documentação expedida pelas autoridades médicas para o Presidente da Província.[119]

Fonte: OLIVEIRA, Carla Silvino. **Cidade (in)salubre:** ideias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, 2007.

Apesar de Oliveira analisar com base nesse Mapa a organização espacial de Fortaleza durante o século XIX, as demarcações dos espaços da cidade mantiveram-se iguais até por volta de 1920, quando o pântano da Prainha, localizado na região do areal, começou a ganhar uma nova configuração a partir das ações de transformação urbana e da ocupação pelas casas de veraneio das famílias com maiores condições econômicas.

> As exalações dos pântanos que existem nas proximidades do porto, e a humidade d'atmosphera que as moléstias podem desaparecer empregando os meios aconselhados pela hygiene, e fazendo entulhar esses pântanos, o que se pode conseguir com facilidade.[120]

[119] OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 69.
[120] Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará, apresentou na sessão ordinária no dia 1º. de junho de 1843, o exmo. presidente e commandante das armas da mesma província, o brigadeiro José Maria da Silva Bitancourt. Ceará, Typ. de José Pio Machado, 1843.

Os problemas de saúde e higiene causados pelos pântanos foram matérias de denúncias frequentes, e de preocupação do governo por estarem diretamente relacionados aos frequentes casos de febre e por serem focos de miasmas. No entanto, as ações de intervenções nesses dois pântanos (Prainha e Pajeú) só foram realizados de maneira efetiva à medida que os moradores pobres foram sendo empurrados para a região Leste da cidade para darem espaço às famílias ricas.[121]

No entanto, os moradores da cidade não sofriam somente com os odores e as doenças causadas pelos pântanos, mas também com o acúmulo de lixo e com a necessidade de se construir um aparato urbano (hospitais, cemitérios e prisões) para combater infecções, epidemias e as doenças.

Para os trabalhadores do Porto que residiam nas proximidades do pântano da Prainha, restou apenas conviver com as ameaças de doenças, infecções e epidemias, as quais tinham suas consequências agravadas pela falta de atenção do poder público, pois o discurso médico higienista não foi utilizado para melhorar de maneira efetiva a vida desses trabalhadores e de suas famílias, mas para modificar o cenário da cidade e afastar qualquer tipo de contaminação das pessoas mais abastadas da cidade. Eram duas Fortalezas (dos ricos e dos pobres) convivendo em uma só.

Além do local de moradia, a praia era o espaço de trabalho dos portuários, pescadores e trabalhadores informais, que faziam "bico" nas proximidades do Porto, como, por exemplo, vendendo sucos e bebidas. Em contrapartida, para a população mais abastada, a praia era compreendida como espaço de lazer ocupada por banhistas e turistas e também representava saúde, fundamentada no discurso médico-higienista à época.

> O modo de apreciar o mar, o olhar dirigido às populações que frequentam suas margens não resulta apenas do tipo, do nível de cultura, da sensibilidade própria do indivíduo. A maneira de estar junto, a convivência entre turistas, os signos de reconhecimento e os procedimentos de distinção condicionam igualmente as modalidades de fruição do lugar. O emprego do tempo e o arranjo do espaço imposto pelas formas de sociabilidade que se organizam para depois se manifestarem à beira do mar, a gama das distrações, dos prazeres e das obrigações que daí resultam, esboçam a vilegiatura marítima, por enquanto em gestação.[122]

Paulatinamente, a praia e a região que a margeia, como, por exemplo, a Praia do Peixe, foram se tornando espaços que ganharam vários significados, mas a apreciação desse ambiente

[121] OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 71-72.
[122] CORBIN, op. cit., 1989, p. 267.

foi algo comum à maioria dos personagens que por lá passavam. Utilizo aqui o conceito de Otium, abordado na análise de Alan Corbin sobre os usos da praia, que afirma:

> O otium implica a variedade; leitura, prazeres da coleção e da correspondência, tempo dedicado à contemplação, à conversão filosófica e ao passeio, são desfrutados alternadamente. O repouso ao ar livre é acompanhado às vezes de jogos pueris que a praia propõe: a pesca, a coleta de seixos ou conchas, a natação, conjunto de práticas que a amizade e a hospitalidade reúnem num feixe.[123]

Destaque-se o fascínio exercido pela praia e o processo de esta inventar-se, como também da região portuária durante o período pesquisado.[124] No entanto, o areal continuou sendo um local paupérrimo, mas era este o espaço que circundava a região portuária. Frequentemente eram feitas denúncias nos jornais acerca da condição de pobreza e da carestia que esses trabalhadores enfrentavam: "E como comprar lenha, café, açúcar, fósforo, querosene e os temperos para cozinhar a corda de biquara comprada na praia com salário tão curto?".[125] A pobreza que permeava a vida dos portuários, traço marcante desse período, alimentou o desejo de luta contra a exploração que sofriam dos empregadores e o descaso dos governantes. Como podemos perceber no trecho a seguir do Jornal *Voz do Graphico:*

> O século XX, que é o século dos trabalhadores, aconselha a confraternização da família operaria e o escorraçamento do seu seio dos politiqueiros, sejam eles operários ou burgueses, e não se fiarem nos seus palavreados bonitos e adocicados que não é com isto que os trabalhadores dão pão à sua prole. Vender e comprar votos é o comércio da vergonha.[126]

Um dos problemas mais marcantes na vida dos trabalhadores esteve relacionado ao aumento dos preços dos gêneros de alimentação básica, como o feijão, a farinha de mandioca e o pão. Essa preocupação era constantemente denunciada nos jornais da cidade. A população da cidade, de modo geral, do mais pobre aos ricos comerciantes, reclamava dos valores dos produtos.[127] Os preços dos alimentos vendidos na cidade de Fortaleza variavam entre os seguintes valores:

Café 2$400 / kg, farinha 380 / kg, carne 1$400 / kg, pão 100 / 35g (1919); carne 1$800 / kg, peixe 2$500 / kg, pão1$600 / kg (1922); pão 2$200 / kg (1925).[128]

[123] CORBIN, op. cit., 1989, p. 248.
[124] Ibid., p. 299.
[125] VOZ DO GRAPHICO, Ano I, n. 2, 6 jan. 1921.
[126] VOZ DO GRAPHICO, Ano I, n. 2, 6 jan.1921.
[127] A TRIBUNA. **Contra a carestia**. Fortaleza, 9 nov. 1923.
[128] Informações retiradas do Jornal **Ceará Socialista**, 14 jul. 1919; e de '**O Nordeste**, 21 nov. 1922; e 20 out. 1925.

Os altos valores da inflação foram provocados por inúmeros motivos, dentre eles: taxação de impostos; movimento portuário, seca etc. Nesta realidade de carestia, o socorro mútuo foi visto como uma possibilidade para amenizar, a crise econômica que, aliada às precárias condições de higiene e saúde, somaram-se à proliferação de doença. No caso dos trabalhadores do porto, o valor médio da diária era de 2$000, isso significa que um dia de trabalho não era o suficiente para comprar bens alimentícios básicos.

A região da praia deixou de ser simplesmente um ponto de ligação entre o mar e o continente, tornando-se espaço de trabalho e moradia.[129] Segundo Oliveira e Ricupero, os portos são tradicionalmente regiões de conflito,[130] tendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos como delineadores desse cenário que desafiou a administração pública e tornou-se uma ameaça para as camadas mais enriquecidas. Em meio à pobreza e à exploração, os trabalhadores foram questionando o seu modo de viver, suas condições de moradia, os gastos, a ausência de apoio por parte do Governo e dos patrões, e, assim, foram utilizando esses problemas como combustíveis para alimentar as lutas por melhores condições de vida.

As duas cidades aqui abordadas (areal e centro) surgiram na Fortaleza marcada por intensas disputas entre diferentes grupos políticos, que muito frequentemente não estavam preocupados em discutir e melhorar a vida da população como um todo. Mas buscava proximidade dos trabalhadores, participando das associações como apoiadores, sócios beneméritos, ou simplesmente cedendo espaço para noticiar as ações destas associações em seus jornais, em troca de apoio político.

Diante das disputas pelo poder político, o funcionamento e o controle do Porto exerciam importante papel, tendo em vista sua relevância na organização econômica da cidade, ditando o ritmo das importações e exportações. Assim, as tensões internas no Porto entre contratadores, patrões e trabalhadores possuíam não somente relevância comercial, mas também política, pois o bom funcionamento dos serviços no Porto estavam diretamente relacionados a organização do comércio e da economia.

---

[129] DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares**. São Paulo: NUPAUB - USP,1995. p. 14.

[130] OLIVEIRA, Luis Valente de; RICUPERO, Rubens. **A Abertura dos Portos** (Org.). São Paulo, SP: Senac, 2007. 352p. ISBN: 978-85-7359-651-9. Cf. REBOUÇAS, Roberto Bruno Moreira. **A influência portuária no modelado e reconfiguração da orla:** o caso do Porto do Mucuripe e Praia do Serviluz. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia, Fortaleza, 2010.

2.3 A importância do Porto: os grupos políticos locais e os portuários

A cidade de Fortaleza, durante as primeiras décadas do século XX, manteve-se voltada para o mar, visto que o Porto era a principal engrenagem econômica da cidade, através da exportação e, principalmente, da importação. O cenário político foi marcado por disputas partidárias, ocorridas inicialmente em 1912, quando a oligarquia, liderada por Antonio Pinto Nogueira Accioli, entrou em conflito com a oligarquia dissidente, chefiada pelos advogados, João Brígido, Hermenegildo Firmeza e Valdemiro Cavalcante, os quais buscaram minar o domínio acciolino no poder político do Estado do Ceará, que se arrastava desde 1896. Essa estratégia se dava por meio de alianças com os trabalhadores, dentre eles, os portuários para depor Nogueira Accioli.[131]

A vitória oposicionista ocorreu após a luta armada nas ruas de Fortaleza, levando ao poder Franco Rabelo que governou de 1912 a 1914, quando foi também deposto após a Sedição de Juazeiro, através da força da Política Salvacionista, implementada pelo Presidente Hermes da Fonseca.[132]

Durante os anos que se seguiram à deposição de Nogueira Accioli, à Sedição de Juazeiro e à crise da administração de Franco Rabelo, o Ceará foi governado pelo Interventor Setembrino de Carvalho, sendo seguido pelo Governo de Benjamin Liberato Barroso:

> A gestão do Coronel Benjamin Barroso deve ser considerada período de transição, mediando a fase convulsa que se abriu na campanha contra o Dr. Nogueira Acciolly e com a intervenção federal, e a fase de normalidade que se seguiu com o Governo do Dr. João Tomé de Saboia e Silva.[133]

No período de governo de João Tomé, o Ceará viveu um pico na produção algodoeira; consequentemente, com o aumento das exportações deste produto, ocorreu o crescimento dos serviços de carga e descarga do Porto de Fortaleza que possuía muitas limitações em sua estrutura física e constantemente passava por intervenções para a realização de serviços de manutenção.

Durante os anos de 1920, o Ceará sofreu uma grave seca que agravou a situação econômica do Estado, acentuando a crise na pecuária e na agricultura e intensificou o êxodo

---

[131] MORAIS, op. cit., 2009, p. 81.

[132] Política implementada pelo Presidente Hermes da Fonseca para manter no poder Federal e nos Estados as oligarquias que ditavam as ações políticas e econômicas no Brasil durante a primeira República. No Ceará ocorreu a Sedição de Juazeiro como reflexo da Política das Salvações. Ver TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.

[133] BARROSO, José Parsifal. **Uma história política do Ceará:** 1889-1954. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984. p. 86.

rural para a Capital. Nesse ínterim (1919-1923), o governador do Ceará era Justiniano de Serpa, homem que priorizou a reorganização da estrutura da política interna, que ainda sofria diante das disputas políticas, e investiu no sistema educacional, na criação de escola e na melhoria no ensino.

> Promulgou nova e mais moderna Constituição, a 04.11.1921, com a proibição de acumulações remuneradas, bem como garantia da indemissibilidade dos serviços públicos, sem prévio inquérito administrativo. Por cima dos interesses partidários, as necessidades do ensino primário, removendo o Cadastro Escolar. Deu nova estrutura pedagógica ao ensino normal, malístico e literário. Criou o Curso de Férias para os professores do interior. Aumentou a rede escolar construindo Grupos e reunindo escolas que, ilogicamente, funcionavam separadas.[134]

Apesar de Justiniano de Serpa ter tentado amenizar as questões que envolviam os desmandos dos grupos políticos, o cenário de disputa entre os Marretas e os Rabelistas (conservadores X Democratas),[135] iniciado antes da deposição de Nogueira Accioli, persistiu durante o Mandato do Desembargador Moreira da Rocha (1924-1928), período que antecedeu imediatamente a Revolução de 1930. Mesmo enfrentando a instabilidade política, Moreira da Rocha buscou executar o seu programa de metas com obras iniciadas pelo governo anterior. Dentre estas, estava a construção da ponte de desembarque do Porto de Fortaleza, que foi executada devido à cobrança de uma taxa sobre as mercadorias que eram transportadas, como também devido ao recurso público.[136]

Matos Peixoto governou apenas um ano (1928-1929), quando ocorreu a Revolução de 1930. Depois disso, o Ceará passou a ser administrado por Interventores, sendo o primeiro, Dr. Fernandes Távora, que trabalhou para reorganizar a administração do Estado, reduzindo encargos e o número de municípios; o segundo, Carneiro de Mendonça, e, por último, Menezes Pimentel, em 1935, que fazia parte da *Liga Eleitoral Católica* (LEC),[137] através de eleição indireta realizada pelo Poder Legislativo. O cenário no Ceará era o seguinte:

---

[134] BARROSO, op. cit., 1984, p. 94.

[135] As tensões entre os conservadores (marretas) e os Rabelistas (democratas) tiveram início em 1912, quando, após a deposição de Nogueira Accioly, Franco Rabelo fez um acordo com Accioly, no qual se comprometia a negociar cargos políticos em troca do apoio do oligarca. Porém, com a chegada do Coronel Thomaz Cavalcante, enviado por Pinheiro Machado, ocorreram mudanças no cenário político, visto que este foi enviado para liderar o Partido Republicano Conservador, também chamado de marreta, que se opunha ao acordo entre Nogueira Accioly e Franco Rabelo. Esse acordo também não foi bem aceito por parte daqueles que apoiavam Franco Rabelo. Cf. CAMURÇA, Marcelo. **Marretas**, **molambudos e rabelistas**: a revolta de1914 no Juazeiro. São Paulo: Maltese, 1994.

[136] BARROSO, op. cit., 1984, p. 102.

[137] LEC: A Liga Eleitoral Católica foi fundada em 1932, por iniciativa do cardeal Leme. Em nível de Brasil, foi uma organização de cunho político, mas apenas no Ceará transformou-se em partido político. Nacionalmente a LEC objetivava acumular forças políticas em torno da doutrina social da Igreja, apoiando os partidos e os candidatos que concordassem com seu programa mínimo. Seu secretário-geral, Alceu Amoroso Lima, elaborou

> Lecistas, Conservadores, Democratas, Integralistas, Agrários, bem que ideologicamente separados tinham, sob certos aspectos, objetivos e pontos de vista comuns. Era, pois, natural sua aproximação, como consequência lógica da evolução que nos últimos tempos se operara na política cearense. Daí, a formação da Frente Única sob a legenda da Liga, constituída por elementos a que me refiro. No campo oposto, o Partido Social Democrático, organizado depois da revolução arregimentava-se dentro dos seus próprios quadros para enfrentar as correntes adversas.[138]

Menezes Pimentel precisou lidar com as tensões ideológicas existentes entre Lecistas, Conservadores, Democratas, Integralistas, Agrários (PSD), Igreja Católica, anarquistas, socialistas e comunistas. Criando a Delegacia de Ordem e Política Social, desligou a Guarda Cívica da Força Pública e conferiu-lhe autonomia. Ressalte-se que foi durante o seu governo que foram retomadas as obras do Porto do Mucuripe, as quais enfrentavam vários problemas durante os governos anteriores.

No tocante às transformações urbanas, a cidade de Fortaleza apresentava os primeiros passos no desenvolvimento capitalista, com ampliação de lojas, de produtos importados e de instalação de fábricas, distribuídas em diversos ramos, como: tecidos, redes, sabão, óleos, aniagem, mosaicos, calçados, curtumes, destilação e bebidas, velas, malas, torrefação de cafés, gelo, cigarros 41 etc., além do desenvolvimento dos transportes, como, por exemplo, ferrovias.[139]

Durante os vários governos que se sucederam entre os anos de 1912-1933, o Porto esteve negligenciado em razão da falta de investimento do Estado, como também por causa das questões econômicas e políticas, que, durante vários anos, impediram o Porto de funcionar de maneira eficaz, atendendo as demandas do comércio e do transporte de passageiros, bem como tornaram inviável a construção do novo porto na região do Mucuripe.

Diante das difíceis condições estruturais do Porto, no que tange ao serviço de carregamento de mercadorias, o embarque de passageiros dos navios interferia diretamente no dia a dia de trabalho dos portuários, ou seja, no seu fazer cotidiano. Ater-me-ei às mudanças na estrutura física do Porto de Fortaleza, bem como as mudanças de lugar, desde o Trapiche Moreira da Rocha, passando pela Ponte Metálica e ao Mucuripe.

---

um programa composto de medidas que a Igreja desejava ver incluídas na Constituição de 1934. Cf. CARONE, Edgar. **A República nova**. São Paulo: Difel, 1974.

[138] BARROSO, op. cit., 1984, p. 122.

[139] Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1932, confeccionado por João da Câmara. Fortaleza: Empreza Tipographica.

2.4 Ensaios sobre o Porto de Fortaleza: o Trapiche Ellery e a Ponte Metálica, chegando ao Mucuripe

> Que delicioso passeio não é a travessia de um a outro ponto pela margem daquelle mar bravio em fora, ao ouvir a ruidosa musica das ondas que vem quebrar-se de encontro à praia salpicando de branca espuma as areias dos môrros.[140]

O Porto da cidade de Fortaleza inicialmente recebeu o nome de Trapiche Ellery (Figura 7), no início do século XX, funcionou próximo do Centro da cidade, posteriormente transferido para o Trapiche[141] Moreira da Rocha, e chegando, por fim, ao Mucuripe. Essas mudanças de local são fundamentais, visto que estão diretamente relacionadas ao movimento das marés e à má estrutura física que dificultavam os serviços. Dependendo da maré, o atracamento dos navios era feito mantendo uma certa distância do Trapiche para não encalhar. Então o serviço de carga e descarga dos navios era feito com o apoio das pequenas embarcações (catraias e lanchas).

Figura 7 - Antigo Trapiche Ellery

Fonte: Arquivo H. Espínola.

[140] BEZERRA, Antonio. As praias: O Mucuripe. **Revista do Instituto Histórico e geográfico do Ceará**, 1902. p. 94.

[141] O termo trapiche faz referência ao armazém onde eram estocadas mercadorias destinadas à importação ou à exportação. Como as pontes de madeira que entravam algumas dezenas de metros no Estuário, alcançando o convés dos navios à vela, que não mais podiam se aproximar das margens, sob pena de encalharem.

Em 1886, com o incentivo do Governo Geral do Ceará, a Companhia *Ceará Corporation Limited* inicia a construção do Porto de Fortaleza, seguindo o plano do engenheiro John Hawkshaw. O Trapiche do Ellery, como era conhecido o antigo Porto, estava localizado na região central da cidade, na "Prainha", quase em frente à casa do seu dono, o inglês Henry Ellery, na Rua Senador Almino, esquina com a Rua Dragão do Mar.[142]

No final do século XIX, o Porto era constituído por um trapiche de madeira que adentrava ao mar e dependia de pequenas e médias embarcações para os serviços de carga e descarga dos navios. Possuía uma estrutura física paupérrima e sofria com os fortes ventos. A formação constante de bancos de areia dificultava o atracamento dos navios, prejudicado também pelo intenso movimento das marés. Nesse período, surgem as discussões sobre a viabilidade da construção de um novo Porto na ponta do Mucuripe, tendo essa proposta a rejeição dos comerciantes e donos de armazéns, os quais lucravam com o Porto localizado próximo do centro comercial de Fortaleza.

O Porto quando do seu funcionamento na altura do Centro de Fortaleza, mais precisamente na região do Poço da Draga, foi marcado pelas dificuldades para lidar com o movimento dos ventos e das marés que interferiam no serviço de atracamento.

> O algodão e outro productos são transportados dos armazens e empilhados na praia, nas horas de prêa-mar; na baixa mar, grande numero de homens empregam-se no transporte de alvarengas, fundeadas até 100m, 00, proximadamente, do litoral. Esses homens entram pelo mar com agua pelo pescoço. As mercadorias ficam molhadas com frequencia; quando a água esta agitado, os trabalhadores são arrastados, e o gêneros ficam perdidos ou avariados.
>
> [...] O desembarque de passageiros é muito difícil. Raras vezes podem os botes aproximar-se da terra: o embarque e desembarque praticam-se, geralmente, em jangadas a vela.[143]

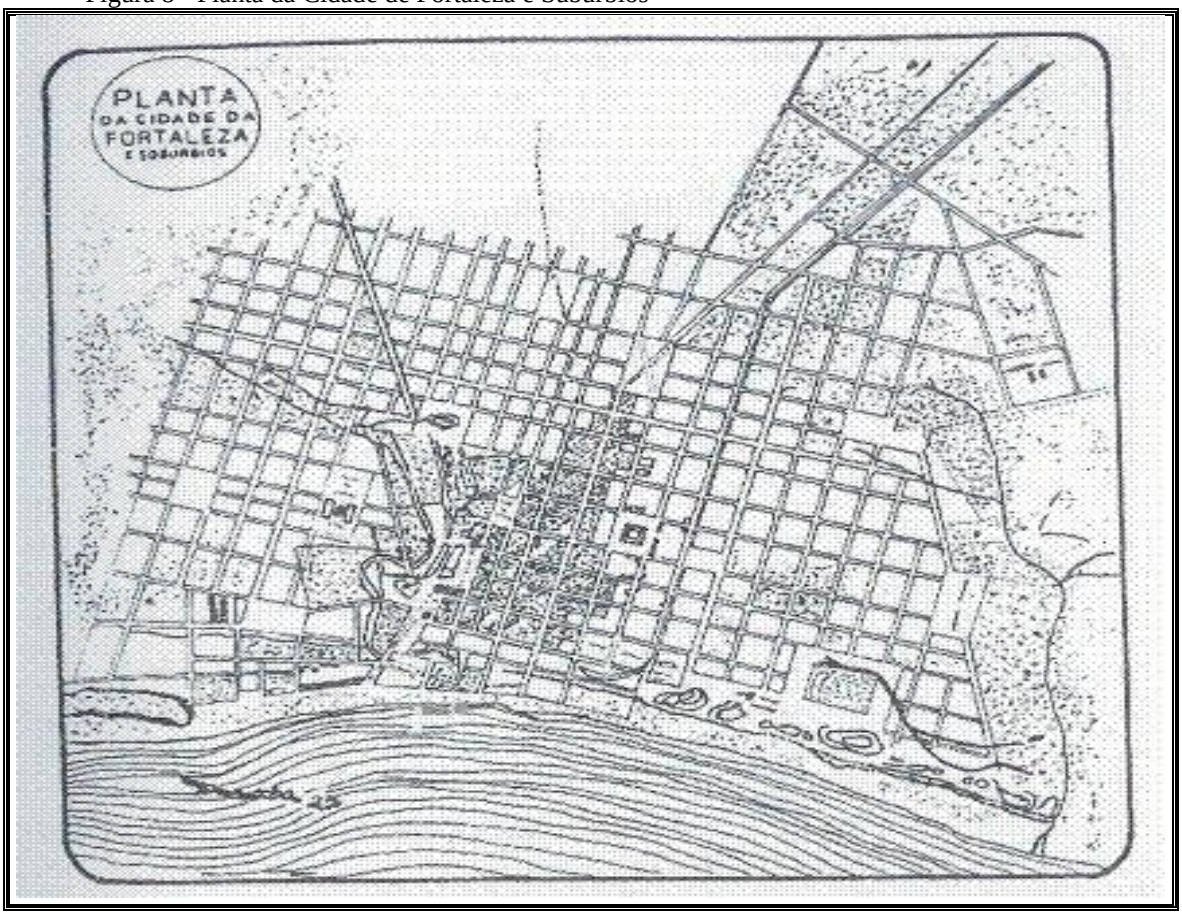
Constantemente eram registrados acidentes com trabalhadores e passageiros, além de perdas de mercadorias que caíam na água. As dificuldades para realizar os serviços de carga e descarga, tanto de passageiros como de mercadorias, fizeram com que surgissem discussões sobre a viabilidade ou não de o Porto permanecer no mesmo local. Observe-se a Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios (Figura 8).

---

[142] MORAIS, op. cit., 2009, p. 33.

[143] Relatório de Sir John Hawshaw em 1875, sobre melhoramentos dos Portos do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará**, 1909. p. 185.

Figura 8 - Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios[144]



Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, 1909. p. 185.

Nesta Planta, a cidade é apresentada prioritariamente através de traçados urbanos, evidenciando que a representação espacial passa a concentrar-se na terra firme e não mais se projetando sobre a praia ou mar, a não ser por suas margens correlatas do continente. A elaboração da Carta Cadastral, que representa o arruamento da cidade e de sua topografia, caracteriza o primeiro esforço da municipalidade em registrar sob o seu controle a imagem da cidade, delimitando o alcance do Estado, passando essas discussões sobre a importância de onde seria localizado o Porto.

Por sua vez, o Dr. Francisco José de Oliveira e Francisco Ferreira Borges apresentaram uma proposta de mudança que consistia na construção de um cais ao longo do litoral, que abriria um canal entre o recife e a praia, para impedir a acumulação de areia. Os senhores Coimbra e Klingelhoerfer também propuseram alterar o recife e romper um canal, construir cais de 350m ao longo da praia e construir molhes para o serviço de embarque e desembarque de mercadorias e passageiros, tendo um custo de E225,000.

[144] PONTE, Sebastião Rogério de Barros da. **Fortaleza Belle Époque:** reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Secretaria da Cultura/Museu do Ceará, 2006. p. 26. (Edição ilustrada).

Por outro lado, os senhores Zozimo Barroso e Neate defendiam a construção de um quebra-mar sobre o recife de 400m, servindo de molhe e ligado a um cães de 150m para ser usado pelos vapores. Paralelo ao molhe e ao litoral, seria construído outro cais com a extensão de 300m para uso dos navios a vela; além da construção de um viaduto aberto, interligando o quebra-mar ao cais, orçado em E176,000. Zózimo Bráulio Barroso afirmou que, além da construção do Porto de Fortaleza no Mucuripe, era necessária uma linha férrea para ligar o Porto à Alfândega (Trapiche Ellery).[145]

Outra proposta foi feita pelo Dr. Francisco Antonio Pimenta Bueno:

> Elevar o recife do Ceará até o nível da maré de equinoxio, empregando construção de pedra de 400 ou 500m,00 de extensão. Propôs ainda construir um cães ao longo do litoral, paralello ao quebra mar, um molhe em ângulo recto com o cães, e uma muralha para previnir que as areas de terra invadissem o porto. O molhe era destinado exclusividade para o embarque e desembarque de passageiros, continuando, segundo informaram-me, o serviço de alvarengas para a carga e descarga de mercadorias. Evelava-se a E225.000 o orçamento total.[146]
>
> A O *(OESTE - grifo meu)* do Mucuripe existem os recife Meirelles e da velha, o banco da Estrella e o baixo da Coroa Grande separados entre se por canaes profundos. A Coroa Grande fica em frente á cidade do Ceará, dista um kilomentro do litoral, protege de alguma sorte o ancoradouro e oferece 3, m 00 de profundidade, contados do recife à linha da beira mar. Na preá-mar o abrigo é insignificante.
>
> O recife do porto, inexactamente figurado na maior parte dos mappas, é formado de grés e avança sobre o mar, partindo do extremo L da cidade diagonalmente à linha do litoral. Na baixa mar o recife protege regularmente as alvarengas e pequenas embarcações, mas de ordinária o abrigo é insignificante, por que as ondas varrem-no, excepto na baixa-mar d'aguas vivas d' equinoxios.[147]

Os debates sobre a localização do Porto de Fortaleza possuíam também um caráter político e econômico, visto que os grupos comerciais locais, os quais também tinham participação nos grupos políticos, não queriam a mudança do Porto para a ponta do Mucuripe, pois se localizava longe do Centro, e tal mudança demandaria gastos e investimentos.

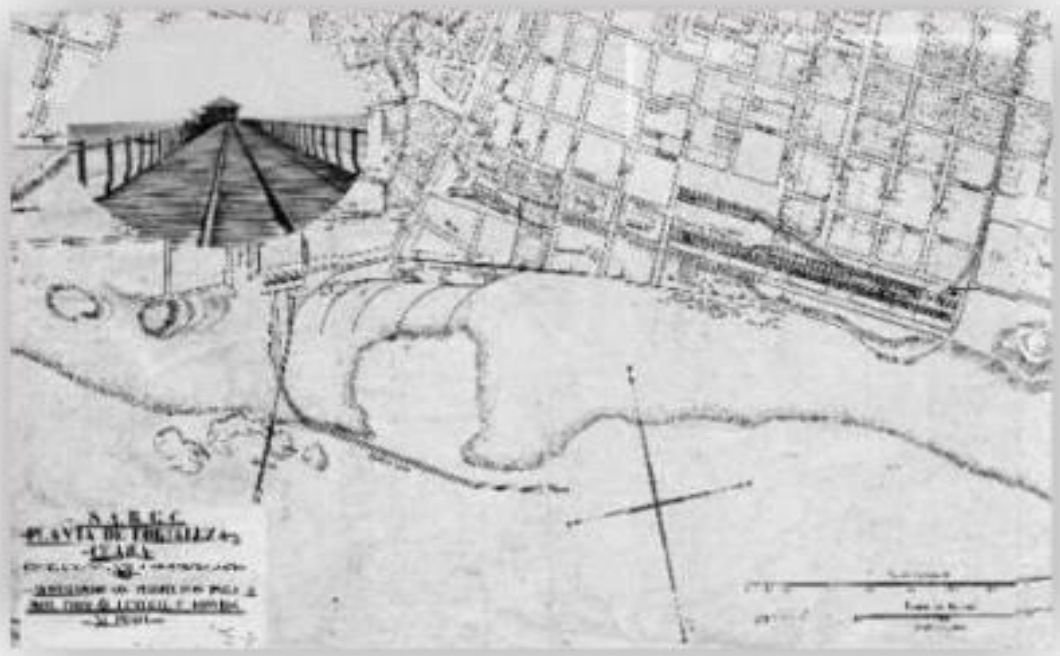
Apesar dos problemas estruturais, somente durante o governo do Presidente Campos Sales (1902) foi autorizada a elaboração de um novo plano para o Porto (Figura 9), chamado de Viaduto Desembargador Moreira da Rocha, cujas obras foram iniciadas em 18 de dezembro do mesmo ano e concluídas em 26 de maio de 1906.[148] Dois anos após o início das obras,

---

[145] ESPINOLA, op. cit., 2007, p. 44.
[146] Relatório de Sir John Hawshaw em 1875 sobre melhoramentos dos Portos do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará**, 1909. p.186.
[147] Ibid., 1909, p.183-184.
[148] MORAIS, op. cit., 2009, p. 34.

ocorreu a Greve dos Trabalhadores Catraieiros que paralisou os trabalhos de construção e dos serviços de carga e descarga de mercadorias e passageiros.

Figura 9 - Imagem da localização do novo Porto de Fortaleza, 1908



Fonte: Arquivo Nirez.

Essa imagem mostra o Viaduto Moreira da Rocha, enquadrado nos traçados da Planta de Fortaleza, que coloca o Porto dentro de uma ideia de destaque, enfocando a importância desse espaço para o ordenamento e funcionamento da cidade.

Parte da percepção de que o espaço é definido como produto histórico, onde o sujeito da história é o governante, que se confunde com o território da cidade, elabora planos de organização da cidade, delimitando e direcionando os usos dos espaços compartilhados socialmente.[149] O Porto é um espaço pensado pelo governo, construído com estruturas de ferro, importadas de Londres, tendo, como piso, lastros de madeira, retirados das matas das cercanias de Fortaleza. A ponte foi projetada para realizar o embarque e desembarque de passageiros e cargas, sendo utilizada para esse fim durante as três primeiras décadas do século XX.

[149] ANDRADE, Margarida Julia Farias de Sales. **Fortaleza em perspectiva histórica:** poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). Tese (Doutorado) – defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2012.

Tanto os trabalhadores portuários como os que realizavam as obras de construção do novo Porto enfrentavam o vai e vem das marés[150] e as precárias condições de trabalho, conforme registro do Jornal *Folha da Tarde*:

> Hontem, às 8 horas, quando mais intenso era o movimento dos trabalhadores, encarregados da construção das obras do porto desta capital, aconteceu que operário **João Silvestre dos Santos** se despencasse de cima da ponte Metallica e caísse, desastradamente, dentro da lancha (Aurora), pertencente aos Srs. Boris Frères & Cia, a qual conduzia grossas marras de cimento.
>
> A directoria do Sindicato dos Trabalhadores do Porto a que pertencia o trabalhador **João Silvestre dos Santos,** constituiu o Dr. Mozart Pinho advogado da victima para intentar uma ordem de indenização contra a firma Boris Frères & Cia.[151]

A Ponte Metálica não possuía condições seguras nem estrutura física satisfatória para a realização dos serviços necessários, visto que era apenas uma ponte que adentrava pelo mar e que permitia o acesso das pequenas embarcações ao largo para o serviço de carga e descarga dos navios, sem os equipamentos, sem condições estruturais necessárias, que corroboraram o grande número de registros de acidentes nos jornais que circulavam na cidade:

> Ilmo. Sr. redactor d'A Tribuna. Sendo vosso valente paladino orgam da independência e do progresso, sentinella avançada da guarda dos interesses públicos, venho pedir vossa valiosa intervenção afim de que com um pequenino trabalho, mande concertar os innumeros buracos da ponte Metallica e a escada desta, que são verdadeiros perigos não só para quem embarca ou desembarca, como também para os pobres trabalhadores da Alfandega, que transitam por ali [...]. Ass. J[152]

Durante os anos de 1920 e 1930, foram aprovadas obras para melhoramento dos serviços na Ponte Metálica, que muitas vezes foram limitadas por motivos administrativos. As condições de funcionamento da Ponte não eram das melhores, como, por exemplo: era utilizada uma escada móvel para a subida e descida dos passageiros e cargas, a qual não oferecia segurança para a realização dos serviços. Dependendo do volume da carga, poderia ser utilizado um guindaste que transportava a mercadoria até a Alvarenga ou catraia para ser levada aos navios.

---

[150] A superfície do mar apresenta geralmente uma série indefinida de ondulações quase idênticas que se propagam de maneira sensivelmente uniforme em direção às margens. Chamamos de Onda a este conjunto de ondulações. As ondas se caracterizam por um movimento originariamente circular das moléculas da água. Neste movimento, as moléculas não se deslocam horizontalmente, e sim em círculos sucessivos, dando assim origem a um movimento do tipo ondulatório. Cf. PANZARINI, R. N. **Compêndio de Oceanografia Física**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1967. p. 343.

[151] FOLHA DA TARDE. **Mais uma victima dos accidentes do traballho**. n. 208, 21 set. 1921, p. 2.

[152] FOLHA DA TARDE. **Com vistas ao Sr. encarregado dos serviços do porto**. n. 281, 20 dez. 1921, p. 2.

Além das dificuldades relacionadas ao serviço, os trabalhadores ainda tinham que lidar com a pressão dos contratadores para realizar os serviços com rapidez e eficácia. A relação entre os portuários e os contratadores era bastante tensa. Visto que, de um lado, estavam os contratadores responsáveis pelo contrato de mão de obra avulsa para a carga e descarga dos navios. Estes também mantinham relações com as Casas Comerciais, como Boris Frères, Holdernes & Salgado, que tinham ligações com as grandes empresas de Navegação, a exemplo da Lloyd Brasileira. Do outro lado, estavam os portuários, em suas mais diversas funções, seja no serviço de carga e descarga dos navios em pequenas embarcações, seja em terra firme para os armazéns, manuseando os guindastes etc.

> Os portuários eram trabalhadores avulsos, que sofriam as duras cobranças dos patrões, o estabelecimento de relações empregatícias e em relação de dependência a vários contratadores. Tratava-se de uma atividade marcada pela instabilidade, visto que era um trabalho ocasional e dependente das condições do mar, da chegada e saída dos navios, além de que poderiam ser ou não escolhidos na "parede" para a contratação.[153]

As variações das condições do mar e a ocasionalidade do processo de contratação da mão de obra davam aos portuários vulnerabilidade diante dos contratadores, limitando suas possibilidades de resistência e reivindicações, mesmo sendo o Porto uma peça fundamental para o funcionamento da cidade, que podia dar poder de negociação e barganha para os trabalhadores.

No entanto, os portuários não recebiam a devida atenção, seus ofícios eram marcados pela instabilidade em relação à oferta ou não do serviço, que, em consequência, gerava insegurança para o provimento familiar desses trabalhadores. Mesmo diante dessa situação, quando os navios chegavam, os portuários contratados deveriam estar a postos para realizar os serviços.

Considerando o Porto um espaço multifacetado, destacava-se não apenas um local da produção, pois se delineava por forças produtivas, envolvendo formas, funções e estrutura. Devendo ser também reconhecido como dinâmico e não mero reflexo de um modo de produção, a sua estrutura interna era determinada por uma série de fatores econômicos, políticos e organizacionais da mão de obra.[154]

---

[153] MORAIS, op. cit., 2009, p. 66.

[154] ALMEIDA, Rodrigo Cavalcante de. **A modernidade e as favelas:** a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado acadêmico em História, Fortaleza, 2013. p. 61.

O movimento era intenso, com a chegada e a saída de passageiros e mercadorias, além dos trabalhadores do Porto e trabalhadores biscateiros, que realizavam um serviço informal no Porto, havia as senhoras que vendiam renda, comidas e refresco.[155] Na mesma proporção que o comércio cresceu e os serviços se intensificaram, aumentou o número de acidentes no Porto, tendo em vista a demanda de serviços e as condições estruturais que permaneciam ruins, chegando, muitas vezes, carros, que estavam sendo transportados, caírem na água. Como consequência da insegurança, aumentou a oferta de seguros.

> No dia 17 do corrente conforme tínhamos noticiado, às 12 horas, ficou concluído o serviço da Ponte Metallica, que dependia da inspectoria Federal de obras contra as seccas, tendo sido a ponte immediatamente entregue ao Sr. dr. Inspector da Alfandega, a fim de ser providenciada a montagem do respectivo guindaste.[156]

Sobre as dificuldades existentes na Ponte Metálica, Itamar Espindola afirma:

> O Porto de Fortaleza nunca ofereceu segurança e confiança desde que foi construída. Era um arremedo de Porto, porque não permitia a atracagem dos navios que ficavam longe: seus guindastes não tinham potência suficiente para deslocar as mercadorias e o embarque (e desembarque) de passageiros era uma verdadeira aventura. Eu mesmo, com minha mãe (D. Neuza), sofri em 1940 as agruras desse processo, quando fomos ao Rio de Janeiro, no Itapajé.[157]

Em março de 1923, foram autorizadas mais reformas da Ponte Metálica, incluindo a construção de um quebra-mar, ligando a terra ao local de embarque e desembarque por um viaduto feito de concreto; porém, as obras não foram realizadas por causa das questões orçamentárias, sendo retomadas as discussões em 1929, pelo engenheiro Augusto Hor Meyel, que realizou aprofundado estudo, concluindo a viabilidade da construção do Porto no Mucuripe e condenando o funcionamento do Porto em frente ao Centro da cidade.

Dois projetos estavam em discussão, o defendido pelo engenheiro Augusto Hor Meyel e o outro do também engenheiro Antonio Borges de Melo, o qual propunha o prolongamento da Ponte Metálica "por meio de uma estacada de aço, contraventada por tirantes metálicos até atingir a profundidade de oito metros e construção de um cais de quebra-mar, de estacas e enrocamento, com 500m de extensão para atracação de navios".[158]

---

[155] ESPÍNOLA, Rodolfo. **Caravelas, jangadas e navios**: uma história portuária. Fortaleza: OMNI, 2007. p. 51.
[156] CORREIO DO CEARÁ. n. 1765, 19 jan. 1921, p. 1.
[157] ESPINOLA, op. cit., 2007, p. 60.
[158] Ibid., p. 61-62.

Os embates perduraram entre 1930-1933, pois o maior entrave eram os interesses políticos e dos grupos comerciais que lucravam com o Porto onde ele estava localizado. Assim, mais uma vez, foram aprovadas reformas na Ponte Metálica pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. Mas no dia 8 de abril de 1930, quando do desembarque de autoridades do cenário político e também da família do deputado Moreira da Rocha, parte da estrutura da Ponte desabou, quando estava ocorrendo o transporte dos passageiros em um Caixão de Madeira, através de um guindaste,[159] proporcionando a retomada de discussões sobre o Mucuripe.

A falta de estrutura física do Porto de Fortaleza foi marcante, conforme descrito no Jornal *Correio do Ceará*:

> Quem já tenha alguma vez passado pelo nosso porto nunca esquecerá Fortaleza, porque se se esquecem os momentos de felicidade, ninguém jamais olvida os de serio perigo.
>
> Entretanto, o inconveniente não está no risco da vida de quem embarca, ou desembarca, mas também, nas trabalhosas caras manobras, que teem de fazer as mercadorias do commercio do Estado. Um volume sae de bordo para uma Alvarenga e às vezes nella tem que ficar longo tempo, dias seguidos expostos à água do mar, que as ondas elevam, ás chuvas e ao sol. Dessa embarcação passa elle para a ponte e, só então após algum tempo, é revisto e entregue ao dono. Nisto tudo vae um mundo de trabalho, de tempo, de dinheiro e de perigo, de sorte que só nos fica mais caro o gênero importado, como também os productos de exportação saem mais onerados.
>
> Frequentemente os artigos caem e quebram-se, ou ficam avariados por água do mar, ou o que é pior, vão ter ao fundo verde do oceano [...].
>
> Até as taxas de seguros seguro as companhias elevam quando se trata do nosso porto [...].[160]

Os problemas ocorridos nos serviços do Porto foram alvos de críticas nos jornais,[161] visto que eram questões que vinham sendo discutidas ao longo de vários anos, mas o Governo Federal não tomava uma postura para a resolução definitiva dos problemas, na tentativa de eliminar os riscos. Por esse motivo, foi apontado como culpado pela situação do Porto, o qual constantemente passava por intervenções de caráter paliativo.

O ano de 1932 foi fundamental para que o projeto do Porto do Mucuripe saísse do papel, após a nomeação do engenheiro Edgard Chermont, fiscal das obras do Porto. Chermont retomou estudos para a instalação do Porto e realizou a licitação para a construção e contratação de mão de obra.

---

[159] CORREIO DO CEARÁ. n. 9, 9 abr. 1930.
[160] CORREIO DO CEARÁ. **O nosso Porto**, n. [rasurado]. 27 set. 1930, p. 2.
[161] Também foram registrados problemas relacionados aos serviços nos jornais **O Nordeste**, 16 out. 1923; 26 mar. 1923; **Jornal do Commercio**, 31 dez. 1924.

Em razão da seca, o Estado sofreu com o aumento do número de flagelados,[162] os quais foram utilizados como mão de obra no serviço de construção da linha férrea Fortaleza – Mucuripe e também do Porto. [163]A construção dessa linha férrea estava relacionada à linha Fortaleza – Munguba, onde estava localizada a pedreira que forneceria o material para a construção do Porto do Mucuripe. Sobre os trabalhos da Pedreira da Munguba, Rodolfo Teófilo afirma que:

> A Pedreira do Mucuripe continuava a iludir a fome de milhares de retirantes, onda maltrapilhos, afeados pela varíola e vomitada pelos lazarentos. Manuel de Freitas fazia parte das turmas de carregadores de pedras. Os famintos levantavam-se ao primeiro clarão do dia e moviam-se vagarosos em direção ao Mucuripe, como uma enorme serpente de escamas negras. Aquela pobre gente convalescia ao sol, fortalecia os membros enfraquecidos pela doença, morosos pela quietação numa viagem de doze quilômetros, todos os dias. Tinha uma fisionomia triste doentia.[164]

Os flagelados da seca que chegavam a Fortaleza, na esperança de sobreviver à miséria, foram duramente explorados na execução das obras da linha férrea e nos serviços da pedreira Munguba. A estrada de ferro foi fundamental para que houvesse o acesso mais fácil entre a região central da cidade e o Mucuripe, que ainda era pouco habitado. A Figura 10 mostra a estrada de ferro construída para melhor acesso ao Mucuripe; percebe-se que ela passava próximo à praia e que se mostrava diferente em meio à paisagem litorânea.

Figura 10 - Estrada de Ferro Fortaleza-Mucuripe, Pedreira de Munguba

Fonte: Arquivo H. Espínola.

[162] Os flagelados foram empregados nos serviços da linha férrea, do porto e na pedreira Munguba, sofrendo com as precárias condições de trabalho, necessidades materiais e o atraso dos pagamentos.
[163] ESPÍNOLA, op. cit., 2007, p. 65.
[164] TEÓFILO, Rodolfo. **A fome**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

A estrada que ligou a região da pedreira Munguba a região do Mucuripe abriu o caminho não somente para a construção do novo Porto, mas também possibilitou o processo de ocupação dessa região, que até então era habitada prioritariamente pelas famílias pobres, mas que já vinham perdendo espaço para as grandes casas de veraneio das famílias possuidoras de maior poder econômico. A construção do Porto do Mucuripe foi essencial para alargar os limites da cidade habitada e transformada, com as mudanças geradas pelo processo de infraestrutura urbana e o desenvolvimento econômico e comercial.

Somente no ano de 1934, foi publicado o edital de concorrência para a construção do novo Porto, localizado na ponta do Mucuripe, sendo aprovada a proposta do consórcio *Cristian e Nielsen*, que orçava em 16.874 mil réis em 1936, durante o governo de Menezes Pimentel. Porém, meses depois, o consórcio resolveu cobrar mais pela execução do serviço, negando-se a manter o preço estipulado para a obra. Diante do impasse, não ocorreu a negociação entre os empreiteiros e o Governo. Assim, a licitação foi anulada, vindo a ser escolhida posteriormente a *Companhia de Mineração e Metalúrgica do Brasil.*

Em 10 de março de 1937, foi aprovado o parecer para o início das obras do Porto do Mucuripe, mesmo sofrendo críticas e reações de comerciantes, jornalistas, empresários, estudantes, setores da Igreja e políticos.[165] Referente às providências em relação ao novo Porto de Fortaleza, ficou determinado no Decreto n. 544 de julho de 1938 fazer emendas no Decreto n. 23606 de julho de 1937: "Art. 1. Fica transferida a localização do porto de Fortaleza para a enseada do Mucuripe, a que refere à concessão outorgada pelo Estado do Ceará".

Durante o Governo de Menezes Pimentel, no ano de 1937, foi fechada a licitação com a Empresa *Civilhidro*. As obras do Porto do Mucuripe ficaram sob a fiscalização da Comissão Estadual de Fiscalização das Obras do Porto e do Departamento Nacional de Portos e Navegação, ficando o início das obras marcado para 23 de julho, que listava das seguintes construções:

> 01. Dois enrocamentos laterais e paralelos (A e B) com extensão de 240m e 320m, respectivamente, construídos com pedras secas, medindo três metros de largura e nove metros de altura, na parte mais profunda;
>
> 02. A colocação de 102 colunas de concreto armado, medindo dois metros de diâmetro por 15,50m de altura, ligadas por vigas também de concreto armado, por cima das quais passará uma laje de concreto, para formar o que será o cais de embarque e desembarque;
>
> 03. Um enrocamento transversal, levantado por trás dos tubulões, a fim de sustentar o aterro;

[165] ESPÍNOLA, op. cit., 2007, p. 70.

> 04. Um quebra-mar com 1.480m de comprimento à frente dos enrocamentos A e B, numa distância de 800m, com a função de amortecer a força das ondas e guiar as correntes para o largo;
>
> 05. Dragagem precisa na parte do cais para se ter um calado de oito metros;
>
> 06. Um aterro do espaço entre os enrocamentos A e B, com a utilização do material dragado;
>
> 07. Um calçamento de paralelepípedo;
>
> 08. Edificação dos armazéns de bagagens e cargas, da usina geradora de eletricidade, da administração do porto, do parque carvoeiro e do Departamento Nacional de Aeronáutica.[166]

Várias mudanças faziam parte desse projeto, que deixou visível a necessidade de mudanças na estrutura física do Porto, desde intervenções para alterar a ação das marés com a construção de quebra-mar, dragagem, aterro, até a edificação de armazéns, e calçamentos.

Foram intensas as discussões políticas para a transferência do Porto da cidade de Fortaleza para a ponta do Mucuripe; entretanto, as dificuldades estruturais e os acidentes eram tão constantes que, à medida que o comércio se desenvolvia, mais o Porto se mostrava incapaz de atender as necessidades comercias.

Dessa maneira, os projetos que defendiam a construção do Porto no Mucuripe, paulatinamente, ganharam adeptos, mas as obras só foram iniciadas em 1938, ou seja, décadas depois do início dos debates, os quais foram iniciados ainda durante o século XIX. Apesar das discussões e da realização das obras de construção do novo Porto, a Ponte Metálica operou até o início da década de 1940.

2.4.1 Os ventos e as marés empurraram o Porto para o Mucuripe

> Aquela estrela é dela
> Vida, vento, vela, leva-me daqui.
>
> As velas do Mucuripe
> Vão sair para pescar
> Vou levar as minhas mágoas
> Prás ondas fundas do Mar.[167]

O nome Mucuripe é de origem Tupi, e significa “Caminhos dos Mocós”, refere-se aos primeiros índios que povoaram este lugar, a tribo dos Mocós. De suas várias transformações na

---

[166] ESPÍNOLA, op. cit., 2007, p. 71-72.
[167] BELCHIOR, Antonio Carlos; FAGNER, Raimundo. **Mucuripe**. Composição. Vinil compacto (PASQUIM, 1972, n. 2801.005).

nomenclatura, "Macorie, Macoripe",[168] Mucuriba, foram os corsários franceses que chamaram de Mucuripe.[169] Este é um dos cenários mais antigos da cidade de Fortaleza; foi aldeia indígena, povoada por pescadores, pobres jangadeiros, trabalhadores das obras do Porto, doceiras, bordadeiras e os portuários.

Ao sair das proximidades do Centro da cidade, seguindo em direção Leste, passava-se pelas praias de Iracema, Náutico, e Meireles, chegava-se ao Mucuripe, ponto de maior proximidade entre o Brasil e a Europa, na parte de cima do Mapa do Brasil. Está limitado a Norte e a Leste pelo Oceano Atlântico, tendo a cidade de Fortaleza (Figura 11) ao Sul e a Oeste (Figura 12). Possui importância comercial estratégica por ser o Porto com maior proximidade com os grandes portos da América do Norte, fator este que contribui para a redução do custo do transporte.

Figura 11 - Avenida Beira-Mar (foto dos anos 1930 com vista a partir do Meireles)

Fonte: Arquivo Nirez.

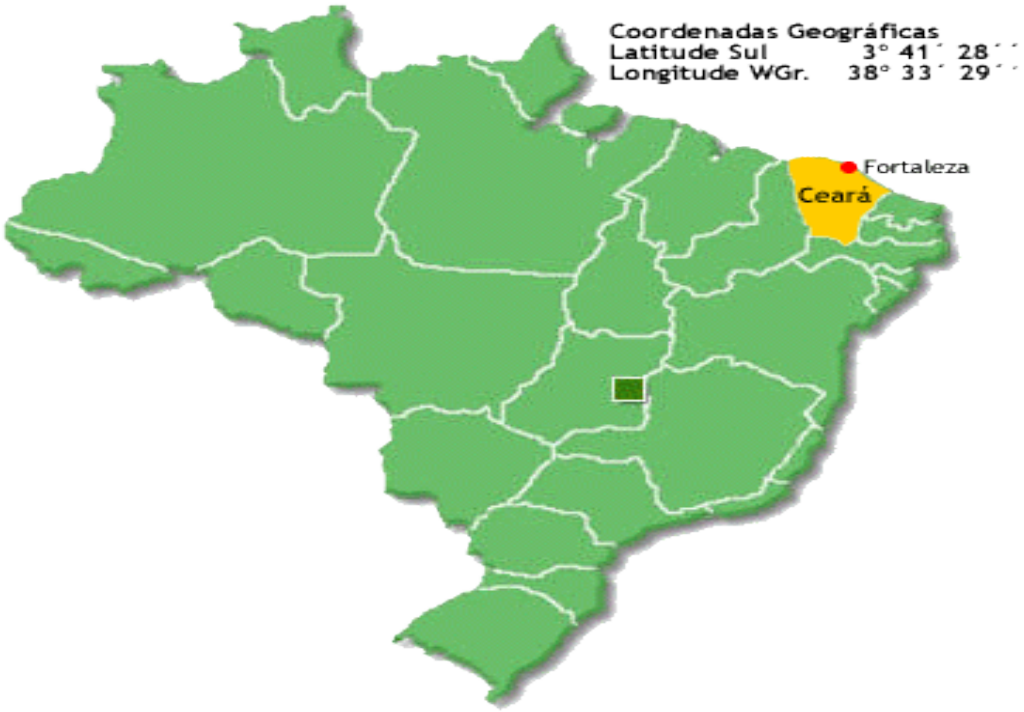
[168] SOUZA, Raphael Pires de; FREITAS, Geovani Jacó. **Fortaleza na contemporaneidade:** transformações sócio -espaciais do Mucuripe no final do século XX. In: _____. ARAGÃO, Elizabeth Fiúza; FREITAS, Geovani Jacó; SANTOS, João Bosco Feitosa dos; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira (Org.). Fortaleza e suas tramas: olhares sobre a cidade. Fortaleza: UECE, 2008. p. 80.

[169] RAMOS, Lidiane da Costa. **Mucuripe:** verticalizações, mutações e resistências no espaço habitado. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003, p. 51.

Apesar de a região do Mucuripe[170] ter começado a ser ocupada ainda no século XIX, mais precisamente entre 1877-1879, foi somente nos anos de 1930, mais especificamente a partir de 1932, que ocorreu um intenso aumento populacional, ocasionado pelo fluxo migratório gerado pelas secas, enchentes, como também pelo crescimento das indústrias.

A Capital crescia economicamente, sua população aumentava, chegando ao número de 155 mil habitantes; com a construção do Porto do Mucuripe, as mudanças no ritmo e na dinâmica da cidade se intensificaram. Fortaleza, que antes concentrava suas atividades no Centro, passou a experimentar mudanças com o novo porto, que fez com que a região das areias,[171] antes habitada somente pelos trabalhadores dos portuários e pescadores, mudasse a sua rotina com o aumento significativo da população, com construção de casas, de prédios comerciais e de armazéns.

Figura 12 – Mapa com as coordenadas de localização do Porto do Mucuripe



Fonte: Companhia Docas do Ceará[172]

Como afirma Almeida, durante a década de 1930, já se delineavam duas Fortaleza, uma com infraestrutura e conjunto de equipamentos modernos; e outra composta de areais, moradias

[170] CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
[171] A região das areias aqui referidas estava localizada no litoral de Fortaleza, afastada do Centro da cidade, seguindo em direção a Oeste para a ponta do Mucuripe. Local ocupado por pessoas pobres, e que retiravam o seu sustento do mar, através da pesca ou com as atividades portuárias.
[172] Disponível em: <http://www2.docasdoceara.com.br/caracteristicas_localizacao.asp>. Acesso em: 18 jul. 2018.

sem saneamento, onde habitava a população mais pobre, principalmente após a seca de 1932, quando os flagelados da seca se concentraram em grande número nos bairros mais pobres à época, como, por exemplo, Arraial Moura Brasil, Mucuripe e o Lagamar.[173] Enquanto a região do Centro da cidade passava por remodelações urbanas, através das reformas materiais das ruas, praças, avenidas e modernização do sistema de transporte, nos bairros mais afastados, nas favelas e nos subúrbios, o que houve foi a ausência dessas infraestruturas.

Nas lutas pela constituição dos espaços na cidade, compreendendo a modernidade a partir do embate direto entre o espaço e o tempo, que põe em questionamento o velho para construção do novo, houve a promoção de transformações na paisagem, muitas vezes, causando conflitos, tensões entre o presente e o passado.[174]

> Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras "moderno", "modernização" e "modernidade" aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável.[175]

No caso da cidade de Fortaleza, que buscava ser moderna, o Porto cumpriria importante papel, possibilitando melhor organização da economia e maior circulação de mercadorias com um menor custo. Dessa maneira, à medida que havia o crescimento econômico, deveria também ocorrer o desenvolvimento estrutural do Porto, através da implementação de novas tecnologias e recursos, para atender a demanda do comércio, do transporte de passageiros e ao aumento da produção nas fábricas.

As transformações na paisagem foram ocorrendo, mas as alterações mais significativas e impactantes foram desencadeadas a partir da construção e posteriormente com funcionamento do Porto do Mucuripe.

> A importância do Porto do Mucuripe para a formação e ocupação efetiva do bairro Mucuripe é clara, mas acarretou em mudanças significativas na dinâmica do bairro, principalmente no espaço social dos moradores da região, influenciando nos seus costumes e na simbologia presente no seu cotidiano.
>
> Os moradores do bairro identificam-se com as tradições e com o histórico do lugar, havendo, inclusive, o sentimento de orgulho por morar no Mucuripe. Algumas tradições, como a pesca, ainda apresentam certa resistência, sendo representadas pelas "casas de peixada", como o "Alfredo: o rei da peixada", ativas mesmo com todo o processo de desenvolvimento urbano e tecnológico que o bairro passou a exemplo a construção de prédios famosos, ruas e avenidas. Contudo, é notório que a prática da pesca atualmente não é tão forte

[173] ALMEIDA, op. cit., 2013, p. 64.
[174] LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: 34, 1994. p. 15.
[175] Ibid., p. 15.

> como a realizada no início do século XX, mas acontece cotidianamente e ainda tem sua influência no comércio local.[176]

Gondin afirma que o Porto transformou os seus arredores e a maneira de viver dos moradores, com as construções de prédios e casas para abrigar pessoas com melhores condições econômicas. No livro, "Mucuripe", Blanchard Girão descreve, a partir das memórias de Dona Virgínia, que, por volta de 1936, as ondas invadiam a Rua da Frente (hoje Beira-Mar) e inundavam as casas. Essas casas não eram feitas de tijolos nem tinham telhas. Dona Virgínia também fala sobre a presença dos trilhos por trás da Rua da Frente, por onde passavam o material para a construção do Porto do Mucuripe,[177] ou seja, a estrada de Ferro Fortaleza - Munguba.

> A linha férrea pode-se dizer que vai até o farol do Mucuripe, encontrando-se os trabalhos a uma distância de apenas cerca de 300 metros da ponta, distância essa que será coberta de trilhos destes para o mês seguinte. Os trilhos acompanham a praia, separando-se do mar, em certos trechos, por 5 ou 6 metros apenas. O leito da estrada de ferro será alargado, de 6 m.50, que tem agora, para 16 m.50, à direita de Fortaleza, a fim de dar margem ampla para uma estrada de rodagem onde os dois automóveis possam simultaneamente trafegar na enseada que deve ser aterrada, em grande parte, para construção do cais, encontram-se 13 mil toneladas de pedra para a consolidação das grandes dunas locais. Esse enrocamento que é definitivo, com as outras obras atuais, tem ocupados uma turma de 120 operários, sob a chefia do Sr. Gastão Aranha.[178]

A construção da estrada de ferro para ligar o Centro ao Mucuripe mostrava o quanto o governo buscava expandir o comércio através do alargamento da circulação de mercadorias e dinheiro. As obras tinham o objetivo de tornar a cidade mais comercial, porém, a especulação em torno da construção do Porto na Enseada do Mucuripe não se confirmou, frustrando, assim, quem especulava investir na área. Lembrando que as mudanças urbanas tinham a intenção lucrativa de valorização do capital antes investido:

> As "melhorias urbanas" sofriam, já na época, intensa especulação imobiliária. Os espaços eram urbanizados de maneira assimétrica, desigual, não por acaso ou obra do destino, mas porque fazia parte do jogo de interesses envolvidos na disputa do urbano. Assim como os açudes no interior do Estado eram construídos em terrenos de particulares, valorizando suas respectivas

[176] GONDIN, Lucas Bezerra. REFLEXÕES sobre o ensino de Geografia: educação patrimonial no Mucuripe (Fortaleza-CE) e a Cartilha dos Saberes Coletivos. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 115-122, jul./dez. 2012. p. 118.
[177] GIRÃO, BLANCHARD. **Mucuripe:** de Pinzón ao Padre Nilson. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1998. p. 34-35.
[178] O NORDESTE, n.? (rasurado), 25 ago. 1933, p. 1.

> propriedades, os proprietários de imóveis na capital, também estavam sintonizados em investir os seus recursos próximos às melhorias.[179]

A ocupação dos espaços da cidade esteve relacionada às questões políticas e econômicas, à medida que buscavam beneficiar as famílias ligadas aos grupos políticos, para conseguir "melhorias urbanas" em suas propriedades, com o objetivo de valorizá-las. Enquanto isso, os moradores pobres foram sendo empurrados para regiões em que as ações do governo não chegavam de maneira efetiva.

Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas enfrentou instabilidade política e a pressão da *Liga Eleitoral Católica* e a *Aliança Nacional Libertadora*[180] e da *Legião Cearense do Trabalho*,[181] o que dificultou o crescimento da economia. A instabilidade política contribuiu para que as obras do novo Porto ocorressem lentamente, de modo que, quando ele começou a funcionar, em 1947, ainda enfrentava problemas estruturais, com obras inacabadas, tendo que utilizar pequenas embarcações, como alvarengas, e catraias para o transporte de mercadorias e passageiros.

Em suma, durante as obras e após a inauguração do Porto, ocorreram muitas mudanças para os moradores dessa localidade de Fortaleza. Inicialmente, a população de baixa renda foi excluída, sendo realizada a remoção dos moradores, tais como os tradicionais pescadores. Depois, também os jangadeiros e os portuários foram pressionados a se retirar, dando lugar às casas de veraneio, aos turistas, às casas comerciais, às redes hoteleiras e às indústrias.[182]

Nesse cenário político desfavorável aos pobres, a organização de atitudes conjuntas, na tentativa de amenizar as condições de precariedade cotidianas, foi o primeiro passo em direção à conquista de melhores condições de vida e de direitos. Tendo em vista a ausência do Estado e privados do direito de voto, os analfabetos, as mulheres e os trabalhadores buscaram encontrar formas alternativas de sobrevivência, sendo o socorro mútuo um dos caminhos encontrados.

---

[179] ALMEIDA, op. cit., 2013, p. 92.

[180] Liga Eleitoral Católica (LEC) foi fundada em 1932 pelo Cardeal D. Leme, que contou com o apoio de elementos do Clero e de intelectuais católicos. Cf. José Aloísio Martins Pinto. NÃO VINGARÃO AS SEMENTEIRAS DO ANTICRISTIANISMO: o Comunismo na Imprensa Católica (Fortaleza/CE, 1930-1945). **Anais** do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. A *"*NPUH/SP – USP. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM.

[181] Aliança Nacional Libertadora (ANL): organização política composta por setores de diversas correntes ideológicas (congregando democratas, tenentes, operários e intelectuais de esquerda, criada oficialmente em março de 1935, com o objetivo de lutar contra a influência fascista no Brasil.

[182] OLIVEIRA, Wellington Romão. Mucuripe: urbanização, favelização e meio ambiente. A especulação imobiliária e as transformações socioespaciais. **Artigo** apresentado no XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e esperança. Espaço de Diálogos e Práticas. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

Dessa maneira, para entender os mecanismos adotados pelos trabalhadores portuários para sobreviver e conseguir melhores condições de vida, através do auxílio mútuo e da resistência solidária, fez-se necessário conhecer o local de trabalho dos portuários e as mudanças ocorridas em relação à estrutura e a localização do Porto; analisar a região da praia, com os seus diversos usos, e a pobreza do Areal, bem como compreender os aspectos da vida desses trabalhadores, tais como as condições de moradia, alimentação, e os laços sociais e políticos que foram sendo articulados.

Por fim, diante da péssima condição de vida, a insalubridade da região em que moravam, a presença constante de doenças, as ameaças de epidemias, aliadas ao baixos valores pagos pelos serviços, as dificuldades enfrentadas no dia a dia de trabalho em relação às condições estruturais do Porto e as tensões com os contratadores da mão de obra, tudo isso fez com que o auxílio mútuo fosse considerado um importante meio para amenizar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do porto de Fortaleza, tornando-se a *Deus e Mar* uma das principais associações que representava os seus interesses.

3 O MUTUALISMO E AS LUTAS DOS PORTUÁRIOS POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

> *Olhou para o trapiche. Não era como um quadro sem moldura. Era como a moldura de inúmeros quadros. Como quadros de uma fita de cinema. Vidas de luta e de coragem. De miséria também.*
>
> Jorge Amado

3.1 Introdução

Parafraseando Jorge Amado, foram vários quadros (histórias de vidas) em uma mesma moldura (Porto). Esta é a sensação que tenho ao analisar o cenário que se desenhava no Porto de Fortaleza, pois vejo um espaço que coube inúmeras histórias, e, apesar de individuais, se assemelhavam e se cruzavam diante das lutas constantes para vencer as adversidades cotidianas. Foi nesse contexto que surgiu a sociedade de auxílio mútuo, objetivando melhorar a realidade de pobreza em que os portuários viviam (Figura 13).

Dessa maneira, neste capítulo, analisarei inicialmente os aspectos do dia a dia dos portuários associados a partir das ações mutualistas da *Sociedade Deus e Mar (Deus e União)*[183] e das lutas empreendidas pelo STPC para modificar a dinâmica de trabalho no Porto, compreendendo as experiências vividas e compartilhadas pelos trabalhadores sócios destas instituições dentro do serviço de carga e descarga dos navios, como também as mudanças ocasionadas pelo sistema *Closed Shop*, implementado com base no *Contrato Coletivo* realizado em 1933.

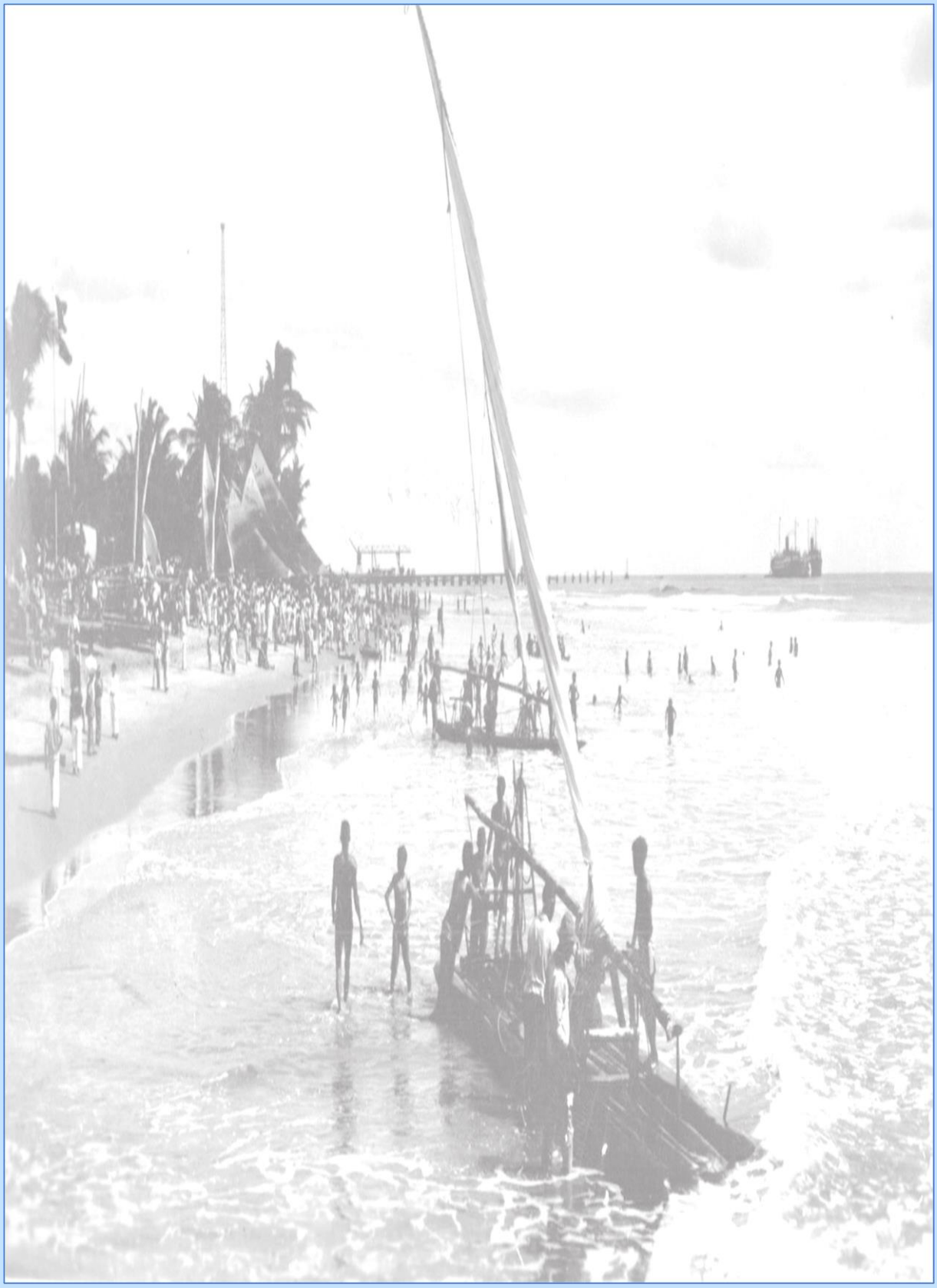
A *Sociedade Deus e Mar* foi fundada em 1912, na cidade de Fortaleza e assumiu o papel de liderança nas lutas dos portuários por melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, ater-me-ei à análise dos documentos sobre os portuários, para compreender as relações estabelecidas entre os portuários, políticos (membros da elite econômica e política) e os contratadores de serviço do Porto.

Primeiro, deve ser destacado que compreendo o mutualismo a partir da ideia de luta dos trabalhadores, fugindo da vertente historiográfica que os apresenta como parte embrionária do processo de organização sindical, com base na ideia de evolução do Movimento dos Trabalhadores, ou seja, visto como menor em comparação ao sindicato, considerado o ponto máximo da organização.

---

[183] A *Sociedade Deus e União* foi fundada a partir da fusão da *Sociedade Deus e Mar* e a *União Marítima Beneficente* em 1931. Esta associação surgiu da ruptura de sócios da *Deus e Mar* que formaram uma chapa para fazer frente a Diretoria que estava no poder; essa disputa gerou tensões durante e após a eleição no ano de 1928.

Figura 13 - Final dos anos 1920/início dos anos 1930. Álbum de família. Iracema e a Ponte dos Ingleses



Fonte: Arisa Caminha e Irmãs', anos 1920/1930. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2012/11/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Para Francisco Foot Hardman, anterior aos anos de 1930, o que predominou em grande parte do Brasil foram as associações mutuais, que se destacaram por serem a expressão de aspectos socioculturais próprios de classe, onde o mutualismo foi encoberto pelas lutas de classes com o fortalecimento dos sindicatos de cunho anarquista e socialista.[184] No entanto, entendo que as mutuais se desenvolveram em um contexto histórico influenciado pelas repercussões do capitalismo entre as classes trabalhadoras, que não significou um regresso, e sim mais uma forma de luta.

Tal como explica e critica De Luca:

> [...] Existe uma evolução contínua nos padrões organizatórios da classe operária. Seja de forma explícita, ou com matizes suaves, vemos desfilar sucessivamente o estágio de pré-consciência, onde a preocupação fundamental residiria na sobrevivência; os sindicatos, tomados como instrumento de luta; e o partido, ápice da hierarquia, condutor esclarecido da classe em direção à Revolução e ao Estado Proletário. Em consequência desse teleologismo, que adquiriu *status* de verdade evidente, o mutualismo tem sido encarado como algo estanque que simplesmente teria dado margem ou preparado o advento dos sindicatos.[185]

Tânia De Luca, critica as análises mais tradicionais, que tratam o mutualismo como tendo sido um movimento menor dentro das ações dos trabalhadores, e destaque que o mesmo estava inserido em um processo maior de luta e reivindicações dos portuários, em um contexto histórico traçado por estratégias próprias de luta, que se diferenciavam das estratégias e das ações adotadas pelo sindicalismo de resistência.

Para Ana Beatriz Loner, as Sociedades de Socorros Mútuos servem:

> Como meios de socialização das crianças, defensores e mantedoras de tradições, local de confraternização e convívio entre iguais, contribuindo para manter ou construir uma identidade própria, o que passava pela oportunidade de arranjar casamentos, consolidar amizades e parcerias, fazer negócios e obter empregos.[186]

A força do mutualismo consistia nos laços de solidariedade que criava entre os trabalhadores, a partir do convívio entre os iguais, que auxiliou no processo de compreender-se como coletividade.

Conforme dito anteriormente, não objetivo criar uma hierarquia em relação ao grau de consciência de classe, colocando o mutualismo como um estágio inferior e de pouco esclarecimento dos trabalhadores, pois, à medida que analiso as fontes, percebo as

---

[184] HARDMAN, op. cit., 2002, p. 41-43.
[185] DE LUCCA, op. cit., 1990, p. 8.
[186] LONER, op. cit., 2001, p. 96.

movimentações dos portuários no processo de *fazer-se,* na tentativa de modificar suas condições materiais, buscando prover melhor a família, lutando para modificar o sistema de contratação e os laços de auxílio e de comprometimento entre os portuários, construindo relações e diálogos com empresas contratadoras, com políticos, com a Igreja Católica – Ação Social Católica e a LCT.

De início, a sociedade mutual nasceu a partir das necessidades materiais, mas esse fator não explica por si só essa problemática, sendo necessário analisar as vivências desses trabalhadores, e problematizar suas experiências cotidianas para entender as forças que os moveram à organização e manutenção desse tipo de associação, as práticas de relacionamentos, e alianças desenvolvidas entre os portuários, os patrões e elementos ligados ao cenário político da cidade.

No caso da *Deus e Mar,* no Estatuto, estava determinado no art. 4º que, embora não pertencesse a nenhum partido político, nem filiado a qualquer seita religiosa, reconheceu a necessidade de adotar uma política de classe, com o objetivo de defender os interesses dos associados e garantir a liberdade de expressões religiosas.[187] Nesse artigo abre-se a possibilidade de promover alianças e conchavos políticos e religiosos, ao admitir a necessidade de inserir a associação dentro dessas discussões, apesar de não se declarar pertencendo a qualquer tipo de partido ou religião.

Ressalte-se que as mutuais foram fundadas com o objetivo de garantir a seguridade física e familiar dos associados; também serviu para fortalecer os vínculos e a convivência democrática, em que solidariedade, companheirismo e fraternidade têm como referência, muitas vezes, os laços estabelecidos no trabalho. Os serviços oferecidos por essas sociedades buscavam amenizar as condições de pobreza, a falta de assistência do Estado e a ausência de direitos em que viviam os trabalhadores. Segundo Mota:

> Como parte do universo material proletário, os Socorros refletiam o cotidiano e as carências dos pobres. Sujeitos às incertezas da vida e sem ter a quem recorrer, a União se apresentava como alternativa e esperança de uma vida melhor. A própria expressão "Socorro" reflete a natureza dos serviços disponibilizados pelas Sociedades Beneficentes, sendo a dignidade na hora da morte, por meio de um enterro honrado e o auxílio na forma de diárias, em caso de doença, acidente e invalidez, o repertório básico da maioria das Mutuais.[188]

---

[187] DIÁRIO DO CEARÁ. **Segunda reforma dos Estatutos da 'Deus e Mar'**. Número e página (rasurados), 15 out. 1927, p. 3-6.

[188] MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. **Mutualismo ferroviário:** prover e proteger na sociedade beneficente do pessoal da estrada de ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará-UFC, 2009, p. 26.

Dentre as preocupações que rondavam constantemente os trabalhadores, a invalidez, a impossibilidade de trabalhar por causa de acidentes, ou até mesmo após a sua morte, eram as que ganhavam maior destaque, tendo em vista a necessidade básica de alimentar-se que ficava ameaçada com a ausência da realização do trabalho. Assim, os auxílios conseguidos para esses casos eram considerados um alívio, diante da ameaça de fome.

As sociedades de socorro mútuo existentes em Fortaleza, entre o final do século XIX e início do XX, eram de ofícios ou de categoria profissional. Podiam ser abertas, étnicas, confessionais ou circulistas (ligadas à Igreja), sendo a maioria de ofícios e de categorias profissionais. A maior parte das associações funcionavam com poucos recursos e associados, ao contrário da *Sociedade Deus e Mar* que, com a *Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité*, chegou a contar com centenas de sócios.[189]

Em razão das dificuldades econômicas, muitas das associações tiveram o funcionamento efêmero, em que o atraso ou não pagamento das mensalidades comprometia a arrecadação de fundos para viabilizar os serviços de assistências. Mas no caso da *Deus e Mar*, mesmo enfrentando algumas tensões e mudanças internas, além de passar pelo processo de alteração no nome em 1931 – *Deus e União*, manteve as portas abertas por mais de vinte anos.

Entre as últimas décadas do século XIX e os anos de 1930, as experiências mutuais na cidade de Fortaleza foram marcadas por laços étnicos, como a *Sociedade Beneficente Portuguesa Dous de Fevereiro*, as associações de categorias e ofícios, como caixeiros, ferroviários, tipógrafos, portuários e têxteis, além das agremiações abertas que agregavam associados de diferentes categorias, ofícios e ocupações, como, por exemplo, o *Centro Artístico Cearense* e o *Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José* (Quadro 1).[190]

[189] MOTA, op. cit., 2009, p. 17-18.
[190] Ibid., p. 29-30.

Quadro 1 - Associações da cidade de Fortaleza

Nome	Endereço	Fundação e Presidente
Associação Cearense de Imprensa	Rua Coronel Guilherme Rocha, canto da Praça do Ferreira	1920 Gilberto Câmara
Associação dos Alfaiates	Rua Major Facundo, 251	Sem data, Raymundo Furtado de Mendonça
Associação dos Chauffeurs de Fortaleza	Rua Tristão Gonçalves, 388	1924, Theophilo Cordeiro
Associação dos Funcionários Públicos do Ceará	Rua Major Facundo, 64	Sem data, Desembargador Olívio Dorneles
Associação dos Merceeiros	Rua Major Facundo, 421	1914, Euclydes Themotheo de Lima
Centro Artístico Cearense	Rua Tristão Gonçalves, 388	1902, Francisco Balaio da Silva
Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Batutité	Rua Castro e Silva	1891. Dr. Eugenio Gadelha
Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José	Praça do Cristo Redentor	1915. José Agostinho da Silva
Liga Paraense	Boulevard Visconde do Rio Branco, 486	Joaquim de Almeida Genu
Sociedade Socorro Mútuo	Rua da Trindade, 431	Vital Felix de Sousa
Sociedade Beneficente vinte e Quatro de Julho	Rua Juvenal Galeno, 86	Raymundo da Costa Seabra
Sociedade Deus e Mar	Rua do Seminário, 22	1912, Candido Elisário
Sociedade Paz e União	Rua Trindade, 431.	Annanias Josino da Costa
Sociedade dos Pedreiros	Rua Dr. João Thomé, 21	1920, José Joaquim de Lima
Sociedade São Vicente de Paula	Praça do Coração de Jesus	Presidente – Barão de Studart
Sociedade União e Prosperidade dos Rendeiros	Rua Major Facundo, 540	João Paulo Bandeira
União Beneficente dos Barbeiros	Rua Barão do Rio Branco, 453	José de Oliveira Morel
União Beneficente dos Manipuladores de pão	Rua Castro e Silva, 423	Argentino de Paula Galvão
Sociedade Beneficente Fenix Caixeiral	Rua Coronel Guilherme Rocha, canto da Rua Vinte Quatro de Maio	1891. Júlio Rodrigues
União Beneficente dos Trabalhadores Ambulantes de Fortaleza	Rua Castro e Silva, 423	Argentino de Paula Galvão
União dos Pintores	Rua Dr. João Thomé, 21	Pedro Ribeiro Chaves
União Syria do Ceará	Rua Major Facundo, 25	Habib Otoch
Sindicato dos Trabalhadores do Porto	Rua Rufino de Alencar	1921, Vital Felix de Sousa

Fonte: Quadro elaborado pela Autora com base nos Guias de Fortaleza, Almanaques do Ceará e Jornais do Período 1900-1921.

Segundo registrado no Quadro 1, durante o período analisado, foram fundadas várias sociedades mutuais por categoria de trabalhadores, seja de portuários, pintores, ambulantes, barbeiros, pedreiros etc. Faz-se interessante ressaltar que o *Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José* também se enquadrou no mutualismo, bem como a *Liga Paraense e o Sindicato dos Trabalhadores Portuários*.[191]

Considerando que as sociedades de socorro mútuo surgiram em um contexto histórico marcado pela pobreza e a carência de bens de primeira necessidade, como alimentação e medicamentos, a Caixa Beneficente era um meio prático de resolver situações de dificuldades, com base na solidariedade e na identificação de necessidades comuns. O grande desafio para os trabalhadores era sobreviver, organizando socorros em caso de doença e de acidente, ou ajuda pecuniária nos anos de velhice e até para os enterros. Paulatinamente, a prática da beneficência foi ampliada, chegando a atender os casos de assistência médico-farmacêutica, jurídica, de concessão de empréstimos, de cooperativa de consumo, de oficinas profissionalizantes e manutenção de escolas de primeiras letras.

No Quadro 1, foram listadas vinte e três associações de cunho mutualista, somadas ao STPC que enquadrei como sendo de assistência mutual,[192] compreendo o quanto as mutuais foram encaradas como forma de resistir à miséria. Mesmo que esta resistência não se fizesse através de um enfrentamento direto aos patrões, posto que as sociedades de socorro mútuo não se caracterizavam por embates contra as relações de trabalho e luta de classes. Atuavam na esfera da assistência e do amparo, alcançando apenas os trabalhadores associados.[193]

Com base no levantamento sobre o número de mutuais, com os seus respectivos nomes, ano de fundação e o nome do primeiro Diretor, coloquei as associações sobre o Mapa de Fortaleza (Figura 14), para visualizá-las, dentro dos traçados da cidade, e poder analisá-las dentro da dinâmica espacial da cidade.

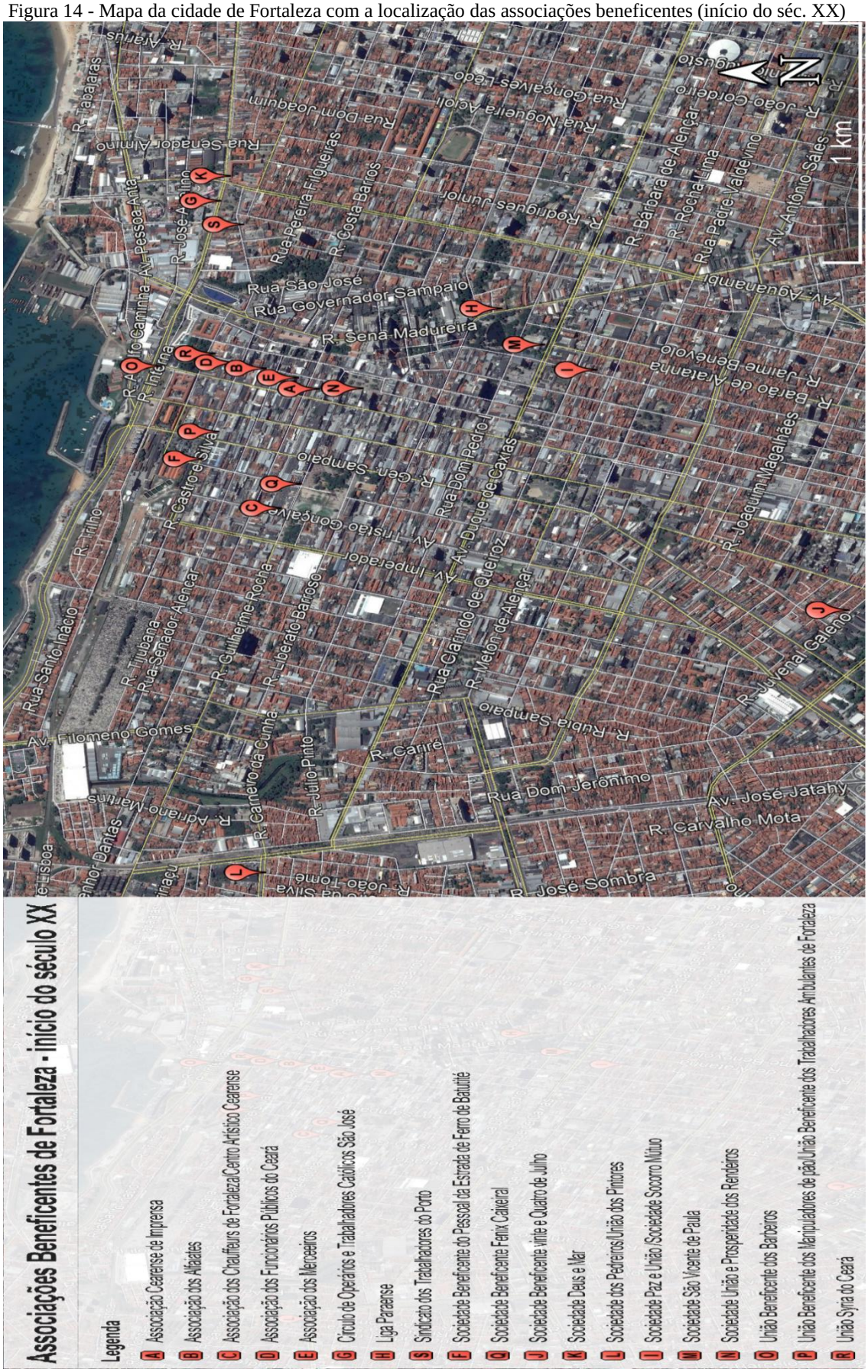
---

[191] AZEVEDO, op. cit., 2001, p. 100. As características presentes na *Deus e Mar*, também podem ser percebidas no *Sindicato dos Trabalhadores do Porto*, fundado em 22 de abril de 1921, como uma associação beneficente de socorro mútuo, que matinha uma escola proletária, tendo sua sede na Rua Rufino de Alencar.

[192] O Sindicato dos Trabalhadores do Porto levantou a bandeira do mutualismo desde a sua fundação e defendia a necessidade da luta e da resistência.

[193] LIMA, Ana Cristina Pereira. **"Obreiros pacíficos":** o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José (Fortaleza, 1915-1931). Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

Figura 14 - Mapa da cidade de Fortaleza com a localização das associações beneficentes (início do séc. XX)



Fonte: Adaptação da Autora, com base no Programa do Google Mapas.

O Mapa acima é referente às informações atuais da cidade de Fortaleza, a partir do Programa do Google Mapas. Contudo, leva-se em consideração que os traçados da região do Centro da cidade que fica entre as Avenidas: Aguanambi, Duque de Caxias, Imperador e Pessoa Anta referem-se a quase o mesmo traçado do início do século XX, salvo a criação de algumas ruas, e abertura de galerias, mas que não alteram a percepção sobre a localização das associações listadas.

Das dezenove associações beneficentes colocadas no Mapa, dezessete tinham a localização da região central da cidade, onde se concentravam as lojas, cafés, casas comerciais, locais de passeio e sociabilidades, como praças etc.; nesta região também residiam grande parte das famílias com maior poder econômico.

As associações com as legendas N, A, E, B, D, R, O ficavam nas cercanias da avenida onde está localizada a Igreja da Sé, uma das principais vias de acesso à praia e a região portuária. Outro aspecto importante é que as associações K (Deus e Mar) e S (STPC) com o Círculo Operário dos Trabalhadores São José são as mais próximas, tanto de onde se localizava o Trapiche Ellery, como da Ponte Metálica. Denota-se ainda não somente a proximidade física, mas o que ele significava, no que diz respeito às relações estabelecidas entre a *Deus e Mar* e o STPC; no tocante às estratégias de luta e o apoio entre ambas, demostra a importância de estar perto do chão do Porto e dos trabalhadores.

As localizações das associações corroboram a ideia de que a cidade estava voltada para o mar, e o quanto o Porto era ponto estratégico para o funcionamento não somente do comércio, mas das relações políticas e sociais da cidade.

Assim, as mutuais exerciam papel relevante ao garantir os serviços emergenciais dos trabalhadores, em meio às incertezas materiais e à ausência de leis que possibilitassem algumas certezas de assistência e auxílio mútuo; parafraseando De Luca, seria "o sonho do futuro assegurado". Futuro este que poderia trazer consigo o risco das doenças, dos acidentes e até mesmo da morte. Por isso a preocupação em assegurar, mesmo que de forma mínima algumas garantias imediatas.

A *Sociedade Deus e Mar* engrossou suas fileiras de sócios, chegando até mais de 800 associados; promoveu a assistência e serviu como meio para organizar o movimento dos trabalhadores do Porto de Fortaleza. Mas essa beneficência não convivia apenas com a harmonia e a homogeneidade entre os associados e diretores, também enfrentavam conflitos e disputas internas por cargos, privilégios, trocas de favores etc. que acabaram por gerar rupturas entre os membros da Diretoria, como a ocorrida no ano de 1928.

3.2 Sociedades de Auxílio Mútuo: da Sociedade Deus e Mar a Deus e União

As duas primeiras décadas do período republicano foram marcadas por greves e manifestações, principalmente no Porto de Santos e do Rio de Janeiro. Porém, após a eleição de Hermes da Fonseca, a política de repressão ao Movimento Operário foi intensificada. Nessa época foram organizados os *Congressos Operários Brasileiros*, tendo como fruto a *Confederação Brasileira do Trabalho*, formada exclusivamente por sindicatos de trabalhadores assalariados que defendiam a resistência. Nomeou o Jornal *A Voz do Trabalhador* como difusor das resoluções da Confederação e instituiu a contribuição dos sindicatos para a manutenção da confederação. O objetivo desta Confederação era promover a união dos trabalhadores em torno de uma única causa: – acabar com as organizações das classes divididas por ofícios, a fim de construir sindicatos mais organizados e ligados a uma única Confederação que reivindicava a jornada de oito horas de trabalho e se opunha à expulsão dos trabalhadores estrangeiros do Brasil, por meio da Lei de 1907, que determinava a expulsão dos estrangeiros considerados ameaça à ordem vigente no País. [194]

O Congresso organizado pelo filho do Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, o então deputado Mário da Fonseca, em 1912, que pouco contribuiu para o Movimento, segundo os anarquistas, por ser considerado corrompido em razão dos conchavos políticos, a começar por seu organizador, partidário dos interesses do governo.

No Ceará, o Movimento dos Trabalhadores fervilhava, os ideais socialistas e anarquistas foram divulgados, principalmente por meio dos jornais.[195] Entre os de maior relevância política destacaram-se *O Regenerador* (1908), *Voz do Graphico* (1920-1922) e *O Combate* (1921). Ambos representavam as ideias do socialismo libertário de Pierre Joseph Proudhoh, como também defendiam os valores do Sindicalismo Revolucionário de Émile Pouget e Fernand Pelloutier. A expansão dessas ideias ocorreu em um contexto no qual as ideias progressistas advieram da Europa via Porto de Recife.

> Embora não se conheça no Ceará, ao contrário do que aconteceu em outros estados, a partir da década de 90 do século XIX, uma imprensa editada por grupos especificamente anarquistas, alguns jornais cearenses revelam no seu discurso valores e afinidades próximos do Anarquismo e da estratégia sindicalista revolucionária que caracterizou a prática anarquista entre o operariado brasileiro até os anos 30.[196]

[194] BATALHA, op. cit., 2000, p. 42-48.
[195] BARROSO, op. cit., 2000, p. 283-285.
[196] GONÇALVES, Adelaide & SILVA, Jorge E. (Org.). **A Imprensa libertária no Ceará (1908-1922)**. São Paulo: Imaginário, 2000. p. 18.

O corpo editorial do *Voz do Graphico* compôs-se de membros da Diretoria *da Associação Gráfica do Ceará,*[197] fundamentado nos valores sindicalistas revolucionários. Esteve à frente das ideias libertárias dos jornais supracitados: *A Tribuna, O Correio do Ceará, O Nordeste e o Diário do Ceará.* Eram entidades de orientação católica, que saíam em defesa dos interesses dos patrões, industriais e intelectuais católicos.

O Jornal A Tribuna foi fundado em 1de janeiro de 1921, e tinha como diretor o Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora. Já o *Diário do Ceará* surgiu da fusão dos jornais *Folha do Povo* (rabelista) *e do Estado do Ceará* (aciolino); *tornou- se* o órgão oficial do Governo com a chegada de Justiniano de Serpa à Presidência do Estado. O Jornal *O Nordeste* teve sua primeira publicação no dia 29 de junho de 1922, genuinamente católico, amparado pela Arquidiocese de Fortaleza. E o Correio do Ceará, existente desde 1915, com o nome de *Gazeta de Notícias* e *O Povo.*[198]

Além dos embates nas páginas dos jornais, as lutas dos trabalhadores também foram construídas nas sociedades mutualistas. Quando notadamente as associações mutuais não possuíam o ideal classista, baseavam-se na cultura associativa, cultura esta compreendida com base na análise das vivências dos associados, entendendo a maneira como estes percebiam o mundo e a si próprios.

> O conjunto de propostas e práticas das organizações operárias, a visão de um mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdadas de formas de organização mais antigas, como as corporações. Em outras palavras, um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias.[199]

A união promovida pelas associações e o compartilhamento das necessidades e interesses comuns serviram para alimentar a estratégia de luta pela sobrevivência e fortalecer os laços entre os trabalhadores portuários de Fortaleza. Um exemplo dessa cultura associativa são as comemorações do dia 1º de Maio pela *Sociedade Beneficente Deus e Mar*:

> Celebrando o 1 de maio, procurou o proletariado cearense commemorá-lo condignamente.
>
> A sociedade "Deus e Mar" secundada por outras que commungam dos mesmos ideaes, organizou uma passeata demonstrando que, debbaixo da simplicidade que a caracteriza, no coração dos seus associados, homens affeitos ao trabalho, também vibrava o mais accendrado patriotismo.

---

[197] GONÇALVES, Adelaide & BRUNO, Allyson (Org.). **O trabalhador gráfico**. Fortaleza: UFC; Sindjorce; Funcet, 2002. p. 26. (Edição Fac-similar).
[198] NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - Arquivo Público do Ceará, 2006.
[199] BATALHA, op. cit., 2004, p. 99. (Ed. fac-similar).

> Nós que fomos visitados por essa conceituada aggremiação, não podemos deixar de render nossa homenagem pelo thiumpho com que solennizaram essa memorável através do verbo eloquente do dr. Alberto Moreira que, num rasgo de enthusiasmo, teceu-nos os maiores encômios, incentivando deste modo a continuarmos o programma que nos traçamos em defesa da collectividade.
>
> E depois de percorrer diversas vias publicas e redacções do "Correio do Ceará", "O Nordeste" e o "Diário", tendo á sua frente a harmoniosa banda do 23. De caçadores, recolheu-se a sua sede, onde ás 19 horas realizou-se uma sessão solenne, presidida pelo capitão Carneiro [...].[200]

A comemoração do Dia do Trabalho, acima descrita, ressalta o aspecto de que as mutuais controlavam as celebrações do dia 1º de Maio durante vários anos. Claudio Batalha afirma terem ficado esses rituais e celebrações dos trabalhadores, dentre eles a comemoração do dia 1º de Maio, sob o controle das sociedades mutuais desde os anos de 1890 e permaneceram até o início do século XX.[201]

O artigo publicado no jornal *A Tribuna* apresenta a *Sociedade Deus e Mar* organizada, com força para mobilizar os associados, apresentando-a formada por homens simples, afeitos ao trabalho, patriotas, que caminharam de maneira ordeira pela cidade e foram recebidos nas redações dos jornais *O Nordeste, Diário do Ceará* e *O Correio do Ceará*, considerados os mais conservadores. Essa aceitação por parte dos grupos desses jornais demonstra que a forma de organização e ação da *Deus e Mar,* apesar de afirmar estar em defesa da coletividade, não se fazia de maneira agressiva nem combativa, visto que um dos valores mais cobrados aos trabalhadores era a manutenção da ordem, tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho. Então outras estratégias de mobilizações como paralisações e greves possivelmente não seria bem recebidas.

Após conhecer e analisar as condições materiais dos trabalhadores portuários, alimentação, moradia, locomoção, contexto familiar, relações de trabalho e os laços de solidariedade, surgidos do associativo as experiências visíveis e possíveis de serem problematizadas, compreendi que os trabalhadores do Porto passaram por um processo de mudança, no qual se preocupavam com suas condições materiais e que acabaram por identificar outros trabalhadores nessa mesma situação.

Em consequência das necessidades materiais mais imediatas entre os portuários, foi fundada, em 18 de agosto de 1912 a *Sociedade Deus e Mar*, localizada inicialmente na Rua do Seminário, fundada em 1912, junto à zona portuária da cidade. Era uma associação benemérita fundada pelos trabalhadores portuários de Fortaleza, tendo Cândido Elisário como primeiro

---

[200] A TRIBUNA. **Deus e Mar - A festa do trabalho**. n. 684, 3 jan. 1923, p. 2.
[201] BATALHA, op. cit., 2004, p. 96.

Presidente. A administração da associação cabia a uma Diretoria composta por um presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretários, um arquivista, um tesoureiro, um procurador, dez diretores e seus suplentes eleitos anualmente através de processo eleitoral secreto.[202]

Na medida em que a economia do Estado do Ceará modificava-se e crescia, o mutualismo também se expandia, acompanhando essa geografia econômica. Em Fortaleza evidencia-se maior incidência desse tipo de associação entre as décadas de 1890 a 1920, período marcado pelos problemas da carestia de vida e ausência de regulamentação das relações de trabalho. As associações coexistiam com outras formas de organização, como sindicatos, círculos católicos, federações e partidos operários,[203] além do que, com a influência da Revolução Russa de 1917, o sindicalismo deixou de ser organizado em associações de ofício e os sindicatos industriais passaram a ter maior número de membros.[204]

A Igreja Católica no Ceará, organizou o *Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José;* uma Sociedade aberta que congregava não apenas trabalhadores, baseada na doutrina de cooperação de classes e harmonia social defendida pela Igreja. Já o associativismo de concepção sindical, no Ceará, data do início da década de 1920, com as associações dos gráficos, ferroviários e portuários (A relação estabelecida entre os portuários e a Igreja será analisada de maneira mais detida no Capítulo 5 desta Tese).

Quando foi fundada, a *Sociedade Deus e Mar* contava com a participação dos trabalhadores marítimos, geralmente moradores das vilas de pescadores do Arraial Moura Brasil e dos arrabaldes próximos à praia (Areal). Pescadores, catraieiros, estivadores e portuários compunham a maior parte do corpo associativo da mutual que chegou aos anos 1920 com o número de 1.400 associados e com ramificações nas cidades de Camocim e Aracati, tornando-se a associação com maior representação entre os marítimos do Estado do Ceará.[205]

Segundo determinado pelo Art. 2º do Estatuto, a sociedade tinha os seguintes objetivos:

> a) Proteger e defender seus associados, trabalhando para o engrandecimento moral, intelectual e material das classes.

[202] DIÁRIO DO CEARÁ. **Segunda reforma dos Estatutos da 'Deus e Mar'**. n. e p. (rasurados), 15 out. 1927. p. 3-6.
[203] MOTA, op. cit., 2009, p. 39-40.
[204] BATALHA, Cláudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: TEIXEIRA, Fernando; FORTES, Alexandre (Org.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p. 106.
[205] DIÁRIO DO CEARÁ. n. e p. (rasurados), 5 jun. 1923; 15 out. 1927.

> b) Prestar defesa ou assistência jurídica gratuita a seus associados, nos casos de processo crime, prisão, perseguição injusta ou abuso de qualquer autoridade; bem assim ampará-los em caso de justas preocupações.
>
> c) Empregar todos os esforços a seu alcance para resolver quaisquer divergências ou contestações relativas ao trabalho não somente entre patrões e operários, bem como destes entre si.
>
> d) Propugnar e levar a efeito a regulamentação do trabalho melhorando suas condições quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o physico e o social.
>
> e) Promover a instrução de seus associados e seus parentes.
>
> f) Intervir, por actos sua decisão, em todas as questões que se suscitarem em razão do regime de trabalho, salários e outras regalias das posses em geral, podendo levar recorrer à greve, não derem resultados desses processos;
>
> g) Promover activa campanha contra o álcool e outros vícios, que concorrem para o desempenho physico, como para o rebaixamento moral dos trabalhadores.
>
> h) Providenciar a fim de que em casos de acidentes no trabalho sejam os associados por parte de seus patrões e ainda mesmo que não intervenham as autoridades competentes; as decisões por médicos e contestadas em seu tratamento; bem como indenizados do tempo em que não poderão trabalhar em consequência da incapacidade resultante para isso e, em casos fatais, de suas famílias.[206]

O primeiro tópico resume todos os objetivos da sociedade ao afirmar que trabalhará para proteger e contribuir para o engrandecimento moral, intelectual e material dos associados. A moral deveria ser mantida com base nas normas de conduta estabelecidas pelo Estatuto; e dentro das atitudes corretas estava a não ingestão de álcool, e não envolvimento em brigas e discussões. A questão intelectual foi amparada pelo funcionamento da escola de ensino noturno, voltada para os trabalhadores e seus familiares. No tocante ao apoio jurídico, era realizado pelos advogados ligados à associação, e tinha o compromisso de defender os sócios nos casos de necessidades. Já o aspecto material era garantido através dos serviços de auxílio funeral, pagamento de Pecúlio, ajuda no caso de doença ou acidente do associado, e com a oferta de serviços médicos.

Os pontos de ação da mutual visavam garantir direitos mínimos aos associados, de modo a não faltar alimentação. Ao conceder pagamentos no caso de o portuário ficar impossibilitado de trabalhar, dava o mínimo de instrução, com garantia de acesso ao ensino, e possibilitando o auxílio jurídico. Esses serviços serviam como paliativo dentro de uma realidade de pobreza e assistência social por porte do governo. Desta forma, à medida que as necessidades mais emergências eram sanadas, os trabalhadores viam a importância de manter-se associado a *Deus*

---

[206] DIÁRIO DO CEARÁ. **Segunda reforma dos Estatutos da 'Deus e Mar'**. n. e p. (rasurados), 15 out. 1927, p. 3-6.

e Mar, daí por que o Estatuto tinha força; acabava por controlar e ditar as regras de conduta dos sócios.

Dentre os serviços que a *Deus e Mar* oferecia aos associados, estava o pecúlio, pagamento feito à família do associado após o seu falecimento, servindo para cobrir despesas emergenciais da família e mantê-la durante um curto tempo, devido a ausência de seu provedor, tendo em vista que o valor de 900 mil réis não era considerado um grande valor para a época, além de ser feito em parcela única.[207]

Como o caso tratado no Jornal *Correio do Ceará*:

> Esta sociedade acaba de effetuar mais um pagamento de 2 peculios num total de um Conto de oitocentos mil réis (1:800$000), conforme consta com os recibos abaixo:
>
> Recebi da sociedade <Deus e Mar> a quantia de 900$000, equivalente ao pecúlio nº 28, instituído em meu beneficio, pelo meu fallecido esposo João Andrade Netto, fallecimento este ocorrido nesta capital, em 04 de fevereiro de 1921.[208]

O auxílio feito através do pagamento de Pecúlio significava um avanço no que concerne à assistência da família do associado; trata-se de uma realidade em que os trabalhadores eram desassistidos por Leis que garantiam direitos básicos à organização do regime de trabalho, à carga horária e ao sistema de pagamento.

Batalha destaca que "a cultura associativa no Brasil é a representação da força da classe operária, de modo a criar e preservar suas próprias instituições à margem e a despeito do Estado". Isso porque o autor percebe que a cultura de classe no Brasil está relacionada à necessidade da constituição de um espaço de luta, o qual foi conseguido por meio das lutas das associações de trabalhadores.[209]

No caso da *Deus e Mar*, além do mutualismo, os associados também prezavam pela disciplina em relação às determinações do Estatuto da Associação,[210] de maneira a manter o grupo coeso e ajustado para lutar favoravelmente pela coletividade. Para as associações mutuais, os trabalhadores deveriam seguir o modelo de conduta estabelecido pelo Estatuto.

---

[207] Apesar das afirmativas de dificuldades financeiras, o valor de 900 mil réis do pecúlio, não pode ser considerado de grande valor para a *Sociedade Deus e Mar*, visto que os associados pagavam as mensalidades; as taxas pagas pelos sócios aceitos na mutual eram de 24 mil réis (24$000), além do pagamento do Sócio Benemérito no valor de 500 mil réis.

[208] CORREIO DO CEARÁ. **Sociedade Deus e Mar**. 25 maio 1921, n. 1871, p. 3.

[209] BATALHA, op. cit., 2004, p. 115.

[210] Os estatutos: composto pelo conjunto de regras que norteavam as entidades. Estavam presentes em partidos, grupos literários, corporações, mutuais e sindicatos. Neles repousavam os fins e as diretrizes de cada agremiação. Dotados de foro de lei, respondia e projetava anseios do bem comum; e as mudanças mais significativas da vida associativa passavam pelas revisões estatutárias.

Assim, quando as determinações não eram seguidas, o membro poderia ser excluído da associação. E muitas foram as ocasiões em que os associados quebraram as regras, ou seja, quando não pagavam, ou atrasavam as mensalidades, ingeriam bebida alcoólica, brigavam em via pública etc.

O Art. 4 do Estatuto de 1927 reconhece os tipos de sócios, quais sejam: fundadores, que pertenciam à sociedade no ato da fundação; efetivos, os sócios que permaneciam e eram admitidos na sociedade de acordo com as determinações do Estatuto; os Beneméritos eram os sócios que, mesmo sendo estranhos à classe, prestaram relevante serviço, ou fizeram uma doação de quinhentos mil reis (500$000); Os Cooperadores eram aqueles que contribuíam para o engrandecimento da Sociedade; O Sócio Marítimo deveria ter idoneidade moral, pertencer à classe marítima, e ter residência no Ceará; ser maior de 16 e menor de 50 anos; não sofrer de nenhuma moléstia; não possuir defeito físico; não ter enfrentado nenhum processo criminal e não ter sido expulso de outra sociedade.

Os pré-requisitos exigidos para que o trabalhador pudesse se associar deixavam claro a necessidade de que para ter uma conduta aceitável, que passasse pelo não envolvimento em problemas com a polícia e a justiça, precisava ter condições físicas, para realizar os serviços; por isso, não podia ter a idade avançada, doenças, nem defeitos físicos.

Ainda no Art. 4, era determinado que poderiam ser sócios, indivíduos que não eram trabalhadores do Porto, desde que pagassem altas taxas, não sendo abordada a questão da conduta moral. Mas para o sócio trabalhador marítimo, a exigência sobre a idoneidade é enfática para que este possa filiar-se e permanecer como sócio. Somados todos os pré-requisitos, o marítimo deveria encaminhar a proposta de adesão como sócio para a Capitania dos Portos, pagar 24 mil réis (24$000), mais um sinistro, uma mensalidade e o atestado médico.[211] O mesmo artigo do Estatuto reconhecia que os sócios estavam definidos em cinco categorias: fundadores, efetivos, beneméritos, cooperadores e remidos:

> Parag. 1º - São sócios fundadores aquelles que pertencem à sociedade desde a sessão de instalação.
>
> Parag. 2º - São effectivos os sócios que permanecerem na sociedade e os que nela forem admitidos, nas condições (ilegível) por estes Estatutos.
>
> Parag. 3º - São sócios beneméritos os que mesmo estranhos à classe, prestarem a essa Sociedade relevantes serviços e bem ou que tiverem feito, de uma vez só à Sociedade, o donativo de quinhentos mil Réis (500$000) em dinheiro, ou em valor correspondente.

[211] DIÁRIO DO CEARÁ. **Segunda reforma dos Estatutos da 'Deus e Mar'**. n. e p. (rasurados), 15 out. 1927, p. 3-6.

> Parag. 4º - São sócios cooperadores todos os que espontaneamente querem cooperar para o engrandecimento da Sociedade.
>
> Parag. 5º - São sócios remidos, os que preencherem as condições do Art. 64 deste regulamento.[212]

Os sócios fundadores eram aqueles que possuíam maior relevância no quadro dos associados, e destaque para a tomada de decisões e articulação das chapas para concorrer à Diretoria, por terem contribuído para o processo de fundação da Sociedade. Já os efetivos, eram os trabalhadores que seguiam as regras gerais estabelecidas pelo Estatuto para serem aceitos como sócios, após cumprirem várias determinações e exigências, conforme estabelecido no Art. 5º. Deste modo, para ser admitido sócio da classe marítima, era necessário possuir idoneidade moral, pertencer à classe marítima, ter residência no Ceará, ser maior de dezesseis anos e menor de cinquenta anos de idade; não sofrer de doença contagiosa ou defeito físico, não poderia ter tido envolvimento em processo criminal nem ter sido condenado por crime infame, e não poderia ter sido expulso de outra sociedade por haver cometido atos desonestos e imorais.[213] Somava-se a tais exigências que o candidato a sócio deveria, segundo determinação do Art. 6º:

> A proposta para sócio deverá ser feita por escripto, endereçada à Directoria e assignada por um sócio no goso de seus direitos, contendo o nome, a nacionalidade, a filiação, a profissão, a residência do proposto, acompanhando a caderneta da Capitania do Porto e respectiva importância de vinte e quatro mil Réis (24$000), para o pagamento da joia, um sinistro e a mensalidade, e o atestado médico.[214]

Além dos pré-requisitos determinados pelo Art. 5º, ainda era exigido que os trabalhadores encaminhassem a proposta de adesão por escrito conforme o Art. 6º, e pagasse uma quantia de 24 mil réis para que sua solicitação fosse avaliada pela Diretoria. Nos casos de sócios cooperadores, os pré-requisitos eram basicamente os mesmos, sendo apenas substituída a caderneta da Capitania do Porto por um atestado de idoneidade. No caso dos Beneméritos, a Diretoria da *Sociedade Deus e Mar* facilitava o processo, tendo em vista que, de modo geral, eram pessoas que possuíam poder econômico e político na cidade.

Os motivos para a aceitação dos beneméritos centralizavam-se numa questão política estratégica, visto que estes sócios contribuíam financeiramente e declaravam apoio à associação e às suas causas, sendo considerados importantes para a defesa dos trabalhadores associados.

---

[212] DIÁRIO DO CEARÁ. **Segunda reforma dos Estatutos da 'Deus e Mar'**. n. e p. (rasurados), 15 out. 1927, p. 3-6. A página em que está localizado o Art. 64 encontra-se com rasuras, não sendo possível fazer a leitura sobre a definição do Sócio Remido.
[213] DIÁRIO DO CEARÁ. **Segunda reforma dos Estatutos da 'Deus e Mar'**. n. e p. (rasurados), 15 out. 1927, p. 3-6.
[214] Id. ibid.

Em contrapartida, os beneméritos viam na associação uma vitrine para divulgar seus nomes, ministrando palestras e participando de eventos. Dessa maneira, ambas as partes (trabalhadores associados e sócios beneméritos) ganhavam com essa aliança.

Segundo Ronaldo de Jesus e Cláudia Viscardi, a maioria das sociedades mutualistas não foram organizadas por trabalhadores considerados comuns, visto que a dianteira foi principalmente tomada pelos grupos sociais e políticos mais abastados, os quais objetivavam praticar a caridade como forma de dialogar com as camadas mais necessitadas economicamente da população.[215] No caso da *Deus e Mar*, esta não foi fundada por grupos de destaque político nem econômico, mas obteve sua influência; ou seja, tratava-se de uma relação estabelecida dentro de uma concepção de cordialidade.[216]

Reconheço a participação de membros da elite econômica e política de Fortaleza na *Sociedade Deus e Mar*, no entanto, não tinha a dianteira do movimento, sendo esse papel exercido pelos trabalhadores, os quais utilizaram a aproximação com sócios beneméritos, como uma forma de se proteger e diminuir a distância em relação às autoridades políticas.

Esse tipo de prática (portuários e políticos) era recorrente desde os primeiros movimentos dos portuários de Fortaleza, datando dos primeiros anos do período republicano. Conforme analisado na Dissertação *Todo cais é uma saudade de pedra: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904),* o autor afirma ter sido a Greve dos catraieiros um importante elemento político para as mudanças ocorridas no governo do Estado do Ceará em 1912. Argumentando que as oligarquias dissidentes se fortaleceram após o episódio da praia em 3 de janeiro de1904, quando os grevistas foram massacrados pela força da Polícia.

A partir do "dia 3 de janeiro", o advogado João Brígido liderou forte oposição ao domínio da oligarquia de Nogueira Accioly, declarou apoio aos trabalhadores do Porto e utilizou o episódio da praia como elemento de discurso político. Em várias edições do jornal *Unitário*, o discurso de apoio à causa dos catraieiros estava presente como forma de conseguir apoio dos trabalhadores para a luta de contestação à deposição da oligarquia acciolina.[217] Entre 1904 e 1912 essa aliança só se fortaleceu, fato esse verificável com a deposição de Nogueira Accioly e a vitória dos dissidentes, bem como a fundação da *Deus e Mar em 1912*, que contou

---

[215] JESUS, Ronaldo Pereira de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Org.). **Nomes e números:** alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora, MG: EDUFF, 2006.

[216] VISCARDI, Cláudia Maria Oliveira. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Org.). **Nomes e números:** alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora, MG: EDUFF, 2006.

[217] Concepção defendida na segunda parte da dissertação. Cf. MORAIS, Nágila Maia de. **Todo cais é uma saudade de pedra**: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História e Culturas-MAHIS, Universidade Estadual do Ceará, 2009.

com a participação de figuras de importância política, os quais foram inseridos na associação como sócios beneméritos e cooperadores.

A *Deus e Mar* desenvolveu uma estratégia de luta, na qual os trabalhadores mantinham uma relação de proximidade com os patrões e políticos, buscando melhorar a negociação de pequenos benefícios e favores imediatos.

> [...] Logo no seu início foi assaltada pela politicagem, a que nada escapa.
>
> Os partidos nella vendo uma força capaz de auxilia-los em certeas campanhas, inocularam-lhe o germendo partidarismo, desviando-a dos seus fins altruístas.
>
> Durante algum tempo, o importante núcleo operário não passou de uma succursal do Partido Democrata, que á custa da ingenuidade dos pobres trabalhadores os apresentava prestigio popular na cidade.
>
> ...os elementos mais esclarecidos da sociedade da sociedade encabeçaram o movimento de reacção contra o ingresso do faccismo entre os operários e começou a phase da construção.
>
> ...organizou-se um centro de resistência aos desmandos dos directores e as ideas desses elementos de reacção cedo contaminaram a maioria dos espíritos resultando em animassimo pleito eleitoral.[218]

O Jornal *Folha do Povo* denuncia a forte influência e participação de grupos políticos na administração da beneficente, que chegou a mudar o seu foco da mobilização em prol das reivindicações dos portuários, para inserir-se nos debates políticos partidários. O Jornal continuou a tratar sobre as tensões internas geradas a partir dessa postura, adotada pela então Diretoria, e coloca os trabalhadores como passivos diante dessas tensões. No entanto, a formação das duas chapas para concorrer ao pleito de 1928 só foi possível porque a categoria estava envolvida nesse debate, e escolheu ficar na chapa da situação ou da oposição, tornando a afirmativa de que os associados estavam alheios ao processo eleitoral, e que as ações da categoria não se sustentam, até porque após os resultados das eleições muitos saíram da associação.

Apesar das denúncias e críticas sobre os envolvimentos com os grupos políticos partidários, a *Deus e Mar* permaneceu com a ação de somar a suas fileiras os sócios beneméritos, os quais realizavam doações significativas em dinheiro, e que, em troca, buscavam o reconhecimento da sua ação pela comunidade, no sentido de reforçar o seu *status* e o poder político. Além disto, os nomes dos beneméritos e dos membros da Diretoria eram constantemente exaltados nas reuniões e assembleias da associação, tornando-se um importante meio para a conquista e manutenção de prestígio social.

---

[218] FOLHA DO POVO. n. 922, 8 jul. 1928, p. 1.

Entre os sócios beneméritos e cooperadores, enquadravam-se pessoas envolvidos com a política partidária da cidade, que não possuíam interesses verdadeiros pela causa dos trabalhadores. A facilidade para receber os beneméritos não era a mesma para aceitar os trabalhadores nas fileiras da associação, como foi apresentado anteriormente.

No Estatuto, eram enfatizados os direitos e deveres dos sócios e as penalidades. Dentre os direitos, podem ser destacados: voto na escolha da Diretoria; participação nas reuniões para tratar sobre questões dos associados e convocar assembleias. Os deveres dos sócios eram os seguintes: pagar as taxas e mensalidades; comparecer às assembleias gerais; abster-se do excesso de bebida alcoólica, ou atitude degradante; abster-se de ausentar-se do serviço sem avisar, ou pedir a autorização de seus superiores e cumprir as determinações do Estatuto.

A ênfase no cumprimento das obrigações, seguindo as regras estatutárias, mostrava a necessidade de a Diretoria manter o controle sob a conduta dos trabalhadores no ambiente de trabalho, à medida que os proibia de ausentar-se do serviço sem avisar, de reconhecer e aceitar as decisões de seus superiores. Em contrapartida, mostra a preocupação com os associados além dos limites do Porto, quando afirma que o sócio não pode realizar atos considerados degradantes, tais como a ingestão em excesso de bebida alcoólica, envolver-se em brigas etc.

A Diretoria da *Deus e Mar* buscou, através dos Artigos do Estatuto, estabelecer os limites dos direitos e dos deveres de seus sócios, e, em troca, os associados receberiam serviços de auxilio mútuo. Em meio aos poucos direitos e muitos deveres, os trabalhadores associados eram penalizados com multa, entre cinco e cinquenta mil réis, nos casos de: abandono de serviço sem justificativa, insubordinação aos superiores, ou apresentando-se para o trabalho alcoolizado, podiam também ser suspensos do serviço em caso de perturbação da ordem, ou falta de respeito em qualquer recinto, comparecer às reuniões embriagado, fazer falsas acusações, ou atentar contra a integridade física ou moral dos companheiros.[219]

A cobrança por uma conduta considerada correta passava pela não aceitação da ingestão de álcool, as práticas de jogos e apostas, além das brigas e discussões entre os trabalhadores ou com outras pessoas. Eram práticas fortemente combatidas, tendo em vista a recorrência no dia a dia da região portuária.

A *Sociedade Deus e Mar* foi uma associação fundamental para a organização dos trabalhadores portuários no seu processo de conquista de espaço através de lutas por melhores condições de trabalho e de vida, lutas estas que ocorreram para além das fronteiras do Porto.

---

[219] DIÁRIO DO CEARÁ. **Segunda reforma dos Estatutos da 'Deus e Mar'**. n. e p. (rasurados), 15 out. 1927, p. 3-6.

> Em nome da Diretoria da <<Sociedade deus e Mar>>, faço sciente ao público desta capital, que o Sr. Raimundo de Alcantara não faz mais parte desta associação tendo sido eliminado em sessão de 09 de janeiro deste anno, por ter o mesmo infringido o art. 14 letra F dos nossos estatutos, conforme conta na acta da referida sessão, não se entendendo portanto como um sócio desta sociedade a notícia que deu a imprensa desta capital, de ter sido o mesmo preso por desordem, o classificando de lancheiro, classe esta a que o referido Sr. Deixou de pertencer desde a data da sua eliminação.[220]

Os conflitos entre os associados era um dos problemas mais recorrentes, por isso o Estatuto determinava duras punições àqueles que se envolviam em brigas e discussões dentro e fora do serviço. No caso do lancheiro, Sr. Raimundo de Alcântara, este foi preso sob a acusação de estar promovendo desordem na cidade. Sendo assim, no caso de prisão, os associados infringiam os pontos do Estatuto que tratavam sobre a expulsão nos casos de praticar atos desonestos ou contrários a moral, cometer homicídio, condenação, roubo e embriaguez habitual.

Com as alterações feitas no documento maior da sociedade no ano de 1927, o Art. que tratava sobre as punições passou para o Art. 13, Parágrafo 3º, que afirmava ser o sócio passível de punição se abandonasse o serviço sem uma justificativa plausível, no caso de insubordinação aos fiscais do serviço e ao presidente da associação, e se fosse trabalhar sob o efeito de álcool. Diante desses pontos, o sócio sofria penalidades como o pagamento de multas, as quais variavam de acordo com a infração, bem como podia ter suspenções do serviço e no caso de reincidência o Art. 16: "A perda total dos direitos sociaes, que só poderá ser aplicada mediante pela assembleia geral, mediante presença circunstanciada da Diretoria" e o abuso das infrações listadas nos Art. 13, 14 e 15.[221]

Além de servir para estabelecer os direcionamentos da associação, apresentando os direitos e os deveres, o Estatuto também objetivava moldar os trabalhadores dentro de uma conduta de ordem e disciplina de modo a evitar atitudes desordenadas, como brigas, discussões, abandono do serviço, prática de jogos, ingestão de bebidas alcoólicas, as quais os colocavam fora do modelo de ordem vigente, e acabavam por gerar problemas para os empregadores, contratadores da mão de obra portuária, e aos fiscais dos serviços. Para a manutenção da ordem, o Estatuto serviu como importante ferramenta para delimitar as ações dos trabalhadores, tendo em vista que determinava os direitos, os deveres e as penalidades no caso de não cumprimento dos artigos estatutário.

---

[220] CORREIO DO CEARÁ. **Sociedade Deus e Mar**. n. 1834, 12 abr.1921, p. 3.
[221] DIÁRIO DO CEARÁ. **Segunda reforma dos Estatutos da Sociedade Deus e Mar**. n. e p. (rasurados), 15 out. 1927, p. 3-6.

As punições (pagamento de multas, afastamento do trabalho, suspensão dos direitos, e expulsão) não foram vistas com bons olhos pelos associados como um todo, e diante das insatisfações internas, surgiu um grupo para fazer oposição à Diretoria que estava no poder. Somadas as insatisfações relacionadas ao cumprimento do Estatuto, as disputas pelo poder da associação agravaram as divergências internas na *Deus e Mar*, sendo o pleito para a Diretoria, no ano de 1928, marcado por discussões, brigas e rupturas.

> [...] A Deus e Mar" actualmente é um feudo, dirigido por meia dúzia de mãos companheiras.
>
> Multas arbitrarias, arrecadações de quotas já revogadas, como a de 200 réis para os asylados da sociedade, tudo isto é praticado com o mais acintoso disrespeito ás leis estatutárias.
>
> No momento, só um homem poderá conduzir a associação por outros caminhos mais segguros e orientados - é o Sr. Luiz Rodrigues da Silva, candidato da 'Chapa vencedores".
>
> Maritimos, se desejais o progresso da sociedade, votae em Luiz Rodrigues.
>
> A Victoria da chapa official será o aniquilamento da "Deus e Mar".
>
> Um grupo associado.[222]

O Jornal *Folha do Povo* aborda as questões concernentes à postura da Diretoria da Associação, mostrando as divergências entre os associados no tocante às decisões dos diretores, tendo em vista que a associação, enquanto instituição, não expressava, necessariamente, as opiniões de todos os trabalhadores associados. Dessa maneira, surgiu como consequência das tensões entre os associados e os membros da Diretoria a formação de duas chapas para concorrer nas eleições de agosto de 1928.

3.2.1 As tensões no pleito da Deus e Mar em 1928

> [...] Assim é que, emquanto o candidato da oppsição, que recaira na pessoa de um antigo defensor da sociedade, e olhado com verdadeira sympathia pela maioria dos campanheiros, o candidato official impugnado por estes - esta sendo amparado pelos chefes da Lloyd e da Booth parecendo a todos, que a "igrejinha" da actual directoria da "Deus e Mar" deseja perpetuar se no poder daquella? florescente associação [...].
>
> Para traz os propagandistas estranhos ao meio!
>
> Tudo pela Victoria da Chapa opposicionista!
>
> Um sócio da Deus e Mar.[223]

[222] FOLHA DO POVO. n. e p. (rasurados), 3 jul. 1928.
[223] FOLHA DO POVO. **Pela Deus e Mar**. n. e p. (rasurados), 16 jun. 1928.

Durante o pleito para a Diretoria, em 1928, ocorreram tensões internas entre os sócios, que, segundo a denúncia feita no artigo acima, não respeitavam o Estatuto, que visava apenas a atender aos interesses da Diretoria e não dos associados. No texto publicado no Jornal *Folha do Povo,* a *Sociedade Deus e Mar* estava envolvida com as empresas de Navegação Lloyd e Booth, como forma de mostrar o distanciamento da chapa situacionista em relação aos interesses dos trabalhadores associados e fortalecer a chapa de oposição.

Dentre as várias denúncias referentes às eleições, uma outra foi registrada no jornal *Gazeta de Notícias*, afirmando que 200 sócios da *Deus e Mar* estavam insatisfeitos com o resultado da votação; por isso foram até a redação desse jornal para afirmar a existência de fraude durante a votação e pedir a sua anulação.[224]

Mesmo com as constantes notícias vinculas nos jornais e a reação de parte dos associados, as eleições foram vencidas pela chapa da situação, empossada no dia 18 de setembro de 1928, sob as críticas de que estavam defendendo os interesses da Empresa de Navegação Lloyd.[225]

> Toma posse hoje a nova directoria.
> Como membros da nova directoria, visitaram nos hoje os srs. Luiz Rodrigues, Presidente Sebastião Ferreira do nascimento, Vice-presidente e Raymundo Pereira director, que nos vieram convidar para assistir a sessão que às 19 horas se realiza em sua sede, commemorando o 16 aniversario da sociedade e posse da nova directoria.[226]

Como consequência dos embates internos na *Deus e Mar*, após a eleição, ocorreu uma cisão, vindo a surgir a *União Marítima Beneficente*. Segundo foi publicado na *Folha do Povo* do dia 15 de setembro de 1928, a *Sociedade Deus e Mar* possuía 800 sócios e a recém-fundada *União Marítima Beneficente* contava com aproximadamente 100 sócios.[227] Apesar de possuir um menor número de associados, a *União Marítima* foi fundada para fazer frente à Diretoria *Deus e Mar*.

> No dia 7, na sede do Círculo Operário São José foi fundada uma nova sociedade de homens do mar, denominada "União Marítima Beneficente" composta de dissidentes da veterana sociedade "Deus e Mar". Foi proclamanda uma directoria composta dos srs. João Pio de Farias, Presidente Joaquim Genú, Secretario e Minervino de Castro, thesoureiro...
>
> Noticiando este facto, lamentamos deveras ter-se verificado a scisão que parecia ter sido evitada com a elevada interferência do Sr. Capitão dos Portos, no intuito de derimir a crise originada da última eleição da "Deus e Mar" compromettidas ambas as partes como ficaram de acatar a expressão das urnas

[224] GAZETA DE NOTÍCIAS. **Duzentos sócios da "Deus e Mar" dirigem-se à redação da "Gazeta"**. O protesto contra a fraude no pleito de domingo - "vivas" ao nosso jornal. n. 303, 5 jul. 1928, p. 2.
[225] FOLHA DO POVO. 19 ago. 1928; FOLHA DO POVO. 27 set. 1928.
[226] DIÁRIO DO CEARÁ. **Deus e Mar**. n. 2303, 18 ago. 1928
[227] FOLHA DO POVO. **Sociedade Deus e Mar**. n. 982, 15 set. 1928, p. 8.

> da nova eleição, continuando a prestar o contingente de seu esforço pelo progresso da aggremiação.
>
> Esse pleito deu se normalmente fiscalizado até o fim pelo Sr. Capitão dos Portos. Vemos porem que agora a scisão manifesta-se pelo desmembramento de uma centena, a quinta parte dos associados.[228]

Minervino de Castro, que ocupou o cargo de tesoureiro na *União Marítima*, foi primeiro secretário da *Deus e Mar* por muitos anos. A cisão da *Deus e Mar* levou à competição entre as duas associações, que passaram a disputar a contratação de serviços para o embarque e desembarque dos navios para os seus associados. Contudo, como a *Deus e Mar* matinha negociações com a Empresa de Navegação Loyd, seus associados tinham serviços garantidos, enquanto os sócios da *União Marítima* ficavam prejudicados. Diante de tal situação a *União Marítima* reagiu, fazendo denúncias nos Jornais *Diário do Ceará e Correio do Ceará*.

De modo geral, a composição da chapa para a eleição da Diretoria da Beneficente mantinha os mesmos nomes (indivíduos), ocorrendo com frequência somente a troca dos cargos e funções, sendo mantida a base. Nessas trocas, alguns eram mais beneficiados, sendo esse aspecto importante para pensar as causas da cisão. Na troca de funções, aqueles que não tiveram os seus interesses atendidos acabaram por formar uma chapa de oposição, mas essa oposição não passava de disputas internas pelo poder, visto que se afirmava com as mesmas características e causas da *Deus e Mar*. Nesse sentido, não havia uma perspectiva de a *União Marítima* promover mudanças efetivas quanto as estratégias de atuação e reivindicações do movimento, como criar e fortalecer a atuação reivindicativa, visto que o objetivo maior era manter as mesmas estratégias de ações políticas e sociais de auxílio mútuo.

O embate entre as duas chapas estava centrado nas disputas pelo poder e liderança dos portuários, e não necessariamente na luta por melhorias nas condições de trabalho e vida dos associados. No entanto, a divisão da *Deus e Mar* e as tensões pelo controle da Diretoria mostram que não ficaram restritas as chapas que participaram do pleito, também contando com a adesão dos trabalhadores que escolheram suas chapas. Dos 100 sócios da *União Marítima*, sessenta fizeram parte da Comissão que se apresentou no jornal (Figura 15) para denunciar as atitudes da *Deus e Mar* ao boicotá-los no processo de contratação.

[228] DIÁRIO DO CEARÁ. **União Marítima Beneficente**. n. (rasurado), 10 set. 1928, p. 1.

Figura 15 - Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 15 set. 1928, n. 4041, p. 1.

Solemne protesto de tra-
balhadores do mar

OS TRABALHADORES POSANDO PARA A NOSSA OBJECTIVA PHOTOGRAPHICA

Fonte: Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 1928.

O artigo publicado no jornal do dia 15 de setembro de 1928 registra a insatisfação de sessenta trabalhadores do Porto, que denunciaram o sistema de contratação submetido à Associação *Deus e Mar*; e, pelo fato de terem passado para a sociedade *União Marítima*, foram preteridos no processo de contratação e na oferta serviço.

> Uma comissão da "União Marítima" veio explicar devidamente as ocorrências.
>
> A propósito das ocorrências registradas entre os trabalhadores do mar, visitou-nos hontem uma commissão da "União Marítima Beneficente" sociedade recém fundada por dissidentes da "Deus e Mar", commissão chefiada pelos srs. Minervino de Castro, Manoel Rodirgues Filho e José de Castro.
>
> Disseram que aquelles estivadores reclamantes que procuraram a imprensa não foram dispensados porque, propriamente, não são empregados, mas trabalhadores incluídos nas listas pelos capazes, assim trabalhando somente quando há serviço.

> Os queixosos, em data de 13 do corrente fizeram um abaixo assignado ao Sr. Capitão dos portos, pedindo que visualizasse o abaixo assignado.[229]

A fundação da *União Marítima* gerou tensões também no processo de contratação da mão de obra, visto que o poder da *Deus e Mar* passava pelo controle do processo de contratação, na oferta da mão de obra e nas negociações com os contratadores e empresas de Navegação, pois a garantia da oferta do trabalho era um ponto fundamental para levar os trabalhadores a tornarem-se sócios das sociedades beneficentes. Nesse sentido, após a ruptura interna em 1928, isso ficou visível à medida que o serviço só ficou garantido aos associados da *Deus e Mar*.

A *União Marítima Beneficente* foi fundada na sede do *Círculo Operário São José* e realizou sua primeira reunião na sede do *Sindicato dos Trabalhadores do Porto*, no dia 15 de setembro de 1928. Ressalte-se que essa associação possuía um caráter exclusivamente beneficente, sem intenção de resistência, com o discurso de que objetivava assegurar o futuro das famílias.[230]

Mesmo com as diferenças dentro da categoria, e com a fundação da União Marítima, a Associação *Deus e Mar* continuou possuindo um grande poder dentro das negociações da mão de obra no Porto, chegando a acumular um número de mais 800 associados somente em Fortaleza, sem contar os sócios das sucursais de Aracati e Camocim.

Após a fragmentação dos trabalhadores portuários entre as duas associações, esses também tiveram que lidar poucos anos depois com a interferência marcante da *Legião Cearense do Trabalho*, fundada em 1931. A LCT logo percebeu a importância de unir os portuários e suas associações, e logo providenciou a aliança entre a *Deus e Mar* e a *União Marítima Beneficente*. Dessa fusão surgiu a *Sociedade Marítima Deus e União*, que seguia as diretrizes da Ação Social Católica.[231] Doravante, as relações de força que se estabeleceram entre os próprios trabalhadores, os patrões e a Igreja nas lutas cotidianas, nos limites do Porto e para além dele, foram marcadas por dificuldades em relação às mudanças nas condições de vida dos trabalhadores.

Além da presença dos patrões nessas associações, também houve a ação da Igreja Católica, que direcionava as características de conduta de boa parte dos trabalhadores, através das determinações presentes no Estatuto, em um contexto no qual a Igreja buscava a inserção no Movimento Operário de modo a anular a ação dos anarquistas, socialistas e comunistas nos

---

[229] DIÁRIO DO CEARÁ. **Em torno da Deus e Mar**. Fortaleza, n. 2328, 18 set. 1928, p. 2.
[230] CORREIO DO CEARÁ. **União Marítima Beneficente**. n. (rasurado), 16 set. 1928, p. 5.
[231] CORDEIRO, Raimundo BARROSO Jr. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

sindicatos e manter o modelo de sociedade tradicional, e combater o discurso de mudanças urbanas e de modernização.[232]

A preocupação da Igreja com os destinos da humanidade estava submetida à dinâmica da modernidade industrial; esta surgiu oficialmente com a bula papal *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891). Nessa encíclica, são expostas as questões graves de desorganização social, instauradas pelo capitalismo da Revolução Industrial e sua repercussão nos diversos aspectos da existência humana. A bula ressaltava a esfera religiosa invadida pelo laicismo materialista; questionava esta realidade social que se fundamentava no desapego das coisas da espiritualidade.[233]

> Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma protecção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada.[234]

A preocupação da Igreja girava em torno da pobreza dos indivíduos das classes inferiores que, diante das dificuldades materiais, podiam promover lutas e mudanças sociais radicais, as quais não eram de interesses da Igreja, e até poderiam servir para enfraquecer o poder religioso exercido sobre os trabalhadores.

Diante das discussões e mudanças econômicas e sociais advindas com o século XIX e XX, a ação social católica intensificou-se, tendo como objetivo a conquista e ou manutenção dos trabalhadores ligados à fé Católica, de modo a não se tornarem "presas", principalmente dos Comunistas. Dessa maneira, a Igreja marcou sua presença nas causas sociais, buscando realizar uma retomada dos valores cristãos, defendendo a industrialização, e colocando as lutas e reivindicações do operariado em um viés religioso, pautado no Evangelho. Para tanto, destacava a importância da caridade para aqueles que tinham maiores necessidades materiais. Daí a importância das sociedades mutualistas, as quais tinham como base a caridade entre os membros.

---

[232] BARROSO, op. cit., 2000, p. 319.
[233] Carta Encíclica *Rerum Novarum* do Sumo Pontífice Papa Leão XIII. A todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a sé apostólica sobre a condição dos operários, 1891. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 28 set. 2017.
[234] Ibid., 1891, p. 2.

A Encíclica *Rerum Novarum* também ressaltava: a importância da manutenção da instituição família, dentro de laços de moralidade e obediência ao pai e a Igreja; o combate, de modo veemente, o Socialismo e o Comunismo, defendendo a concórdia entre as classes; as posses e os usos da riqueza; o trabalho como sendo meio para dignificar o homem; a relevância do Estado e dos governos para a manutenção dos direitos legais e da propriedade privada, como também sua interferência nas questões ligadas aos salários e às condições de vida dos trabalhadores.[235]

Em suma, durante os seus dezenove anos de funcionamento, a *Associação Deus e Mar* passou pela gestão de várias diretorias, as quais faziam apenas o revezamento das funções entre alguns membros, e tiveram que enfrentar embates políticos internos e tensões políticas externas, com grupos partidários, anarquistas, socialistas e a Igreja Católica, e passou pelo processo de divisão em 1928, com a fundação da *União Marítima Beneficente*. Estas associações passaram pela intervenção da *Legião Cearense do Trabalho* e foram fundidas em 1931, dando lugar à *Sociedade Marítima Deus e União* que contou com o apoio da legião, para negociar com as empresas de Navegação o Contrato Coletivo que só foi fechado em 1933.

No intervalo de tempo entre os anos de 1912 e 1931, percebo o processo de reconhecimento dos portuários enquanto coletivo, contribuindo para as tensões internas e externas desses trabalhadores para se compreenderem dentro de características e necessidades comuns, as quais corroboram a organização das ações coletivas. Sendo, além das disputas pelo poder entre os diretores, a sistemática de trabalho, a dinâmica de contratação dos serviços de carga e descarga de mercadorias e passageiros, o sistema de contratação da mão de obra, bem como os valores dos pagamentos pelas horas trabalhadas, as tensas relações estabelecidas entre os trabalhadores e os contratadores, e trabalhadores entre si.

Embora tendo muitas motivações, os conflitos marcaram o processo de contratação da mão de obra portuária (portuários x contratadores – trabalhadores x trabalhadores). Mas também havia a cooperação entre os trabalhadores, os quais compartilhavam de modo geral das mesmas necessidades materiais e de trabalho.

Deste modo, faz-se pertinente entender os motivos que alimentaram as tensões e conflitos dentro do processo de contratação e organização de trabalho no Porto. E compreender que, mesmo em meio as diferenças, existiam semelhanças que colaboraram para fortalecer a união e a cooperação entre os portuários.

---

[235] A *Enciclica Rerum Novarum será* abordada de maneira detalhada no Capítulo 4 desta Tese, quando analisarei o papel na Igreja Católica no Movimento dos Trabalhadores Portuários do Ceará.

3.3 Conflito e cooperação: as relações e as condições de trabalho no Porto de Fortaleza

> Digo-vos que nada pior do que o mar para cansar um homem, por mais forte que seja (Odisseia).

Fortaleza é uma cidade litorânea voltada para o mar; sua economia está diretamente relacionada ao movimento do Porto, o qual durante as quatro primeiras décadas do século XX esteve localizado próximo do Centro comercial, também local onde residia grande parte das famílias enriquecidas dessa capital. Conforme o que foi analisado no Capítulo 2 desta Tese, à medida que o Porto modificava o seu funcionamento e mudava de local, foi corroborando a mudança na organização do espaço e da economia da cidade.

Assim, compreendo o Porto como sendo fundamental para o funcionamento da cidade, pois concentrava os movimentos de importação e exportação; servia como ponto de conexão entre as regiões do Brasil e com outras nações, tornando-se um lugar onde ocorriam transações políticas e econômicas que envolviam várias camadas da sociedade, interesses particulares e públicos, no fluxo contínuo de mercadorias e informações.

Em meio a esse cenário e sua relevância econômica, neste capítulo serão analisadas as personagens que fizeram parte desse espaço, e contribuíram para a sua dinâmica. Assim, o maior desafio a ser enfrentado, utilizando as palavras de Paul Thompson, "é fazer com que as pessoas sejam tão proeminentes quanto os lugares, e estes e aqueles estejam intimamente entrelaçados".[236]

Partindo da premissa de que o Porto ganhava vida através da força dos trabalhadores portuários, ao carregar sobre os seus braços e ombros o peso das mercadorias e dos serviços de carga e descarga dos navios, o presente tópico analisará os portuários com base no sistema de contratação: a carga horária e as relações estabelecidas entre os trabalhadores e contratadores de mão de obra.

Segundo Cruz, a contratação de mão de obra é um dos pontos de maior conflito dentro do Porto, pois ocorre a partir do choque de interesses entre os proprietários, exploradores, administradores e os armadores, principais usuários do porto:

> A raiz do conflito é fácil de ser percebida. Ao proprietário ou explorador do porto interessa maximizar a renda oriunda do uso de suas instalações ou serviços, mediante a cobrança de taxas sobre a tonelagem dos navios, tempo de atracação, transito de mercadorias, armazenagem, utilização dos maquinismos do cais, fornecimento de água, lastro etc. Ao armador pelo contrário, interessava minimizar os custos acima e agilizar ao máximo a

[236] THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

> passagem do navio pelo porto, carregando e descarregando o mais rápido possível.[237]

Existiam divergências entre os interesses dos proprietários e dos armadores. De um lado, os proprietários do Porto (exploradores do Porto, armazéns, cais) estavam interessados apenas no lucro, a partir da quantidade de mercadorias. Do outro lado, os armadores[238] (responsáveis pela contratação dos serviços de carga e descarga) estavam interessados apenas se o navio estava carregado e navegando. Diante dessa situação, as companhias de Navegação iniciaram um processo para conservar e controlar a mão de obra, dificultando o domínio dos armadores sobre o sistema de contratação dos trabalhadores.[239]

No artigo publicado no Jornal *Correio do Ceará*, a agente J. Miranda, afirma que:

> Linha Norte-Sul: O paquete Guayara - esperando a 10 de janeiro, seguirá após a indispensável demora para Belem.
>
> Linha Norte: Vapores esperando do Norte: o paquete goyaz, esperando a 14 do corrente, seguirá após indispensável demora para Belem.
>
> O paquete Bahia, esperando a 14 do corrente, seguirá após indispensável demora para Maranhão e Belem.
>
> Para melhor conferencia de cargas, aviso aos senhores consignatários que de accordo como o encarregado da descarga as mercadorias só serão entregues no armazém depois de estarem conferidas.
>
> A agencia chama attenção dos srs. Carregadores que só recebe cargas até a ante-vespera da chegada dos vapores, assim como, que de ordem da directoria os conhecimentos de carga só serão entregues depois da carga recebida a bordo. Ordem de bem, valores e embarque, encomendas, valores e demais informações (Agente J. Miranda).[240]

A questão dos atrasos nos carregamentos dos navios acarretava o aumento nos custos dos serviços, em razão do pagamento de taxas cobradas pelos proprietários do Porto. Para os armadores, os atrasos significavam prejuízo, necessitando de melhor organização e agilidade nos serviços, tal como o J. Miranda advertido no trecho supracitado.

Além dos proprietários do Porto, existiam os armadores ou contratadores, sendo os trabalhadores apenas utilizados como mão de obra. O agente contratado pela empresa de Navegação era responsável pela contratação da mão de obra avulsa do Porto, pela fiscalização

---

[237] CRUZ, Maria Cecília Velascos. **Virando o jogo:** estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 38.
[238] As grandes empresas de Navegação possuíam em cada porto do país os seus Armadores, homens responsáveis pela contratação de toda a mão de obra necessária para o serviço de carga e descarga dos navios.
[239] CRUZ, op. cit., 1998, p. 42.
[240] CORREIO DO CEARÁ. n. 1753, 4 jan. 1921, p. 4.

do processo de carregamento dos navios, era também chamado "patrão" e prestava serviço para os armadores ligados à empresa de Navegação.

Os trabalhadores vinculados ao serviço no Porto defrontavam-se com os empregadores, que disputavam entre si, mas também faziam alianças de cooperação: "Na medida em que o porto se estruturava como um agregado institucional intermediário entre mercado e empresas, ele envolve um número apreciável de firmas e empresários com interesses particulares e fortemente concorrenciais".[241]

> O trabalhador do Porto que desempenha um trabalho árduo perigoso, e que não tem a certeza de encontrar trabalho, acha mais seguro submeter-se às oscilações do mercado de trabalho em um único porto do que ter que se locomover à outros lugares onde as chances de encontrar trabalho são ainda menos previsíveis.[242]

O sistema de contratação no Porto de Fortaleza foi marcado pela ocasionalidade, ou seja, os trabalhadores eram contratados para o serviço nos navios, mas não tinham a certeza que teriam o serviço com regularidade. Esse sistema ocasional tinha como característica a flexibilidade, ficando o portuário dependendo, muitas vezes, dos laços de proteção e troca de favores entre os trabalhadores e das vontades dos contratadores, que estavam a serviço das empresas de Navegação (de acordo com as fontes, a diária era a partir do valor médio de 2 mil réis).

> Trabalhando 10, 11, 12 hs. por dia, eles fazem uma medida de 3$000, 3$500, quantias de todo insuficientes para evitar uma situação de fome, que trazem os lares de oito, dez, doze pessoas em condições as mais dolorosas. Para melhora-lo, pudessem eles mais trabalhar, mais sacrificar-se, e certamente o fariam, entrando pela noite [...].[243]

Muito embora a Legislação Brasileira já tivesse garantido oito horas de trabalho nas indústrias,[244] tal medida não chegou até os portuários, pois os valores pagos aos trabalhadores não eram suficientes para a manutenção das famílias, sendo os portuários, muitas vezes, obrigados a se arvorar em jornadas extenuantes de trabalho para conseguir prover o lar. Destacando o fato de que as famílias tendiam a ser numerosas.

---

[241] SILVA, Fernando Teixeira da Silva. **Operários sem patrões:** os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas, SP: Unicamp, 2003. p. 24.
[242] GITAHY, Maria Lucia Caira. **Ventos do Mar**. Trabalhadores do Porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: UNESP, 1992. p. 107.
[243] O LEGIONÁRIO. **A questão do salário**. n. 5, 1 abr. 1933, p. 1.
[244] A jornada de trabalho de oito horas diárias na indústria, instituída no Brasil em 4 de maio de 1932 por Getúlio Vargas. Os decretos de 1932 iniciaram o processo de proteção à jornada de trabalho, aperfeiçoada em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Lei que limitou o período de trabalho adicional a duas horas extras diárias. Além disso, criou as férias de 30 dias e, posteriormente, incorporou o descanso semanal remunerado (Lei 605, de 1949).

Nesse sentido, as lutas de todos os dias na "parede", para os serviços do dia ou por horas, tornavam-se mais sofridas. A vivência diária da parede e a dura competição no mercado de trabalho faziam com que os portuários se tornassem mais fragilizados.[245]

> Esta condição sazonal das operações portuárias era não apenas responsável pela acirrada disputa entre operários e patrões para controlar o mercado e a organização do processo de trabalho nos portos, mas também pela ruidosa rivalidade e competição entre os próprios trabalhadores.[246]

Era importante para os contratadores manter a mão de obra em grande quantidade, para ficar de reserva no caso de aumento do movimento do Porto e para ditar o ritmo de trabalho, alimentando a competição e a rivalidade entre os portuários. Um dos fatores que mais contribuiu para incentivar as disputas entre os trabalhadores foi a luta para se especializar em vários tipos de tarefas, pois quanto maior o domínio sobre várias atividades, maior era a chance de ser escolhido durante o processo na "parede".

A competição entre os portuários foi prejudicial para a luta desses trabalhadores, tendo em vista que contribuiu para a imobilidade deles, os quais concentravam as suas atenções nas disputas para conseguir o melhor serviço, e deixava em segundo plano as lutas por melhores condições de vida e de trabalho. A competitividade, aliada às divisões de funções e especialidades, refletia no acirramento da divisão dentro dessa categoria e na contratação da mão de obra, sendo alguns privilegiados em detrimento de outros nos serviços de carga e descarga dos navios.

Esse serviço era desempenhado por pequenos grupos chamados de "ternos", eram feitos normalmente em pares. Nesse serviço, o contramestre não tinha controle da situação, ao contrário do que ocorria na "parede", o contramestre dificilmente descia aos porões, estando ocupado no convés ou em terra, assegurando a estabilidade do fluxo de mercadorias e resolvendo problemas similares fora do navio. Os mestres ficavam em cada porão, controlando os estivadores que realizavam o serviço manualmente e não envolvia equipamentos sofisticados ou qualquer outra fonte de hierarquia. Dessa forma, o salário era calculado de acordo com a produção e dividido em base igual entre todos os trabalhadores.[247]

A natureza do trabalho no Porto dependia das variações da natureza (regime das marés), das relações comerciais e econômicas, mas na base, sustentando a dinâmica de funcionamento,

---

[245] As chamadas na parede regulamentavam as leis de oferta e de procura do trabalho.
[246] SILVA, op. cit., 2003, p. 149.
[247] GITAHY, op. cit., 1992, p. 114.

estava a mão de obra e as relações de contratação dos trabalhadores, marcada pela instabilidade, e incerteza quanto a contratação e a carga horária do serviço.

Esta ocasionalidade estava ligada diretamente com as relações estabelecidas entre os contratadores e os portuários, as quais podiam ser realizadas a partir da troca de favores, laços de amizade, e/ou de família, que interferiam na escolha do trabalhador na parede. Dessa feita, mesmo sendo a parede, um momento em que todos os portuários interessados em trabalhar naquele determinado dia se reuniam para serem contratados, a escolha não era feita aleatória, e seguia alguns critérios: o conhecimento especializado para o carregamento de um determinado produto (como o algodão, o café etc.); os laços de amizade, parentesco; trocas de favores; a disposição física; a disciplina na realização do serviço, o cumprimento dos horários e produtividade. Imbricados no processo de contratação estavam os laços de solidariedade e também de competitividade entre os portuários, que disputavam internamente na categoria a escolha no sistema de parede.

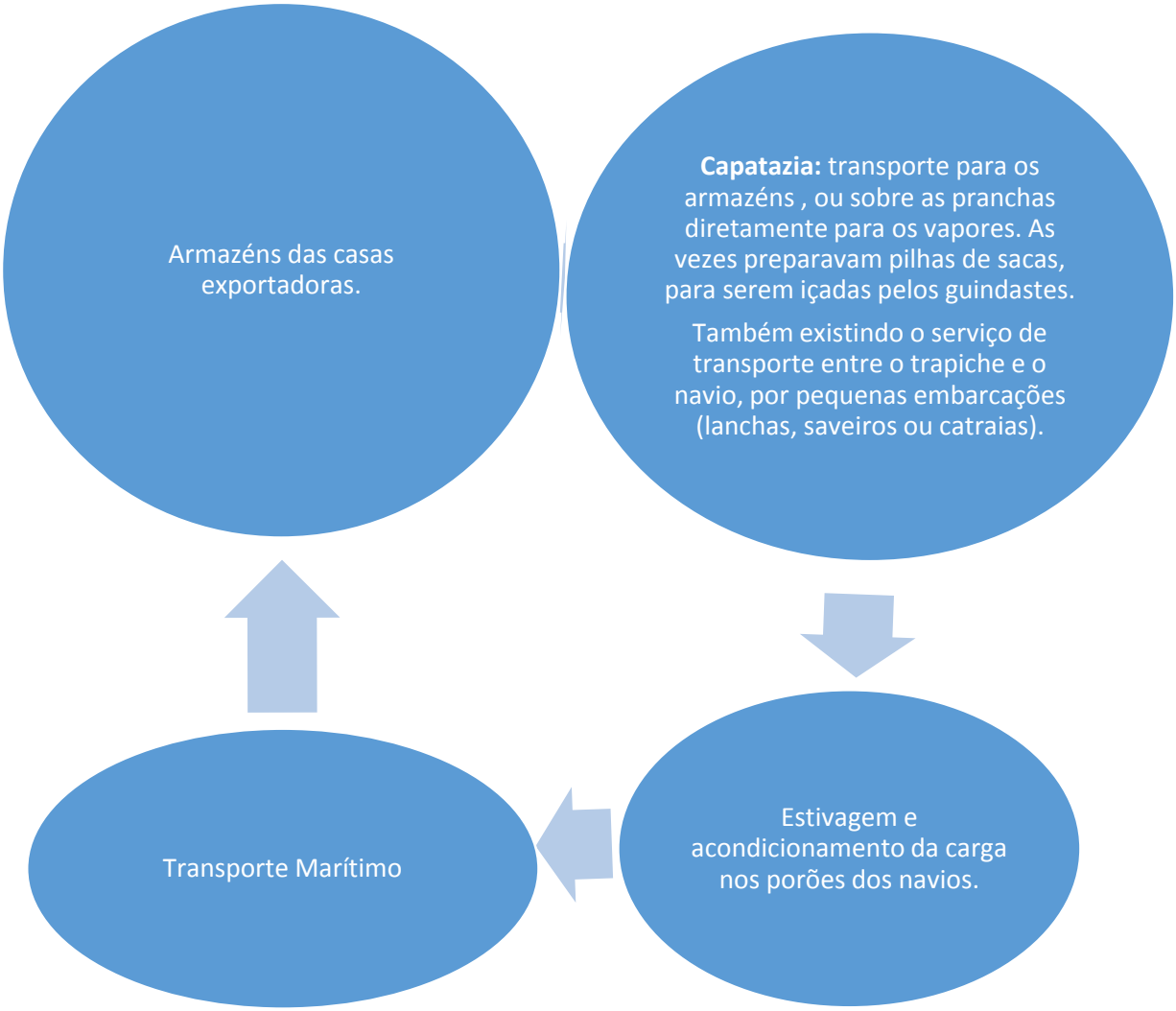
O processo de fazer-se enquanto classe social para os trabalhadores do Porto de Fortaleza, associados a *Deus e Mar* e o STPC, foi realizado com base nas relações de solidariedade, mutualialidade, mas que também conviviam com a competividade no sistema de contratação. Tendo em vista a heterogeneidade dentro da própria categoria, por causa das diversas funções e cargos (diretores da associação, do sindicato, estivadores, mestres, contramestres, guindasteiro etc.).

O transporte de mercadorias no Porto passava pelas seguintes etapas: o carregamento começava nos armazéns de onde as mercadorias eram transportadas para os trapiches que posteriormente eram levadas por lanchas, saveiros, ou catraias, sendo descarregadas no convés e encaminhadas para os porões. De modo geral, os serviços eram controlados por vários proprietários de trapiches, de pequenas embarcações, ou de donos de casas comerciais.

Observe-se o Organograma[248] do serviço de carga e descarga dos navios, no Quadro 2, a seguir.

[248] Organograma feito a partir da leitura e compreensão das fontes de pesquisa: jornais, documentos de contratadores, e documentos do sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará. Ver também: GITAHY, Maria Lucia Caira. **Ventos do Mar.** Trabalhadores do Porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo, SP: UNESP, 1992. CRUZ, Maria Cecília Velascos. **Virando o jogo:** estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Quadro 2 - Organograma do serviço de carga e descarga dos navios



Fonte: Elaboração da Autora.

Um aspecto importante do serviço no Porto era a variação da remuneração que oscilava de acordo com a qualificação do trabalho e do tipo de carga. Batalha afirma que:

> Um dos pontos sensíveis das relações sociais nos portos é a disputa pelo controle do mercado de trabalho. Essa luta era agravada por um "sistema de fronteiras fluídas", no qual o trabalho consiste em um complexo operacional de movimentação de mercadorias que apresenta um conjunto de funções muito diversificadas e cujos componentes podem ser organizados de diversas formas.[249]

[249] BATALHA, Claudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Culturas de classe**. Org. I BATALHA, Claudio H. M.; II SILVA, Fernando Teixeira da. III FORTES, Alexandre. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p. 216.

As disputas pelo controle do mercado de trabalho, as disputas e tensões dentro da organização dos serviços de carga e descarga foram características relevantes também no Porto de Fortaleza. Os diferentes cargos (ex.: capataz, contramestre, mestre, estivador, vigia, lancheiro etc.) utilizados no serviço dos navios possuíam as suas peculiaridades, que iam desde as funções até os valores dos pagamentos, dependendo do tamanho do navio, do tipo de carga, a variação da carga horária, e esses fatores corroboravam a competição no processo de contratação.

Os portuários precisavam lidar com as oscilações e incertezas na parede, e enfrentar as dificuldades estruturais no Porto, que tornava o serviço de carga e descarga arriscados, chegando a sofrer acidentes de trabalho.

> - Caiu da Ponte Metallica recebendo contusões
>
> "hontem, às 8 horas, quando mais intenso era o movimento dos trabalhadores, encarregados da construção das obras do porto desta capital, aconteceu que operário **João Silvestre dos Santos** se despencasse de cima da ponte Metallica e caísse, desastradamente, dentro da lancha (Aurora), pertencente aos Srs. Boris Frères & Cia, a qual conduzia grossas marras de cimento.
>
> A directoria do Sindicato dos Trabalhadores do Porto a que pertencia o trabalhador **João Silvestre dos Santos,** constituiu o Dr. Mozart Pinho advogado da victima para intentar uma ordem de indenização contra a firma Boris Frères & Cia.[250]

O acidente com o João Silveira dos Santos, segundo consta no artigo acima, foi ocasionado pelo excesso de peso carregado na lancha, pois quanto maior a carga, menor o número de viagens, menor o preço pago ao trabalhador e menor o tempo do navio parado no Porto. Logo, deve ser ressaltado que o ritmo de trabalho no Porto era ditado pelo controle do tempo, visto que o objetivo das empresas era fazer com que o navio ficasse o menor período possível parado, para atender a lógica de que menos tempo gasto no serviço portuário significava mais lucro; por isso, os armadores pressionavam os contratantes, incentivando-os à concorrência na definição da jornada de trabalho e salários.

Em nota publicada no Jornal *Correio do Ceará*, a Empresa de Navegação Lloyd Brasileira, com sede no Rio de Janeiro, afirmou que, para melhor controle do serviço de carga e descarga das mercadorias, só seriam feitas no armazém mediante a devida conferência. A agência chamou a atenção dos carregadores para o fato de somente receber as cargas antes da

[250] FOLHA DA TARDE. **Mais uma victima dos accidentes do traballho**. n. 208, 21 set. 1921, p. 2.

véspera da chegada dos vapores e os conhecimentos sobre as cargas seriam entregues depois da carga recebida a bordo.[251]

Nessa busca pelo controle do tempo, os armadores acabaram dando poder aos trabalhadores, posto que eram eles que ditavam o ritmo do trabalho de acordo com o grau de habilidade na improvisação das iniciativas: "as atividades internas possibilitavam conversas regulares, trocas de experiências, facilitando a resistência à exploração e burlando as regras estabelecidas pelos contramestres", que foram fundamentais para o fazer coletivo desses trabalhadores, de modo a se conhecerem enquanto coletividade, com interesses, condições e pautas reivindicativas semelhante e /ou iguais.

Podem ser observadas as várias funções exercidas nas oficinas do Porto do Mucuripe e seus respectivos vencimentos (pedreiro - 6:000 reis, servente - 3:500, serviço de transporte marítimo - 6:000, guindaste - 6:000, seção de carpintaria e serraria, chefe de seção 18:000, ajudantes entre 6:000 e 8:000, aprendizes entre 4:000 e 5:000), além de denunciar a falta de equidade, o baixo valor nos salários, os atrasos dos pagamentos, as péssimas condições de higiene, de limpeza e a carência de assistência farmacêutica e médica.[252]

Lembrando que o médico contratado, Dr. Pedro Menescal, recebia 450:00 réis ao mês e atendia somente durante o expediente, entre 8 horas da manhã e 10 horas da noite. A assistência farmacêutica era possível em razão da cobrança de 100 réis diários de cada trabalhador, que rendia um milhão e duzentos mil réis mensais, mas por causa dos atrasos dos pagamentos nem sempre esse valor era atingido.

O sistema de contratação, tanto dos trabalhadores das Obras do Porto do Mucuripe quanto dos portuários de Fortaleza, possuía características específicas do mercado de trabalho e do processo de realização desses ofícios, que estavam relacionadas às batalhas enfrentadas pelos trabalhadores no tocante às péssimas condições de trabalho, ao baixo valor pago pela mão de obra, aos conflitos travados nos locais de trabalho entre e para além das fronteiras do porto.[253]

Os trabalhadores portuários não foram passivos em relação à sua condição de explorados, visto que reagiram as condições ruins de trabalho e a pobreza em que viviam, seja negociando com os contratadores, seja fazendo denúncias nos jornais da cidade, deflagrando greves, organizando manifestações e passeatas, tal como noticiado no Jornal *Trabalhador Graphico*:

---

[251] JORNAL CORREIO DO CEARÁ. **Lloyd brasileira**. n. 1753, 4 jan. 1921. p. 4.
[252] Apesar de esses valores contarem no jornal **O Legionário** de 8 jul. 1933, auxílio no processo de análise sobre os pagamentos dos trabalhadores, possibilitando compreender suas dificuldades materiais e de trabalho.
[253] O LEGIONÁRIO. **Inquérito nas officinas da fiscalização dos portos, rios e canaes**. n. 19, 8 jul. 1933, p. 5.

> Fiel ao seu programa, o "Voz do Graphico" não podia e nem pode ficar indiferente à atitude assumida pelos trabalhadores do porto que, em face do mesquinho salário que lhes querem dar a um gesto de altivez e dignidade, segunda-feira última, se declaram em greve pacífica como protesto mais vibrante de sua revolta contra a exploração desavergonhada daqueles a cuja direção estão entregues aquelas obras.
>
> Mais acertada não poderia ser, portanto atitude dos nossos camaradas que demonstram, assim, o valor de suas forças e a grandeza de sua revolta quando a casta de exploradores tenta, à custa de seu trabalho, acumular capital sobre o capital para amanhã, com a mesma sem-cerimônia com que explorou, esbanjá-lo superflutuamente nas casas de diversões, nos prados e cabarés, enquanto que aquelas suas vítimas gemem ao peso da dor que lhes corrói o peito e a miséria cruel lhe povoa o lar!
>
> [...] Querem eles pagar a cada trabalhador a miséria diária de 2$000 com o desconto de 20% que será extorquido no fornecimento, adredemente preparado para este fim. Alem disso, determinaram um horário de 10 HORAS por dia, quando o máximo nos dias que correm é de 8 horas, estabelecido na conferência de Versalhes.[254]

À medida que os portuários foram se conhecendo, se fortaleceram e perceberam que a estratégia seria um caminho viável para obter conquistas. Dessa maneira, a resistência dos trabalhadores portuários ganhou folego a partir das tensões dentro do Porto, decorridas das péssimas condições de trabalho, às regras para a contratação, à carga horária de trabalho (10 horas) e ao valor médio/diária (2$000 com o desconto de 20%) que não possibilitava comprar bens alimentícios básicos de maneira satisfatória, como: farinha, carne, pão. Como consequência, os trabalhadores associaram-se às sociedades de socorro mútuo em busca de assegurar suas necessidades materiais mais imediatas. Filiaram-se ao *Sindicato dos trabalhadores do Porto* (STPC) para obter assistência material e, principalmente, para conquistar aliados e fortalecer as reivindicações diante do processo de exploração da força de trabalho. Também fizeram aliança com a *Legião Cearense do Trabalho* (LCT) que mantinha proximidade com a Igreja e mediava os conflitos com os patrões. Essas ações, não necessariamente, ocorreram em momentos distintos, visto que os trabalhadores, em meio à sua condição de pobreza, buscavam apoio para as suas lutas cotidianas.

> A sociedade marítima Deus e união, attendendo á ordem do tribunal legionario de conciliação e arbitragem, suspendeu por tres dias o serviço de carga e descarga dos vapores da booth e; ltd. Para reivindicar os direitos violados do capataz José Felippe da Silva, Ahi, está o exemplo de solidariedade digno de ser imitado por todos os trabalhadores do interior. Hoje, quando os patrões começam a se constituir forças syndicaes, hoje mais do que nunca, deve reinar o espirito de classe legionaria. O homem isolado na sociedade nada consegue;

[254] TRABALHADOR GRAPHICO. **A greve dos trabalhadores do Porto:** uma manifestação viva do despertar da alma do trabalhador cearense. n. 2, 6 jan. 1921, p. 1.

> faz-se preciso o apoio franco e enthusiasteco dos seus companheiros de luctas.[255]

A solidariedade foi utilizada como bandeira para unir os portuários, e fortalecer as lutas pela conquista de direitos e melhores condições de trabalho. Todavia, a união apregoada pela LCT passava pelo controle da mesma sob os trabalhadores associados e o fortalecimento da legião.

A luta por melhor remuneração com a redução da carga horária diária de trabalho para oito horas foi importante para as discussões sobre o sistema de contratação no Porto. O fato é que o sistema de "parede" contribuía para a instabilidade dos trabalhadores, e acarretava muitos problemas nos serviços de carga e descarga nos navios. Por isso, foi questionado e debatido por armadores, por trabalhadores, por empresas de Navegação e pelo governo, quando foi construído, através de debates e negociações entre o STPC, *Associação Deus e União*, LCT, empresas de Navegação e contratadores de mão de obra, o sistema de *Closed Shop* que se baseava na mediação de um sindicato na locação dos serviços no Porto, diminuindo a interferência dos contratadores a serviço das referidas empresas.

Os trabalhadores fizeram alianças com o objetivo de negociar melhores condições de trabalho e de vida; para tanto, foram sendo traçados caminhos que não se limitavam as greves, mas que implicavam negociações políticas e econômicas com as empresas citadas, sindicato e também com o governo.

Existiu o que denomino como resistência silenciada, não por falta de voz dos trabalhadores, mas porque, muitas vezes, não havia quem os escutasse. Também ocorriam lutas surdas, pois, para os contratadores, o mais interessante era não escutar ou fingir não escutar os gritos e falas dos portuários. Tal fato pode ser exemplificado por meio da análise do artigo publicado no Jornal *Trabalhador Graphico* que tratou sobre a luta dos trabalhadores nas obras do Porto por melhor pagamento das diárias e pela jornada de oito horas de trabalho, denunciando os contratadores, Srs. Rebouças & Cia, resultando apenas no silêncio diante das reivindicações dos trabalhadores.[256] Não havia acomodação dos trabalhadores, nem surdez dos contratadores, existiam disputas e tensões entre os portuários e os contratadores de mão de obra. Dentro dessas disputas e tensões, a conquista do *Contrato Coletivo* tornou-se importante para reorganizar o sistema de contratação e os serviços do Porto.

---

[255] O LEGIONÁRIO. n. 1, 4 mar. 1933, p. 2.
[256] O TRABALHADOR GRAPHICO. **Silêncio esmagador**. n. 3, 6 jan. 1921, p. 2.

A luta para conquistar uma jornada de trabalho paga de maneira justa e que atendesse as necessidades dos trabalhadores e de suas famílias era um dos principais desafios dos portuários. Esse caminho passava pela construção de uma relação menos opressiva de trabalho, e pelo fortalecimento das instituições que representavam os portuários, seja do STPC, ou da *Sociedade Marítima Deus e União,* apoiadas pela LCT para a elaboração do Contrato Coletivo.

3.4 O dia justo de trabalho por um pagamento justo: a conquista do trabalho avulso e o sistema de *Closed Shop*

Continuando a análise sobre as relações de trabalho estabelecidas no Porto de Fortaleza, neste tópico, analisarei as lutas dos trabalhadores portuários para modificar o sistema de contratação e as condições de trabalho durante os primeiros anos da década de 1930, que culminaram no *Contrato Coletivo* entre os trabalhadores e as empresas de Navegação, intermediados pela *Associação Deus e União*, *Sindicato dos Trabalhadores do Porto* e a *Legião Cearense do Trabalho*,[257] as quais afirmavam representar os interesses dos seus associados.

> A administração da sociedade << deus e união", de acordo com a chefia da legião, auscultando as necessidades dos marítimos pertencentes ao seu quadro social, está tratando da reforma dos seus estatutos, dando-lhes maior amplitude com relação aos direitos e deveres dos associados.
>
> Alem desse emprehendimento a <<deus e união>> cogita tambem, de estabelecer uma nova regulamentação de serviço, a qual já vem sendo objecto de estudos de uma commissão para tal fim nomeada.
>
> O fichario, tambem vem preoccupando seriamente aos associados, que desejam attender com o maximo presteza á solicitação da legião.[258]

A *Deus e União* iniciou o processo de mudanças a partir de seus estatutos, ao ampliar os pontos que tratavam sobre os direitos e os deveres dos associados. Para em seguida tratar sobre as reformas que deveriam ser realizadas, principalmente em relação ao controle e as regras no sistema de contratação e organização dos serviços no porto:

Tanto a *Deus e União*, como o STPC sabiam da relevância do poder político (nas relações internas do porto) e econômica (ganhar espaço no processo de negociação da

[257] Após a Revolução de 1930, a Legião Cearense do Trabalho foi fundada, tendo como objetivo agir contra as propostas liberais e modernizantes do Governo Provisório de Vargas. A Legião Cearense do Trabalho foi fundada em 1931, na cidade de Fortaleza, por Severino Sombra, fruto da ação do catolicismo no movimento dos trabalhadores, somada ao integralismo. Cf. BARROSO, Raimundo Cordeiro Jr. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone de. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

[258] O LEGIONÁRIO. **Na "deus e união" – reforma dos estatutos - regulamentação de serviço - fichário**. n. 7, 15 abr.1933, p. 2.

contratação da mão de obra e o aumento dos lucros) que o controle sobre a oferta e contratação da mão de obra gerava. Por isso, deram tanto destaque a necessidade de negociar um conjunto de regras para organizar esse sistema.

Essa mesma necessidade de controle da mão de obra e do serviço foi percebida por William Mello, ao analisar as lutas dos estivadores de Nova Iorque e suas perdas trabalhistas, posto que, a medida que o poder político dos trabalhadores nos EUA tornou-se radicalmente limitado, o poder dos estivadores foi gradativamente tornando-se ilusório. No qual a restrição política refletia-se no processo de trabalho repressivo, compreendendo dentro de um cenário de disputa de poder político e econômico.[259]

> 5The struggles of New York's dockworkers appear as the harbinger for a process whereby labor's political power in the United States became radically limited; from very early on, power for dockworkers became increasingly more elusive. For New York's lonsshoremen, the process of political contraint was reflected in the highly repressive waterfront labor process. That is, while years of dockwork rank-and file activismdemanded great control of the longshore labor process, by the early 1960 the result was much the same as for other limited the role of class organization by restrictions and regulations tht limited the role of class organization in american political life. Even though waterfront workers had distinct strugges and demands, the results were similar.[260]

Para o autor, a divisão dos trabalhadores portuários de Nova York, emergiu das relações políticas e sociais geradas dentro do processo econômico. Nesse sentido, o poder ocorre de forma dinâmica com a interação de grupos contruídos dentro da ordem social dominante, não era resultado do consenso e também não era estático. A necessidade de obter o domínio da organização imediata do trabalho, aliado à identidade profissional do portuário e à insatisfação com as suas condições de existência está no cerne das lutas por autonomia e independência do sistema de contratação.

A ideia do controle social do trabalho ganhou força em inúmeros portos do mundo, materializando-se nas tentativas de criação de um sindicato que, de algum modo, possibilitasse a seus membros diminuir a competição na "parede" e controlar o processo de escolha dos

---

[259] MELLO, William J. **New York longshoremen:** class and power on the docks. Florida: University Press of Florida, 2010.

[260] Ibid., p. 7-8. As lutas dos estivadores de Nova Iorque surgem como os precursores de um processo pelo qual o poder político dos trabalhadores nos EUA tornou-se radicalmente limitado; desde o princípio, o poder dos estivadores foi ficando cada vez mais ilusório. Para os estivadores de Nova Iorque, o processo de restrição política refletia-se no processo de trabalho altamente repressivo do porto. Ou seja, enquanto o ativismo de base dos estivadores exigiu, durante anos, maior controle do processo de trabalho do Porto; no começo da década de 1960, o resultado era praticamente o mesmo que em outros setores de trabalho. Foi um processo marcado pelas restrições e regulações que limitaram o papel da organização de classe na vida política americana. Muito embora os trabalhadores portuários tivessem lutas e exigências bem distintas, os resultados eram similares.

trabalhadores.[261] Em Fortaleza, a busca para transformar o "terno'' em uma unidade potencial de barganha, que contribuísse para a percepção do valor da ação coletiva, foi sendo construído ao logo dos anos de 1920.

> Os trabalhadores ambulantes por intermédio do seu sindicato pleiteiam junto a <<Deus e união>>, e o sindicato do T. do porto, num entendimento amistoso, uma regulamentação de serviço, que venha salva-guardar os interesses, dos sócios das referidas associações.
>
> Os ambulantes desejam que feito o desembarque da bagagens ou quasquer mercadorias que possam ser transportadas em cabeça, sejam dadas de preferência áquelles nossos companheiros sindicalisados o que não deixa de ser uma medida justa, e que não deixará de contribuir para unificar cada vez mais a classe em torno do seu sindicato.
>
> Nesse sentido tem havido varias reunião entre os representantes das três sociedades, nossos companheiros Horacio, fellix de Sousa, que se mostram vantajosos em resolver essa questão de um modo satisfatório.
>
> Não podemos, pois, deixar de salientar a fraca camaradagem que se vem matando de ambas as partes, que assim procedendo dão mostras do seu espírito de legionarismo, defendo carinhosamente uma solução criteriosa e sobretudo honrosa para os trabalhadores e ambulantes do nosso meio.[262]

Segundo o artigo do jornal *O Legionário*, a necessidade primeira dos ambulantes estava na construção do diálogo com as instituições que representavam os portuários (Deus e União e STPC) e participavam ativamente da organização do serviço no Porto, de modo a compreender os trabalhadores ambulantes como parte importante da oferta dos serviços. Nesse sentido, foi ressaltado que deveria ser promovida a união e a camaradagem entre os trabalhadores portuários e os ambulantes.

O debate em torno das mudanças do sistema de contratação da mão de obra foi sendo construído, tendo, como ponto central, a necessidade de rever as regras para então resolver os conflitos internos entre os portuários *versus* os contratadores, e portuários versus os portuários. Essas negociações culminaram nas seguintes propostas:

> [...] O sindicato, buscando defender e proteger os operários que mourejam na praia, tratou de confeccionar uma nova tabella de preços que regularizasse o trabalho e salários, e, satisfazendo as aspirações dos operários, solucionasse de uma vez as inúmeras questões surgidas entre os mesmos e os patrões.
>
> Feita a tabella, o sindicato enviou-a à chefia legionária que após minuciosos estudos, considerou-a justa e officialmente patrocinou a sua detenção.
>
> Para tal a legião officiou aos senhores patrões, dando aos mesmo o prazo de dez dias para exame detido da tabella em apreço.

[261] CRUZ, op. cit., 1998, p. 59-60.
[262] O LEGIONÁRIO. **Regulamentação de serviço – entendimento entre o sindicato dos T. ambulantes a Deus e união e o sindicato dos T. do Porto**. n. 19, 8 jul. 1933, p. 4.

> A nova tabella pleiteia um regular aumento de salários sobre o anterior muito incompleta e deficiente.[263]

Primeiro o sindicato confeccionou uma nova tabela de preços, em seguida encaminhou para a análise da LCT, que aprovou a proposta e encaminhou aos patrões para ser avaliada. Deixando clara a participação e intermediação da Legião no processo de negociação das novas regras para o pagamento da mão de obra portuária.

Apesar da interferência da LCT, o sindicato e a associação que representavam os portuários ficaram à frente das lutas e reivindicações dos trabalhadores em relação às oito horas de trabalho e à revisão da tabela de preços para o pagamento dos serviços. Isto não causou grandes discussões com as firmas de contratação, que se mostraram abertas a negociar os valores.

O diálogo foi estabelecido entre a *Deus e União*, STPC e os contratadores; e o principal ponto da pauta era a difícil situação material dos trabalhadores do Porto de Fortaleza, que, somada à exploração da sua mão de obra, às precárias condições para trabalhar e à instabilidade gerada pelas incertezas do sistema ocasional, os tornavam vulneráveis social e economicamente, mesmo que os seus ofícios fossem de extrema relevância para o funcionamento da cidade.

Na busca para obter melhores condições de vida e de trabalho, os portuários fizeram pressão para que o sistema de contratação fosse modificado, e como consequência dessas lutas e reivindicações, no ano de 1933, foi aprovado um *Contrato Coletivo*, envolvendo os trabalhadores do porto, empresas de Navegação, sindicatos e a LCT.

O contrato caracterizou o estabelecimento do sistema de *Closed Shop*[264] no Porto da cidade de Fortaleza, o qual tinha como uma das principais exigências, que o trabalhador fosse associado ao sindicato ou associação.[265]

> Está, pois, resolvida uma parte do que pleiteia o sindicato dos trabalhadores do porto, faltando resolver a outra referente a descarga, bem como, a acceitação do <<contracto collectivo>> apresentando pela <<Deus e união>>
>
> Apenas começamos, pois, e parece-nos que com bastante felicidade.

---

[263] O LEGIONÁRIO. **A "Deus e união" e o sindicato do T. do Porto se movimentam**: a " legião" apletteia o contracto collectivo e uma nova tabella de salários. n. 27, 2 set. 1933. p.1. Apesar de falar sobre as discussões acerca do sistema de pagamento, o artigo não mostra os valores que estavam sendo negociados.

[264] Nesse sistema de contratação, o empregador se obrigava perante o sindicato obreiro a somente contratar trabalhadores filiados.

[265] OLIVEIRA JUNIOR, Moacir M. **Mudanças organizacionais e inovações tecnológicas:** impactos sobre os padrões de relações de trabalho no Porto de Santos. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994, p. 102.

> Esperamos que os srs. Patrões comprehendendo a justiça do que pleiteio a legião, saibam solucionar o caso da praia com o mesmo critério e boa vontade que já começaram, evitando assim, qualquer desintelligencia mais ou menos profunda que venha a trazer dissabores ou dissídios entre as partes interessadas.
>
> Este inicio da Victoria do sindicato dos trabalhadores do porto é por demais significativo e vem ajuntar-se a muitas outras que o operariado cearense já obteve sob a bandeira legionária.
>
> A legião mais uma vez demostrace sua força e bem assim a sinceredade dos que a dirigem, num trabalho exhaustivo e quotidiano, mas cheio de fé inabalável na Victoria do ideal legionário!
>
> << Legionario>> Espera dentro em breve poder parabenisar todo o operariado da praia pela conquista das reivindicações por que ora se batem.[266]

Tal como foi destacado no Jornal *Legionário*, o *Contrato Coletivo* foi possível por causa da participação da associação e do sindicato, aliados à força da LCT. Mas essa afirmativa carrega consigo a estratégia política da legião, para mostrar às outras categorias a necessidade de aliar-se aos legionários para obter maiores conquistas.

Ao longo das análises das edições do Jornal *O Legionário*, compreendi que houve a articulação de um discurso com base em estratégias de retóricas, que objetivavam fortalecer a LCT e destacar a sua função dentro do Movimento dos Trabalhadores para conquistar o apoio das associações e sindicatos do Estado do Ceará.

Nesse sentido, Pierre Bourdieu afirma que o jornalista é um personagem importante na estratégia do discurso, ao ocultar a realidade nas disputas simbólicas, que "exerce uma forma de dominação (conjuntural não estrutural) sobre um espaço de jogo que ele construiu e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de objectividade e neutralidade.[267]

Com base na análise desse autor, compreendo as intenções da produção intelectual dos editores do Jornal *Legionário*, ao direcionar os discursos veiculados nos jornais, objetivando sensibilizar as associações e os sindicatos sobre a importância política da LCT para as negociações, lutas e conquistas dos trabalhadores. Bourdieu, segue explicando que:

> As estratégias discursivas dos diferentes actores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objectividade, dependerão das relações de força simbólicas entre os campos e dos triunfos que a pertença a esses campos confere os diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que, nesta situação particular de luta simbólica pelo verdadeiro "neutro", lhes são

[266] O LEGIONÁRIO. **A "Deus e união" e o sindicato do T. do Porto se movimentam**: a " legião" apletteia o contracto collectivo e uma nova tabella de salários. n. 27, 2 set. 1933. p. 1.
[267] BOURDIEU, op. cit., 1998, p. 54.

> garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam.[268]

As palavras e os artigos publicados no Jornal da *Legião* tinham o toque da retórica, e ganharam o valor de discurso, pois estavam entrelaçadas nas teias das disputas econômicas político-partidárias, as quais procuravam atrair adeptos para as suas causas, fossem elas políticas, partidárias, econômicas e sociais. As batalhas desenrolavam-se não somente no campo prático da realidade das diferenças e dos interesses, mas também através da escrita na busca para conquistar, corações e mentes.[269]

A conquista do Contrato Coletivo para os trabalhadores do Porto serviu como propaganda para mostrar o quão era vantajoso fazer parte das hostes legionárias. Para tanto, foi elaborado um discurso nas páginas do jornal da LCT. Seguindo essa linha estratégica, também combateram o Comunismo e afirmaram os valores legionários, tal como será analisado no Capítulo 5 desta Tese.

O *Closed Shop* tinha como principal característica exercer um controle sobre a entrada de novos membros no mercado de trabalho, e restringia somente aos homens que realmente tinha na atividade portuária seu principal meio de sobrevivência, visto que, a partir do domínio da organização imediata do trabalho, somado à identidade profissional do estivador e à insatisfação causadas pelas condições materiais em que viviam, nasceu a necessidade de autonomia e independência e a busca por uma melhor demarcação de espaço dos ofícios entre os trabalhadores avulsos.[270]

Esta luta se fez por necessidades materiais e econômicas, que ganharam caráter social, à medida que os trabalhadores eram colocados à margem dos direitos sociais, e, paulatinamente, ganharam caráter político ao buscar o apoio de grupo e figuras políticas da cidade, que eram sócios beneméritos da *Deus e Mar*, e mantinham proximidade com o STPC, com o objetivo de dar visibilidade às reivindicações e consequentemente possibilitar maior abertura nas negociações. Dessa maneira, não ocorreram somente dentro do Porto, mas além de suas fronteiras, através das negociações e embates entre os patrões-contratadores.

As negociações entre patrões e a *Associação Marítima Deus e União* e *Sindicatos dos Trabalhadores do Porto* seguiram sob o intermédio da LCT, no sentido de resolver as questões relacionadas ao serviço de estiva e transporte das mercadorias sobre as águas, utilizando o

---

[268] BOURDIEU, op. cit., 1998, p. 54-55.
[269] CAPELATO, op. cit., 1994, p. 3.
[270] DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso. O ofício como instrumento de militância: o caso dos portuários avulsos de Santos/SP. **CADERNOS CERU**, série 2, v. 20, n. 1, p. 277-291, jun. 2009.

argumento de que seria melhorada a eficiência do carregamento e descarregamento dos navios, e consequentemente diminuiria os custos, e atenderia a algumas reivindicações dos trabalhadores.

Após analisar a proposta elaborada pela *Deus e União* e o STPC, os agentes das empresas de Navegação encaminharam à LCT uma contraproposta e chamaram os representantes dos trabalhadores, Victal Felix de Souza, presidente do STPC, João L. de Deus, presidente da *Deus e União*, o fiscal geral desta mesma sociedade e um representante dos lancheiros, para debater alguns pontos e fechar o acordo:

> Contraproposta apresentada pelos agentes das companhias – reuniões havidas – outras notas.
>
> Conforme já adeantamos em um numero passados, a legião no momento pleitea uma regulamentação do serviço de estiva, Alvarenga, cotes, capatazia de carga e descarga problema de grande importância de há muito almejado pelos trabalhadores no porto, vem elle, uma vez solucionado, regularisar por completo as condições de serviço alem do mais, acarretando a regulamentação na forma proposta pela legião, um argumento justo de salário, sobe de vulto a sua significação, e é com o maior interesse que os legionários vêm acompanhado o desenrolar das démarches a respeito.
>
> [...] Foram demoradas as entabolações e decorreram num ambiente de serenidade em vários pontos as duas partes chegaram a um accordo satisfatório, e outros ficaram para novos exames.
>
> [...] O operário da praia que espera com serenidade a ação dos seus líderes; dentro da disciplina legionária tudo o que for justo obteremos, necessariamente.[271]

As reuniões entre as lideranças dos trabalhadores do Porto, LCT e empresas de contração ocorreram de maneira amistosa, sendo destacada a conduta dos portuários, os quais agiam dentro de uma moralidade ditada pela LCT. A Legião atuou no sentido de organizar, representar e dar assistência aos trabalhadores a partir de um modelo de conduta moral.

O ideal legionário de renovação do ser humano estava pautado nos sentimentos de honra, bravura e lealdade, teve uma forte atuação nas organizações trabalhistas cearenses, por meio de um discurso de convencimento que aliava as demandas próprias do mundo do trabalho às necessidades de formação do cotidiano legionário,[272] que idealizava uma sociedade sem conflitos sociais, hierarquizada e disciplinada.

Para os *Legionários*, o sindicato era o espaço onde poderiam realizar seus anseios, sendo necessária a sindicalização enquanto etapa fundamental para dar formação ao trabalhador que

---

[271] O LEGIONÁRIO. **A legião continua a pugnar pelas reivindicações dos trabalhadores da praia**. n. 28, 9 set. 1933, p. 1.
[272] CORDEIRO, op. cit., 2000, p. 333.

deveria se enquadrar no modelo de trabalhador apregoado pela Legião.[273] Assim, os trabalhadores deveriam possuir valores determinados pela LCT para fazer parte do sindicato considerado sadio.

> Desde o dia 11 do correte entrou em vigor o contracto colletivo, realizado entre o sindicato dos trabalhadores do porto a sociedade "Deus e união" e as campanhias de Navegação "LEGIONARIO" dedicará a sua próxima edição sobre tão importante conhecimento que incontestavelmente constitue um dos maiores victorias da legião, porquanto é uma das reivindicações primaciaes porque e o "ideal legionário" batalha. Publicaremos a intedo contracto contracto collectivo, commentarios em torno dos mesmos e os clichês das partes contractantes, como uma homenagem aos que saberam comprehender o nosso ideal de collaboração.[274]

O protagonismo das reuniões de negociação e elaboração do contrato, segundo é destacado no jornal, coube a LCT, ao tomar a dianteira das discussões e estabelecer os pontos do contrato, de modo a não desagradar às reivindicações dos trabalhadores nem os interesses dos contratadores. Os ganhos do acordo para os portuários devem ser analisados, de modo a compreender até que ponto o contrato impactou de maneira positiva em suas vidas e no cotidiano do trabalho no Porto.

O *Contrato Coletivo* ocorreu em um cenário de lutas e pressões feitas pelos portuários ao longo dos anos para conseguir melhores condições de vida e de trabalho; para tanto, fazia-se necessário rever o sistema de contratação, no qual a "parede" tornou-se um empecilho para os trabalhadores devido as instabilidades e incertezas geradas aos trabalhadores.

Uma das principais características das regras estabelecidas pelo *Contrato Coletivo* é que proporcionaram aos trabalhadores uma negociação direta com as empresas de Navegação; estabeleceram laços mais estáveis para os portuários através de uma tabela de pagamento, e de uma sistemática de rodízio para a contratação de serviços para os trabalhadores associados e sindicalizados, tendo como garantia os valores de pagamentos determinados pelo contrato.

O contrato foi fechado entre a *Deus e União*, STPC e as companhias de Navegação:

> LOYd brasileiro, companhia nacional de navegação costeira Llajd nacional S. A., booth co. (london) Ltd. Companhia commercio e navegação e V.castro & Filho e com empregados, os associados da sociedade marítima Deus e união, neste acto representados pelo presidente e secretario da alludida sociedade.[275]

---

[273] O LEGIONÁRIO. n. 10, 6 maio 1933, p. 2.
[274] O LEGIONÁRIO. **O contracto collectivo dos trabalhadores da praia**. n. 33, 14 out. 1933, p. 1.
[275] O LEGIONÁRIO. **O contracto collectivo**. n. 34, 21 out. 1933, p. 1.

Ficando determinado que para o serviço na Estiva:

> 1º O serviço de estiva a bordo dos navios no porto de Fortaleza, será effectuado por pessoal matriculado na capitania dos portos, filiado a sociedade marítima << Deus e união >> no caso de haver sociedade sindicalisada observadas as disposições deste contracto, feito e assignado pelas emprezas de navegação acima mencionadas e pela referida sociedade.
>
> 2º O número de estivadores para cada navio será determinado pela empresa a que o mesmo pertencer [...].
>
> 3º Os termos ou gangs de estiva serão formados para navios servidos por guinchos hidráulicos, por o homens e para navios servidos paus de carga por 11 homens.
>
> 4º A escala dos ternos se fará pelo sistema de rodízio... O Brasil da sociedade providenciará para que de forma alguma seja escalado o estivador que se achar em estado de embriaguez ou que não estiver na hora do embarque presente.
>
> 5º A empresa ou os seus agentes ficam como liberdade de recusar a indicação, para o trabalho, de qualquer estivador sobre o qual recaia suspeitas de desonestidade praticada neste ou em outro serviço.
>
> 6º Os estivadores e contra mestres deverão proceder respeitosamente para com aquelle com quem estejam em contacto no serviço, observando ordem, disciplina asseio e descencia nos locaes de trabalho.
>
> 7º Essas ocorrências, bem como outras que interessem as serviço, serão communicados pelas agencias à sociedade marítima << Deus e União>> [...].
>
> 8º O horário do serviço [...].[276]

Os pontos acima listados mostram que a associação e o sindicato ganharam força em relação ao controle sobre a oferta da mão de obra, desde que atendessem as exigências das empresas de Navegação, no que tange à organização do serviço quanto ao aparato tecnológico e cumprimento dos prazos, e seguissem os limites estabelecidos para uso de mão de obra. Diante dos pontos deste acordo, as empresas foram claramente beneficiadas, pois tinham a segurança de que a *Deus e União*, e o STPC teriam que atender aos pré-requisitos descritos nos tópicos 5º, 6º, 7º, manter os trabalhadores em ordem, sob controle e longe do consumo de álcool, mediante a ameaça de perda das garantias da contratação da mão de obra.

Apesar de o contrato de ter sido bastante comemorado, tendo em vista que ocorreram discussões e reuniões, onde os trabalhadores, através de seus represente, foram ouvidos, não significou grandes ganhos para os portuários, em relação à independência do poder e do controle das empresas de Navegação. Em suma, o sistema de contratação deixou de ficar submetido às regras dessas empresas e passou a ser controlado pelo sindicato e pela Associação *Deus e União*, que tinham que seguir as regras estabelecidas pelos contratadores.

[276] Id. ibid.

Esse tipo de contratação ocorreu no Brasil e em diversos portos do mundo, recebendo o nome de *Closed Shop*. No caso do Brasil, podem ser destacados o Porto de Santos (SP) e o Porto do Rio de Janeiro (RJ). No caso do Rio, importante ponto de importação e exportação do País, esse sistema estruturou-se no início do século XX, permanecendo até os anos 1930, quando foi incorporada a legislação trabalhista nos anos de 1943.

Segundo Cruz, os estivadores da cidade do Rio de Janeiro lutaram pela implantação do *Closed Shop* que, neste caso, data do início do século XX. A autora ressalta a importância que tinha ao exercer um controle sobre a entrada de novos membros no mercado de trabalho, restringindo este aos homens que realmente faziam da atividade portuária seu principal meio de sobrevivência, além de servir como um mecanismo de controle, estabelecendo regras e limites para a obtenção dos benefícios. Além disso, os trabalhadores ocasionais, embora possuíssem maior resistência à sindicalização, tinham maior propensão à greve que os trabalhadores estáveis. Mas os trabalhadores que tinham contrato de emprego "permanente" com a Empresa de Navegação e possuíam laços mais estreitos com os contratantes evitavam o confronto direto, deixando a greve como última alternativa de luta.[277]

No Porto de Santos, também importante para a economia do País, na década de 1920, os estivadores lutaram para trabalhar independentes, sendo os próprios gestores do trabalho, o que foi reconhecido por Getúlio Vargas, na década de 1930, e tornou-se artigo da *Consolidação das Leis do Trabalho*, de 1943.[278]

> [...] Nem sempre as reivindicações do *Closed Shop*, significa exclusivismo corporativista, de lideranças corruptas ou gangues de orla Marítima. Ao contrário, a experiência histórica tem demonstrado que onde o controle de trabalhadores tem estado presente em algum grau, uma certa democratização na distribuição do trabalho tem existido.[279]

Esse sistema de organização do serviço e da contratação proporcionou mudanças positivas para os trabalhadores associados à Associação *Deus e União* e ao *Sindicato dos Trabalhadores do Porto*, dos quais passaram a ter direito sobre o *Contrato Coletivo* e os benefícios para a contratação da mão de obra. Assim, ficou determinada a exclusão de todos aqueles não associados, sendo esses, então, forçados a tornarem-se sócios e adequarem-se ao controle da *Deus e União*, STPC e das leis sindicais estabelecidas pelo Governo de Getúlio Vargas.

---

[277] CRUZ, Maria Cecília Velascos. Solidariedade x rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. **História - Unisinos**, v. 6, n. 6, p. 30, 2002.
[278] SILVA, op. cit., 2003, p. 197-201.
[279] GITAHY, op. cit., 1992, p. 106.

Em relação aos horários de trabalho e aos serviços de carga e descarga, ficou determinado que:

> 19º As operações de carga e descarga não poderão ser retardadas ou paralisadas por divergências entre os empregados do outro lado, e os empregados, do outro lado, devendo essas divergências ter solução posteriormente dentro de 24 horas pelas partes interessadas.
>
> 20º Os estivadores não terão direito a recusar-se a fazer o serviço de cargo e descarga de mercadorias engajadas pelos empregadores, sob o pretexto de divergências com carregadores ou consignatários.
>
> 21º Os estivador se obrigam a trato bem as cargas com as quaes trabalharem [...].
>
> 22º No acto do embarque para o desempenho do serviço os empregados entregarão ao capataz as duas cadernetas matriculos as quaes serão devolvidas a determinadas que sejam as operações, ficando em poder do capataz para serem encaminhadas á sociedade marítima <<Deus e união>> [...].
>
> 24º O presente contracto entrará em vigor no dia 11 outubro de 1933 e será valido por tempo indetcaminado, obrigando qualquer das partes que o queira rescindir a dar um prévio aviso de 30 (dias) [...].[280]

As regras foram estabelecidas de modo a garantir a carga e descarga dos navios em tempo hábil, não sendo permitidas as paralisações, as divergências entre empregadores e trabalhadores e a má conduta do portuário para não atrapalhar o serviço. Com essas determinações, os armadores tiravam dos trabalhadores suas principais armas de resistência que eram as breves paralisações no decurso do serviço e a redução do ritmo do trabalho.

Além da questão do controle do processo de contratação da mão de obra, que passou para as mãos das instituições representantes dos trabalhadores, o contrato não acarretou mudanças materiais significativas, ao colocar as regras para a contratação dos serviços amarrados no contrato que deveria ser seguido coletivamente.

Diante das limitações do alcance do contrato em relação a melhoras diretas na vida dos trabalhadores, no tocante aos pagamentos e carga-horária, faz-se relevante analisar as novas regras estabelecidas para organizar o sistema de contratação e os impactos gerados para os trabalhadores no dia a dia do serviço do Porto.

---

[280] O LEGIONÁRIO. **Contrato coletivo**. 421, n. 3, out. 1933, p. 6.

3.4.1 As *mudanças no sistema de contratação no Porto de Fortaleza*

As mudanças nas relações de contratação nos Portos do Brasil foram possíveis devido ao Decreto 19.770 de 1931 que regulamentou o Sindicalismo, e objetivava desmobilizar as antigas lideranças sindicais, orientando no sentido de decapitar politicamente uma boa parcela das lideranças mais aguerridas e resistentes.[281]

Após a nova regulamentação dos sindicatos, foi criada, em 1933, a *Delegacia do Trabalho Marítimo* que tinha a função de diminuir os conflitos oriundos do trabalho no Porto, respondendo ao *Departamento Nacional do Trabalho* (DNT), por meio de uma *Junta de Conciliação e Julgamento*, posteriormente substituída por um "Conselho", que incluía a presença de um representante operário ao lado dos representantes do capital (sete membros mais o presidente, em geral, do Ministério do Trabalho). Conforme noticiou o Jornal *O Legionário* do dia 18 de novembro de 1933: Decreto N. 23296 de 20 de outubro de 1933 – Institui às Delegacias de Trabalho Marítimo a inspeção, disciplina e policiamento do trabalho nos portos e outras providências.[282]

Ficando determinado que a Delegacia Marítima teria as seguintes funções:

> Art. 1º Os serviços de Inspecção, disciplina e policiamento de trabalhos nos portos incubirao a orgãos que sob a denominação de Delegacias do Trabalho Marítimo, são instituídas pelo presente decreto, e irão sendo organisadas consoantes às necessidades publicas.
>
> Art. 3º As Delegacias do Trabalho Marítimo terão as atribuições seguintes:
>
> a) fixar o número de estivadores necessários ao movimento do respectivo porto podendo promover a revisão das actuaes matriculas.
>
> a) Fiscalizar o horário do trabalho de accordo com a legislação vigente;
>
> b) Fixar para o respectivo porto, segundo as exigências locaes, a tabella de remuneração do serviço de estiva, por tonelagem ou cabotagem.
>
> c) Fiscalizar os trabalhos de carga e descarga e movimentação de mercadorias, nos trapiches e armazéns fixando e número necessário de trabalhadores para esses serviços e remuneração que lhes deve caber;
>
> Art. 4º haverá em cada Delegacia de Trabalho Marítimo uma junta de conciliação e julgamento nos moldes das instituídas pelo decreto n. 22 132, de 25 de novembro de 1932 [...]
>
> Art. 8º Os estivadores bem como os empreiteiros de estiva em cada porto ficam sujeitos ás instrucções que, segundo as conveniências locaes, e dentro dos preceitos deste decreto, forem organizadas pela Delegacia de Trabalho Marítimo sobre seus Deveres [...].[283]

---

[281] Decreto-Lei 1.371, de 23/IV/1939, art. 5§2 e 3.
[282] O LEGIONÁRIO. n. 38, 18 nov. 1933, p. 2.
[283] O LEGIONÁRIO. n. 52, 24 fev. 1934, p. 4.

A delegacia de Trabalho Marítimo foi criada com o objetivo de inspecionar os serviços e o funcionamento dos portos, tendo em vista a importância desse instrumento para a economia do País, estando diretamente envolvido no processo de importação e exportação de mercadorias. Fixava o número de estivadores para a realização dos serviços, fiscalizava o horário de trabalho, cobrava o cumprimento dos pagamentos de acordo com a tabela de remuneração (de acordo com os valores locais) e fiscalizava a realização dos serviços.

De modo geral, o sistema de contratação no Porto funcionava da seguinte maneira: a contratação da mão de obra era feita pela *Deus e União* e o STPC, que deveria seguir as regras do contrato, as quais deixavam as empresas de Navegação bastantes resguardadas de quaisquer tipos de ameaças e do não descumprimento dos serviços e prazos; e todo o funcionamento do Porto estava sob a fiscalização da DTM. Devo frisar que além de organizar e fiscalizar o funcionamento do Porto, a DTM serviu para garantir que o pagamento da mão de obra seria feito corretamente.

Assim os trabalhadores eram vigiados e cobrados, pelas instituições as quais estavam associados (*Deus e União* e STPC), bem como pelos contratadores e a DTM. A diferença de antes do contrato é que, anteriormente, a pressão era direta sobre os trabalhadores, e, após o acordo, a pressão ficou sobre as instituições que passaram a cobrar dos trabalhadores o cumprimento dos pontos estabelecidos no Contrato.

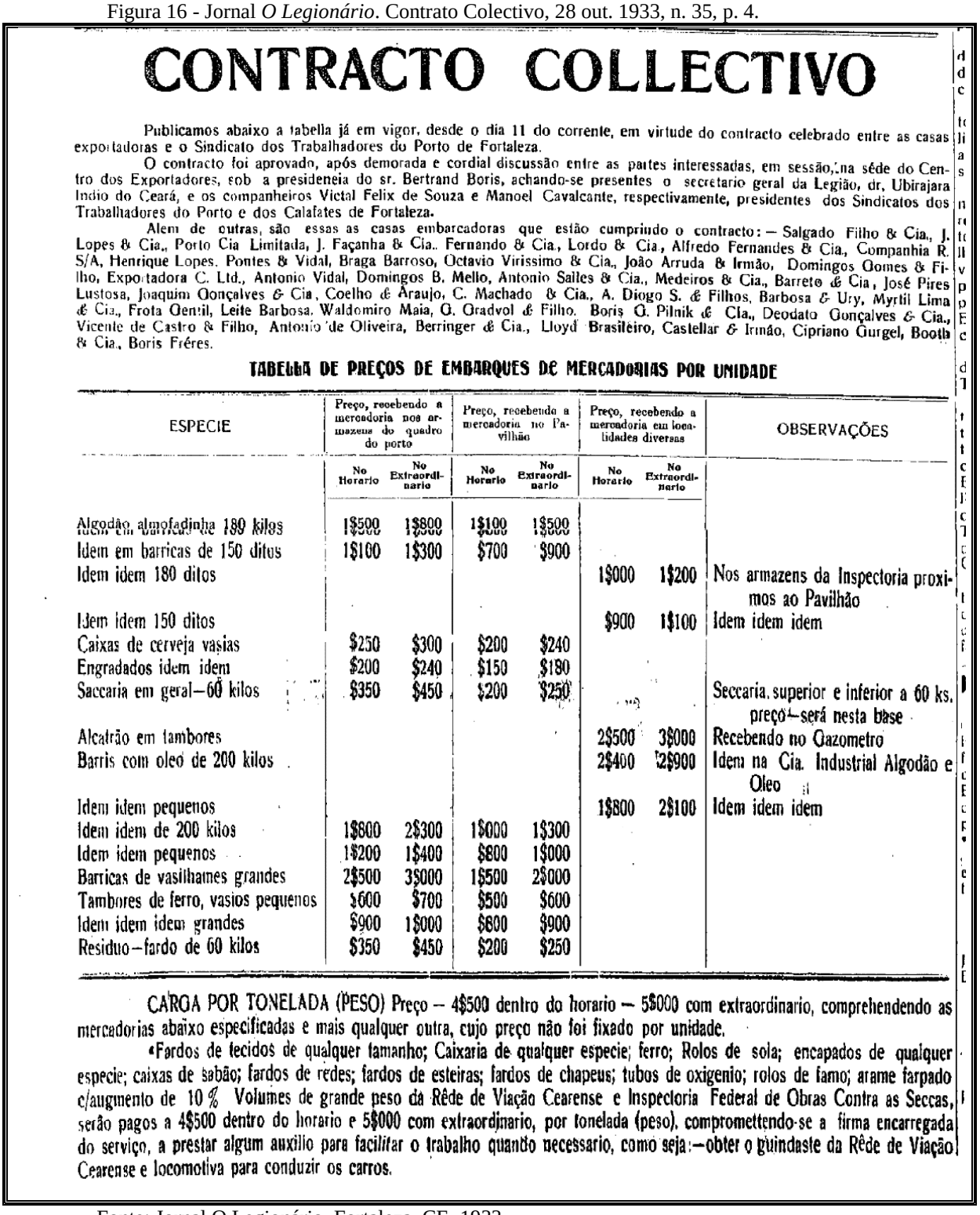
Diante da importância do serviço de carga e descarga dos navios e as consequências econômicas geradas pelos conflitos e tensões ocorridas dentro do Porto, a *Delegacia Marítima* foi criada com o objetivo de fiscalizar e minorar os conflitos entre as empresas de Navegação e os trabalhadores portuários. Dessa maneira, ao buscar atender as exigências do governo Vargas, abriu a possibilidade da elaboração de acordos segundo as conveniências locais. A LCT e os agentes das empresas de Navegação viram com bons olhos a possibilidade da elaboração de um contrato que amarrasse as regras do sistema de serviços e contratação da mão de obra no Porto de Fortaleza.

Apesar de não ter gerado grandes impactos no sistema de pagamentos e organização da carga horária, o *Contrato Coletivo* assinado em setembro de 1933 foi importante para os trabalhadores do Porto de Fortaleza, visto que tornaram escritas as regras (direitos e deveres) antes feitas de maneira informal para contratação.

As discussões em relação aos valores pagos pelo serviço de carga e descarga dos navios alimentaram os principais pontos de divergências entre os trabalhadores e os contratadores. E chegaram aos valores acima listados, que variavam de acordo com o tipo de mercadoria. Contudo, estas poderiam sofrer facilmente avaria, como, por exemplo o transporte de

café/algodão, ou de acordo com o peso. Se o serviço fosse realizado durante a semana, era pago um valor um pouco abaixo do serviço aos domingos e também se fosse necessário o uso de guindastes.

Figura 16 - Jornal *O Legionário*. Contrato Colectivo, 28 out. 1933, n. 35, p. 4.



CONTRACTO COLLECTIVO

Publicamos abaixo a tabella já em vigor, desde o dia 11 do corrente, em virtude do contracto celebrado entre as casas exportadoras e o Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza.

O contracto foi aprovado, após demorada e cordial discussão entre as partes interessadas, em sessão, na séde do Centro dos Exportadores, sob a presidencia do sr. Bertrand Boris, achando-se presentes o secretario geral da Legião, dr. Ubirajara Indio do Ceará, e os companheiros Victal Felix de Souza e Manoel Cavalcante, respectivamente, presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores do Porto e dos Calafates de Fortaleza.

Alem de outras, são essas as casas embarcadoras que estão cumprindo o contracto: — Salgado Filho & Cia., J. Lopes & Cia., Porto Cia Limitada, J. Façanha & Cia., Fernando & Cia., Lordo & Cia., Alfredo Fernandes & Cia., Companhia R. S/A, Henrique Lopes, Pontes & Vidal, Braga Barroso, Octavio Virissimo & Cia., João Arruda & Irmão, Domingos Gomes & Filho, Exportadora C. Ltd., Antonio Vidal, Domingos B. Mello, Antonio Salles & Cia., Medeiros & Cia., Barreto & Cia, José Pires Lustosa, Joaquim Gonçalves & Cia, Coelho & Araujo, C. Machado & Cia., A. Diogo S. & Filhos, Barbosa & Ury, Myrtil Lima & Cia., Frota Gentil, Leite Barbosa, Waldomiro Maia, G. Gradvol & Filho, Boris G. Pilnik & Cia., Deodato Gonçalves & Cia., Vicente de Castro & Filho, Antonio de Oliveira, Berringer & Cia., Lloyd Brasileiro, Castellar & Irmão, Cipriano Gurgel, Booth & Cia., Boris Fréres.

TABELLA DE PREÇOS DE EMBARQUES DE MERCADORIAS POR UNIDADE

ESPECIE	Preço, recebendo a mercadoria nos armazens do quadro do porto		Preço, recebendo a mercadoria no Pavilhão		Preço, recebendo a mercadoria em localidades diversas		OBSERVAÇÕES
	No Horario	No Extraordinario	No Horario	No Extraordinario	No Horario	No Extraordinario	
Algodão, almofadinha 180 kilos	1$500	1$800	1$100	1$500			
Idem em barricas de 150 ditos	1$100	1$300	$700	$900			
Idem idem 180 ditos					1$000	1$200	Nos armazens da Inspectoria proximos ao Pavilhão
Idem idem 150 ditos					$900	1$100	Idem idem idem
Caixas de cerveja vasias	$250	$300	$200	$240			
Engradados idem idem	$200	$240	$150	$180			
Saccaria em geral—60 kilos	$350	$450	$200	$250			Seccaria, superior e inferior a 60 ks. preço será nesta base
Alcatrão em tambores					2$500	3$000	Recebendo no Gazometro
Barris com oleo de 200 kilos					2$400	2$900	Idem na Cia. Industrial Algodão e Oleo
Idem idem pequenos					1$800	2$100	Idem idem idem
Idem idem de 200 kilos	1$800	2$300	1$000	1$300			
Idem idem pequenos	1$200	1$400	$800	1$000			
Barricas de vasilhames grandes	2$500	3$000	1$500	2$000			
Tambores de ferro, vasios pequenos	$600	$700	$500	$600			
Idem idem idem grandes	$900	1$000	$800	$900			
Residuo—fardo de 60 kilos	$350	$450	$200	$250			

CARGA POR TONELADA (PESO) Preço — 4$500 dentro do horario — 5$000 com extraordinario, comprehendendo as mercadorias abaixo especificadas e mais qualquer outra, cujo preço não foi fixado por unidade.

«Fardos de tecidos de qualquer tamanho; Caixaria de qualquer especie; ferro; Rolos de sola; encapados de qualquer especie; caixas de sabão; fardos de redes; fardos de esteiras; fardos de chapeus; tubos de oxigenio; rolos de famo; arame farpado c/augmento de 10 %. Volumes de grande peso da Rêde de Viação Cearense e Inspectoria Federal de Obras Contra as Seccas, serão pagos a 4$500 dentro do horario e 5$000 com extraordinario, por tonelada (peso), compromettendo-se a firma encarregada do serviço, a prestar algum auxilio para facilitar o trabalho quando necessario, como seja:—obter o guindaste da Rêde de Viação Cearense e locomotiva para conduzir os carros.

Fonte: Jornal O Legionário, Fortaleza, CE, 1933.

De acordo com a Legião Cearense, as negociações obtiveram o êxito completo, proporcionando aos trabalhadores da praia a regularização dos valores salariais, e assegurou a justiça na distribuição dos serviços.[284]

Seguindo a ordem do discurso d' *O Legionário*, que se pautava na manutenção da ordem entre os trabalhadores como o principal meio para organizar o movimento e conquistar suas reivindicações, nesse contexto de conquista do Contrato, os legionários trouxeram à tona o combate ao anarcossindicalismo (anarquista) e, principalmente, os modelos de sindicato defendidos pelos comunistas, afirmando serem suas formas de lutas ilegítimas e não saudáveis para os trabalhadores.

> Para a consecução desta admiralvel Victoria, concorreram a organização e disciplina do operariado legionário da praia e o animo cardato e justiceiro revelado pelos srs. Agentes.
>
> Sentimo-nos bem em poder frisar nestas collunnas a boa vontade de que deram mostra estes elementos patronaes.
>
> Pela attitude que tomaram nesta questão elle merecem ser apontados ao operariado e principalmente a alguns patrões de Fortaleza. O modo como trancorreram as démarche, atravez muita lhaneza de trato e cardialidade, constitue acontecimento auspicioso e rasga novos modos de vida para as relações entre operários e patrões.
>
> Quando os communistas pregam a lucta de classes e a salversão da ordem para que possam tripudiar sobre os despojos do capitalismo arrasado, nós na legião acreditamos numa collaboração entre as classes como maneira de crear na terra uma coexistência humana feliz e justa.
>
> Entendem-nos assim os capitalistas da terra e não estariam directa ou indirectamente insuflando e dando mão forte aos communistas commandados pelo Sr. Jader de Carvalho [...].[285]

A ideia de que a Legião era o melhor caminho para as lutas dos trabalhadores, através da união entre as classes, foi fortemente trabalhada nas páginas d'*O Legionário,* em contraponto a bandeira das lutas de classes, levantada pelos comunistas para resistir à exploração capitalista e promover o fim desse sistema econômico.

Desta feita, a conquista do Contrato Coletivo e a implementação do *Closed Shop* serviram como argumento para a LCT afirmar-se como sendo importante para as lutas dos trabalhadores, além de ser utilizado como propaganda. Mas essa conquista só foi possível por causa das ações dos trabalhadores portuários, ao longo dos anos (década de 1910-1920), que, aliadas as políticas de controle do Movimento dos Trabalhadores, implementadas por Getúlio Vargas, e ao apoio da LCT, construíram um cenário em que o sistema se tornou possível.

---

[284] O LEGIONÁRIO. **Uma grande victoria da legião**. n. 29, 16 set. 1933, p. 9.
[285] Id. ibid.

O *Closed Shop*, legalizado em 1943, com a CLT, entretanto, foi oficialmente reconhecido em 1939, por um anteprojeto de lei assinado por Getúlio Vargas. Este concluía que a relação direta entre armadores e sindicatos era economicamente mais proveitosa para as duas partes.[286]

Frequentemente, nas edições do Jornal *O Legionário*, foram publicados artigos que visavam afastar as ameaças anarquistas e comunistas, como também os modelos de sindicatos que se fundamentavam no objetivo de resistir e contestar o sistema capitalista para mudar a ordem social vigente. Essa tensão (sindicalismo de resistência e associações mutualistas) também era enfrentada pelos portuários de Fortaleza, apesar de a LCT implementar a prática de negociação e acordo com os empregados, com o objetivo de evitar o embate entre as classes.

Ao analisar os trabalhadores portuários, desde a presença na sociedade mutualista *Deus e Mar*, passando por sua cisão em 1928, chegando a *Sociedade Marítima Deus e União*, compreendo que nem sempre os trabalhadores tinham os seus interesses defendidos nem atendidos pelas associações. Mas estas instituições serviram como importante meio para que os portuários, através das experiências de solidariedade e mesmo enfrentando os conflitos internos da categoria, estabelecessem laços de luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Não obstante o papel das sociedades mutualistas nas lutas dos portuários, esses trabalhadores também tiveram contato ou se associaram ao *Sindicato dos Trabalhadores Portuários,* que apesar de se afirmarem mutuais também defendiam a resistência. Partindo da prerrogativa de que houve uma simultaneidade de ações de resistência, como greves, por exemplo, e mutualidade, com o estabelecimento das caixas de socorro, pagamento de pecúlio etc. no interior do referido sindicato que manteve forte "estrutura beneficente", não sendo possível estabelecer uma relação de hierarquia entre resistência e beneficência.

Por fim, concordo com Fortes quando afirma que o socorro mútuo canalizava a solidariedade operária e tornava possíveis os elos de identificação, de construção de uma cultura solidária entre os trabalhadores.[287] Diante da tensão (mutualismo e resistência), analisarei de maneira mais detida os aspectos que definiam as condições da atuação do STPC e suas ações no que diz respeito às questões ligadas à resistência e as influências das ideias anarquistas e comunistas entre os trabalhadores portuários sindicalizados.

---

[286] SILVA, op. cit., 2003, p. 198-202.

[287] FORTES, Alexandre. Da Solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no Movimento Operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL**, v. 6, n.10, nov. 1999.

4 VENTOS DE LUTAS: AS IDEIAS POLÍTICAS E SOCIAS QUE INFLUENCIARAM AS AÇÕES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DE FORTALEZA

> *O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar*.
>
> Erick Hobsbawm

4.1 Introdução

A epígrafe de Erick Hobsbawm, instiga-me a tomar por base a premissa de que as lutas dos trabalhadores do Porto de Fortaleza tiveram como importante marco de mobilização a Greve dos Catraieiros em 1903-1904, visto que, após esse movimento grevista, os portuários, ao longo da década de 1910, não deixaram de transitar pelos meandros da história da cidade, seja participando do processo de deposição do oligarca Nogueira Accioly (1912), seja articulando alianças políticas, apoiando e/ou organizando greves, passeatas para comemorar o dia 1º de Maio, participando de eventos comemorativos, entre outras atividades. Essas mesmas lutas teceram o pano de fundo desta análise que problematiza os aspectos reivindicatórios e sociais dos trabalhadores dentro e além da realidade do trabalho no Porto, percebendo suas vitórias e suas derrotas.

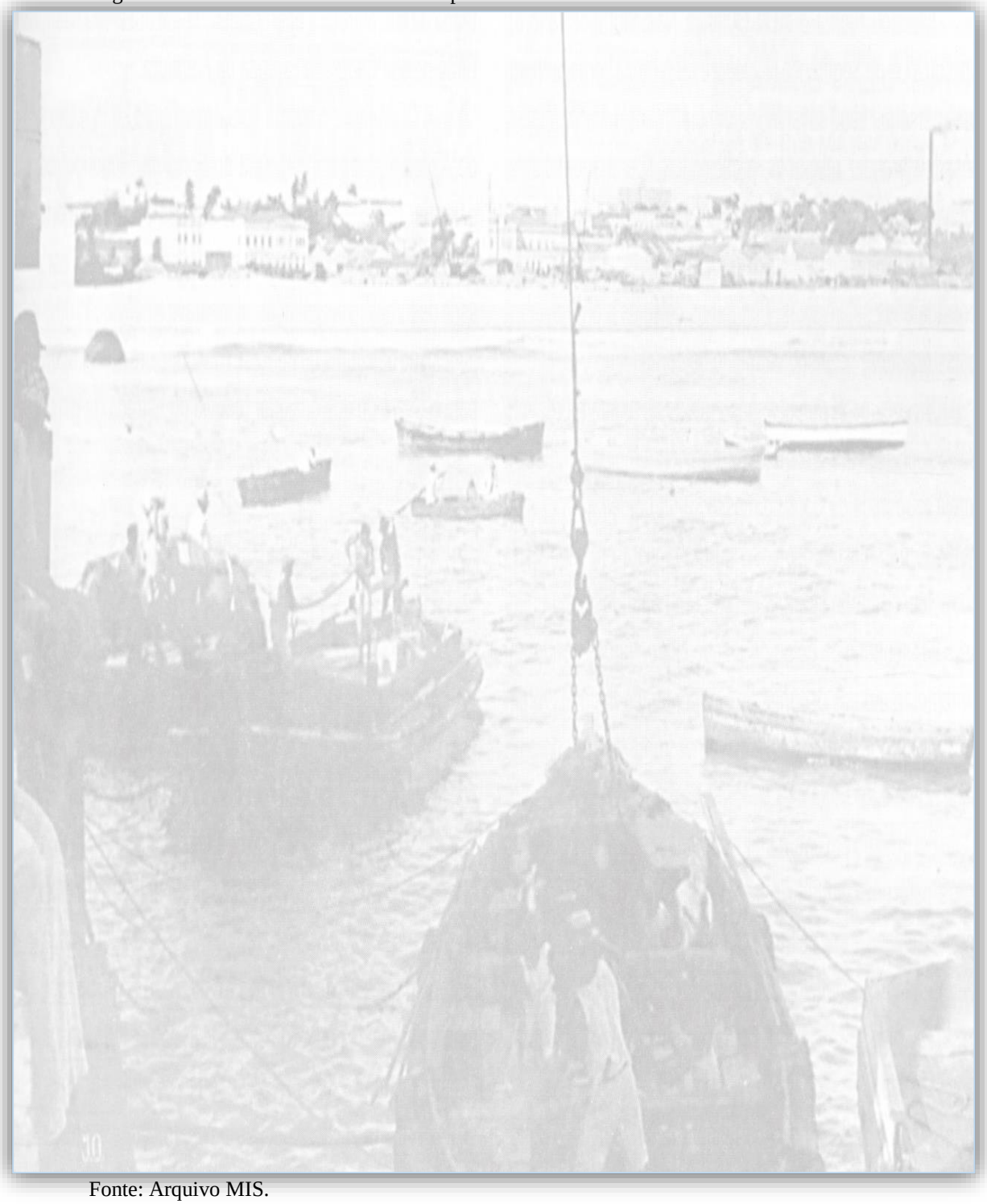
Os anos de 1920 trouxeram à tona a ideia de que o passado de lutas tinha sido "glorioso", com a organização dos trabalhadores, a manutenção do auxílio mútuo, o apoio de jornais e indivíduos politicamente importantes para os portuários, e mais precisamente a *Sociedade Beneficente Deus e Mar*. Foram inevitáveis as tentativas para conquistar melhores condições de trabalho, diminuir o índice de pobreza entre os trabalhadores do Porto e melhorar a qualidade de vida.

O presente não deixava comemorar grandes vitórias, chamava os trabalhadores à luta, e a engraçar as fileiras das mobilizações reivindicatórias. Nessa perspectiva, no dia 22 de abril de 1921, fundou-se o *Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará* (STPC), na cidade de Fortaleza, com sede na Rua Rufino de Alencar S/N, com caráter beneficente e de auxílio mútuo.

Então, começo esse capítulo questionando por que os trabalhadores portuários, que já possuíam a *Sociedade Beneficente Deus e Mar* para representá-los e lutar pelos interesses da Categoria, tal como foi estudado no Capítulo 3, fundaram o Sindicato? Existiam diferenças entre as ações da sociedade beneficente e da sindical?

Na tentativa de responder a esses questionamentos, antes de analisar o sindicato e suas características, faz-se pertinente compreender o cenário histórico e as ideias sociais e políticas que circulavam ou estavam presentes entre os trabalhadores (Figura 17) associados ao STPC durante as primeiras décadas do Século XX, destacando a presença das tendências anarquista e socialista.

Figura 17 - Vista do Porto de Fortaleza a partir da Ponte metálica - 1933



Fonte: Arquivo MIS.

Os debates em torno das atividades mutualistas no interior dos sindicatos ocuparam espaço central no Congresso Operário Brasileiro de 1906, o qual serviu como referência para questões reivindicativas e organizacionais em anos seguintes. Uma das principais decisões do COB de 1906 foi a criação da Confederação Operária Brasileira (COB), que se assemelhava a uma central sindical.[288]

Dentre as principais deliberações desse Congresso, destacaram-se: a luta pelas 8 horas de trabalho e a mobilização de uma greve geral para o dia 1º de Maio de 1907; a criação do Jornal *A Voz do Trabalhador*, com data para publicação em 1º de Maio de 1908; a orientação para que todas as organizações operárias passassem a se chamar sindicatos, reafirmando as ideias anarquistas.[289]

De acordo com as decisões tomadas durante o Congresso de 1906, ficou definido que as ações do sindicato deveriam ser de resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim, argumentando que "essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída".[290]

Das resoluções, podemos destacar o *Tema 1*, que trata sobre o sindicato de resistência:

> Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo, ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição das suas condições; que essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência; o congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato.[291]

A resistência aparece como principal objetivo do Sindicalismo Revolucionário no Brasil, e também dos militantes anarquistas do Estado do Ceará, sobrepondo a qualquer outro objetivo da organização operária, com o indicativo para o conflito e o receio do envolvimento com mecanismos organizativos, distanciando-se de instituições governamentais. Nesse sentido, para os revolucionários, a mutualidade passa a significar um atraso nas lutas por melhores condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, sendo, então, rechaçado.

---

[288] GIANNOTTI, Vito. **História das lutas trabalhadoras no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 63-64.
[289] GIANNOTTI, op. cit., 2007, p. 73.
[290] FORTES, op. cit., 1999, p. 179.
[291] PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, M. **A classe operário no Brasil**: Documentos. O movimento operário. São Paulo: Alfa Omega, 1979. p. 48. v. I.

O contexto econômico brasileiro entre os anos de 1913 e 1919 foi marcado pelo crescimento da produção nas indústrias, pela expansão e, consequentemente, pelo aumento do número de operários nas fábricas, fatores que contribuíram para fomentar os debates em torno da questão da "resistência" e da "beneficência" durante os Congressos Operários,[292] nos quais as ideias anarquistas entraram em confronto com as socialistas e ganharam espaço no Movimento dos Trabalhadores.

À medida que o tempo foi passando, o Estado capitalista, que era tido pelos anarquistas como o maior inimigo dos trabalhadores, através da burocratização dos sindicatos, da elaboração de leis para regularizá-los e da ação partidária dos comunistas e socialistas, minou paulatinamente a ação radical dos anarcossindicalistas.[293]

> A radicalidade e proeminência do anarcossindicalismo não podem ser dissociadas do período em que isso aconteceu. Os sindicatos eram instituições em formação, nascidos na/da luta contra o capital, e oriundos das associações operárias. O processo de burocratização dos sindicatos, que ocorre no período posterior a 1919, teve duas raízes importantes, repetindo-se o que já ocorrera em diversos países da Europa. Os sindicatos nascem da luta contra o capital e em oposição a este.[294]

Surge internamente ao Movimento Anarquista a Corrente Anarco-Comunista que propunha que a ação revolucionária ocorresse por intermédio dos sindicatos. Essa corrente tinha predominância na cidade de São Paulo e contava com as relevantes participações de Edgard Leuronth, Neno Vasco, José Sarmento Marques e Giulio Sorelli,[295] tendo como órgão de divulgação o Jornal *O Amigo do Povo*.

> A tendência anarco-comunista tinha como principais órgãos de divulgação os jornais Il Risveglio e La Battaglia, tinha as figuras de Gigi Damiani, Oreste Ristori, Alessandro Cerchiai, Angelo Bandoni e Florentino de Carvalho, criticavam o anarcossindicalismo e viam a participação em sindicatos o perigo de cair na linha reformista, com lutas imediatas, que poderiam levar ao abandono dos objetivos centrais do movimento que era pôr fim ao capitalismo e instaurar a Anarquia.[296]

Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e as mudanças ocorridas no cenário econômico do Brasil, a industrialização ganhou fôlego, tendo em vista o crescimento da exportação de produtos para os países diretamente envolvidos no conflito. O número de

---

[292] FORTES, op. cit., 1999, p. 182.
[293] Id. ibid.
[294] VIANA, op. cit., 2006, p. 40.
[295] LEPREATO, Christina da Silva Roquette. **O espírito da revolta:** a greve geral anarquista de 1917. São Paulo, SP: Annablume, 2000.
[296] VIANA, op. cit., 2006, p. 39.

fábricas e de operários cresceu, sendo esse período marcado pela liderança anarcossindicalista em várias greves, dentre elas a que ocorreu em São Paulo em 1917. Nesse cenário, em que a presença anarquista (1917-1919) fazia-se marcante quando da chegada das notícias da Revolução Russa, o Movimento Operário vivia uma crise organizacional, visto que não sabia como agir para fazer frente à repressão realizada pelo Estado (Estado de Sítio) e pela Lei Adolfo Gordon.[297]

Diante da percepção das ações anarquistas, estas se tornaram insuficientes e limitadas do ponto de vista prático e teórico. Os militantes buscaram novas formas de organização para tornar novamente eficiente a luta dos trabalhadores; assim, a vitória da Revolução Russa tornou-se um grande exemplo de organização eficaz.

Nesse sentido, o Anarco-Comunismo foi uma tentativa de reafirmar as ideias anarquistas, utilizando algumas terminologias da Revolução Russa. Mas as tensões e perseguições aos seguidores de Kropotkin na Rússia perderam progressivamente o apoio dos anarquistas.[298] No Brasil, em meio à crise dos anarquistas, a força da Revolução Russa torna-se fundamental para a fundação do Partido Comunista.

Apesar das divergências entre os anarcossindicalistas e anarco-comunistas, ambos eram a favor da ação direta, sem a representação de partidos políticos como estratégia de luta,[299] sendo que, na cidade de Fortaleza, o Anarquismo se fez presente por meio das ideias e estratégias estabelecidas pelo Sindicalismo Revolucionário de Resistência (anarcossindicalismo).

No caso do STPC, que defendia a união dos trabalhadores do Porto com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e de vida, não houve adesão às ideias anarquistas, muito embora tenha enviado representantes a reuniões organizadas pelos libertários. Desde a sua fundação, a Diretoria do Sindicato deixou claro os aspectos mutualistas e beneficentes.

Mas a não adesão ao Sindicalismo Revolucionário de resistência não significou a ausência de lutas dos trabalhadores por diminuição da carga horária de trabalho, melhor sistema de pagamentos e de contratação de mão de obra. Porém, essas lutas não criticavam o sistema econômico que explorava os trabalhadores nem objetivava modificá-lo, aproximando-se das estratégias de luta adotadas pelo sindicalismo de cunho reformista ou amarelo.

---

[297] KONDER, op. cit., 2009, p. 161.
[298] Id. ibid.
[299] Id. ibid.

4.2 O sindicalismo reformista e as ideias anarquistas no Brasil

Dentre as ideias políticas que circularam entre os trabalhadores do Brasil, as socialistas, comunistas e as anarquistas foram as que mais se destacaram durante o período aqui analisado, tornando-se necessário conhecê-las para compreender suas influências entre os trabalhadores do Porto da cidade de Fortaleza, principalmente no STPC.

Apesar do destaque do Anarquismo no cenário de lutas dos trabalhadores brasileiros, na virada do século XIX, para o século XX, devo ressaltar que as correntes socialistas reformistas e "Trabalhismo" também disputaram espaço com o Sindicalismo Revolucionário.

Os socialistas reformistas defendiam a ruptura gradual como regime capitalista, já os "trabalhistas" defendiam a negociação com o Estado para realizar reformas e melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Seguindo um caminho diferente dos reformistas e trabalhistas, os anarquistas tinham como bandeira central a destruição do Estado, sendo o sindicato o instrumento de luta, e o caminho estratégico para fortalecer a luta dos trabalhadores que levaria à ruptura com o capitalismo.[300]

Segundo Alex Barcelos Cortez, no caso da cidade do Rio de Janeiro, onde o número de servidores públicos era significativo, havia uma tendência para manter algum tipo de relação com o aparelho estatal, enfraquecendo a presença anarquista em suas fileiras. Os trabalhistas foram se somando a diferentes categorias com a prerrogativa de que eram a favor da luta por alguns direitos sociais em troca de apoio dos trabalhadores em seus interesses individuais e partidários. Os militares também pretendiam canalizar forças para seus interesses políticos eleitorais, desviando o foco das tensões do terreno das ideias revolucionárias.[301]

No que se refere aos socialistas reformistas, eram totalmente contrários à revolução. Foram direcionados pelas ideias evolucionistas, que objetivavam fazer com que o Estado reconhecesse os direitos dos trabalhadores, e possibilitasse a aproximação e a negociação entre as classes. Portanto, não haveria a ruptura das relações de trabalho e exploração dos trabalhadores, estabelecidas pela economia capitalista.

Os reformistas buscavam a transformação gradativa do sistema social existente e defendiam a autonomia organizatória dos trabalhadores. Mas o grupo dos trabalhistas pretende obter tão somente a conquista de alguns direitos operários, sem pôr em questão os fundamentos do sistema social, inclinando-se a incentivar implicitamente a submissão sindical ao Estado.

---

[300] CORTÊS, Alex Sandro Barcelos. Raízes do anarquismo no Brasil. Niterói, RJ: EDUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2006. p. 50. Cf. DEMINICIUS, Rafael. REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do anarquismo no Brasil**. v. 1.

[301] Ibid., p. 51.

> Sob o rótulo geral de sindicalismo amarelo ou reformista, figuravam diversas correntes político-ideológicas que, a despeito de sua concordância na ação sindical, raramente atuavam de forma unificada. O sindicalismo amarelo abrigava socialistas, republicanos, positivistas, cooperativistas e também aqueles que defendiam apenas conquistas econômicas de alcance imediato, a exemplo dos dirigentes sindicais dos portuários cariocas na década de 1920. No caso da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ganhou maior visibilidade, o sindicalismo amarelo esteve mais particularmente presente entre os portuários, marítimos, ferroviários, cocheiros e carroceiros, trabalhadores do Estado, mas também entre gráficos, padeiros, trabalhadores têxteis e metalúrgicos.[302]

O sindicalismo amarelo[303] defendia que a greve deveria ser vista como último recurso, a ser empregado apenas depois de esgotadas outras formas de pressão e negociação. O recurso a intermediários, como advogados, políticos e autoridades, era visto como um meio lícito de auxiliar o sindicato no encaminhamento de suas reivindicações, e não raro figuravam entre seus projetos a participação eleitoral e a constituição de partidos operários. Sustentados pela ideia de que as conquistas deveriam ser consolidadas por meio de leis, e a defesa da função arbitral do Estado nas relações de trabalho.

Boris Fausto, ao analisar as ideias socialistas reformistas, optou por denominá-las de "trabalhismo", para fazer a relação com "a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência com relação ao Estado; a presença de setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária".[304] Para fundamentar a sua ideia, Fausto utiliza os conteúdos reivindicativos do Congresso Operário de 1912, traça um paralelo com as pautas de discussões anarquistas e percebe as semelhanças e diferenças para concluir que o cerce do trabalhismo está no COB de 1912.

E segue afirmando que, ao contrário do Porto de Santos, que era bastante combativo com a influência anarquista, formado por uma classe operária relativamente homogênea, composta basicamente por espanhóis e portugueses, o Porto do Rio de Janeiro esteve sob o domínio das ideias trabalhistas, devido a seguinte combinação: "A inserção estrutural da força de trabalho na economia (setor industrial privado/setor de serviços público), a composição social da classe trabalhadora (brasileira/estrangeira) e a posição do Estado em relação às questões trabalhistas".[305]

---

[302] Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SINDICALISMO%20AMARELO.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2018.

[303] Essa expressão tinha caráter pejorativo, e passou a ser empregada apenas no final dos anos 1910, pelos partidários do sindicalismo da ação direta e depois pelo PCB, para designar seus concorrentes no movimento sindical. Cf. FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2000. GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

[304] FAUSTO, op. cit., 2000, p. 41.

[305] FAUSTO, op. cit., 2000, p. 21.

> Apesar das divergências a respeito do sindicalismo amarelo carioca, dado como tendo florescido na Primeira República principalmente no porto do Rio de Janeiro, apesar dos esforços para a correta caracterização do seu perfil político, da rejeição apaixonada do reformismo, ou da defesa explícita do pragmatismo sindical, o espaço portuário em si próprio e a teia de relações sociais que lhe dão corpo continuem praticamente desconhecidos.[306]

Velascos Cruz dialoga com Fausto para explicar o peso do trabalhismo entre os portuários da cidade do Rio de Janeiro, e ressalta, em sua tese "Virando o jogo",[307] a independência sindical, o controle do mercado de trabalho e sobre a mão de obra avulsa, buscando compreender as lutas dos trabalhadores antes da década de 1930, apontando a importância do Sindicalismo Portuário Carioca, durante a Primeira República, para a conquista do sistema de trabalho com base no *Closed Shop*.

Segundo Gomes, entre os anos de 1906 e 1920, não obstante a força anarquista, as ideias socialistas ainda exerciam influência entre os trabalhadores portuários, caracterizados pela combatividade na busca pelo controle da mão de obra.[308] Contudo, na contramão da postura de conciliação dos reformistas e dos trabalhistas, os anarquistas defendiam a necessidade de a classe trabalhadora se tornar autônoma e independente.

Deste modo, para analisar os anarquistas, o Movimento Anarquista no Brasil, partirei da ideia de que não havia homogeneidade nas posturas, nas linhas teóricas e ideológicas, tendo em vista a influência do Anarquismo português, espanhol e italiano que chegaram ao Brasil através dos imigrantes durante o final do século XIX e início do século XX.

O maior número de imigrantes foi de italiano e isso decorreu na Itália no final do século XIX, período em que o País estava marcado pelo desemprego, pela explosão demográfica, pela situação de pobreza e de miséria em que a maioria da população vivia, além da proliferação de doenças, a concentração fundiária e a manutenção de relações de produção nos moldes feudais.[309]

> O anarquismo era a força hegemônica no movimento operário italiano. A influência de outras correntes políticas de esquerda, nesse período de final de século XIX e início do século XX, era pequena. O grande concorrente do anarquismo, o marxismo, não era forte na Itália. A influência de Marx era maior na Alemanha e, com o passar do tempo, atingiu outros países europeus

---

[306] CRUZ, op. cit., 2000, p. 26.
[307] Ibid., p. 7.
[308] GOMES, op. cit., 2005, p. 113.
[309] DEMINICIUS, Rafael; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2006. v. 1.

> [...] Da Espanha, onde o anarquismo também era hegemônico no movimento operário, vieram muitos imigrantes, marcados pela doutrina de Proudhon.[310]

Com o fim da escravidão negra no Brasil, várias levas de imigrantes chegaram ao País para trabalhar nas lavouras, mas parte dessa mão de obra acabou sendo absorvida pelas fábricas que estavam abrindo nas cidades. Com os imigrantes, as ideias anarquistas começam a se espalhar no nascente meio operário brasileiro, principalmente com os italianos, que tinham a influência dos pensamentos de Prodhon, Bakunin e Enrico Malatesta.[311]

O que diferenciava os anarquistas italianos do restante era seu engajamento na divulgação das ideias libertárias, fundamentados em uma sociedade "sem governo" que objetivava mudar as estruturas da sociedade, retirando do cenário político a figura do Estado, tornando os sujeitos livres, considerados a soma de indivíduos soberanos, e defendendo a luta direta contra o capitalismo no âmbito da política e das ideias.[312]

Os anarquistas buscaram conquistar espaço entre os trabalhadores no Brasil, e à medida que as necessidades econômicas se intensificaram, somaram-se as carências e tensões sociais, as quais corroboraram as ideias revolucionárias anarquistas para que adentrassem pelo Brasil, vindas da Europa, atravessando o Oceano Atlântico, para alimentar as lutas dos trabalhadores.

Leandro Konder afirma que a força do Anarquismo surge da estratégia de disseminar seus ideais a partir da divulgação das obras de diversos autores "libertários" em vários idiomas e da intensificação da propaganda.[313] O Movimento Anarquista paulatinamente ganhou fôlego em diversas cidades do Brasil, tornando-se fundamental para delinear as lutas dos trabalhadores entre os anos de 1906-1919/20. Mesmo com o descenso ocorrido entre os anos de 1909-1911,

---

[310] VIANNA, Nildo. A aurora anarquista. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2006. p. 32. Cf. DEMINICIUS, Rafael. REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. v. 1.

[311] Cf. Pensadores anarquistas e militantes libertários. Disponível em: <eBooksBrasil. http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/pensadoresanarquistas.html>. Pierre Joseph Prodhon (1809-1865) nasceu na França em 1809, em uma família do povo. Operário, tipógrafo, autodidata, desenvolveu suas próprias teorias sobre organização social, baseada na cooperação e mutualismo. Em 1840, publicou o livro *O Que é a Propriedade?* em que se declara pela primeira vez anarquista. Mikhail Bakunin (1814-1876) – O mais brilhante dos teóricos e agitadores anarquistas – nasceu em Premukhino, Rússia, em 11 de maio de 1814, originário de uma rica família da nobreza russa. Depois de ter seguido a carreira militar, abandonou o Exército em 1832, quando começou a opor-se ao Czarismo. Mas a sua ligação a ideias progressistas se deu a partir de suas leituras de Hegel, a amizade com o revolucionário russo Herzen e principalmente a partir da sua viagem ao Ocidente em 1840, quando frequentou a Universidade de Berlim e o Círculo dos hegelianos de esquerda em Berlim e Dresden na Alemanha, colaborando na revista crítica *Anais Alemães* de Arnold Ruge. Enrico Malatesta (1853-1932) – Principal pensador anarquista italiano – nasceu em 1853 no Sul de Itália, filho de uma família abastada. Desde jovem se iniciou em atividades contestatárias, que provocaram sua prisão em 1868 e a suspensão na Universidade de Nápoles, onde estudava Medicina, em 1870. Em 1871, aderiu à Associação Internacional dos Trabalhadores e, no ano seguinte, conheceu Bakunin por ocasião do Congresso de Saint Imier, tendo esta relação tido uma influência decisiva em toda a sua militância anarquista posterior. Devido à sua militância libertária passou várias vezes pelas prisões.

[312] VIANNA, N., op. cit., 2006, p. 29.

[313] KONDER, Leandro. **A derrota da dialética:** a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

a partir de 1912, o Anarquismo viveu o seu auge, no tocante às suas formulações doutrinárias e à sua presença nas associações e nos sindicatos.[314] Em meio aos debates de ideias e de estratégias de atuação do Movimento que perpassaram os Congressos Operários ocorridos no Brasil em 1906, 1913 e 1920, surgem as vertentes: o Anarcossindicalismo e o Anarco-Comunismo.

Os anarquistas, ao contrário dos reformistas, compreendiam a sociedade a partir da relação entre "exploradores e explorados", abrangendo os camponeses, a classe operária e os que não têm acesso à fortuna. Essa foi uma das principais críticas de Bakunin em relação a Marx e Engels,[315] que desprezavam os "deserdados da fortuna", tirando-lhes o poder de ação e a força da futura revolução social.[316]

Os anarcossindicalistas ou sindicalistas revolucionários buscaram mobilizar os trabalhadores por meio de associações de classe e sindicatos autônomos, que serviriam como base da organização da nova sociedade. As ideias anarquistas marcaram os operários da primeira fase da Revolução Industrial na França, na Itália, na Espanha, na Suíça e em diversos outros países da Europa. Esse pensamento se fortaleceu com a entrada do russo Mikhail Bakunin na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) que tinha como líder Karl Marx.[317]

Tanto Marx, como Bakunin, desejavam construir uma sociedade justa e igualitária, no entanto, pensavam em caminhos diferentes para esse mesmo fim. Marx defendia uma organização política centralizada para enfrentar a burguesia através de uma revolução que levaria ao Socialismo. Porém, Bakunin era a favor de um socialismo com características libertárias gerado da organização espontânea e autônoma dos trabalhadores.[318]

---

[314] GOMES, op. cit., 2005, p. 81.

[315] SIQUEIRA, Sandra M. M.; PEREIRA, Francisco. **Aspectos da vida e da obra de Marx e Engels**. Salvador: FACED/UFBA Disponível em: <Lemarx, 2011.http://www.lemarx.faced.ufba.br/arquivo/marx_engels_aspectos_vidaeobra.pdf>.

[316] GUÉRIN, Daniel. **L'Anarchisme**. Paris: Gallimard, 1965. p. 16.

[317] A AIT surgiu como resultado de um contato inicial entre operários franceses que foram enviados pelo imperador Napoleão III a Londres, em 1862, para participarem da Exposição Internacional organizada pela rainha Vitória. Nessa viagem, os operários franceses entraram em contato com sindicalistas ingleses, que debateram suas condições de trabalho e estreitaram laços, o que renderia frutos dois anos depois.
Em 1864, foi fundada em Londres a AIT, que consistia em uma federação composta por diversas seções de países europeus, contando com várias organizações de trabalhadores, como partidos, sindicatos, cooperativas etc. Havia ainda grande diversidade de correntes do Movimento Operário, como republicanos blanquistas, democratas radicais, cartistas, marxistas, proudhonianos, cooperativistas e sindicalistas. Foi formado um Conselho Geral da AIT para poder coordenar os trabalhos da Internacional. A liderança do Conselho Geral acabou ficando nas mãos de Karl Marx, que redigiu os Estatutos da AIT. A entrada de Mikhail Bakunin e seus seguidores ocorreu em 1868, pouco depois da criação da AIT. Cf. MORAES, João Quartim de. REIS, Daniel Aarão (Org.). **A História do Marxismo no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007. v. 1.

[318] GIANNOTTI, op. cit., 2007, p. 75.

> O anarquismo condenava qualquer forma de capitalismo e queria uma sociedade livre e igualitária. A expressão que sintetiza melhor essa visão é "sociedade libertária". Socialismo sem autoritarismo. O anarquismo, como o marxismo, lutava por uma sociedade socialista, comunista. O que os diferenciava era o caminho a ser adotado. Para os seguidores de Marx, a ideia de partido era uma ideia central na construção do poder da classe operária. Em contraposição e, especificamente, de partidos políticos. Não aceitavam a luta parlamentar com seus vereadores, deputados, senadores e ministros, ou com qualquer tipo de governante.[319]

Essas diferenças entre as tendências revolucionárias na Internacional chegaram ao seu auge após a derrota dos trabalhadores na Comuna de Paris, em 1871, quando os laços foram rompidos. A Internacional foi extinta em 1876, segundo o grupo orientado pelas ideias marxistas. No entanto, os anarquistas se negaram a aceitar essa extinção e a mantiveram em funcionamento mesmo que de maneira precária.

A grande leva de imigrantes que chegaram ao Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX, serviu como importante meio para reverberar a importância da Comuna de Paris e pôr em destaque as disputas políticas ocorridas na Europa durante o período da I Internacional.

No entanto, a Segunda Internacional (1889-1914) teve maior significado político no Brasil, pois se tratava do período transicional do Marxismo para o Leninismo, que marcou a mudança entre a Associação Internacional dos Trabalhadores e a Internacional Comunista, focando, desta forma, na internacionalização do Movimento Revolucionário Proletário – o período transicional entre a Comuna de Paris e a Revolução de Outubro; o período transicional do Movimento Socialista Mundial dos Trabalhadores para o Movimento Comunista do Proletariado Mundial chegando ao Brasil.

Para Konder, o não acesso aos escritos de Marx gerou interpretações equivocadas e dificultou o fortalecimento da Segunda Internacional: "o movimento operário emergente era sensível aos ideais do Socialismo, porém seus líderes não tinham noções concretas de como deveria ser uma política de luta pela transformação maior".[320]

No movimento operário que estava surgindo no Brasil, apesar de reconhecer a importância das ideais socialistas, os seus militantes não sabiam como promover a luta pela transformação da sociedade. Em meio às fragilidades estratégicas dos socialistas e ao distanciamento da teoria marxista, as ideias anarquistas, principalmente o Sindicalismo Revolucionário, ganharam força no País.[321]

---

[319] Ibid., 2007, p. 76.
[320] KONDER, op. cit., 2009, p. 114-115.
[321] KONDER, op. cit., 2009, p. 115.

Ao contrário dos socialistas, os anarquistas apresentavam um caminho para promover a luta e a transformação social, que, segundo George Woodcock, passava pela questão da relação entre as classes dominadas e de como deveriam agir nos âmbitos econômico e ideológico, visto que os conflitos entre as classes ocorriam em consequência das diferenças econômicas entre o explorador e o explorado, tornando-se campo fértil para o método revolucionário.[322]

Bernardon corrobora essa ideia:

> Pela força da mobilização coletiva, emerge, em definitivo, ainda que por muitas vezes para ser negada, a "questão social" entre as preocupações dos círculos das classes média, e dominante. Por outro lado, consolidam-se formas de organização dos trabalhadores, dentre elas o sindicato de resistência, que passa a assumir uma das funções mais centrais na vida política operária. A partir de então a ideia de *ação direta* ganharia força, e o sindicato seria eleito como a principal forma de organização dos trabalhadores, onde é estimulada e correntemente orientada.[323]

Dessa maneira, o sindicato tornou-se a principal forma de organização dos trabalhadores, visando às lutas que deveriam ocorrer de maneira mais espontânea possível, sendo a greve sua importante arma, somada às manifestações e protestos, os meios utilizados para fazer resistência contra a burguesia e, assim, tirá-la do poder.

Tendo como base a futura revolução social, surgem como concepções diferenciadas do Anarquismo:

- O *Mutualismo Proudhoniano*, que concebia o mundo do futuro como sendo uma grande federação de comunas e cooperativas de trabalhadores ligadas por laços de contrato e crédito mútuo, garantindo ao indivíduo o produto do seu trabalho, substituindo o Estado Capitalista por uma livre associação de produtores diretos.

- O *Anarco-Coletivismo*, que teve destaque na figura de Bakunin, e se caracterizou pela defesa da coletivização dos meios de produção por meio da violência. O sindicato serviria como meio emancipatório da sociedade, que deveria atingir a autogestão. Para atingi-la, fazia-se necessário tornar os meios de produção, as matérias-primas, as indústrias e os instrumentos de trabalho em propriedades coletivas das associações operárias produtivas industriais e agrícolas.[324]

---

[322] WOODCOCK, George. **Anarquism**. England: Pequin Books, 1963.
[323] OLIVEIRA, Thiago Bernardon de. **Anarquismos, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009. p. 45.
[324] FAUSTO, op. cit., 2000, p. 64.

- O *Anarco-Comunismo*, que se sustentava na concepção marxista de "cada um segundo sua capacidade; a cada um segundo suas necessidades", seguindo o critério de distribuição de bens e de serviços de acordo com a necessidade, e não com o trabalho.

Kropotkin[325] relutava para aceitar a estratégia de violência, para a transformação social. Hardman defende a ideia de que, anterior a 1930, no Brasil, a presença significativa do Anarcossindicalismo (pelo menos entre 1906-1920) teve um papel decisivo no processo de definição dos elementos fundamentais da ação sindical dos anarquistas no que tange a uma relativa autonomia cultural da classe operária e à autonomia no plano associativo, principalmente sindical.[326]

Já Alexandre Samis e Edilene Toledo utilizam o termo Sindicalismo Revolucionário para tratar sobre o anarcossindicalismo,[327] os quais afirmam ter sido o Sindicalismo Revolucionário o primeiro responsável por conseguir estabelecer-se como vetor social para os anarquistas nos grandes centros brasileiros, visto que líderes do Movimento, como Malatesta, defendiam que os anarquistas deveriam entrar em todos os campos que suscitassem as contradições do Capitalismo e lá buscassem o funcionamento da forma "mais libertária possível", inclusive no meio sindical.[328]

John D. French segue na mesma linha de compreensão dos autores supracitados, quando afirma que o Sindicalismo Revolucionário encarava o Sindicato como sendo uma instituição que deveria ser construída por indivíduos conscientes do seu papel enquanto agente de luta social.[329]

Utilizo o termo anarcossindicalismo para me dirigir de maneira específica aos anarquistas adeptos do Sindicalismo Revolucionário, que consideravam o sindicato uma unidade social fundamental, sendo, portanto, o núcleo básico da sociedade do futuro, dando ênfase à ação operária.

> Os anarquistas construíram sua posição no movimento operário a partir da proposta ("sindicalismo") de abandonar a luta pela inserção político-partidária no sistema eleitoral, priorizando a constituição de sociedades de resistência que mantivessem neutralidade política e religiosa ("sindicatos"). A proposta não se contrapunha necessariamente à de parcelas dos socialistas: no sindicato

---

[325] Cf. **Pensadores anarquistas e militantes libertários**. eBooksBrasil. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/pensadoresanarquistas.html>. **Piotr Kropotkin** (1842-1921) - Escritor, filósofo e militante anarquista russo, nascido na nobreza russa em Moscou, em 1842.
[326] HARDMAN, Francisco foot. **Nem Pátria, nem patrão!:** memoria operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2002.
[327] TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário:** trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
[328] SAMIS, op. cit., 2002, p. 37.
[329] FRENCH, op. cit., 1995, p. 33.

> se faria a luta econômica e, para que não se dispersasse a classe, essa associação deveria ser politicamente neutra. Era a posição necessária, segundo seus partidários, para que se mantivesse um mínimo de autonomia nas associações de trabalhadores.[330]

Seguia no sentindo da construção de sociedades de resistência com neutralidade política e religiosa, que os indivíduos deveriam lutar por sua liberdade completa, superando o controle do capital e, assim, constituir uma nova sociedade baseada na associação livre. O sindicato ganhou importante função no processo de mobilização dos trabalhadores, e possibilitou o surgimento de diferentes maneiras de pensar as estratégias de ações sindicais.

A busca pela conquista da liberdade passava pela necessidade de criar uma identidade da classe trabalhadora. Os anarquistas acreditavam que os problemas enfrentados pelo movimento operário só seriam ultrapassados quando a política deixasse de interferir no seu interior.

Eram contrários ao envolvimento com as disputas eleitorais, práticas partidárias e parlamentares, indo de encontro com a política liberal. A defesa pelo distanciamento dos sindicatos da política partidária era ponto fundamental e estava atrelada à necessidade, ao fortalecimento interno e ao combate às diferenças de etnia, de cor, de nacionalidade e de orientações ideológicas.[331]

> Os anarquistas propunham como base fundamental para a construção da solidariedade operária – para a criação de um sentido de pertencimento a um grupo – a atuação dentro de sindicatos, definidos como "sindicatos de resistência". Este novo tipo de organização se caracterizava pelo abandono das práticas assistencialistas e pela firme postura da "ação direta" ante o patronato e o Estado. Além disso, tais sindicatos deveriam estar vinculados aos princípios da doutrina anarquista.[332]

A proposta de "ação direta" do Sindicalismo Revolucionário de Resistência (Anarcossindicalismo) não foi aceita de maneira unânime, e acabou gerando discussões internas no próprio Movimento Anarquista, como, por exemplo, as questões relacionadas ao sindicato e à classe trabalhadora ou às que envolviam a classe trabalhadora e a doutrina anarquista na tentativa de pensar os trabalhadores como atores agentes da transformação social.

Os anarquistas buscavam uma sociedade socialista, a fim de não haver propriedade privada, mas, ao contrário dos socialistas, não aceitavam qualquer tipo de governo, e o seu

---

[330] SILVA, Jr. Adhemar. **A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925)**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre: PUCRS, 1996. v. 22.
[331] GOMES, op. cit., 2005, p. 84.
[332] Ibid., p. 86.

método de ação se pautava na luta pela libertação dos trabalhadores e oprimidos. No entanto, havia dissidência dentre os anarquistas no tocante à luta pela conquista da liberdade, visto que alguns defendiam a resistência pacífica, enquanto outros eram a favor das ações revolucionárias através do uso da força e da violência como formas de resistência.[333]

Dentre as tendências de ações sindicais, o Anarcossindicalismo defendia que a ação revolucionária passava por duas etapas fundamentais: educação e organização. Também era a favor da realização de greves, de motins, de rebeliões no interior das fábricas e de movimentos contra todo tipo de exploração, tanto dos indivíduos quanto das instituições. Dessa maneira, negava as cooperativas e os partidos políticos como estratégia de luta contra o capital, sendo necessária a organização dos operários em sindicatos para juntos combaterem o modelo político e econômico capitalista.[334]

Rotineiramente, foram feitas acusações aos anarquistas, afirmando que eram terroristas que levavam medo à sociedade através de suas ações violentas. Diante dessas acusações, os anarquistas enfatizaram, entre os trabalhadores e militantes, a questão da conduta moral e buscaram esclarecer o método de "ação direta", que nada mais era do que uma forma de organização dos trabalhadores. Dessa forma, "a preocupação dos anarquistas com a conduta e a moral de seus militantes tinha razões práticas bem claras. Era preciso impor-se frente a um discurso de acusação poderoso; e, para tanto, era preciso determinar o significado do princípio conhecido como "ação direta".

A preocupação dos anarquistas com a disciplina e a conduta dos trabalhadores estava ligada diretamente à organização e ao fortalecimento do Movimento, visto que a ordem entre os trabalhadores dava credibilidade e força coletiva, e enfraquecia as acusações de que os anarquistas eram desorganizados e desordeiros.

> O ponto central que dava caráter revolucionário ao método de organização não era o uso da violência, mas o fato de que estava recusando todos os paliativos políticos e associativos liberais, como, por exemplo, os partidos parlamentares e a ação eleitoral. A organização surgia diretamente dos locais de trabalho e enfrentava face a face – isto é, sem mediadores formais – seu interlocutor.[335]

A defesa pela "ação direta" não consistia na ausência de organização, dando ênfase ao caráter diversificado das ideias e posturas entre os militares na busca pela liberdade, pois passava pela educação, pelo esclarecimento através das letras, uma vez que o Anarquismo

---

[333] GOMES, op. cit., 2005, p. 90.
[334] FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de porto alegre na primeira metade do século XX. **Cad. AEL**, v. 6, n.10/11, p. 179, 1999.
[335] GOMES, op. cit., 2005, p. 90.

objetivava fazer com que os trabalhadores buscassem se libertar das amarras do Estado e de suas instituições, bem como da economia e da moral burguesa, principalmente dos patrões.[336]

O principal meio utilizado para colocar em prática a "ação direta" foi se misturando entre os trabalhadores, atuando na fundação e na organização dos sindicatos. Nesse sentido, foi defendido que as associações de socorro mútuo ou cooperativistas deveriam ceder lugar ao sindicato de resistência, visto que as ações assistencialistas não eram reconhecidas como capazes de diminuir a condição de pobreza e de exploração dos trabalhadores, agindo somente de maneira emergencial e paliativa.

Alexandre Samis afirma que:

> O Sindicalismo Revolucionário foi uma ferramenta, antes de tudo, utilizada por trabalhadores que pretendiam a transformação da sociedade. Era uma metodologia a serviço da mudança, e utilizaram-na aqueles que com ***voluntá***, na perspectiva do teórico anarquista Malatesta, queriam realmente a Revolução Social. Nesse aspecto os anarquistas se destacaram na aplicação do método que lhes parecia mais adequado aos fins de transformação social "a caminho da anarquia". No caso específico brasileiro, o Sindicalismo Revolucionário foi a porta de entrada dos anarquistas no mundo urbano de conflitos permanentes com a ordem conservadora, vigente no país. Foi através dele, e não excetuamos as experiências rurais anteriores, que os libertários alcançariam uma visibilidade, nunca antes atingida por grupos revolucionários ideologicamente incluídos no campo do socialismo.

A estratégia de inserção do Anarquismo nos sindicatos teve início a partir da ação de militantes associados que buscavam propagar suas ideias e conquistas, conseguindo, de modo paulatino, o apoio principalmente dos trabalhadores urbanos. Mas esse processo de aceitação não ocorreu de pronto, em razão das críticas que os anarquistas tinham em relação às funções do sindicato que ainda estavam atreladas ao caráter mutualista e assistencialista.

As acusações de que os trabalhadores eram passivos diante da necessidade da luta foram constantes, daí o porquê da educação, da fundação de escolas noturnas e das atividades culturais, por exemplo, festas, como estratégias adotadas para sensibilizar e esclarecer os trabalhadores. Como afirma Ângela de Castro Gomes, os trabalhadores brasileiros resistiam à sindicalização, mas, quando a faziam, queriam ter na associação a *"mãe cuidadosa"* que os protegesse, sem necessidade de participação em luta".[337]

No Rio de Janeiro, o segundo Congresso Operário Brasileiro (COB), que ocorreu em 1913, reafirmou o direcionamento de uma nova ofensiva do Sindicalismo Revolucionário por áreas com pouca influência dos anarquistas, colocando ressalvas em relação à instalação das

[336] KONDER, op. cit., 2009, p. 136.
[337] GOMES, op. cit., 2005, p. 94.

bolsas de trabalho, que não devia atrapalhar a ação da resistência. Para tanto, a educação e o conhecimento das letras tornaram-se fundamentais, juntamente com os artigos e com os textos da imprensa operária.[338]

Outro importante meio utilizado para o fortalecimento do Anarquismo foi a imprensa, através da qual conseguiu apresentar e defender suas ideias, e conclamar os trabalhadores para o embate contra a burguesia, seja através da necessidade da instrução, com a criação de escolas, seja por meio de realizações de festas, passeatas, manifestações etc., como veremos de maneira mais aprofundada no tópico 4.3 do presente capítulo.

4.2.1 A "crise" do Anarquismo e a fundação do Partido Comunista Brasileiro-PCB

Os debates historiográficos em relação à crise do Anarquismo e à fundação do Partido Comunista são intensos, principalmente, no que tange à "crise" do Anarquismo e à influência da 3ª Internacional no processo de fundação do PCB.

Entre os anos de 1917-1920, o Movimento Anarquista viveu o auge e o declínio; essa situação ocorreu, por um lado, por causa das estratégias políticas adotadas, que oscilavam entre a importância da espontaneidade das mobilizações dos trabalhadores e a disposição para aderir às mobilizações e às reivindicações estritas ao cooperativismo; por outro, pelos esforços para aliar as ações espontâneas à necessidade de uma revolução, com o objetivo de acabar com o Estado e instaurar uma sociedade livre das amarras institucionais, libertárias, surgindo, em meio a esse dilema estratégico, o Anarcossindicalismo, que objetivava articular greves gerais com paralisações prolongadas.[339]

As greves geraram conquistas e vitórias para os trabalhadores, e ocasionaram melhoras nas condições de vida e de trabalho, que intensificaram o processo de adesão ao Movimento Anarquista. Entretanto, com a chegada do ano de 1920, o cenário se modificou por causa da repressão do governo aos anarquistas, pois se tornou mais intensa tendo em vista que foram considerados uma ameaça à ordem instituída. Em 1920, foi estabelecido o Estado de Sítio, e, no ano seguinte, foi reeditada a Lei Adolfo Gordo (Decreto n. 42447, de 6.1.21), que considerou o Anarquismo crime e determinou que os estrangeiros deveriam ser expulsos do País.[340]

Em meio às pressões externas, o Anarquismo passava por uma "crise", no tocante aos rumos que deveriam ser tomados pelo Movimento, tendo em vista que as greves não vinham

---

[338] Ibid., p. 188-202.
[339] FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 174.
[340] GOMES, op. cit., 2005, p. 135.

obtendo êxito. Havia forte repressão do Estado ao Movimento Operário e ao fortalecimento do Socialismo-Comunismo a partir da disseminação dos acontecimentos da Revolução Russa.

Durante o 3º Congresso Operário Brasileiro, ocorrido em 1920, o dilema existente dentro do Movimento Anarquista entre manter o sentindo social da Revolução Russa, que defendia o poder aos sovietes, ou substituí-lo pelo lema de poder para os sindicatos, que se dividiam entre a tendência do anarcossindicalismo e do Sindicalismo Revolucionário de resistência, permeou as discussões. Nesse debate, os ideais do Movimento Anarquista foram questionados; parcela das lideranças anarquistas negou as concepções libertárias e aderiu às determinações da 3ª Internacional, fazendo parte do quadro de fundadores do Partido Comunista do Brasil.[341]

Ficou também decidido, nesse COB de 1920, que seria criada uma Comissão Executiva responsável pelos encaminhamentos, em âmbito nacional e internacional, das resoluções aprovadas durante o congresso. Houve a designação de vários "secretários excursionistas", encarregados dos contatos entre os Estados, e a proposta de luta para ser construída em um *Congresso Operário Sul-Americano*.[342]

Ângela de Castro Gomes afirma que não ocorreu nesse período a decadência no movimento operário e sindical, mas sim uma crise interna entre os anarquistas, não tendo relação direta com as ações que vinham sendo organizadas pelos comunistas e pela fundação do PCB, que ocorreu em março de 1922.[343] Ou seja, a crise anarquista era fruto dos questionamentos entre os próprios militantes.

O surgimento do Anarco-Comunismo nada mais foi do que uma tentativa de dotar as ideias anarquistas com delineamentos dos ideais da Revolução Russa, surgindo, como grande expoente, a figura de Astrojildo Pereira Duarte Silva[344] (1890-1965), que havia sido um destacado militante anarquista, organizador do Movimento Operário da vertente Anarcossindicalista, e participou ativamente de várias publicações de oposição à ordem liberal oligárquica e à guerra contra o Capitalismo.[345] Mas à medida que as informações sobre os êxitos da Revolução chegavam, eram questionadas as ideias ácratas, que os direcionaram a trabalhar na difusão do Anarco-Comunismo.

---

[341] HADMAN, op. cit., 1982, p. 352.
[342] Ibid., p. 354.
[343] Ibid., p. 129.
[344] Importante militante anarquista que se tornou comunista e fundou o PCB em 1922, também desenvolveu as atividades de gráfico e jornalista.
[345] DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1990-1935.** Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

Essas ideias não foram aceitas de maneira homogênea entre os militantes anarquistas, como afirma Konder:

> O anarco-comunismo durou pouco: foi dilacerado pelas divergências internas. Muitos anarquistas se escandalizaram com a repressão exercida pelo poder soviético contra os seguidores russos de Kropotkin. Pouco depois, também as notícias relativas às ações militares do Exército Vermelho contra a tropa camponesa do anarquista ucraniano Nestor Makhno causaram consternação nos meios libertários. Astrojildo, contudo, procurou superar a perplexidade aprofundando seus estudos sobre o bolchevismo.[346]

Os embates políticos entre anarquistas e comunistas perduraram durante o final dos anos de 1920, e Astrojildo Pereira Duarte Silva conseguiu o apoio de outros militantes anarquistas, fundou núcleos comunistas em várias partes do País, que se dedicaram à leitura dos escritos de Lenin. Desse momento em diante, a fundação do Partido Comunista foi muito rápida e gerou controvérsias sobre o grau de interferência da Internacional nesse processo.

O próprio militante afirmava que a fundação do PC só foi possível a partir do contato travado com um colaborador da 3ª Internacional, que passou pelo Brasil e o convenceu sobre a importância de fundar um Partido Comunista nos moldes da Internacional.[347] Contudo, Michel Zaidan questiona essa versão, e afirma ter sido uma criação de Astrojildo Pereira, na tentativa de dar maior legitimidade e importância à fundação do Partido, visto que a presença na Internacional quase inexistia de maneira efetiva, dependendo do PCB as decisões tomadas no Brasil sobre a égide do movimento operários brasileiro.[348]

Com a fundação do *Partido Comunista do Brasil* em 1922, o cenário de disputas de ideias dentro do Movimento Operário tornou-se mais acirrado, principalmente porque o PCB defendia a necessidade da revisão dos métodos de organização operária, começando pela necessidade de que "a organização deve ter como base de atração das massas o interesse imediato, comum a todos os trabalhadores".[349]

O PCB adotou, como meio de luta e inserção no meio operário, a estratégia partidária, visto que os comunistas possuíam flexibilidade para aceitar as organizações com papéis definidos e pautados em objetivos limitados em si próprios, mas objetivavam fundamentalmente a organização da "massa" de trabalhadores de forma autônoma em relação à burguesia, ao Estado e à Igreja.[350]

---

[346] KONDER, op. cit., 2009, p 163.
[347] Ibid., p. 164.
[348] ZAIDAN, Michel. **PCB (1922-1929)**. São Paulo: Global, 1985.
[349] HADMAN, op. cit., 1982, p. 354.
[350] GIANNOTTI, op. cit., 2007, p. 86.

As ações dos comunistas foram diferentes dos anarquistas, principalmente no tocante às estratégias e às formas de organização dos trabalhadores, que passaram a ser marcadas pela necessidade de as organizações apresentarem respostas a vários âmbitos de demandas dos trabalhadores, ao tempo em que deveriam buscar articulá-las a um projeto estratégico de transformação social, afirmando, simultaneamente, o princípio da unidade sindical e da convivência entre diferentes correntes políticas nas mesmas entidades.[351]

A questão da organização autônoma dos trabalhadores passou a ser um dos pontos de maior discussão, visto que, paulatinamente, a proposta de reconhecimento do sindicato começa a ser aceita pelos empresários e, de modo implícito, pelo Estado, que reconhece a importância de aceitá-lo como importante meio para dialogar com os trabalhadores.

> A crise do Sindicalismo Revolucionário tiraria dos anarquistas o seu vetor social; sem espaços para inserção, - todos fechados pela repressão, e o isolamento que sofrem a partir de uma propaganda comunista financiada, inclusive internacionalmente – os libertários passam a se organizar em grupos de cultura e preservação da memória. Assim, pode-se entender porque embora distintos, o Sindicalismo Revolucionário e o Anarquismo perdem ambos a expressão na mesma época. A luta pela liberdade, que se fazia mais clara e autêntica pela via classista, defendida pelos libertários, só teve a envergadura observada nos primeiros tempos porque os espíritos estavam voltados para a consecução de objetivos mais ousados. Na medida da institucionalização do movimento operário e da vinculação das lutas ao plano oficial e eleitoral, as perspectivas de transformação radical seriam gradativamente abandonadas, empurrando, a cada avanço das reformas, os anarquistas para os bastidores dos movimentos sociais.[352]

O desgaste das estratégias de atuação anarquista, como a organização de greves, e a defesa da liberdade por via classista levaram os anarquistas a disputar espaço com as ideias socialistas, e também com os comunistas. E isso acabou gerando problemas no interior dos sindicatos, que passaram por um processo de centralização e de burocratização, no qual os trabalhadores perderam terreno para as Diretorias Sindicais.

Para Gomes, os anarquistas sofriam, por parte dos socialistas e dos comunistas, acusações de que não possuíam um projeto de sociedade futura, e que todos os esforços de suas estratégias de ações caíam no vazio. Apesar de tal acusação não possuir fundamentação:

> Os anarquistas propunham, portanto, um poder político de natureza inteiramente diverso. Se seu projeto tinha bases contratualistas – tratava-se de construir uma sociedade fundada em acordos entre os indivíduos livres – o

[351] DULLES, op. cit., 1977, p. 151-152.
[352] SAMIS, Alexandre. **Clevelândia:** Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002. p. 38.

> que decorria deste contrato não era um poder soberano, mesmo considerando-se o poder soberano que emana do povo.[353]

Esse tipo de sociedade não competitiva, com o poder soberano emanando do povo, não conseguia se afirmar nem mesmo dentro dos sindicatos, e foram percebidos em diversos sindicatos espalhados pelo país. Incluindo o *Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará*, uma vez que teve basicamente a mesma Diretoria durante os anos de 1921-1930, apenas ocorrendo o revezamento entre os cargos da Diretoria. Neste contexto, por exemplo, Victal Felix de Sousa permaneceu na Presidência durante várias diretorias: na Ata de agosto de 1927, consta Victal Felix de Sousa (Presidente), Pedro Soares de Melo, Marciano Liberato, José Rocha de Souza, Antonio Mendes do Nascimento, Joaquim Leite da Costa, Raimundo Soarez (1º Secretário). Em outra Ata, datada de 21 de dezembro de 1930, os nomes registrados da Diretoria presente à sessão foram de Victal Felix de Sousa, José Rocha de Souza e Raimundo Soarez.

A partir da análise dos jornais à época (1912-1930) e dos documentos do próprio sindicato, os portuários sindicalizados da cidade de Fortaleza não tiveram a influência comunista, muito embora, o Comunismo tenha tido destaque no Movimento Operário em diversos Estados do País.

No caso do Estado do Ceará, a presença anarquista foi atuante e amplamente divulgada nas páginas dos jornais, *O Combate* e *Voz do Graphico*. Estes contaram com a presença destacada de Pedro Augusto Mota, João Catunda, dentre outras figuras que trabalharam na divulgação das ideias libertárias. Mesmo com a forte presença anarquista, e as estratégias desenvolvidas para sensibilizar os trabalhadores às causas libertárias, o STPC e a *Sociedade Beneficente Deus e Mar* não se afirmaram apoiadores do Movimento Anarquista.

Inicialmente os anarquistas tiveram que lutar pela demarcação de espaço de atuação com as ideias do *Partido Socialista Cearense* (PSC), que também engrossavam as críticas à economia e a ordem social vigente. Posteriormente, quando os anarquistas já estavam mais fragilizados (1920-1929), e sofrendo com o descrédito de boa parte dos trabalhadores, tiveram que enfrentar os avanços das ideias comunistas.

---

[353] GOMES, op. cit., 2005, p. 100.

4.3 O Socialismo e o Anarquismo no Ceará

Após analisar a relevância do Sindicalismo Reformista, o contexto histórico da chegada das ideias anarquistas no Brasil, e a força do Sindicalismo Revolucionário, faz-se necessário compreender as ações de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores portuários, da cidade de Fortaleza a partir do Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará.

Conforme já informado, o STPC foi fundado em 1921, período marcado pela crise do regime oligárquico, característico do Brasil desde 1889. As disputas entre os grupos políticos ligados aos coronéis do "Café com Leite" e aos grupos políticos das dissidências facciosas provocavam destituições de cargos. Neste cenário de crise política, ocorreram tensões sociais, agravadas pelas estiagens de 1915 e 1919, que causavam os saques, a mendicância, a vadiagem e outros "desvios" de conduta.

Em meio à crise, a repressão do governo tornou-se mais dura contra qualquer movimento de insatisfação; frequentemente efetuaram-se prisões, deportações, empastelamentos de jornais, perseguições políticas e outros tipos de repressão realizados pelo poder público.[354] Assim, resistindo à repressão do governo, o Movimento Anarquista, no decorrer dos anos de 1920, ganhou o apoio de diversas categorias de trabalhadores, como tipógrafos, carroceiros, pedreiros, entre outros.

> O desenvolvimento das ideias socialistas e anarquistas no Ceará ocorre no contexto das mudanças provocadas pela divulgação das novas ideias progressistas que então chegavam da Europa, diretamente ou através de cidades como Recife e Rio de Janeiro. Na primeira década do século XX surgem algumas publicações em Fortaleza que denotam a influência das leituras de base cientificista empreendidas pelos jovens estudantes da Faculdade de Direito do Ceará.[355]

As ideias anarquistas e socialistas, divulgadas e discutidas na Europa, adentraram pelo Brasil via portos, e suas influências foram percebidas no Ceará, a partir da produção dos jovens, que, através de seus escritos, passaram a divulgar e a debater as ideias "novas" na "imprensa libertária".[356]

Adelaide Gonçalves afirma que:

---

[354] CARDOSO, Gleudson Passos. **Rubor que todo o mundo agita:** poesia combativa e experiência social na imprensa dos trabalhadores de Fortaleza no Início dos Anos 1920. XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH- RJ- IDENTIDADES. Rio de Janeiro, 2008.
[355] GONÇALVES, Adelaide. Imprensa dos trabalhadores no Ceará: história e memória. In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 2000. p. 20-21.
[356] GONÇALVES, op. cit., 2000, p.18-19.

> O aparecimento dessa imprensa no Ceará está ligado a pelo menos três principais ordens de razões, sem hierarquização entre si. A primeira [...] resulta das mudanças socioeconômicas que se vão operando no Ceará na virada do século. A segunda deriva do próprio movimento operário do Ceará e das ideias socialistas que começavam a ser esboçadas, desde o final do século XIX, em várias cidades brasileiras. A terceira advém da relação estabelecida entre os militantes locais e a Confederação Operária Brasileira com vistas à aplicação no Ceará das resoluções dos seus congressos, como ainda do intercâmbio com os grupos editores das folhas operárias do Brasil e de Portugal.[357]

O aumento no número de fábricas, o crescimento da exportação e importação de mercadorias contribuíram para o fortalecimento do comércio, e a cidade foi progressivamente ganhando características industriais. Nesse cenário, o Porto ganhou papel de relevância, visto que, além de o ponto de entrada e escoamento de mercadorias, também era local por onde chegavam ideias sociais e políticas, livros, influências artísticas e culturais. Nesse período, início do século XX, no Brasil, os trabalhadores vinham num intenso movimento que culminou com a realização dos Congressos Operários Brasileiros (COB -1906,1912,1913); estes serviram como base de direcionamento dos movimentos dos trabalhadores por todo o País, inclusive no Ceará.

Gonçalves destaca a importância da imprensa libertária no Ceará para a mobilização dos trabalhadores; entre os anos de 1919-1922, em Fortaleza, os três jornais que circularam estavam alinhados ao Socialismo e ao Anarquismo. Trata-se de o *Ceará Socialista*, *O Combate e Voz do Graphico*; estes rechearam suas edições com os conteúdos ideológicos para convencer, agrupar e transformar as ações trabalhistas de forma a mudar sua realidade social.

Assim, os grupos políticos que se formaram sob a influência socialista e anarquista construíram os seus quadros de redatores, selecionando-os a partir de seus valores intelectuais. A imprensa transformou-se em um meio indispensável na vida política e econômica, nas mudanças e na formação da opinião pública, contribuindo para posicionamentos políticos, leitura da sociedade e compreensão de novas necessidades.[358]

Seguindo essa tendência, o Jornal *O Ceará Socialista* foi um órgão do *Partido Socialista Cearense* que teve sua primeira publicação em 14 de julho de 1919, e contou inicialmente com os redatores Eurico Pinto, Gastão Justa, Joaquim Alves e Raimundo Ramos. Os colaboradores

---

[357] Id. Ibid.
[358] OLIVEIRA, César. **Antologia. Imprensa portuguesa (1987-1936)**. Lisboa: UGT/Perspectivas & Realidades, 1984.

eram Joaquim Pimenta, Pedro Augusto Motta, Moacir Caminha João Catunda, Francisco Ferreira Façanha, dentre outros.[359]

Participaram da fundação do Partido vários militantes, entre trabalhadores de várias categorias. O diretório central do partido era composto por: Eurico Pinto (tipógrafo), Gastão Justa (jornalista), Joaquim Alves (professor) e Raymundo Ramos (marceneiro). O Partido tinha orientação socialdemocrata. Seu *programa provisório*, publicado em forma de manifesto no Jornal *Ceará Socialista*, na edição de 14 e julho de 1919, baseia-se nos princípios da Comissão do Trabalho, aprovados na Conferência da Paz, realizada após o fim da Primeira Guerra Mundial em Paris.

Entre os colaboradores do *Ceará Socialista*, havia aqueles que eram de tendência anarquista, que estavam pautados nos lemas defendidos pelo Sindicalismo Revolucionário, no tocante à necessidade de combater as sociedades beneficentes e promover a fundação de sindicatos de resistência. Porém, Gastão Justa era a favor da fundação do PSC, influenciado pelos ideais partidários socialistas,[360] defendia a importância do partido com ações fundamentadas no reformismo, em prol dos trabalhadores, apoiando-os na busca por melhores condições de vida e reformas no Estado.[361]

> A criação do Partido Socialista Cearense pode ser explicada no quadro das modificações que estão se operando por dentro das correntes socialistas nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, é possível localizar o debate travado por alguns grupos socialistas sobre a relação partidos e sindicatos, em razão do descompasso entre as tentativas de criação de partidos operários e o vigor e autonomia do movimento sindical.[362]

A questão que envolvia as relações entre os partidos políticos e os sindicatos, bem como sua autonomia foram amplamente debatidas entre os socialistas, para pesar quais eram os pontos negativos e positivos, tendo em vista que esses dois pontos eram fundamentais para pensar as estratégias de ações sindicais.

O Partido Socialista Cearense, principalmente Gastão Justa, fez a opção de manter a aliança com os sindicatos, utilizando-os como ferramenta de luta e reivindicação. Em 26 de maio de 1919, foi publicado o Manifesto às Classes Trabalhadoras do Ceará, conclamando os membros do partido a participar das lutas pela emancipação do operariado universal. Entre os

---

[359] Sobre os militantes anarquistas no Ceará. Cf. BRAGA, Francisco Victor Pereira. **Pedro Augusto Motta:** militância libertária e verbo de fogo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2013.
[360] GONÇALVES, Adelaide (Org.). **Ceará socialista:** anno 1919. Florianópolis: Insular, 2001.
[361] Ibid., p. 29.
[362] Ibid., p. 26.

pontos do programa provisório do PSC, podem-se destacar: o direito de associação; salários iguais, sem distinção de sexo, para trabalho igual; oito horas de trabalho por dia, ou quarenta e oito horas por semana; os menores de 14 anos não serão admitidos no trabalho, na indústria nem no comércio.[363]

Apesar das tentativas de aproximação do Partido junto ao Governo do Estado, surgiram as reações dos empresários do comércio e da indústria, os quais buscaram combater as tentativas de articulação política e o poder de divulgação do PSC; para tanto foram utilizadas as folhas dos jornais *Correio do Ceará e Diário do Ceará,* que eram declaradamente ligados a grupos políticos e econômicos que tinham poder no Estado.

Nas páginas do jornal *Correio do Ceará*, muitas vezes os socialistas foram erroneamente acusados de anarquistas. Com base nessas acusações feitas pelos industriais e pelos empresários, os anarquistas, a exemplo de Pedro Augusto Motta[364] e João Catunda, buscaram o paralelo entre o Programa do PSC e as diretrizes da Revolução Russa, mostrando que o Socialismo é diferente do Anarquismo.

Pedro A. Motta explica sua relação com a fundação do PSC e demonstra o cenário político do Ceará:

> Fundado, este foi logo distribuindo pelos quatro ângulos de Fortaleza o seu manifesto - programa, que, verdade seja dita, ecoou fundamente na consciência de uma grande parte da massa produtora cearense, da qual eu, que não muito distante, tentara repelir as ideias revolucionárias de um de seus signatários (Gastão Justa, hoje afastado do movimento).
>
> O PSC surgira em uma época de despertar do operariado de toda parte e não seria possível que o cearense continuasse em criminoso indiferentismo pela sua organização e pela conquista de suas reivindicações, que são as de todos. E, não tardou muito, pois esta compreensão, esta ingente e natural necessidade foi logo posta à prova: dia a dia as fileiras do PSC engrossavam, dia a dia a sua força crescia em ondas colossais.[365]

O PSC surgiu em um período de luta e de mobilização dos trabalhadores e foi inicialmente bem aceito; porém, à proporção que o partido crescia, foi mudando suas estratégias de ação e, segundo Motta, o principal erro foi ter negligenciado a organização da ação sindical

---

[363] **O Ceará socialista**. Manifesto às classes trabalhadoras do Ceará. n. 1, 26 maio 1919. p. 1.

[364] Pedro Augusto Motta destacou-se no cenário político uma vez que se tornou figura relevante na luta pelo sindicalismo de resistência no Ceará. Ele tinha aproximadamente 24 anos quando acompanhou a fundação do PSC e participou das atividades deste partido. Após sua saída do Partido, fundou, com outros companheiros, a Associação Graphica do Ceará, e desenvolveu militância na União Geral dos Trabalhadores Cearenses. Ambas as associações surgem em um contexto de disputa no interior do Movimento Operário do Ceará.

[365] Anexo I - **O Ceará proletário**: interessantes apontamentos para a história do Movimento Operário no Brasil. Pedro Augusto Motta, 17 de fevereiro de 1923. Cf. GONÇALVES, op. cit., 2001, p. 53-55.

de resistência. A maioria dos dirigentes do partido optara pela ação direta, através da organização de greves e *meetings*.

> As necessidades primarias da vida levam o homem a reflectir sobre a importância da sua fucção como molécula que, agregada, constitue as classes. As quaes, reunidas umas às outras formam o organismo social [...].
>
> A luta entre o capital e o trabalho não terá fim, enquanto senão compreender que se aquele é a anarchia, este é força que aciona; para se desenvolver o capital é necessário o esforço musculoso do trabalho; a grandeza e importância das nações é relativa a valorização do braço do seu operário.[366]

A reflexão feita a partir da análise de suas condições materiais e a desvalorização da mão de obra, somadas às ideias socialistas serviram como combustível para movimentar os membros do PSC em prol da luta dos trabalhadores, através da participação em passeatas, assembleias e apoiando movimentos grevistas.

A principal greve organizada pelo partido foi dos trabalhadores das fábricas de cigarro, duramente repreendidos pela força policial. A greve fracassou, bem como a estratégia do PSC, e os cigarreiros romperam com os chefes do partido, que receberam várias críticas do *Centro Artístico Cearense*.[367]

Apesar dos esforços para se envolver nas lutas dos trabalhadores, a fraqueza do movimento era notória e agravou-se quando os dirigentes do partido apoiaram Justiniano de Serpa para a Presidência do Estado do Ceará, que nesse período já estava desgastado. A aliança entre PSC e Justiniano de Serpa afastou os trabalhadores dos propósitos socialistas, e ainda mais da necessidade de criação dos sindicatos de resistência.

Nas páginas do *Ceará Socialista* foram denunciados acidentes de trabalho, abusos dos patrões; divulgação de reuniões e assembleias das associações; deu-se destaque a carestia de vida e a situação de pobreza e fome dos trabalhadores. O jornal exerceu importante papel para o PSC ao divulgar e refletir as características sociais e econômicas, mas as estratégias utilizadas para mobilizar e conquistar adeptos não foram bem aceitas dentro do Movimento dos Trabalhadores.

> [...] aconteceu, porém, tempo depois, como é natural em meio onde o operariado, pode-se dizer, é quase na sua totalidade despido da mais simples educação escolar, que, por divergências de ideias, essa possante organização trabalhadora viesse tornar-se em um fraco reduto incapaz mesmo de tomar as mais pequeninas iniciativas em prol da coletividade.

---

[366] CEARÁ SOCIALISTA. Para que surgimos. Ano 1, n. 1, 14 jul. 1919, p. 1.

[367] O Centro Artístico Cearense foi um Órgão pertencente à classe de empresários, donos de indústrias e ricos comerciantes, que fizeram frente ao Partido Socialista Cearense nas folhas do Jornal Correio do Ceará, defendendo a eliminação do mesmo.

> O primeiro desfalque verificado em suas colunas foi motivado pela greve dos fundidores, os camaradas cigarreiros que, justiça seja feita, era a mais possante de todas as classes, quanto à forma de organização. Isto, porém, não impediu o fracasso, visto querem, em absoluto, defender um direito que redundava numa violência, dada a natureza do que exigiam, e passando o momento de exaltação, surgiu logo, altiva e triunfante, a figura assustadora do desanimo que veio a debandar o possante rebanho que tanto respeito dava ao partido operário e tanto mal lhe causou com o seu afastamento.
>
> Daí por diante, as demais classes foram, pouco a pouco, se isolando e, as consequências nascidas são toda a desorganização que vemos presentemente no seio do operariado cearense.[368]

Foram apontados como causas do fracasso do PSC: o não investimento na educação dos trabalhadores, que deveria ser utilizada como meio para esclarecê-los sobre os seus direitos, deveres e sobre a importância da união para lutar contra a exploração; a falta de traquejo dos líderes partidários por não pensarem em prol da coletividade nos momentos de maior importância estratégica; fracasso da greve dos fundidores, que repercutiu negativamente e acabou por contribuir para que várias categorias deixassem de apoiar o partido.

Dessa feita, à medida que o socialismo perdia forças, o Movimento Anarquista ganhava fôlego, e Pedro A. Motta afirmou que o PSC foi um importante meio para que ele compreendesse a importância da ideologia anarquista e percebesse as limitações do Socialismo no tocante às questões estratégicas que envolviam os sindicatos.

> Eis aí o que posso dizer a respeito do PSC, de cuja fundação nada perdi, porquanto foi com seu aparecimento que eu cheguei a compreender que o meu papel a desempenhar no presente e como operário era muito diferente do que quando, num assomo de lastimável ignorância a tudo que se prende às ideias novas, busquei rebater as de Gastão Justa, com os seguintes disparate: A revolução, na fase melindrosa que ora atravessamos, como bem podes interpretar, só poderia trazer-nos a desordem e a desarmonia, só poderia arrastar-nos fatalmente anarquia (neste tempo a palavra anarquia para mim era sinônimo de desordem) só poderia, finalmente levar-nos ao caminho funesto da perdição.[369]

Inicialmente, os militantes do PSC se empenharam na disputa pelas entidades de classe e para implementar o modelo de resistência; deveria ser fortalecida a luta e a união entre os trabalhadores. Mas o primeiro passo só foi dado aproximadamente um ano após o fracasso final do Partido, com a fundação da *União Geral dos Trabalhadores*, no dia 1º de Maio de 1920, em Fortaleza. AUGT, fundada pelo operário gráfico (artífices e jornaleiros) Pedro Motta e outros

---

[368] O COMBATE. **O que precisamos**. Ano 1, n. 3, 9 jul. 1921.
[369] Anexo I - **O Ceará proletário**: interessantes apontamentos para a história do movimento operário no Brasil. Pedro Augusto Motta, 17 de fevereiro de 1923. Cf. GONÇALVES, op. cit., 2001, p. 55.

trabalhadores, tinha na Diretoria João Gonçalves do Nascimento, Raymundo Ramos, Frederico Salles, Manoel Paulino de Moraes, e reuniu inicialmente 300 sócios.

Posteriormente, Pedro Augusto Motta também participou da fundação da *Associação Graphica do Ceará*, em 12 de setembro de 1920, que tinha, na Diretoria, José Moraes (secretário), Raymundo Bessa (tesoureiro), Francisco Falcão (delegado) e Pedro Ferreira (delegado). Esta associação desempenhou importante papel na união dos trabalhadores de várias categorias e teve atuação de destaque na difusão e na defesa do sindicalismo de resistência.[370]

Motta, mostrou-se insatisfeito com o andamento das atividades organizadas pela UGT, passou a acusar os companheiros, nas páginas do jornal, de retrocederem ao modelo associativo de beneficência, mesmo após a experiência com características próximas ao sindicalismo de resistência ocorrida quando ainda estavam no Partido Socialista.

Na contramão da UGT, a *Associação Graphica* empenhou-se no fortalecimento do sindicalismo de tipo reivindicativo e revolucionário; nesse sentido, fundou o Jornal *Voz do Graphico*[371](influenciado pelas ideias anarquistas e com a estratégia do *Sindicalismo Revolucionário*) e impulsionou a fundação da *Federação dos Trabalhadores do Ceará*,[372] que tinha a proposta de unir os trabalhadores de várias categorias, objetivando um sindicalismo combativo, de modo a atacar e enfraquecer os patrões e lutar por melhores condições de trabalho e de vida do operariado.

Desde o seu primeiro número, em 25 de dezembro de 1920, o jornal *Voz do Graphico* deu ênfase à solidariedade de classe entre os militantes, sendo esse valor ressaltado corriqueiramente em suas edições. Então, fundamentaram sua luta na união dos trabalhadores através da solidariedade, tendo em vista que, se os trabalhadores se ajudassem, fortaleceriam a união e a força de atuação do movimento.

---

[370] Pedro Augusto Motta contribuiu para O Jornal, *O Regenerador* (Fortaleza-CE, 1908), editado pelo intelectual, professor e militante Moacir Caminha, que faz parte da imprensa libertária do Ceará, por sua proximidade com o Anarquismo, participou das tarefas de edição e de escrita deste periódico. Também escreveu em outros jornais, como o *Diário do Ceará* e *Ceará Socialista*. Todavia, sua participação nestes periódicos foi esporádica. Para conferir a versão integral dos periódicos, em: GONÇALVES, Adelaide & SILVA, Jorge E. (Org.). **A Imprensa Libertária no Ceará (1908-1922)**. São Paulo: Imaginário, 2000.

[371] O jornal *Voz do Graphico* foi o porta-voz da Associação Graphica do Ceará. Seu grupo editor é o mesmo núcleo militante da diretoria da Associação Graphica. Mesmo sendo um jornal mantido por uma categoria em específico, propõe-se *porta-voz dos trabalhadores do Ceará* (**Voz do Graphico**, n. 8, 26 mar. 1921). Essa é a perspectiva do jornal desde seu primeiro número, datado de 25 de dezembro de 1920. Cf. GONÇALVES, Adelaide & SILVA, Jorge E. (Org.). **A Imprensa Libertária no Ceará (1908 – 1922)**. São Paulo: Imaginário, 2000.

[372] A Federação dos Trabalhadores do Ceará foi fundada com o objetivo de unir todas classes trabalhadoras do Ceará. Formada pelas associações operárias organizadas em sindicatos de ofícios, indústria, ou ligas operárias ou sindicatos de transportes e ofícios vários. Cf. O **Jornal O Combate**. Ano 1, n. 1, 26 jun. 1921.

> A "Associação Graphica do Ceará", criando um grupo editor para dar luz a "voz do graphico", teve por objetivo combater explorações irritantes, e cooperar com sinceridade, na medida de suas forças, à orientação de um caminho reto e seguro, por onde deve enveredar o operariado de nossa terra à conquista de seus direitos, garroteado pela prepotência do capitalismo retrógrado e inócuo que asfixia nossas justas aspirações.
>
> A "Voz do Graphico" será, portanto, um defensor ardente do operário, preferindo morrer a transigir de seus princípios, os quais motivam a sua vida.[373]

Apesar de criticar o mutualismo, os anarquistas sabiam das necessidades dos trabalhadores, por isso acabaram fundamentando sua estratégia para conquistá-los a partir da solidariedade, auxílio financeiro, somados ao caráter de resistência.[374] O *Voz do Graphico* conclamou os trabalhadores a perceber que tinham necessidades semelhantes no tocante às mazelas sociais e à exploração da mão de obra, por isso deveriam aliar força para reivindicar melhoras e transformações sociais.

O discurso utilizado para sensibilizar os trabalhadores sobre a necessidade de lutar e resistir, chegou a diversas categorias, padeiros, carroceiros, gráficos, inclusive aos portuários, que tiveram suas questões abordadas e denunciadas nas páginas libertárias.

> Como era de se esperar, os resultados da questão dos trabalhadores do porto desta capital não satisfazem a nossa expectativa.
>
> Já sabemos que, quando se trata de minorar os sofrimentos dessa massa obreira, os seus algozes, que são também os nossos, apesar do seu decantado "patriotismo", se insurgem desumanamente contra nós e nos consideram logo audaciosos porque não admitimos mais que nos explorem nem se sustentem à custa do nosso trabalho...
>
> [...] E então, quando se trata de operários querem que todos se adaptem aos seus caprichos e estejam prontos a continuar com o máximo de suas energias, aguardando a recompensa no outro mundo, recompensa essa que não querem nem para si nem para seus.
>
> O operário de ontem, quando via a miséria invadir o seu lar, pensava, conforme o padre lhe havia ensinado na Igreja que este castigo era imposto pela divindade devido a sua pouca submissão a por isso tinha sido castigado em vista de Deus só querer (no dizer dos profetas) os humildes e os pacientes.
>
> Hoje, porém, o operário pensa muito ao contrário disso: - quando a miséria lhe bate à porta reflete logo e pergunta porque é que tanto trabalha e não ganha o suficiente para o pão de seus filhos [...].[375]

---

[373] VOZ DO GRAPHICO. **O nosso programa**. Ano 1, n. 1, 25 dez. 1920.

[374] O jornal foi anunciado com o título "O Trabalhador", mas veio a ser substituído pelo nome *Voz do Graphico*, na verdade, por um jornal de título *O Combate*, de vida curta. O periódico teve a publicação de quatro edições, de junho a julho de 1921. No mesmo ano, no mês de outubro, o *Voz do Graphico* volta a ser publicado, começando uma segunda fase.

[375] VOZ DO GRAPHICO. **A verdade contra a mentira**. Ano 1, n. 2, 6 jan. 1921.

O artigo supracitado critica a condição de pobreza e de exploração dos trabalhadores pelos patrões e lamenta a apatia da categoria dos portuários diante das lutas que surgem contra os seus exploradores, tendo em vista que os trabalhadores já não podiam se acomodar diante da miséria. Fazia-se necessário despertar para a luta contra a ordem social vigente, sem continuar esperando que Deus resolvesse sua situação. Nesse mesmo artigo, foram criticadas as lideranças da *Deus e Mar* e do STPC e a aproximação que mantinham com lideranças da Igreja Católica da cidade.

> Associação Graphica do Ceará – Esta futurosa sociedade continua a passos de gigantes a desempenhar com brilhantismo a sua atividade de propaganda no seio da classe que representa, e em defesa de todos os trabalhadores.
>
> União Geral dos Trabalhadores - suas últimas sessões têm sido animadíssimas, notando-se em todas elas a presença de grandiosa assistência, o que bem revela a compreensão que vem tendo o operariado cearense das coisas que lhes diz respeito, como tivemos ocasião de verificar na greve do porto desta capital.
>
> Avante camaradas!
>
> [...] Deus e Mar - apesar dos elementos estranhos que a rodeiam, crescem dia a dia os sentimentos de solidariedade humana que a animam, e por isso têm sido muito entusiásticas as suas reuniões.
>
> Deus e Trabalho - Não sabemos se por caprichos de exploradores que vivem a iludir aqueles homens do trabalho ou por motivos justos têm deixado de haver sessões nos últimos domingos. Cuidado com os exploradores de classes...
>
> A felicidade operária depende da união de todos os operários.[376]

Dentre os poucos artigos que abordaram especificamente as questões relacionadas aos trabalhadores do Porto de Fortaleza, a maioria fez críticas a *Sociedade Beneficente Deus e Mar*. Visto que os militantes anarquistas estavam insatisfeitos em relação à postura de apatia dos portuários diante da luta, e os acusaram por se deixarem envolver por figuras políticas e patronais, que não estavam interessados em defender os interesses dos trabalhadores, e sim mantê-los sob controle e longe dos tentáculos dos anarquistas.

As edições do *Voz do Graphico* enfatizaram a necessidade de organizar os *sindicatos de resistência* como forma de luta e contra a exploração do capitalismo (atenção entre o Capital e o trabalho), defendendo o fim das sociedades beneficentes e o despertar da consciência dos operários para lutar por mudanças na organização social.[377]

Os jornais *Ceará Socialista* e *Voz do Graphico* são fundamentais para compreender os embates de ideias ocorridos no Ceará, durante os anos 1918-1922, tendo em vista que trazem,

---

[376] VOZ DO GRAPHICO. **Semana do Trabalhador**. Ano 1, n. 3, 6 jan. 1921.
[377] VOZ GRAPHICO. **Por que e para que surgimos.** Ano 1, n. 1, 25 dez. 1920.

em suas páginas, as defesas do Socialismo e do Anarquismo como meio para melhorar as condições dos trabalhadores através de mudanças sociais efetivas, e não somente no tocante às necessidades materiais imediatas (doença, acidente, morte), tal como agiam as sociedades mutualistas.

A importância da beneficência e a defesa da resistência foram discutidas nas associações e sindicatos, e os jornais colaboraram para que essas ideias fossem divulgadas e debatidas entre os trabalhadores. O *Voz do Graphico* insistiu na necessidade da resistência entre todas as categorias de trabalhadores, inclusive na categoria dos portuários, mostrando o amplo apoio às suas pautas de luta. Como no caso das reivindicações feitas pelos trabalhadores do Porto no início de 1921, que defendiam a necessidade de melhores valores salariais, e regulamentação das oito horas diárias de trabalho (estabelecido na conferência de Versalhes), visto que eram determinadas dez horas, com o valor da diária em 2$000.[378]

> Uma manifestação viva do despertar da alma do trabalhador cearense
>
> Fiel ao seu programa, o "Voz do Graphico" não podia e nem pode ficar indiferente à atitude assumida pelos trabalhadores do porto que, em face do mesquinho salário que lhes querem dar a um gesto de altivez e dignidade, segunda-feira última, se declaram em greve pacífica como protesto mais vibrante de sua revolta contra a exploração desavergonhada daqueles a cuja direção estão entregues aquelas obras.
>
> Mais acertada não poderia ser, portanto a atitude dos nossos camaradas que demonstram, assim, o valor de suas forças e a grandeza de sua revolta quando a casta de exploradores tenta, à custa de seu trabalho, acumular capital sobre o capital para amanhã, com a mesma sem-cerimônia com que explorou, esbanjá-lo superfluamente nas casas de diversões, nos prados e cabarés, enquanto que aquelas suas vítimas gemem ao peso da dor que lhes corrói o peito e a miséria cruel lhe povoa o lar![379]

O posicionamento do Jornal *Voz do Graphico* era de que as necessidades dos trabalhadores deveriam ser atendidas, e para melhorar suas condições de vida e viver de forma digna, o meio era combater a exploração realizada pelos contratadores da mão de obra portuária, sendo a greve uma importante arma de resistência.

A UGT encontrava-se à frente do movimento grevista dos portuários, e seus dirigentes não pouparam esforços no sentido de solucionar a questão dos trabalhadores grevistas, que reivindicavam diárias de 4$000, mesmo que este valor ainda não correspondesse ao valor da natureza dos trabalhos que os portuários realizavam. Houve denúncias referentes aos agentes

[378] VOZ DO GRAPHICO. **A greve dos trabalhadores do Porto**. Ano 1, n. 2, 6 jan. 1921.
[379] Id. ibid.

contratadores, que foram acusados de repassar aos trabalhadores uma parte pequena do que recebiam para realizar os serviços das empresas de Navegação.[380]

Dentre os assuntos mais abordados no Jornal *Voz do Graphico* estavam: as ações dos trabalhadores no seu cotidiano, inseridos numa conjuntura política; as dificuldades de organização na luta contra a exploração e a opressão; as condições de vida e de trabalho; a carestia da vida e os preços abusivos do aluguel e dos gêneros de primeira necessidade. Também foram questionadas a relevância do associativismo, do sindicalismo de resistência e das sociedades beneficentes, além da divulgação das ideias anarquistas, e comunistas, a repressão aos trabalhadores, a necessidade de leis e direitos para os trabalhadores, e foi mostrado o contexto de mobilização no País e no mundo.

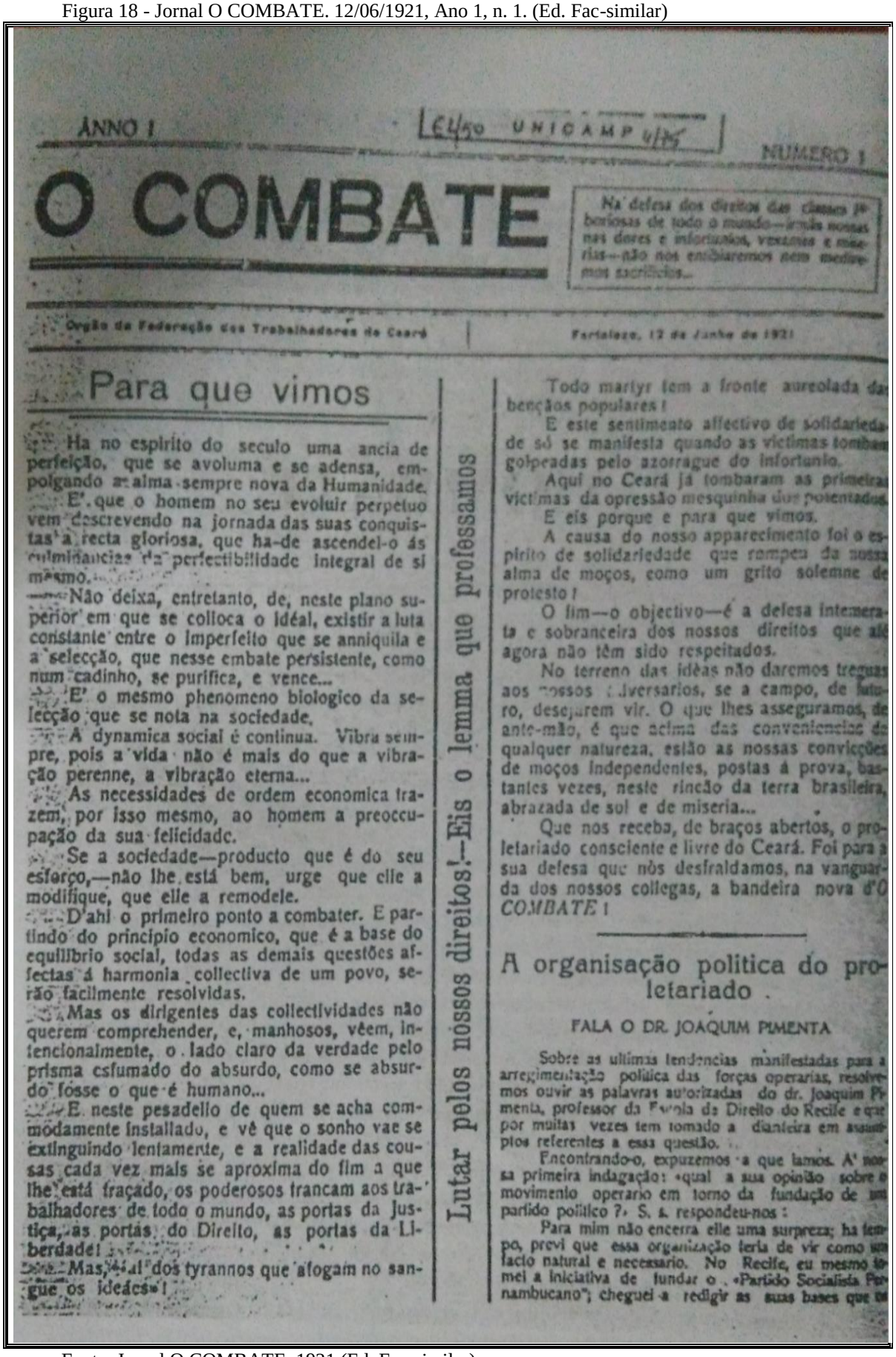
Os fatores que corroboravam a necessidade de luta dos trabalhadores por melhores condições de vida foram enfatizados com a defesa de se investir na educação e na instrução de maneira a auxiliar no despertar da consciência dos trabalhadores: – a organização.

Várias dimensões das lutas sociais e dos militantes anarquistas do período são compreendidas a partir da análise dos "jornais libertários", que possibilitam o acesso a informações referentes à vida, ao trabalho, aos problemas cotidianos dos trabalhadores, ao contexto de pobreza em que viviam, às suas reivindicações, às trocas de ideias através das leituras, às atividades associativas, entre outras questões concernentes aos trabalhadores.

O Jornal *O Combate*, órgão dos trabalhadores gráficos e da *Federação dos Trabalhadores do Ceará,* teve seu primeiro número publicado no dia 12 de junho de 1921; deixou claro que trabalharia em "defesa dos direitos das classes laboriosas de todo o mundo – irmãs nossas dores e infortúnios, vexames e misérias – não nos entibiaremos nem mediremos sacrifícios".[381] Segundo Geraldo da Silva Nobre, *O Combate* foi um dos vários semanários que teve vida efêmera na cidade de Fortaleza, conseguindo publicar apenas quatro números no ano de 1921 (Figura 18).[382]

[380] VOZ DO GRAPHICO. **A greve dos trabalhadores do Porto**. Ano 1, n. 2, 6 jan. 1921.
[381] **O COMBATE**. Ano 1, n. 1, p. 1, 12 jun. 1921.
[382] NOBRE, op. cit., 2006, p. 141.

Figura 18 - Jornal O COMBATE. 12/06/1921, Ano 1, n. 1. (Ed. Fac-similar)



ANNO I — E4/50 UNICAMP 4/75 — NUMERO 1

O COMBATE

Na defesa dos direitos das classes laboriosas de todo o mundo—irmãs nossas nas dores e infortunios, vexames e miserias—não nos entibiaremos nem mediremos sacrificios...

Orgão da Federação dos Trabalhadores do Ceará | Fortaleza, 12 de Junho de 1921

Para que vimos

Ha no espirito do seculo uma ancia de perfeição, que se avoluma e se adensa, empolgando a alma sempre nova da Humanidade.

E' que o homem no seu evoluir perpetuo vem descrevendo na jornada das suas conquistas a recta gloriosa, que ha-de ascendel-o ás culminancias da perfectibilidade integral de si mesmo.

Não deixa, entretanto, de, neste plano superior em que se colloca o idéal, existir a luta constante entre o imperfeito que se anniquila e a selecção, que nesse embate persistente, como num cadinho, se purifica, e vence...

E' o mesmo phenomeno biologico da selecção que se nota na sociedade.

A dynamica social é continua. Vibra sempre, pois a vida não é mais do que a vibração perenne, a vibração eterna...

As necessidades de ordem economica trazem, por isso mesmo, ao homem a preoccupação da sua felicidade.

Se a sociedade—producto que é do seu esforço,—não lhe está bem, urge que elle a modifique, que elle a remodele.

D'ahi o primeiro ponto a combater. E partindo do principio economico, que é a base do equilibrio social, todas as demais questões affectas á harmonia collectiva de um povo, serão facilmente resolvidas.

Mas os dirigentes das collectividades não querem comprehender, e, manhosos, vêem, intencionalmente, o lado claro da verdade pelo prisma esfumado do absurdo, como se absurdo fosse o que é humano...

E neste pesadello de quem se acha commodamente installado, e vê que o sonho vae se extinguindo lentamente, e a realidade das cousas cada vez mais se aproxima do fim a que lhe está traçado, os poderosos trancam aos trabalhadores de todo o mundo, as portas da Justiça, as portas do Direito, as portas da Liberdade!

Mas, «ai dos tyrannos que afogam no sangue os ideáes»!

Lutar pelos nossos direitos!—Eis o lemma que professamos

Todo martyr tem a fronte aureolada das bençãos populares!

E este sentimento affectivo de solidariedade só se manifesta quando as victimas tombam golpeadas pelo azorrague do infortunio.

Aqui no Ceará já tombaram as primeiras victimas da opressão mesquinha dos potentados.

E eis porque e para que vimos.

A causa do nosso apparecimento foi o espirito de solidariedade que rompeu da nossa alma de moços, como um grito solemne de protesto!

O fim—o objectivo—é a defesa intemerata e sobranceira dos nossos direitos que até agora não têm sido respeitados.

No terreno das idéas não daremos treguas aos nossos adversarios, se a campo, de futuro, desejarem vir. O que lhes asseguramos, de ante-mão, é que acima das conveniencias de qualquer natureza, estão as nossas convicções de moços independentes, postas á prova, bastantes vezes, neste rincão da terra brasileira, abrazada de sol e de miseria...

Que nos receba, de braços abertos, o proletariado consciente e livre do Ceará. Foi para a sua defesa que nós desfraldamos, na vanguarda dos nossos collegas, a bandeira nova d'*O COMBATE*!

A organisação politica do proletariado.

FALA O DR. JOAQUIM PIMENTA

Sobre as ultimas tendencias manifestadas para a arregimentação politica das forças operarias, resolvemos ouvir as palavras autorizadas do dr. Joaquim Pimenta, professor da Escola de Direito do Recife e que por muitas vezes tem tomado a dianteira em assumptos referentes a essa questão.

Encontrando-o, expuzemos a que iamos. A' nossa primeira indagação: «qual a sua opinião sobre o movimento operario em torno da fundação de um partido politico?» S. s. respondeu-nos:

Para mim não encerra elle uma surpreza; ha tempo, previ que essa organização teria de vir como um facto natural e necessario. No Recife, eu mesmo tomei a iniciativa de fundar o «Partido Socialista Pernambucano»; cheguei a redigir as suas bases que os

Fonte: Jornal O COMBATE, 1921 (Ed. Fac-similar).

O artigo "Para que vimos", publicado na primeira página do jornal, mostra a dinâmica da sociedade e a busca para manter as formas de exploração da mão de obra dos trabalhadores; aponta como ponto de partida para as lutas o combate à ordem econômica que determina o modelo social. Para tanto, o caminho indicado no artigo é a solidariedade e a união de todos aqueles que sofrem com as mesmas mazelas da pobreza e da exploração.

Nas páginas *d'O Combate*, foram ressaltadas a importância de que o operariado deveria se unir para lutar em prol de uma sociedade diferente, que atendesse as necessidades dos trabalhadores, como também os problemas da economia capitalista, da relação exploratória – patrão x operário. Cedeu espaço para divulgar as reivindicações e problemas que envolviam as mais diversas categorias de trabalhadores, e tratou sobre o Comunismo e suas estratégias de atuação sindical.

No seu segundo número, o jornal demonstrou apoio aos lancheiros cearenses acusados pelo Jornal *Diário do Ceará* de realizar roubos no comércio da cidade de Fortaleza;[383] mas na edição do dia 9 de julho de 1921, foi publicado que esse apoio não foi bem aceito pela Diretoria da Sociedade Deus e Mar.

> Causou-nos grande surpresa a notícia de haver alguns diretores da "sociedade Deus e Mar" repelido, de modo estranho e desprezível, o segundo número do nosso jornal, justamente aquele em que lançamos o nosso protesto, ou melhor, comungamos a nossa atitude com a assumida por aquela sociedade, que infelizmente é dirigida por elementos (em parte) da fibra desses que nos repeliram, quando, pela leitura de um jornal da terra, espalharam um boletim em protesto às acusações feitas pelo dito vespertino que é o "Diário do Ceará".[384]

Apesar de apoiar a causa dos lancheiros, a *Deus e Mar* não aceita o apoio do jornal *O Combate*, porque já tinham sido publicados artigos criticando a postura de diversos membros da Diretoria da associação. Além do que, esse episódio deixa claro os embates ocorridos entre os jornais, visto que a discussão se deu como consequência dos posicionamentos diferentes no tocante a política e a economia, existentes, principalmente, entre os jornais *Correio do Ceará* e *Diário do Ceará* x *O combate*.

O estudo dos jornais *O Combate*, *Voz do Graphico* e *O Ceará Socialista* torna possível a aproximação não somente em relação à vivência dos trabalhadores, mas também dos militantes, suas heranças e influências ideológicas e políticas. Eleva esses jornais ao patamar

---

[383] O COMBATE. **Em defesa dos "lancheiros" cearenses**. Ano 1, n. 2, 26 jun. 1921.
[384] O COMBATE. **Pela sociedade "Deus e Mar"** - atitudes de alguns dos seus diretores com o 2º número d'O Combate. Ano 1, n. 3, 9 jul. 1921.

de articuladores políticos e de elaboração e divulgação de ideias sociais a partir da construção do discurso.

4.3.1 A "Imprensa Libertária" como meio eficaz para orientar as lutas dos trabalhadores cearenses

Os militantes anarquistas utilizaram as páginas dos jornais para defender e fundamentar suas ações políticas, no sentido de instruir para esclarecer os trabalhadores e, consequentemente, torná-los agentes transformadores da realidade social em que estavam inseridos; para tanto, fizeram jogos de ideias e de palavras.

Para Gonçalves, essa imprensa militante, em que atuaram os militantes Pedro Motta, Moacir Caminha e outros colaboradores, deve ser chamada de "imprensa libertária" por designar os jornais que se aproximam do Anarquismo no Ceará, mas que não foram editados por grupos especificamente anarquistas.[385]

> *A Voz do Graphico* (1920-1922) e *O Combate* (1921) são os representantes locais de uma imprensa que expressa uma visão do socialismo libertário constituída a partir do pensamento de Pierre Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, mas também das ideias sindicalistas revolucionárias de Émile Pouget e Fernand Pelloutier que, na França, deram origem ao que viria a ficar conhecido como anarco-sindicalismo.[386]

A utilização dos jornais como espaço de militância e de estratégias políticas foi influenciada pela matriz de pensamento e de prática do Anarquismo, com expressão social e amplo enraizamento no Movimento Operário das primeiras três décadas do século XX em várias partes do Brasil. As estratégias de luta que estes militantes desenvolveram para propagar seu ideal e suas ações cumpriram papel fundamental na criação de uma cultura libertária no seio do movimento operário e na conformação de uma atitude de resistência em uma significativa parcela dos trabalhadores frente às situações concretas de opressão e exploração vividas.[387]

Os jornais trabalharam na elaboração de um discurso, tal como afirma Bourdieu, ao entender que os fatos linguísticos são dotados de força, seja ela política, social ou econômica, inseridos dentro de uma realidade histórica. Assim, o discurso elaborado pelos "jornais libertários" interfere diretamente na construção da realidade social.[388]

---

[385] GONÇALVES, op. cit., 2000, p. 18.
[386] GONÇALVES, B. (Org.), 2002, p. 26.
[387] BRAGA, op. cit., 2013, p. 81.
[388] BOURDIEU, op. cit., 1998, p. 53-55.

Diante do poder político e social estratégico dos jornais *Voz do Graphico* e *O Combate* para os anarquistas cearenses, ao utilizar o conceito de *Campo* de Pierre Bourdieu, compreendo o quanto é importante analisar os agentes emissores desse discurso, e o local social de onde eles falam, para entender sua relevância social e direcionamento, seja ele o poder político, econômico etc.[389]

O discurso dos "jornais libertários" foi elaborado a partir do diagnóstico da ignorância e da falta de consciência dos trabalhadores sendo encarado como um mal a ser superado na luta social. Na visão dos jornais, um dos principais problemas dos operários, à época, estava relacionado a questão da educação, que serviria como base para arregimentar força contra a exploração e a opressão dos trabalhadores, levando-os a transformação radical da vida universal.

Desse modo, objetivando contribuir para a divulgação e para o convencimento de que as ideias anarquistas serviriam como meio para mudar as condições sociais dos trabalhadores, foi produzido um material vasto e rico das discussões dos anarquistas a respeito da educação no jornal *A Voz do Graphico*.

> O sindicato é a ESCOLA e o recreio do operário e de sua família; ali ele aprende a ler e ensina aos companheiros que desejam aprender; ali ele aprende a ler e ensina aos companheiros que desejam aprender; ali ele aprende a estimar o seu semelhante e irmão, dando assim um passo em prol do sentimento de igualdade; ali ele conhece vontade e que é perigoso delegar seus direitos a estranhos [...] agir por conta própria, em prol dos mesmos; enfim, ali ele aprende a organizar, a produzir e distribuir equitativamente o bem comum segundo as necessidades de cada um [...].[390]

De modo geral, os artigos do Jornal *Voz do Graphico* apresentam várias perspectivas, enfatizando o tema educação. Além de defenderem a criação de Escolas Modernas para o povo, também eram feitos anúncios de reunião de professores públicos para a fundação de um sindicato: notas sobre algum acontecimento com professores, pensadores da educação, militantes preocupados com a educação, entre outros. Muitos artigos fazem a ligação da estafante carga horária de trabalho dos operários, da dura condição de trabalho com os fatores que levariam a doenças e que tirariam o trabalhador do convívio familiar. Também criticavam o trabalho infantil, que privava as crianças de ir à escola, tornando-se, por isso, analfabetas e incapazes de compreender os seus direitos, perpetuando o sistema de exploração.

---

[389] Ibid., p. 68.
[390] VOZ DO GRAPHICO. **O Nosso Programa**. Ano I, n. 1, 25 dez. 1920.

> Segundo o dizer popular – que homem desinteligente e ignorante nunca poderá sair da miséria – a sua felicidade consiste em ser inteligente e consciente, único e organizando.
>
> Logo, é preciso que todos nós operários procuremos desde já instruir-nos, sem perda de tempo, a fim de expulsarmos do nosso meio a ignorância reinante, este elemento pernicioso que asfixia a classe trabalhadora e único causador da nossa miséria [...].
>
> [...] Pois bem, a miséria que reina em nosso meio é consequência própria da nossa imprevidência, de não sabermos valorizar a nossa produção, sujeitando-nos a salários mesquinhos, que recebemos em troca do nosso esforço, do nosso estafante trabalho.
>
> E porquê? Porque somos ignorantes, vivemos dispersos, não nos organizamos, não nos unimos! Porque sabemos que o nosso e trabalho vale e tal diária e nos submetemos a seus dois terços, a sua metade!... Porque, enfim, estamos acostumados com a miséria, a sermos escravos!
>
> [...] Cultivemos, pois, o nosso espírito, e esta miséria que reina em nosso meio há de desaparecer, há de sucumbir!
>
> [...] Instruamo-nos, sim, porque instruídos saberemos repelir os males que nos afetam, consequência direta da ignorância reinante no nosso meio e que nos assoberba e nos asfixia! Unamo-nos, sim, porque unidos podemos exigir os nossos direitos, conquistar nossas reivindicações!
>
> À escola, à Sociedade, pois, camaradas.[391]

Os artigos dos jornais demonstram a preocupação com a educação dos operários e de seus filhos, e apela aos trabalhadores para que usem suas poucas horas de descanso para trocar ideias uns com os outros nas bibliotecas, lendo livros dos grandes escritores para, assim, conscientizarem-se de suas reais condições, e organizarem-se em sindicatos para a luta, pela ação no dia a dia.

Um número significativo de artigos que foram publicados destacava a figura de Francisco Ferrer,[392] fazendo referência a sua importância para a educação. Foram relacionados aos artigos suas obras racionalistas e sua contribuição e influência na formação de outros educadores e militantes, que continuariam, mesmo no anonimato, a divulgar seus pensamentos e a criar novas escolas.

No jornal, *Voz do Graphico*, foram listados livros que serviriam como materiais de leitura e de estudo; textos reflexivos de modo a espalhar os ideais do movimento e conscientizar os trabalhadores por meio do contato com os escritos dos intelectuais do movimento. Esta foi

[391] VOZ DO GRAPHICO. **A miséria que o operariado sente presentemente é motivada pela ignorância e pela desunião**. Ano 1, n. 7, 12 mar. 1921.

[392] Famoso educador espanhol, citado como o grande educador da infância. Ver: GALLO, Sílvio. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. In: **Pro-Posições** [on-line]. v. 24, n. 2, p. 241-251, 2013. ISSN 0103-7307.

uma estratégia vital para a classe trabalhadora atingir seus objetivos na leitura de certos militantes operários mais combativos.

Segundo Cardoso, a prática pedagógica ganhou caráter "doutrinário" e destacou-se, durante a década de 1920, entre o operariado nacional.[393] Nas edições do Jornal, *A Voz do Graphico*, fica clara a ênfase dada pelos redatores à formação dos trabalhadores, não somente ao desenvolvimento intelectual, mas também à formação política, como se atesta no uso recorrente de léxicos particulares e termos que os identificavam ("camaradas") nas páginas do referido órgão.[394]

Para os redatores dos jornais *Voz do Graphico* e d'*O Combate*, era preciso fundamentar um pensamento coeso que pudesse estabelecer vínculos, atingir anseios dos diferentes segmentos de trabalhadores cearenses (pedreiros, carroceiros, têxteis, gráficos, portuários etc.) em torno de um ideal comum. No caso em destaque, a instituição escolar carecia da orientação dos intelectuais "orgânicos", operários letrados, leitores dos textos com conteúdo político e filosófico direcionados aos interesses sociais da classe trabalhadora.

Nesse sentido, parte considerável dos trabalhadores do Ceará era iletrada ou possuía pequeno domínio da atividade com as letras. Logo, fazem-se compreensíveis as ações dos que possuíam esse domínio de tornar mais acessível os textos aos trabalhadores, tornando possível a leitura; fomentando as discussões e os debates e direcionando os trabalhadores para a compreensão de suas necessidades, a partir do posicionamento reivindicatório de caráter anarquista e/ou socialista.[395]

Os anarquistas deram ênfase à educação, posto que viam a leitura como essencial instrumento de propaganda de suas ideias, preparando os trabalhadores para as lutas em prol das mudanças sociais. Os militantes anarquistas entendiam a educação como a grande mola propulsora desse movimento, que ocorreria de maneira consciente, através do domínio da leitura e da reflexão, para chegar à ação no chão dos sindicatos, onde as ações de ordem prática, como greves, manifestações etc. levariam à conquista de uma sociedade mais justa, autônoma e solidária.

Para enfrentar os "exploradores modernos", segundo colocado no artigo (Figura 19), os trabalhadores precisavam sair da letargia em que viviam, pois permaneciam de braços cruzados, mesmo diante da pobreza e exploração. Para os editores do jornal, a apatia dos trabalhadores só

---

[393] CARDOSO, op. cit., 2009, p. 262.
[394] Em Fortaleza, o jornal *Voz do Graphico* (n. 2, 6 jan. 1921) noticiou a abertura de uma "Escola Operária Secundária", tratando da sua fundação e a abertura de matrículas. Chamadas como "À Escola, camaradas!" e "Aproximai-vos da luz!".
[395] CARDOSO, op. cit., 2009, p. 310-311.

poderia ser explicada pela falta de esclarecimento e compreensão da real situação que experimentavam. Desse modo, a educação aparece como meio para levar a luz do conhecimento para as associações mutualistas e divulgar a proposta do sindicato de resistência para que os trabalhadores se autoconhecem e pudessem ganhar forças para lutar contra a ordem social vigente.

Figura 19 - Jornal VOZ DO GRAPHICO. 06/03/1921. No 6. p. 1. (Ed. Fac-similar)

ANNO I

NUMERO 6

VOZ DO GRAPHICO

Orgão da «Associação Graphica do Ceará».

Fortaleza, 6 de Março de 1921

Exploradores modernos

Não sei até quando dormirá os operarios cearenses entregues como estão a essa lethargia, e essa demencia que, além de criminosa, é desavergonhada, em se deixando explorar não só pelos altos capitalistas, mas tambem por operarios que, esquecendo-se das miserias de seus companheiros de hontem e ainda de hoje nas artes, e nos officios, e constituiram verdadeiros corvos inaciaveis, deshumanos exploradores e, finalmente, assassinos e ladrões.

Isto é revoltante e mais revoltante ainda é testemunhar-se barbeiros, alfaiates, sapateiros, marceneiros, chauffeurs e outras classes continuarem de braços crusados e olhos fechados sem enxergarem que certos individuos (infelizmente operarios) se alliam aos capitalistas adquirindo destes materiaes, officinas, autos e instrucções, para, pela estorsão, passarem a patrão e entrarem no regimen suave dos que vivem sem trabalhar a custa dos outros, explorando seus pobres camaradas que, trabalhando exfalfadamente, ganham dinheiro que chega para dois patrões: um capitalista, e outro artista, gula da exploração, ficando o operario que trabalhou com a menor parte, porque no Ceará os operarios se deixam explorar impunemente.

Pois bem, deante destas miserias, ainda essas classes não se lembram de se organisarem em associações de resistencia para cortarem as garras adunca esses abutres que, sem dó nem piedade, tiram o pão mesquinho da bocca de uma esposa martyr e dos filhos innocentes de seus camaradas mortos pelo excesso de trabalho—são assassinos e ladrões. E quando, porém, fundam uma associação é de natureza beneficente, que só lhes assegura o enterro, como si o individuo só necessitasse de ser enterrado e não de viver; até ahi chega a sua ignorancia.

Enquanto os exploradores se alliam e inventam planos de explorações cruelmente extorsivas que lhes assegurem o bem estar, o goso para si e dos seus, os operarios se lembram de preparar uma esmola, apesar de arrebatada de si proprio, para o seu enterro, sem se lembrar que deixa mulher e filhos em vias do crime e da prostituição para não morrer á fome. E o que é mais lastimavel em tudo isto, é estes mesmos operario inconscientes escolherem para presidentes (chronicos) de suas *caducas* beneficentes os proprios individuos que já se julgam patrões e vivem a explora-los a todo o transe.

Que acto progressivo ou de melhoria póde um ladrão fazer em favor das victimas? nenhum. Porque, assim, é o vicio estirar a mão á virtude, o crime amparar a justiça, e o dispotismo ou a desordem soccorrer a paz.

O operario que não enxerga isto, não só é um infante, como tambem um subserviente, um ladrão de si proprio. O que devem fazer é lembrarem-se da vida, é enxergarem esses novos exploradores e botal-os fóra das suas associações, porque elles são formidaveis obstaculos que atravessam diante das aspirações operarias.

Fóra esses exploradores modernos que sonham com riquezas roubando dos pobres camaradas e vivendo nas associações presos ás *gaiolinhas* de presidente como ostras em rochêdos e, deste modo, levando as organisações ao espinaçamento, comtanto que ellas não prejudiquem os seus proprios interesses!

O que os operarios devem fazer é, com um gesto soberano de uma assembléa, desapearem das presidencias esses intrusos que fazem das suas sociedades uma feitoria.

Ditadores, "nunca"!.

Não tremas, patrão!

«MORREU MESMO!

LONDRES, 9—Chegaram novamente noticias de haver fallecido, hontem, na Russia, o celebre anarquista Kropotkine». (dos jornaes).

Si merece fóros de verdade a sempre triste nova da morte do grande homem que foi Kropotkine—aquella aguia sublime e altiva do intellectualismo da Russia, ainda nem suas preciosas cinzas esfriaram no carcere desprezado e negro do túmulo, e já aquelles que elle sempre combateu, e que fugirani da luta aberta, atiram-lhe sobre a terra quente onde repôisa o seu corpo, ao envês da corôa evangelica da Verdade, a nodoa relapsa de uma injuria final.

Brilhante, sublime e nobre, ao lado da personalidade, mascula de Maximo Gorki—essa alma bondosa e simples, Kropotkine fez, na sua trajectoria luminosa pelas *stéppes* frias da Russia, da sua palavra de fogo, o terror da alma abjecta da Burguezia oppressora do operariado honesto e faminto, e, da sua penna, uma fonte inexgotavel da propaganda humanitaria da Idéa nova!

...E tu, patrão, não insultes a memoria mil vezes sagrada de um morto que foi nobre e foi justo!

E não tremas, patrão!

Si a forca foi feita para aquelle que a sociedade condemna, a Expiação foi feita para aquelles que têm na alma um cactus de lôdo...

Saiba que sobre a superficie putrefacta de um pantano, floresce, vezes viçoso e estasiante, o lyrio da pureza!...

. . . . . .

Abre a janella de tua consciencia e vê a treva que anda lá por dentro, os espectros que rolam, uma agonia lenta, victimas de tua Cobiça, de tua Burguezia condemnada e avára!

—Vês aquelle phantasma, ébrio de desgraça, que segue vagaroso em frente da tua porta, implorando ainda a rocha impiedosa, de tua alma de Satan?

—Aquella mulher esqualida e com de grandes olhos encovados, que está sugando lhe as mamas exhaustas de um innocentinho quasi morto?

E aquella triste mulher coberta de tunica commovente da viuvez, dorme de miseria, sorrindo como louca, tericamente?

Não tremas, patrão! Olha, olha, são tuas victimas.

—O primeiro é um operario morto—o João—, que longos anos

Figura 19 - Jornal VOZ DO GRAPHICO, 1921.

O grande número de trabalhadores analfabetos, sem instrução e ausentes da escola foi um dos aspectos que influenciaram na força social limitada dos anarquistas, tendo em vista que para a construção da liberdade dos indivíduos a alfabetização era o principal caminho, que dava aos trabalhadores os instrumentos de luta através do esclarecimento. A capacidade de leitura e o acesso a informações dotava os trabalhadores com força para articular lutas reivindicativas e de transformação social.

Mesmo com os debates e o trabalho de sensibilização e divulgação feitos pelos jornais libertários, as práticas mutualistas tinham grande alcance entre os trabalhadores, e marcou a experiência operária de Fortaleza durante toda Primeira República. Uma vez que as sociedades de ajuda mútua reuniram, durante todo esse período, um número considerável de associados e de maneira longeva.

Diante do espaço de inserção das mutuais, as estratégias adotadas pelos anarquistas a partir das ações educativas e de incentivo à leitura devem ser analisadas de que maneira essas ideias influenciaram os trabalhadores do Porto, direcionando-os ou não para a prática do sindicalismo de resistência.[396]

O *Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará* (STPC) utilizou práticas mutualistas para definir seu caráter institucional e passou a falsa impressão de aproximação com as ideias socialistas e, principalmente, anarquistas, atuantes em Fortaleza durante os anos de 1921-1933, uma vez que o STPC não colocou em prática as ideias e estratégias de lutas propostas pelos movimentos socialistas ou anarquistas.

Em comparação com a *Sociedade Deus e Mar*, o STPC adotou uma postura de maior presença nas greves, apoiando mobilizações de outras categorias de trabalhadores; elaboraram uma pauta reivindicativa que se sustentava em mudanças no processo de contratação da mão de obra portuária, na organização da carga horária e no sistema de pagamentos. Muito embora, a Diretoria do sindicato tenha utilizado em suas assembleias palavras que remetem às ideias de uma sociedade mais justa. Os debates sociais não passavam pela necessidade da luta e ação dos trabalhadores como agentes transformadores da ordem social, tal como defendiam os socialistas e os anarquistas.

Diante da presença das ideias e práticas mutualistas e sindicalistas, o STPC direcionou a categoria dos portuários a enveredarem por um caminho outro, construído a partir das experiências e vivências desses trabalhadores, buscando atender suas demandas reivindicativas, aliando ações mutualistas com o sindicalismo.

---

[396] BRAGA, op. cit., 2013, p. 82.

Do embate entre o sindicalismo anarquista, a influência das práticas reformistas (socialistas) ficou explícita entre os trabalhadores do Porto de Fortaleza, assim como a negação do anarcossindicalismo. Os vestígios apontam a aproximação entre os trabalhadores do Porto e as ideias reformistas, e que tal aspecto estava diretamente ligadas à falta de esclarecimento e alfabetização, bem como em razão da forte presença da Igreja dentro do Movimento dos Portuários, a qual prezava por ações reivindicativas que conciliavam os interesses entre os trabalhadores e os patrões, e combatiam as tensões e as lutas sociais.

4.4 O Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Fortaleza e Resistência Solidária

O caminho trilhado pelos trabalhadores do Porto de Fortaleza estava diretamente ligado aos embates das ideias socialistas, anarquistas. Dessa maneira, para compreender a Resistência solidária, faz-se necessário problematizar as estratégias de atuação dos portuários dentro do dilema: resistência e o mutualismo.

Nem sempre as respostas às necessidades dos trabalhadores se enquadraram perfeitamente nas linhas políticas gerais, por causa da distância que se estabelecia entre o conteúdo das resoluções dos congressos e a prática organizativa cotidiana; por isso o debate sobre o mutualismo e a resistência tem relevância. Uma vez que:

> [...] As opções ligadas à questão da mutualidade dentro do movimento operário não podem ser resumidas à defesa ou exclusão da sua prática, mas passam pela busca da sua integração em uma estratégia coerente de transformação social. O foco da polêmica política passa, então, a se centrar nas formas específicas de sua implementação e na relação destas com o fortalecimento ou o esvaziamento da consciência de classe entre os trabalhadores.[397]

O mutualismo deve ser compreendido dentro de um cenário social em que tinha função estratégica, mas que suas ações devem ser questionadas, tendo em vista a ausência do questionamento sobre os problemas relacionados à consciência de classe. Então a crítica ao mutualismo deve ser feita, no tocante ao esvaziamento da compreensão do trabalho diante de sua realidade (a compreensão de si ou autoconsciência).

Com a limitação da prática do auxílio mútuo, a proposta dos sindicatos de resistência era agir para que os trabalhadores conquistassem a consciência em relação às suas necessidades

[397] FORTES, op. cit., 1999, p. 184.

materiais e de mudanças sociais, utilizando-os como combustível para alimentar os debates sobre como seriam atingidos esses objetivos.[398]

Apesar de criticar as sociedades beneficentes, os sindicatos, corriqueiramente, mantinham práticas de auxílio, como proteger seus membros quando enfermos e prover serviços profissionais aos quais não tinham acesso, tais como o tratamento médico e dental a baixo custo; ou seja, havia a cooperação entre os membros da mesma organização em serviços comuns para reduzir grandemente o custo de vida. Essas organizações eram muito ativas socialmente, algumas delas dedicavam mais tempo e dinheiro para promover assuntos sociais do que para a melhoria das condições de trabalho. Algumas vezes até mesmo os interesses coletivos foram colocados como menores em detrimento dos interesses da direção do sindicato, como no caso da construção da sede própria para o STPC, assunto abordado na assembleia de 10/08/1927.

> Algumas ponderações, aliás, que não foram agradáveis aos srs. Capatazes presentes, quando no tocante de retirar diariamente uma chapa para amortizar o dinheiro levantado no Banco para a construção do edifício social. Os srs. Chefes de trabalho apresentaram outra medida de grande aproveitamento: suspender os socorros aos sócios enfermos até a conclusão dos serviços do prédio, ficando taes socorros a cargo dos capatazes, os quais cumpririam à risca a não faltar com as devidas quantias.[399]

No caso supracitado, as necessidades dos sócios doentes foram consideradas menos importantes do que a construção da sede própria, e os trabalhadores ainda tinham que dedicar parte do seu tempo de serviço para gerar dinheiro para a construção do prédio, mostrando que havia tensões internas em relação aos interesses dos associados e da Diretoria.

O binômio sindicato/beneficência estava intimamente imbricado à disputa de hegemonia na entidade. Nesse sentido, ao analisar a formação da Diretoria do sindicato no decorrer dos anos 1921-1933, percebo o revezar das personagens de um pequeno grupo, destacando-se a figura de Victal Felix de Sousa na Presidência do STPC.

Os debates sobre as definições a serem adotadas sobre a questão assistencial e as disputas relacionadas às concepções mais gerais sobre o caráter da entidade sindical ocorriam na medida em que o assistencialismo trazia visões sobre a natureza do vínculo entre os associados e o sindicato, como também sobre a função de liderança na luta reivindicativa e de resistência à ordem social vigente, por exemplo.[400]

---

[398] THOMPSON, op. cit., 1987, p. 9-10.
[399] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ (1927-130), 10 ago. 1927. FONTES DIGITALIZADAS.
[400] FORTES, op. cit., 1999, p. 202.

O STPC foi fundado com base na perspectiva de que as ações reivindicativas dos portuários deveriam ocorrer de forma intensa e direta, com a organização e participação em mobilizações, paralizações e greves, tendo em vista que a *Associação Deus e Mar* não podia exercer esse papel, por causa da aproximação e ligação que mantinha com grupos políticos da cidade. O apoio de figuras políticas da cidade ocorria porque a sociedade beneficente, que tinha caráter assistencialista, garantia pequenos ganhos, servia como proteção para os trabalhadores e era utilizada como bandeira de campanha eleitoral. O sindicato ultrapassou esses limites políticos, distanciou-se das influências partidárias para construir uma pauta reivindicativa de resistência e combativa, quando comparada a estratégia mutualista adotada pela *Deus e Mar*.

Para além das questões sobre a beneficência e a resistência, devo atentar para a construção da ideia de grupo, de modo a fundamentar os espaços de luta, visto que os trabalhadores, em busca de compreender-se enquanto coletividade, acabam identificando os seus adversários (inimigos). Nesse cenário de coesão entre forças, o sindicato deve exercer importante papel, na medida em que identifica quem são "Nós" e quem são "Eles". Fazendo uso do teórico Richard Hoggart: "a noção de grupo é reforçada pelo isolamento em que o grupo se mantém, pela concepção de que o mundo se divide em "Nós" (os membros do grupo) e "Eles os que estão de fora".[401]

> Eles são todo e qualquer membro das outras classes à exceção dos raros membros dessas classes que os trabalhadores conhecem individualmente [...] "Eles" têm tanto mais poder sobre as pessoas quanto mais pobres elas são, pois intervêm nos mais diversos aspectos da vida de cada um: o mundo divide-se em "Nós" e "Eles".[402]

Para Hoggart, "Eles" constituem o grupo que detém o poder, seja ele político seja econômico, e utiliza para se sobrepor aos pobres – "Nós". O autor segue afirmando que "Eles" são uma figura dramática, composta por personagens do meio urbano, fazendo referência aos patrões, podendo ser entidades privadas ou elementos públicos.

O trecho retirado do Artigo "Para que não nos iludamos mais" mostra a demarcação de quem são os trabalhadores e os seus exploradores, para defender a necessidade de que estes se identifiquem como iguais, diante de um "inimigo" comum: – os patrões.

> Não é de hoje que vemos de afirmar serem os nossos mais rancorosos inimigos aqueles que, dizendo-se representantes do povo, criam, não consultando primeiro a esse mesmo povo, mas aos seus interesses pessoais, leis para a regulamentação, o equilíbrio da vida do país. A eles, porém, pouco importa que tais leis sejam prejudiciais ou não à coletividade, uma vez que beneficiam

[401] HOGGART, op. cit., 1973, p. 87.
[402] Ibid., p. 88.

> a si e aos seus, uma vez que vêm aumentar a renda de suas propriedades, dos seus bens.
>
> [...] Enquanto nós, trabalhadores cearenses, podemos tomar este gesto de filantropia dos inefáveis pais da pátria para com o povo carioca, nós podemos tomar a lição. Como eles são os nossos, acostumados como estão a recompensar o povo com leis de tais a tais naturezas, caracterizadas no fim unicamente de bem servir um povo, a sempre e eterna besta de carga.[403]

A ideia de que os trabalhadores faziam parte de um grupo que possuía características e necessidades comuns foi amplamente trabalhada nos jornais *Voz do Graphico* e *O Combate*. Nesse sentido, ao cruzar as ideias de Richard Hoggart com as análises dos periódicos ligados ao Movimento Anarquista, evidencia-se a maneira como suas páginas foram utilizadas para construir a união e a conscientização dos trabalhadores sobre a necessidade de lutar. No trecho do *Voz do Graphico,* logo acima, percebe-se como se fez uma divisão sobre quem eram "Eles", os inimigos a serem combatidos (patrões e grandes proprietários), e "Nós" (povo que serve como "besta de carga"), fazendo referência aos trabalhadores explorados. Para fundamentar essas disputas, os anarquistas chamaram os trabalhadores para se unirem e para lutarem, dentro da configuração dos sindicatos de resistência.

> Trabalhadores, é preciso acordarmos dessa letárgica pasmaceira que nos manieta para os surtos da evolução da nossa classe, para os arroubos de aspirações justas, por que ora se empenham os nossos irmãos do Norte e do Sul deste grande Brasil, para que não fiquemos assim, como se fossemos uma enseada onde não penetram os temporais do oceano da vida, que retrocede, que retarda o movimento das ondas encapeladas, na luta das reivindicações, que tendem a nivelar, equiparando as camaradas inferiores, que trabalham e produzem, à chamada elite, que desfruta sem produzir as vantagens que lhe proporciona a situação dominante.
>
> [...] É preciso que todo trabalhador reflita, pense, calcule e conclua que o seu estado mesquinho miserável, aflitivo, obscuro e degradante depende, de hoje em diante, só de um mal único, cujo traz sua sombra negra e tétrica todo o cortejo de consequências ruinosas a desunião.[404]

A identificação de quem eram "Eles" ajudou na definição do "Nós". Ou seja, contribuiu para o processo autoconhecer-se. Apesar da busca pela identificação, devo atentar para o fato de que muitas vezes o "Nós", utilizado no discurso do sindicato, nem sempre abrangia a todos os associados de maneira homogênea. Visto que, dentro dos sindicatos, existiam funções, cargos e poderes bem definidos, comportando-se como estando acima dos associados.

---

[403] A VOZ DO GRAPHICO. **Para que não nos iludamos mais**. Ano 1, n. 13. 12 nov. 1921.
[404] A VOZ DO GRAPHICO. **Alerta!!!** Ano 1, n. 12, 29 nov. 1921.

A identificação do "Nós" também passava pela caixa de migalhas,[405] que era revertida aos sócios em caso de doença e de morte. Esse tipo de prática, característica do mutualismo nos sindicatos, apesar de criticada pelos anarquistas teve destaque no STPC ao ser utilizado como ferramenta para a extensão e fortalecimento da solidariedade dentro da categoria.

Sidney Tarrow afirma que:

> O denominador mais comum dos movimentos sociais é, portanto, o "interesse", mas este não é nada mais do que uma categoria objetiva imposta pelo observador. O que traduz o potencial de ação de um movimento é o reconhecimento dos seus participantes de seus interesses comuns.[406]

Tarrow defende que os elementos aglutinadores de um movimento devem ir além das necessidades materiais, e devem se fundamentar também no reconhecimento dos interesses comuns, dotando-os do caráter de coletividade. Nesse sentido, unir os interesses e as necessidades comuns tornou-se muito importante no processo de identificação dos trabalhadores, enquanto portuários para dar corpo "a ação coletiva contra antagonistas" no momento do confronto.[407]

Seguindo nessa perspectiva, William Mello considera que, para ocorrer a ação coletiva entre os trabalhadores, faz-se necessário desenvolver um conjunto de características comuns para elaborar metas e objetivos comuns, para que os trabalhadores possam comportar-se em ação comum.[408]

> The fact that workplace control was administered not only by employers but also by the unions, and later by the government, shaped the nature of collective action among dockworkers. In this contexto, the notion of mutual solidarity, a characteristic tradicionally developed by labor organiations, i.e., formal union organizations, for New York dockworkers came of organization out the rank-and-file activists and their informal means so organization outside of the formal union structure.[409]

---

[405] Dinheiro arrecadado dos sócios presentes às assembleias, que era revertido aos companheiros que se encontravam impossibilitados de trabalhar, seja por doença, seja por acidente no local de trabalho. Nas Atas das Assembleias do Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará, fica registrado o recolhimento das doações para a Caixa de Migalhas.

[406] TARROW, Sidney. **O poder em movimento:** movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 22.

[407] Ibid., p. 23.

[408] MELLO, William j. A Legião Cearense do Trabalho, o integralismo e os trabalhadores cearenses (1931-1937): apontamentos para um debate. In: MELLO, William J. (Org.). **Legionários, "Galinhas Verdes" e a política no Ceará (1929-1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016. p. 57.

[409] MELLO, op. cit., 2010, p. 32. O fato de o controle do local de trabalho ser administrado não apenas pelos empresários, mas também pelos sindicatos e, posteriormente, pelo governo, moldou a natureza da ação coletiva entre os estivadores. Nesse contexto, a noção de solidariedade múltipla, uma característica tradicionalmente desenvolvida por organizações trabalhistas, isto é, organizações sindicais formais, para os estivadores de Nova Iorque veio das ações dos ativistas de base e seus meios de organização informais fora da estrutura formal do sindicato.

No Porto de Nova Iork, a conquista do controle da mão de obra e do local de trabalho pelos sindicatos se deu mais cedo; no entanto, os sindicatos seguiram uma linha de atuação conjunta com os empresários e posteriormente com governo. Segundo Mello, essas relações acabaram por moldar a natureza da ação coletiva entre os estivadores, que desenvolveram a noção de solidariedade múltipla, das ações dos ativistas de base, utilizando de meios informais fora da estrutura formal do sindicato. Desta feita, esse movimento foi essencial para a construção da identidade coletiva dos estivadores de Nova Iorque e demarcarcou quem seriam "eles" e "nós".[410]

Buscando criar uma identidade comum, na concepção de "nós", que favoreceu a ação coletiva, o STPC interferia nos assuntos referentes ao serviço dos portuários e às discussões e brigas no local de trabalho, mas sua ação ultrapassava as fronteiras do Porto, intervindo nas brigas entre os sócios, quando ocorriam nas ruas, nos bares, chegando a ter registros sobre questões familiares abordadas durantes as assembleias:

> Foi chamado o sócio Pedro Pereira porque tinha abandonado a sua mulher. Ele se explicasse que tinha abandonado por questão dos dois. O Sr. Presidente perguntou o sócio porque ele não queria fazer vida com a mulher e o sócio foi e disse para a Directoria que iha chamar ella para vir pra casa [...].[411]

Em uma outra assembleia foi registrado que:

> O Consocio Manoel Alves de Sant'Anna foi ouvido relativamente sob uma desentelligencia havida entre sua esposa Marta Senna. Alega o referido consocio que originou essa desentelligencia foi ella não saber engomar, lavar e nem consturar e por este motivo jamais voltara a casa e fazer vida com ella.[412]

A Diretoria do STPC agia a fim de manter os trabalhadores em ordem, e isso passava pela organização da família, pela não prática de jogos de azar e pelo não consumo de bebidas alcoólicas; e esvaziava a dimensão da individualidade do sócio, que se perdia diante da relevância da ordem da coletividade.

As brigas e desavenças entre os sócios, mesmo quando ocorridas fora do trabalho, eram resolvidas dentro das assembleias, diante da Diretoria:

> Em frente ao recinto social antes de começar os trabalhos ouve um ligeiro incidente entre os companheiros capataz: Benedicto José Ferreira e Antonio

[410] MELLO, op. cit., 2010, p. 32-33.
[411] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 30 abr. 1929.
[412] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 21 out. 1928.

> Lopes de Souza. Motivado por questão de fretes, e pelo qual o companheiro Presidente chamou os a presença da Directoria e aconselhou os para que não se reproduzisse outro acto (desse) a essa natureza, e pediu a ambos que fizesse desaparecer aquillo, e voltassem a serem o mesmo que eram outrora a bem da colectividade [...].[413]

O primeiro passo que deve ser dado para que os trabalhadores possam se organizar para a luta é a identificação de quem são, ou seja, "Nós", na concepção de Hoggart. Nesse processo, os membros da Diretoria do STPC agiram com o propósito de reforçar o caráter de coletividade entre os membros por serem companheiros de infortúnios e de luta. Após essa compreensão de si, os trabalhadores traçam os objetivos a serem conquistados, possibilitados pelo Mutualismo e/ou resistência; apesar de o modelo sindical de resistência ter sido amplamente divulgado e defendido nas páginas dos jornais *A voz do Graphico* e *O Combate*, a partir de escritos dos militantes anarquistas, como já foi analisado.

O modelo de luta para realizar a *Revolução Social*, que possibilitaria o advento de uma nova realidade social, não foi amplamente aceito entre os trabalhadores do Porto. A ideia de uma nova sociedade configurada pela *Anarquia* com o máximo de igualdade, de liberdade e de solidariedade entre os seres humanos não se faz presente enquanto prática entre os portuários. Em se tratando do sindicato, a busca pela manutenção das hierarquias, dentro da própria categoria, bem como a manutenção do poder de decisão nas mãos da Diretoria, foram traços marcantes.

O princípio do auxílio mútuo era mais comum na realidade do STPC, porque preconizava a ajuda ao outro, em que os associados contribuíam com uma parcela de seus ganhos, em caso de necessidade do associado, para que pudesse usufruir dos frutos dessa união, como por meio do auxílio, no caso de acidente de trabalho ou doença – Caixa de migalhas, que variava o valor da arrecadação entre 3200 – 3840 réis, e o pagamento de pecúlio, no valor médio de 524 mil réis no caso de morte do associado. Vários exemplos das ações beneficentes são encontrados nas páginas da imprensa libertária e operária, como em uma nota de falecimento publicada no Jornal *O Combate*, na coluna "Combate Social".[414]

A mutualidade estava presente no interior do sindicato, e não ocupava pequeno lugar na pauta de atuação sindical dos portuários. O diferencial do sindicato foi o forte direcionamento pela estratégia combinada de controle e de gestão do mercado de trabalho e de luta por direitos dos associados com as empresas de contratação de mão de obra.

---

[413] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 8 dez. 1927.
[414] O COMBATE. **Combate Social**. 26 jun. 1921, n. 2.

Os anarquistas questionaram a relação mutualismo e resistência no STPC, assim como o peso do auxílio mútuo na *Sociedade Beneficente Deus e Mar*, e buscaram abrir espaço de diálogo com essas instituições, tendo em vista a importância da adesão dos portuários para a causa libertária, devido ao grande número de associados (só a *Deus e Mar* chegou a somar mais de 800), e sua importância estratégica para o funcionamento do comércio e da economia da cidade.

> A nossa atitude
>
> [...] Mas como tudo no mundo se justifica, a ação praticada pelos diretores da "Deus e Mar" tem a sua justificação: a ignorância. E esta, quando chega a dominar o espírito de um homem, ou o aleija ou o cega moralmente. E, por outra forma: a paixão que deles se apossa e que os arrasta à prática de tão desprezíveis atos – que é a manifestação viva de seus espíritos pequeninos e o pouco conhecimento que têm do que seja espírito de solidariedade, tão comum entre os próprios irracionais.[415]

As acusações de que a associação não buscava esclarecer seus associados sobre a necessidade de luta, afirmando serem os seus diretores desafinados com as necessidades dos trabalhadores, permitem esboçar a importância em mantê-los na ignorância, de modo a não fazerem resistência à condição de exploração e de pobreza em que os associados (portuários) viviam.

Os anarquistas criticavam as estratégias mutualistas utilizadas para minorar as circunstâncias em que os trabalhadores estavam inseridos, mas que não objetivavam seu esclarecimento de sua realidade social. Ao fazer frente a essa situação, as ideias sociais que ganharam força durante o século XX, no Ceará, apresentaram a importância do papel atuante dos operários para lutar em prol de mudanças sociais; ou seja, eram causas mais abrangentes que gerariam impacto não somente em uma categoria isolada, pois podiam promover alterações no desenho político, econômico e social da cidade e/ou do Estado.

Diante desse cenário, a análise de Montgomery torna-se pertinente por ressaltar a importância do mutualismo e os valores por ele trabalhados, mas apontando suas limitações em relação a participação ativa e social dos trabalhadores.

> O socialismo cresce do trabalho e dos esquemas de vida dos trabalhadores. Sua raiz de penetração é o mutualismo avivado pela luta diária para controlar as circunstâncias de suas vidas. Mas este mutualismo se manifesta em valores, lealdades e pensamentos, assim como em ações e só pode triunfar tornando-se cada vez mais consciente de si mesmo e articulado. A luta [...] só avança

[415] O COMBATE. **Pela Sociedade "Deus e Mar"**. Ano I, n. 3, 9 jul. 1921.

> quando os trabalhadores conscientemente se unem e decidem o que querem e como querem fazê-lo.[416]

Como bem explica o autor, o processo de construção das lutas sociais surge dos direcionamentos dados pelos trabalhadores por meio das necessidades e de lutas cotidianas, em que o auxílio mútuo tem seu destaque nesse processo, ao contribuir para o surgimento e o fortalecimento de laços de solidariedade. Mas é a consciência que define os caminhos que as lutas irão seguir, ao promover a união e a construção das estratégias de atuação.

Essa compreensão de que os trabalhadores têm autonomia para escolher o caminho a seguir, e de que o mutualismo é uma escolha de luta corrobora minha tese de que, apesar de todos os bombardeios de ideias, sejam elas anarquistas, socialistas, capitalistas e católicas, os trabalhadores criaram estratégias de resistência e de luta para melhorar suas condições materiais e também sociais, sendo o mutualismo uma estratégia de luta, uma arma para encontrar meios para negociar com os patrões e com o governo. Isto seria uma falsa apatia dos trabalhadores diante da exploração e pobreza em que viviam, configurando-se como luta.

Luta, no sentido de que havia a exploração dos trabalhadores e as insatisfações, e esses fatores fizeram com que os portuários buscassem criar alianças com indivíduos, ou grupos políticos, assim como fez com a LCT, com os redatores de alguns jornais da cidade, a exemplo d'*O Nordeste*, *Correio do Ceará*, dentre outros, além da participação em passeatas, e declarar apoio a greves realizadas por outras categorias de trabalhadores. Essas ações devem ser consideradas de resistência, pois, em alguns momentos, se deram de forma direta (greves, passeatas etc.), em outros de maneira indireta (alianças políticas).

No entanto, essas atitudes não foram aceitas de maneira positiva pelos anarquistas, tendo em vista não se encaixarem nos moldes de organização e atuação do sindicalismo de resistência. Nesse sentido, quase inexistem registros sobre questões relacionadas aos trabalhadores do Porto, a *Deus e Mar* e ao STPC, nas páginas dos "jornais libertários".

Assim, diante da necessidade de aproximar a análise sobre os portuários sindicalizados e compreender aspectos que faziam parte do cotidiano desses trabalhadores, e suas experiências dentro e além das fronteiras do Porto, como o consumo de bebida alcoólica, brigas entre colegas de trabalho, questões familiares, entre outras, as Atas das assembleias realizadas pelo sindicato entre os anos de 1927-1930 são fundamentais.

---

[416] MONTGOMERY, David. Spontaineity and organization: some comments. **Radical History**, n. 7, p. 77, nov./dez. 1973.

4.4.1 O STPC na luta contra o uso do álcool

O conteúdo das assembleias do STPC girava em torno da beneficência, da organização do trabalho e do estabelecimento de regras, sendo corriqueiramente abordados problemas relacionados à ingestão do álcool, tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho, à arrecadação das taxas dos sócios, ao pagamento das mensalidades, à assistência no caso de doença e ao pagamento de pecúlios às famílias dos sócios.[417]

O sindicato primava pelo controle do trabalho, estabelecendo regras para a contratação e para as funções dos encarregados dos serviços de carga e descarga dos navios.[418] E em quase todas as assembleias, realizadas durante os anos de 1927-1930, foram registradas, punições aos sócios que quebravam as regras estabelecidas pelo Estatuto do sindicato, que variavam de acordo com a infração, podendo pagar multas (para o consumo de álcool – 300 mil réis), ser suspenso do trabalho ou excluído do quadro de sócio.[419]

Por sua vez, no caso do consumo de álcool o combate era intenso. Essa era uma das preocupações centrais das autoridades policiais, médicos-sanitaristas, e, sobretudo, entre os grupos mais conservadores da sociedade no Brasil das primeiras décadas do século XX, sendo elaborado um discurso sobre essa prática, muito comum entre os mais pobres, dentre eles trabalhadores, ou não, no intuito de eliminar esse mal.

Por outro lado, deve-se levar em consideração a preocupação das autoridades de segurança, e do governo, em relação ao consumo de bebida alcoólica, entre as camadas mais pobres da população da cidade de Fortaleza no início do século XX. O álcool foi acusado por significar o meio para a prática da desordem e de crimes, além de estar relacionado a problemas de saúde. Sendo necessárias ações para esclarecer, controlar e coibir o consumo de bebidas pelas camadas mais populares, que estavam em contato direto com as substâncias.[420]

O discurso médico higienista aliou-se ao discurso policial e à Igreja Católica no combate ao álcool e seus efeitos nocivos à sociedade, os quais buscavam a limpeza do espaço urbano e moral da cidade, combatendo as ideias nocivas e contrárias à lógica de trabalho. Nesse sentido,

---

[417] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ (1927-130). FONTES DIGITALIZADAS.
[418] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 8 dez. 1927.
[419] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 26 mar. 1928.
[420] Relatório apresentado pelo delegado da 1ª Região Policial do Estado, Bacharel Waldemar Cromwell do Rego Falcão. "Combate contra o alcoolismo", jun. 1918.

foram criadas campanhas para combater o álcool, apresentando seus efeitos negativos. A criação de leis para impedir seu comércio passa a ser copiada em Fortaleza.[421]

A problemática do álcool está historicamente associada à conduta dos trabalhadores portuários, sendo caracterizada pela virilidade, valentia, força física e a falta de demarcação sobre o limite entre o espaço do trabalho e do lazer. Isso estava relacionado à própria dinâmica de trabalho no Porto, marcada pela sazonalidade da contratação da mão de obra, que acabava por deixar os trabalhadores desocupados por horas ou dias. E isso contribuía para que houvesse o consumo de álcool, prática de jogos, conversas nos bares, por exemplo.

Assim como a *Sociedade Deus e Mar,* o *Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará* (STPC) também realizou campanhas, e dedicaram bom tempo de suas assembleias para esclarecer a seus associados sobre os males causados pelo consumo de bebidas alcoólicas. Além de instruir os sócios de que a Diretoria trabalhava no sentindo de punir aqueles que infringiam o Estatuto.

O sindicato interferia nos assuntos referentes ao serviço dos portuários e às discussões e brigas no local de trabalho, mas sua ação ultrapassava as fronteiras do Porto, intervindo nas brigas entre os sócios, quando ocorriam nas ruas, nos bares, chegando a ter registros sobre questões familiares nas assembleias:

> Foi chamado o sócio Pedro Pereira porque tinha abandonado a sua mulher. Ele se explicasse que tinha abandonado por questão dos dois. O Sr. Presidente perguntou o sócio porque ele não queria fazer vida com a mulher e o sócio foi e disse para a Directoria que iha chamar ella para vir pra casa [...]. [422]

A interferência do sindicato no tocante aos problemas familiares estava relacionada à preocupação em manter um modelo de trabalhador que se enquadrava na ordem e na moral da Igreja Católica, na qual o homem de bem deveria prezar o trabalho e a família. Sendo assim, um chefe de família que se negava a permanecer casado tornava-se um problema, à medida que ele não dedicava o seu tempo às obrigações familiares. Ou seja, tornava-se mais susceptível à bebida, à jogatina, e ao envolvimento em discussões e brigas, e a cometer desvios de conduta.

A Diretoria do STPC agia a fim de manter os trabalhadores em ordem, visando à produtividade e cumprimento das horas de serviço. Isso passava pela organização da família,

---

[421] FONTELES NETO, Francisco Linhares. O ÁLCOOL, "ESTA MALDITA ESSÊNCIA!". Notas sobre as tentativas de combate policial à prática de consumir bebidas alcoólicas em Fortaleza nas décadas de 1910-1920. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 49, p. 219-238, jul./dez. 2013.

[422] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 30 abr. 1929.

pela não prática de jogos de azar e pelo não consumo de bebidas alcoólicas. Dessa maneira, a dimensão da individualidade do sócio se perdia diante da relevância da ordem da coletividade.

As brigas e desavenças entre os sócios, mesmo quando ocorridas fora do trabalho, eram resolvidas dentro das assembleias, diante da Diretoria:

> Em frente ao recinto social antes de começar os trabalhos ouve um ligeiro incidente entre os companheiros capataz: Benedicto José Ferreira e Antonio Lopes de Souza. Motivado por questão de fretes, e pelo qual o companheiro Presidente chamou os a presença da Directoria e aconselhou os para que não se reproduzisse outro acto (desse) a essa natureza, e pediu a ambos que fizesse desaparecer aquillo, e voltassem a serem o mesmo que eram outrora a bem da colectividade [...].[423]

Eram constantes os debates em torno da beneficência, da organização do trabalho e do estabelecimento de regras, assim como os problemas relacionados à ingestão do álcool, tanto dentro como fora do ambiente de trabalho, à arrecadação das taxas dos sócios, ao pagamento das mensalidades, à assistência no caso de doença e ao pagamento de pecúlios às famílias dos sócios.[424] Os membros da Diretoria do STPC enfatizavam a importância da união entre os associados, sempre reforçando o caráter de coletividade entre os membros por serem companheiros de infortúnios e de luta.

As punições ao sócio que quebrava as regras estabelecidas variavam de acordo com a infração, podendo pagar multas, ser suspenso do trabalho ou excluído do quadro de sócio.[425] Como no caso registrado na Ata da assembleia realizada na sede do sindicato no dia 27 de agosto de 1927, em que foi analisada a conduta do consócio João Francisco dos Santos que estava cometendo sucessivos atos considerados de baixo feito moral no meio social, sendo decidida sua eliminação do sindicato.[426]

O sindicato tinha participação no controle do trabalho, e estabelecia regras para a contratação e para as funções dos encarregados dos serviços de carga e descarga dos navios.[427] E um dos problemas registrados com maior recorrência era a presença de trabalhadores

---

[423] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 8 dez. 1927.
[424] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ (1927-130). FONTES DIGITALIZADAS.
[425] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 26 mar. 1928.
[426] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 27 ago. 1927.
[427] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 8 dez. 1927.

embriagados no local de trabalho. A ingestão de bebida alcoólica foi registrada na maioria das Atas de Assembleias realizadas (1927-1933) pelo STPC.

Diante da problemática do álcool, os mestres e contramestre responsáveis pelo controle do serviço de carga e descarga dos navios buscaram, na figura do sindicato, os meios para punir e coibir o consumo de bebida alcoólica entre os trabalhadores do Porto: "O companheiro Victal de Sousa em palavras claras e legíveis discorreu com brilho sobre o mal que, infelizmente, assola em alguns organismos: o álcool, fazendo menção no meio dos nossos camaradas, infectando a coletividade).[428]

> Foram chamados perante a meza e admoestados os seguintes companheiros José Raymundo e Antonio Izidoro Vianna, por terem os mesmos infringido o regulamento da campanha anti-alcoolica, e proferido palavras obscenas, e no caso de reincidências serão punidos severamente.[429]

Apesar das falas proferidas pela Diretoria, as palestras realizadas nas assembleias, as admoestações, as multas e suspensões aplicadas por causa do consumo de álcool aparecem como um dos problemas mais marcantes entre os trabalhadores. Outro registro das Atas que deve ser destacado é o do dia 29 de junho de 1929, quando a Diretoria do Sindicato chamou treze consócios para dar esclarecimentos em relação ao fato de estes estarem viciados no consumo de álcool, sendo advertidos na ocasião sob a ameaça de serem expulsos do quadro de sócios.[430]

Importante compreender que o combate ao consumo do álcool pelos portuários e a manutenção da ordem social estavam relacionados à prática de segregação dos espaços pela camada social e economicamente dominante do final do século XIX, início do século XX; as camadas mais pobres da população buscavam espaços na cidade para serem ocupados e foram acusadas de serem imorais e inadequadas para dividir espaços com as camadas sociais mais enriquecidas.

Os diretores do Sindicato exigiam dos consócios o cumprimento das normas dos Estatutos para a manutenção de uma conduta ordeira. Assim, a vigilância sobre os portuários não era feita somente pelo governo, elite econômica, ou pela Igreja, mas também pelos próprios trabalhadores.

---

[428] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 23 mar. 1927.
[429] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 6 maio 1927.
[430] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 14 jul. 1929.

A postura do STPC em relação ao combate ao consumo de bebidas alcoólicas entre os trabalhadores do Porto na luta contra o vício estava pautada na importância fundamental do trabalho como elemento para dignificar o homem, sendo que essas instituições se utilizaram do poder de serem intermediárias no processo de contratação dos serviços no Porto e da oferta de empregos; na ideia da moralidade, ou seja, de que o trabalhador deveria ter atitudes que fossem bem aceitas pela sociedade, através da manutenção da ordem dentro do Porto e para além dele; e no controle sobre o processo de disciplina durante o serviço no Porto, com a finalidade de agilizar e aumentar a produtividade, cumprindo o prazo para o carregamento e descarregamento dos navios.

Desta feita, as duas instituições, *Deus e Mar* e STPC, colocaram em prática mecanismos de controle (advertências, suspensões, multas, expulsões) para eliminar o uso do álcool entre os portuários. No entanto, pode ser percebido que tais atitudes não foram suficientes, visto que os registros de trabalhadores flagrados alcoolizados durante o serviço ou após permaneceram aparecendo nas Atas e nos Jornais entre os anos aqui pesquisados (1912-1933).

Para entender os motivos que levavam os trabalhadores a fazer uso frequente de bebidas alcoólicas, faz-se necessário recorrer às condições matérias e sociais em que viviam, marcadas pela pobreza e pela exploração de sua mão de obra, além da maneira como o trabalho era organizado, através do sistema de parede,[431] que permitia que o portuário não tivesse todo o tempo do dia e nem todos os dias da semana de trabalho, fato que favorecia sua permanência nas ruas e em bares, sozinho ou em grupo, buscando diversão. Dessa maneira, o ato de beber favorecia a sociabilidade e o efeito do álcool acabava amenizando, mesmo que momentaneamente, a condição de pobreza e a exploração em que viviam, posto que a bebida era um meio de diversão dos trabalhadores.

4.4.2 Passividade e/ou combate: as lutas e resistência dos Trabalhadores Portuários

A *Associação Deus e Mar* e o STPC buscaram controlar a vida dos trabalhadores, e também o sistema de contratação da mão de obra e prestação de serviços às empresas de Navegação. Para tanto, prezavam pela força do trabalho disciplinado de modo a atender a demanda no sistema de carga e descarga de mercadorias e passageiros no Porto.

[431] Sistema de Parede: As chamadas na Parede regulamentavam as leis de oferta e de procura do trabalho. O sistema de contratação no Porto de Fortaleza foi marcado pela ocasionalidade, ou seja, os trabalhadores eram contratados para o serviço nos navios, mas não tinham a certeza de que teriam o serviço com regularidade. Esse sistema ocasional tinha como característica a flexibilidade, ficando o portuário dependendo, muitas vezes, dos laços de proteção e troca favores entre os trabalhadores, e das vontades dos contratadores (dialogavam com o STPC e a *Deus e Ma*r) que estavam a serviço das empresas de Navegação.

Os sindicatos, de modo geral, conforme analisado anteriormente, foram mais combativos em relação às lutas por melhores condições aos trabalhadores entre os anos de 1919-1922, mas durante os anos que se seguiram, o anarcossindicalismo foi progressivamente perdendo suas forças.

Na contramão do Anarquismo, o STPC foi se tornando mais combativo e atuante ao longo dos anos de 1920, vindo posteriormente a alinhar-se ao discurso da Igreja Católica e da LCT. Com a fundação a *Legião Cearense do Trabalho (1931)* que cooptou vários sindicatos e associações, inclusive o STPC, que, em grande medida, já colocava em prática muitos valores defendidos pelos legionários, como a disciplina, a moralidade e o valor do trabalho para dignificar o homem, o movimento reivindicatório dos portuários conseguiu estreitar o diálogo com os contratadores e as empresas de Navegação.

A Igreja Católica inseriu-se de maneira mais explicita no movimento dos portuários, defendendo a disciplina e a ordem entre os trabalhadores como maneira de provar a maturidade e a capacidade de discutir e negociar melhores condições de trabalho, sem a ameaçar fugir as rédeas Católica. A implementação da Ação Católica foi realizada desde o final do século XIX para fazer frente às ideias socialistas e comunistas, as quais colocavam por terra valores e crenças da Igreja. A postura do cataclismo foi intermediar as tensões e conflitos existentes entre os patrões e os empregados, adotando como prática o diálogo e as negociações entre as partes.

A influência das ideias da Ação Católica esteve presente na *Sociedade Deus e Mar* no STPC, seja através de prática assistencialistas, seja com a defesa da união e da ordem entre os trabalhadores associados, ou defendendo uma simples melhora da situação dos trabalhadores, defendendo os seus direitos, mas sem a necessidade de transformação do sistema social capitalista.

> As expressões sindicalismo amarelo ou sindicalismo reformista remetem à estratégia sindical – e, por analogia, aos sindicatos que a praticavam – oposta àquela adotada pelas resoluções dos congressos operários brasileiros de 1906, 1913 e 1920, chamada de Sindicalismo Revolucionário ou de ação direta, inspirada nas concepções da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa. Portanto, a designação, difundida a partir da década de 1910, somente ganha sentido na confrontação com a outra forma de sindicalismo então existente.[432]

Os princípios defendidos pelos socialistas reformistas se assemelhavam aos valores católicos, principalmente no tocante a não se preocupar com a mudança da organização social, bem como a preservação da estrutura hierárquica de organização das diretorias dos sindicatos,

[432] Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SINDICALISMO%20AMARELO.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2018.

com cargos dotados de atribuições específicas (presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro etc.), existentes em outros tipos de associações, como as sociedades mutualistas, além de defender o fornecimento dos auxílios a seus associados (por falecimento, desemprego, doença).

Essas práticas também foram adotadas pelo STPC que, ao longo da história do sindicato, foi formando uma pequena casta de dirigentes que se revezavam nas funções; Vital Felix de Souza (Figura 20)[433] permaneceu na Presidência, com características autoritárias diante dos associados, pois à medida que o sindicato crescia, e sua área de atuação se expandia, esses tipos de ações se intensificaram. Como no caso de José Feliciano de Souza, em fevereiro de 1925, suspenso por faltar com atenção a Vital; isso foi considerado uma afronta ao poder do presidente.

Dentro dessa mesma linha de controle e poder exercido pela Diretoria do Sindicato, também no ano de 1925, foi determinado que os trabalhadores não poderiam trabalhar "despidos meio corpo", por questões morais.[434] Manteve as ações mutualistas, bem como o alinhamento com figuras políticas da cidade, e a ênfase na construção do diálogo e da negociação com os patrões, delegando à greve um caráter secundário nas estratégias de lutas dos portuários.

No início dos anos de 1930, o STPC se aproximou da LCT, da ação social da Igreja Católica e das ordens governamentais sobre o sindicalismo,[435] e, através do diálogo com estas entidades, o sindicato conseguiu vitórias significativas em relação aos sistemas de contratação e de pagamento da mão de obra, bem como da carga horária para os trabalhadores sindicalizados.[436]

---

[433] Na história de vida de Vital Felix de Souza, que saiu com pouca idade do Município de Várzea Alegre-CE (1909) para morar na capital, Fortaleza, a busca foi constante para ter melhores condições de vida. Trabalhou como carroceiro, e conquistou a amizade da família Diogo, que tinha papel de destaque no comércio e na indústria da cidade. Passou a ser portuário, e se firmou como importante papel de liderança da categoria, fundou, com outros colegas, o STPC (1922), e se estabeleceu posteriormente como membro da LCT. Cf. PARENTE, op. cit., 1999, p. 84.

[434] PARENTE, Josênio C. **Anauê:** os Camisas Verdes no poder. Fortaleza: UFC, 1999. p. 86.

[435] O Decreto 19.770 de 1931 regulamentou o sindicalismo, e não escondia sua ação desmobilizadora das antigas lideranças sindicais, orientando-se no sentido de decapitar politicamente uma boa parcela das lideranças mais aguerridas e resistentes. (Decreto-Lei 1.371, de 23/IV/1939, art. 5§2 e 3).

[436] O sistema de *Closed Shop*, abordado no Cap. 2 desta Tese.

Figura 20 - Jornal O LEGIONÁRIO, 11/03/1933, n. 2, p. 1

Fonte: Jornal O LEGIONÁRIO, 1933.

Vital Félix de Souza foi um dos fundadores e presidente do STPC por vários mandatos, com forte atuação na LCT. Inicialmente foi carroceiro, e, devido à sua boa conduta, acabou tornando-se um protegido da Família Diogo, ligada ao comércio e a indústria local. Passou a ser marítimo e foi um dos fundadores do *Sindicato dos Trabalhadores do Porto*.

Em entrevista concedida ao pesquisador Josênio Parente, em 9 de fevereiro de 1983, Vital, afirmou que, à época da fundação do sindicato, não havia legislação para defender os trabalhadores, e que os patrões e capatazes não foram a favor de sua criação. Segundo ele, recebeu o apoio da única associação forte entre os marítimos, a *Associação Deus e Mar*, que via na criação do sindicato um modo de fortalecer as lutas em prol de melhoras nas relações de trabalho e nos serviços portuários. Vital também afirmou que a questão sindical era apoiada pelos ingleses que aportavam rotineiramente no Porto de Fortaleza, e alegavam que o sindicalismo e a conquista de leis trabalhistas seriam um avanço para os portuários cearenses.[437]

Na fala de Vital Félix, pode-se perceber que a fundação do sindicato foi pensada diante da necessidade de fortalecer o movimento de lutas dos trabalhadores portuários. Inicialmente ele possuía um caráter notadamente mutualista; contudo, os debates sobre o papel que diferencia o sindicato das reivindicações dos trabalhadores foram sendo amadurecidos e o diálogo com outras categorias e principalmente com as ideias que chegavam via Porto, contribuíram para que o STPC buscasse mudanças mais efetivas nas relações de trabalho.

Enquanto a *Sociedade Deus e Mar* centrava-se na prestação de socorros aos seus associados em momentos de necessidade, oferecendo pensões, indenizações, medicamentos ou atendimento hospitalar, e financiavam funerais, também era um espaço de sociabilidade para

[437] Cf. PARENTE, op. cit., 1999, p. 84. Entrevista concedida em 9 fev. 1983, para o NUDOC-UFC.

os trabalhadores. O Sindicato agregou essas ações às lutas reivindicatórias e de resistência contra a exploração sofrida pelos portuários. Assim, o STPC colocou o fortalecimento da categoria com base nas práticas mutualistas, e a construção das negociações contratadoras da mão de obra como sendo os dois pilares de sustentação de suas lutas.

Segundo Parente, durante os anos de 1925 e 1926, com as ações do sindicato, os diálogos com outras associações tornaram-se mais intensos, objetivando maior força e participação política. Nesse mesmo período colocou de maneira mais efetiva e combativa na busca por melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Em 1927, o sindicato aliou-se de maneira mais ativa à Federação Operária Cearense, fundada em 1925, precursora da Legião Cearense do Trabalho.[438]

Os membros da Diretoria do STPC vinham, durante os anos que antecederam a Revolução de 1930 e da Fundação da LCT, passando por um processo de mudanças nas estratégias de atuação sindical, com o objetivo de conseguir conquistas para os trabalhadores para além dos benefícios de caráter mutualistas. A aliança com a LCT, em 1931, fortaleceu ainda mais o poder de Vital Felix de Souza, dentro do sindicato.

Além de Victal Felix, a Legião tinha outros portuários como sócios:

> Na sessão de quarta-feira do conselho legionário, foram eleitos para os cargos de Juiz e suplente do tribunal legionário que se achavam vagos, os companheiros João Evangelista de Lima e Minervino de Castro (Que fazia parte da Deus e mar), respectivamente valorosos legionários, elementos de todo destaque nos meios trabalhistas, onde gozam de geral estima e alto conceito.
>
> [...] Minervino de Castro, marítimo valoroso, que tantos serviços ha prestado á causa dos trabalhadores do mar, sendo alem disso um espírito esclarecido, recto, acha-se á altura do cargo de que vai ser invertido.
>
> Os nossos parabéns, pois, á família legionária.[439]

Minervino de Castro teve destaque na história do Movimento dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza, ao fazer parte da Diretoria da *Deus e Mar* desde a sua fundação até o ano de 1928, quando rompeu com a chapa situacionista e formou um grupo para concorrer ao pleito deste mesmo ano; diante da derrota, fundou a *Associação União Marítima*, que não obteve a mesma influência dentro do Porto quanto a *Deus e Mar*. Com o direcionamento da LCT, as duas associações se fundiram e formaram a *Associação Deus e União,* que também contou com

[438] PARENTE, op. cit., 1999, p. 84.
[439] O LEGIONÁRIO. **Os novos juízes do tribunal legionário**. Ano 1, n. 2, p. 1, 11 mar. 1933.

a participação de Minervino na Diretoria, e como figura de destaque na LCT, ao se tornar um dos delegados Legionários (Figura 21).

Figura 21 - O LEGIONÁRIO, 11/03/1933, n. 2, p. 1

Figura 21 - O LEGIONÁRIO, 1933.

João Evangelista (Figura 22), assim como Minervino fizeram parte da Diretoria da Deus e Mar, participaram do processo de mudança para a *Deus e União*, permaneceram na Diretoria, mantiveram a participação na LCT. Minervino tinha a função de delegado, e outra de suas funções era fazer visitas mensais aos sindicatos e associações ligadas à Legião, para verificar o funcionamento, inclusive da *Deus e União* e do STPC.

Figura 22 - O LEGIONÁRIO, 11/03/1933, n. 2, p. 1

Fonte: O LEGIONÁRIO, 1933.

Tanto a diretoria da *Deus e União* quanto a do STPC mantiveram intenso diálogo com a LCT, seguiram as diretrizes legionárias, que prezavam pela manutenção da ordem e da boa conduta dos trabalhadores, e o Sindicato dos Portuários foi moldando suas ações de acordo com o que era definido pela legião.[440]

> O syndicato inicialmente lhe fornecerá o médico, o advogado, a escola para os filhos, livrando-os assim de fortes laços de submissão ao patrão ao rendeiro, ao coronel, ao chefe político. O syndicato se transformará no advogado de suas aspirações de classe, organisando o programma de suas necessidades, pois estas somente no syndicato poderão ser vistas, sentidas, comprehendidas.
>
> O syndicato se constituirá o seu orgão de communicação com os governos, com as autoridades, esclarecendo as prentenções e os interesses da classe, e amparando-os convenientemente e proficientimente.
>
> A propaganda da corporação deve ser portanto, emprehendida sem desfallecimentos, por todos os meios. Emquanto o sertão todo não associar-se sob a bandeira de syndicatos vivos, intelligentes e energicos, é inultil esperar qualquer melhora para as suas condições de vida.[441]

A sindicalização defendida pela LCT assemelhava-se ao associativo beneficente, ofertando serviços médicos e jurídicos, possibilitando o acesso dos filhos dos trabalhadores à escola, intermediando as negociações entre os patrões e os trabalhadores, buscando melhorias nas condições de vida e de trabalho, porém, de modo "organizado e controlado", para fugir da dita anarquia e das ideias revolucionárias comunistas. A diferença do mutualismo estava na atuação social do sindicato na luta, que não eram necessariamente por meio do embate direto, com greves e passeatas, mas que reivindicavam mudanças no processo de contratação, nos valores pagos aos trabalhadores, na carga horária de trabalho, e na busca por garantias de diretos considerados básicos.

O modelo de prática sindical, que, a partir da releitura das experiências das décadas anteriores, se consolidou no início dos anos 1930 entre os trabalhadores do Porto de Fortaleza, pautou-se na luta reivindicativa por melhores condições de vida, como um controle do mercado de trabalho e da beneficência, não podendo a organização sindical, no caso dos portuários de Fortaleza, ser simplesmente definido dentro da linha de beneficência ou de resistência, visto que esses trabalhadores tiveram contato com diferentes ideias sociais e com diferentes categorias de trabalhadores da cidade. Diante disso, perceberam que, através da expansão da solidariedade entre os portuários e outras categorias, conseguiram vitórias coletivas. Como no

---

[440] O LEGIONÁRIO. Legião Cearense do Trabalho. **Boletim** (n. 1, jan.), n. 1, 4 mar. 1933, p. 2.
[441] Id. ibid.

caso da Greve da Light, empresa que fornecia energia para Fortaleza, os portuários se colocaram como apoiadores do movimento grevista e enviaram apoio material às famílias dos trabalhadores em greve.[442]

Ao analisar as ações estratégicas do STPC, torna-se indispensável entender o conceito de resistência, e dialogar com outros autores com o objetivo de amadurecê-lo e então compreender o modo de resistência vivido pelos trabalhadores portuários de Fortaleza.

Nesse sentido, William Mello desenvolve o conceito de solidariedade ocupacional para tratar sobre a resistência desenvolvida pelos trabalhadores portuários de Nova York. Pensando que esse tipo de solidariedade surgiu como reflexo dos interesses compartilhados, a partir das condições gerais do processo de trabalho do Porto, do emprego informal sem vínculo com um único empregador, das condições de trabalho brutais e perigosas, da falta de mobilidade ocupacional, que, aliada a compreensão que eles faziam parte da camada mais baixa da classe trabalhadora, contribuíram para a conquista e fortalecimento do processo de reconhcer-se enquanto grupo.

> Para ocorrer a ação coletiva entre os trabalhadores, eles precisam desenvolver um conjunto de características comuns que os levem a adquirir metas ou objetivos comuns. Neste sentindo, a ação coletiva é primeiramente baseada no momento em que os trabalhadores encontram disposição para comportar-se em ação comum.[443]

A partir do processo de ação coletiva, foi fortacelecida a resistência dos portuários, da qual gerou a noção de classe, que atrelou os interesses compartilhados ao intercâmbio social, político e econômico. Assim, a cultura de resistência dos estivadores baseou os seus interesses compartilhados (relacionados a tradição), na experiência particular no trabalho e na inserção do cais na economia política.[444]

William compreendeu a ação consciente dos portuários de Nova York dentro da preocupação com as questões sociais, políticas e econômicas, ou seja, onde os portuários se inserem em um cenário de tensão e resistem diante das forças que os exploram. Por sua vez, James Scott entendeu os trabalhadores camponeses a partir de ações estratégicas, ditadas pelas artimanhas (atitudes veladas e silenciosas) do dia a dia, utilizadas para burlar o sistema de trabalho e de exploração em que estavam inseridos. Scott, ao analisar os trabalhadores do campo de Sedaka, afirma que eles desenvolveram formas cotidianas de resistência:

---

[442] ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ, 22 set. 1929.
[443] MELLO, op. cit., 2016, p. 57.
[444] MELLO, op. cit., 2010, p. 24-25.

> [...] Onde a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e *de jure*, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de facto* imediatos.
>
> [...] É razoavelmente claro que, frequentemente, o sucesso da resistência *de facto* é diretamente proporcional à conformidade simbólica com que é dissimulada. A insubordinação ostensiva provocará, em praticamente qualquer contexto, uma resposta mais rápida e feroz do que uma insubordinação que pode ser tão penetrante, mas nunca se aventure a contestar as definições formais de hierarquia e poder. Para a maioria das classes subalternas que, de fato, tiveram historicamente escassas possibilidades de melhorar seu *status*, essa forma de resistência foi a única opção. O que pode ser realizado *no interior* dessa camisa de força simbólica é, não obstante, até certo ponto, um testemunho da persistência e inventividade humana.[445]

Scott trata de resistências cotidianas que ocorrem a partir das condições limitadas desses trabalhadores, os quais temem as retaliações e reações de seus patrões. Sendo as resistências cotidianas "as armas comuns dos homens sem poder", que não produzem manchetes de jornais, grandes mobilizações, e não chamam a atenção social, tendo em vista que são prioritariamente construídas com micro atos, para manter a segurança do anonimato.[446] O autor segue afirmando que essas ações se dão majoritariamente em nível individual, de caráter informal, ou seja, são o que ele denominou de resistências silenciadas.

No caso dos camponeses de Sedako, as ações de resistência, como o boicote e o roubo de grãos, se intensificaram à medida que as máquinas foram sendo introduzidas na atividade do campo, modificando toda a dinâmica de organização do trabalho e agravando a situação de pobreza dos camponeses, levando as resistências rotineiras.[447] Nesse sentido, as resistências cotidianas tornaram-se fundamentais para diminuir a velocidade com que as máquinas foram sendo implementadas na produção dos grãos de arroz, considerando essas ações válidas e importantes, mesmo que não tenham tido inicialmente um caráter político nem um caráter radical e aberto.

James Scott compreende que, para ser considerada resistência, não precisa de etiquetas pré-planejadas, pois a resistência pode possuir "diversas faces": individual, coletiva, formal, informal, pública, anônima; faces que desafiam o sistema de dominação ou que objetivam ganhos marginais.[448] O mais importante a ser destacado é que as formas de resistência cotidianas servem para o processo de mobilização dos trabalhadores e transformações que

[445] SCOTT, op. cit, 2011, p. 4.
[446] SCOTT, op. cit., 2002, p. 20.
[447] Ibid., p. 22.
[448] SCOTT, op. cit., 2002, p. 29-31.

podem ser vistas a longo prazo, ou seja, a percepção de entendê-las dentro de um processo histórico, consideradas como "armas duráveis".

Para Scott, a insubordinação não pode ser ostensiva, mas sim dissimulada, para conseguir ganhar espaço entre os homens que estão no poder, de modo a não sofrer ações repressivas,[449] afirmando ser essa forma a única possível para os grupos subalternos.

Ao utilizar a análise de James Scott para compreender as ações dos portuários do STPC, tomei as devidas precauções, posto que Scott analisou os trabalhadores camponeses e aqui estudo os portuários; estes possuem uma dinâmica de trabalho, inserção e percepção da economia completamente diferente. Para esse autor, as resistências cotidianas não são institucionalizadas. Percebo, a partir das ações informais e dissimuladas, que os trabalhadores portuários, apesar de se organizarem na Deus e Mar e no STPC, muitas vezes estavam preocupados com ganhos imediatos, utilizando as formas cotidianas de resistência para fugir do combate direto e consequentemente das ações repressivas.

No entanto, esses trabalhadores também construíram momentos de embates diretos; tiveram a visibilidade diante da sociedade, tornando públicas suas necessidades e reivindicações nas páginas dos jornais, tal como os trabalhadores de Nova York fizeram. Nesse sentido, os portuários não adotaram somente a resistência passiva, com micro atos, com caráter informal e individual, eles foram além, não diminuindo a importância das ações de resistência cotidianas, apresentadas pelos camponeses. Por sua vez, no intuito de sair da limitada percepção de luta individual, conseguiram se organizar para conquistar os interesses comuns fortalecidos pelas ações de resistência, que ganharam o caráter de formalidade como estratégia política e social.

Concordo com James Scott, quando afirma que as forças cotidianas de resistência são fundamentais para as lutas e conquistas dos trabalhadores que buscaram fugir do desgaste com os patrões e empresas de contratação, mas no sentido de processo. Ou seja, "armas cotidianas duráveis" foram modificando a maneira de agir e resistir dos trabalhadores portuários de Fortaleza, os quais atuaram intensamente, utilizando as estratégias das sociedades beneficentes de auxílio mútuo, implementaram mecanismos de luta mais diretos para conquistar benefícios, não somente materiais, mas de mudanças no processo de organização, contratação da mão de obra e de pagamento; atuaram na luta reivindicativa, para tentar controlar o mercado de trabalho e a beneficência.

[449] SCOTT, op. cit., 2002, p. 12-13.

A ação beneficente se assemelha ao que Mello afirmou ser solidariedade ocupacional, dentro do processo de resistência, pois surgiu da ação coletiva e corroborou o processo de autoconhecer dos trabalhadores inseridos nas disputas por poder econômico, político e social.

Mesmo diante do que foi apresentado em relação às ações dos anarquistas para convencer os trabalhadores da associação Deus e *Mar* e do STPC de que o Sindicato de Resistência era uma importante ferramenta de luta, seja através das páginas dos jornais, da aproximação dos sindicatos e associações, seja através das reuniões, das assembleias, incentivando a fundação de escolas para os trabalhadores e seus familiares, as instituições que representavam a maioria dos portuários da capital cearense, principalmente o STPC, optaram pela tríade supracitada (beneficência + resistência + controle do mercado de trabalho).

Apesar de a Diretoria STPC afirmar ser de resistência, em suas atitudes do dia a dia se acumulavam a beneficência. Dessa mistura, surge o que chamo de *Resistência Solidária,* na qual os trabalhadores buscaram mecanismos para melhorar suas condições de vida e de trabalho, através da união dos trabalhadores sob a égide da Associação *Deus e Mar*, *Deus e União* e no sindicato, tendo no auxílio mútuo o objetivo de promover melhorias imediatas, a as ações reivindicativas para conquistar vitórias e espaços no âmbito das mudanças materiais e estruturais, principalmente, no que tange à sistemática de contratação e pagamento da mão de obra, que interferia diretamente na vida econômica dos trabalhadores, e os deixavam à mercê dos patrões-contratadores e das empresas de Navegação.

A luta se fez evitando-se embates diretos, mas houve resistência diante da exploração e ela não se fez passiva, mas sim ativa, com diálogo entre os trabalhadores, principalmente da Diretoria do Sindicato, com os patrões, promovendo o diálogo e a negociação com os contratadores e as empresas de Navegação, ameaçando com a possibilidade de greve e, por vezes, chegando a deflagrá-la; obtendo derrotas, mas também vitórias, como a conquista do *Closed Shop (Contrato Coletivo)* e o controle do sistema de contratação da mão de obra no Porto no início dos anos de 1930, que deu maior poder ao STPC e a *Associação Deus e União* no processo de controle da mão de obra.

A *Resistência Solidária* se pautava na garantia de necessidades imediatas, como auxílio doença, auxílio funerário, pagamentos de Pecúlios, assistência médica, oferta de escolas para os trabalhadores, que serviam para identificar as necessidades comuns e unir os portuários dentro da percepção de que quem seriam “Eles”, diante dos “Outros”.

A partir dessa compreensão, foi possível articular mecanismos de lutas com caráter de resistir, de modo a repassar a organização do trabalho às formas e valores de pagamentos da jornada de trabalho. Também se realizaram alianças declaradas ou veladas com grupos

políticos, intelectuais à época, com a Igreja, a LCT, com outras categorias de trabalhadores, fazendo acordos a partir de suas conveniências, para conquistar os objetivos traçados pelo STPC: União para Resistir e conquistar benefícios.

O Movimento Anarquista construiu, ao longo dos anos de 1910-1920 no Brasil, uma história de luta, conquistas e adesões dos trabalhadores as ideias libertárias, mas também vivenciou a perda de espaço social e político para os comunistas. De modo geral, os anarquistas não optaram por estratégias que conseguissem vitórias significativas e de mudanças na estrutura social.

Mesmo sem encontrar registros nas fontes que comprovam o alinhamento dos portuários com o sindicalismo reformista ou "amarelo", ao analisar as ações dos portuários, percebi que se assemelharam à estratégia moderada dos reformistas e se distanciaram da ação sindicalista revolucionária de cunho anarquista. Entendo que a preponderância das características reformistas está diretamente ligada à força e à presença da Igreja Católica dentro do Movimento dos Trabalhadores Portuários do Ceará, como também aconteceu em outros Estados do Brasil.

No Estado do Ceará, a inicial adesão ao Socialismo e ao PSC, direcionou figuras militantes para as fileiras anarquistas, que tiveram uma trajetória semelhante ao que ocorreu na maioria dos Estados da federação, com o crescimento, auge e crise interna, por causa das divergências dentro do próprio movimento, no tocante as estratégias de ações, e externa, com o avanço do Movimento Comunista.

No Ceará, a "imprensa libertária", através dos jornais *Voz do Graphico* e *O Combate*, exerceu papel fundamental na divulgação das ideias anarquistas e atuou de maneira efetiva para convencer os trabalhadores sobre a importância da luta e da resistência, com base no esclarecimento e fortalecimento dos sindicatos. Para tanto, foi elaborado um discurso em defesa do sindicato de resistência.

No tocante aos trabalhadores do Porto associados a *Deus e Mar* e ao STPC, apesar de os anarquistas se mostrarem sensíveis as suas pautas reivindicativas, e de terem dado espaço de divulgação de suas problemáticas nos jornais libertários, os portuários não se afirmaram adeptos, ou simpatizantes da causa anarquista.

Enquanto a *Deus e Mar* se caracterizou pela beneficência, o STPC viveu a dualidade sindicato/beneficência, muitas vezes de maneira tensa, buscando construir uma forma própria de luta, e, nesse processo de autoconhecer-se, buscou também o fortalecimento da categoria, passou pela identificação de quem eram os trabalhadores do Porto, e quem eram aqueles que se beneficiavam da exploração da mão de obra portuária. E foi exatamente a questão envolvendo o controle da mão de obra que deu forças para que a *Deus e Mar*, posteriormente *Deus e União*,

e o STPC buscassem construir espaços de luta, e conquistar o controle da contratação dos trabalhadores para os serviços de carga e descarga no Porto.

Então, apesar de o Anarquismo ter mostrado a importância estratégica de resistência sindical, o caminho seguido pelos portuários do STPC não esteve de acordo com as ideias anarquistas, mas também não se limitaram aos associativos. Dessa maneira, construíram suas ações fundamentados na resistência solidária, que aliou a busca pelo controle do processo de contratação da mão de obra, somadas as práticas de auxílio mútuo, desenvolveram ações de resistência mais explicita, com a participação e apoio a greves, e também construíram alianças políticas, para negociar pautas reivindicatórias.

Os portuários buscaram o apoio não somente de indivíduos ligados aos partidos políticos da cidade, como já foi abordado nos Capítulo 2 e 3 desta Tese, mas também teceram laços com elementos ligados ao catolicismo; para tanto, buscaram adequar-se ao modelo de moral proferido pela Igreja Romana. Aderiram ao movimento da Legião Cearense do Trabalho (LCT), que teve destaque nas lutas dos trabalhadores do Ceará no início dos anos de 1930, período em que as atenções do governo Vargas estavam voltadas para as questões das leis do trabalho, dos sindicatos e dos trabalhadores.

5 NÓS E OS OUTROS: AS AÇÕES DO GOVERNO, DA IGREJA E DA LCT ENTRE OS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DE FORTALEZA E O PROCESSO DE AUTOCONHECER

> *É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem que ser derrocado pelo poder material, mas também a teoria transforma-se em poder material logo que se apodera das massas* (K. Marx).

5.1 Introdução

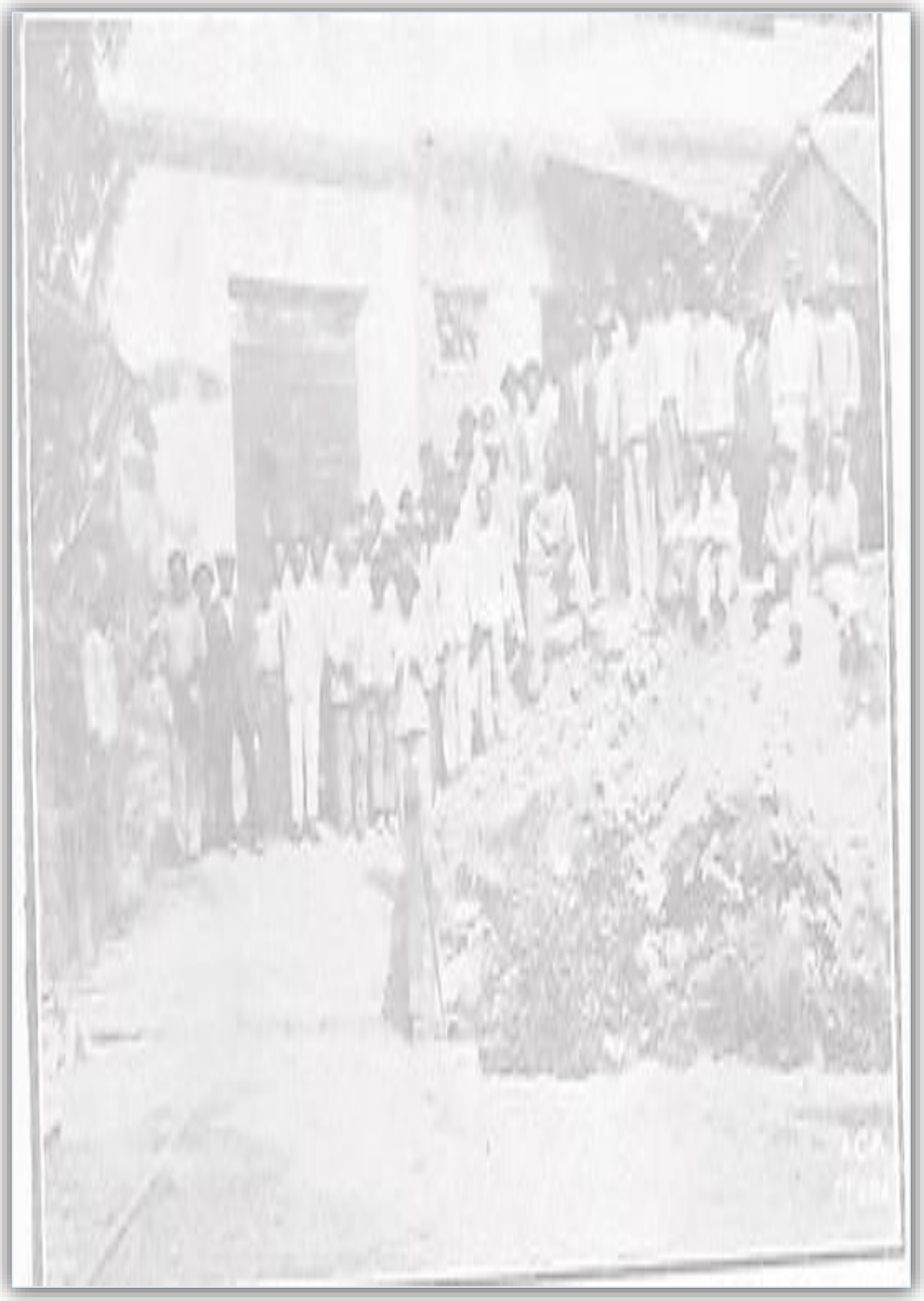
A compreensão sobre as condições materiais é o primeiro passo para a elaboração de uma crítica social que deve ganhar força com a ação efetiva que se volte para promover a transformação material. Karl Marx é categórico ao afirmar que "a crítica não pode substituir a crítica das armas", e que esse conhecimento primeiro da realidade material torna-se poder com a adesão das "massas" para que ocorra mudanças.

Tomadas as devidas proporções históricas, esse caminho indicado por Marx para a conquista da transformação social, assemelha-se ao que ocorreu no Brasil, durante os anos que antecederam a Revolução de 1930, os quais foram marcados pela organização dos trabalhadores, com a fundação de sindicatos, associações, alianças com os socialistas, anarquistas, comunistas, e para promover pressão social. Foi um período de intensa movimentação e lutas, das quais se fizeram através de mobilizações, paralisações, greves, que ganharam força com a adesão dos trabalhadores as ações de cunho reivindicativo.

Durante as décadas de 1910-1920, para chegar aos anos de 1930, os trabalhadores viveram o processo de leitura e compreensão de suas condições materiais, e perceberam o quanto eram explorados e desprotegidos em relação aos patrões. A crítica foi elaborada, as pautas de reivindicação foram erigidas e se tornaram armas de luta que ganharam fôlego com a união e adesão dos trabalhadores, que interferiram de maneira direta na elaboração das leis do trabalho.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao Poder Federal do País, o cenário de atuação dos trabalhadores se modificou; o presidente trouxe consigo transformações às leis relacionadas aos trabalhadores, estabeleceu táticas conciliatórias, e não abriu mão da repressão aos militantes anarquistas e comunistas. Dessa maneira, o estudo da história do Direito do Trabalho no Brasil não pôde prescindir do exame do papel desempenhado pelos agentes do Movimento Revolucionário de 1930, na medida em que se intensificou de maneira marcante a intervenção estatal na regulamentação das condições de trabalho, com o surgimento de inúmeras leis que repensavam a organização do trabalho e dos trabalhadores (Figura 23).

Figura 23 - Jornal CORREIO DO CEARÁ. 15/09/1928, n. 4041, p. 1



Fonte: Jornal CORREIO DO CEARÁ, 1928.

Assim, as consequências da Revolução de 1930 para o Direito do Trabalho brasileiro devem ser analisadas, tendo em vista a instauração dos alicerces para a construção de um modelo jurídico que ficou conhecido com o "o corporativismo", cujas marcas podem ainda hoje ser encontradas.

O primeiro passo foi dado com a Lei de Sindicalização, em 19 de março de 1931, Decreto 19.770, que rompeu com as políticas negativas e repressivas anteriores, e atribuiu ao sindicato o caráter de mero órgão consultivo do Estado. Dentre as ações do governo varguista também pode ser destacada a aproximação em relação a Igreja Católica, utilizando a fé católica como arma para manter o controle e a disciplina dos trabalhadores. Em troca, a Igreja recebeu privilégios, buscando restituir de maneira informal a relação de favorecimento que a separação com o Estado havia estabelecido; sendo uma oportunidade de negociação com o governo em troca de sanção religiosa.

A partir da pesquisa sobre a *Sociedade Beneficente Deus e Mar (Deus e União) e do Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará,* feitas nos jornais, que circularam na cidade de Fortaleza-CE, entre os anos de 1912-1933, analiso as ações dos trabalhadores portuários em meio a sociedade Beneficente de caráter mutualista, as relações mantidas com o Sindicato dos trabalhadores portuários, a Igreja Católica e a interferência da LCT e do governo de Getúlio Vargas.

O presente capítulo será dedicado à análise da relação existente entre os trabalhadores portuários associados da *Deus e União* e STPC, partindo da compreensão de que os portuários estavam inseridos no processo de autoconhecer-se, de modo a entender os laços e as negociações que foram sendo construídos com o Governo Vargas e a Igreja (de maneira indireta) a partir das ações da LCT entre os anos de 1930-1933, período em que as relações de trabalho modificaram-se, seguindo as mudanças indicativas do Estado, que culminou no acordo feito entre os portuários, as empresas de Navegação e os contratadores - *Contrato Coletivo*, através do intermédio da Legião.

5.2 As mudanças promovidas pelo Governo Vargas em relação à organização dos trabalhadores (1930-1933)

> Não houve outorga nenhuma, como quem dá esmola a um débil mental. As massas operárias lutaram durante um triênio – e ainda lutam e continuarão a lutar – pelo advento de leis que lhes melhorassem as condições de vida. Houve greves, lutas, sangue, desespero, prisões, mortes. Como falar-se em pobres diabos, sem líderes, sem ideias, sem aspirações, que receberam tudo que se lhes queria dar como favores espontâneos e unilaterais.[450]

A chegada de Vargas ao poder político do Brasil ocorreu após uma forte mobilização da Aliança Liberal,[451] somada ao apoio dos Tenentes para derrubar a Oligarquia do "Café com Leite", que marcou a chamada "República Velha". Então o Estado brasileiro no pós-1930 se afirmou como sendo forte e antiliberal, mantendo a conotação de democrático, com caráter de justiça e proteção. Para tanto, se fazia necessário vencer os vícios das antigas oligarquias que se baseavam no clientelismo e no personalismo. Vargas optou por um Estado forte e centralizado, que deveria passar pelo processo de nacionalização e modernização do poder público no Brasil.[452]

O período imediato à tomada do poder por Getúlio ficou conhecido como Junta Governativa, que marcou as primeiras ações do governo sobre o movimento sindical. Os trabalhadores de modo geral sofreram com os impactos das medidas iniciais implementadas, tendo em vista que a Aliança Liberal havia buscado o apoio dos trabalhadores durante a sua campanha, propagando a ideia de apoio as suas lutas.

Vargas assumiu o Poder Provisório no Rio de Janeiro, e de imediato autorizou a reabertura de vários sindicatos, antes fechados, e criou em novembro de 1930 o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). O governo deixou clara sua perspectiva em relação ao movimento sindical em março de 1931, data em que Decretou a Lei 19.770, a qual estabeleceu novas regras para a organização e funcionamento dos sindicatos, a conhecida Lei Sindical.

---

[450] MORAES FILHO, Evaristo de. **O Problema do sindicato único no Brasil**: seus fundamentos sociológicos. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

[451] Criada a Aliança Liberal (entre os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul para enfrentar o candidato oficial), o presidente do Estado gaúcho. Getúlio Vargas (ex-ministro da Fazenda do próprio Washington Luis) foi escolhido como o candidato da oposição, sustentava um programa que refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao setor cafeeiro, e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Assim, defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; e afirmava ser a questão social no Brasil "um caso de polícia e acenava com algumas medidas de proteção aos trabalhadores (extensão da aposentadoria, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, aplicação da lei de férias) ao mesmo tempo em que fazia a defesa das liberdades individuais, da anistia (em claro apelo aos tenentes) e da reforma política". Cf. CARONE, Edgard. A República Velha II (Evolução Política). Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

[452] GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cesar Dutra (Org.). **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo, SP: Unesp, 2012.

A Lei de sindicalização determinou: o princípio da unidade e definiu o sindicato como sendo um mero órgão consultivo, que caminhava em colaboração com o poder do Estado; proibia aos sindicatos de fazer propaganda de ideologias políticas ou religiosas; tornou a sindicalização compulsória, na medida em que somente os indivíduos sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação social.

Por sua vez, o governo estreitou os caminhos possíveis de luta dos trabalhadores; quando passou a controlar os sindicatos, também combateu intensamente as organizações independentes e todas as lideranças socialistas, comunistas, anarquistas, os quais poderiam organizar protestos contra as novas normas estabelecidas pelo novo governo.[453]

As reações ao Decreto 19.770 não tardaram, posto que se tornou um empecilho para a vinculação religiosa e a Igreja que já vinham num processo de organização e de inserção no movimento sindical; patrões e trabalhadores também reagiram. Mas Vargas não enfrentava reação somente fora do governo, mas também internamente, pois muitos temiam o crescimento excessivo do poder governamental, e dessa forma buscaram inserir-se no controle do MTIC.[454]

Inicialmente o presidente do MTIC foi Lindolfo Collor, o qual ficou à frente do órgão durante um curto espaço de tempo, por causa das tensões políticas entre o governo, as oligarquias e os tenentes. Seguido por Salgado Filho (1932-1934), que promulgou a maioria das leis que regulavam as relações de trabalho no País.

> [...] Quer em termos das condições de trabalho (horário, férias, trabalho feminino e de menores), que em termos das compensações sociais devidas àqueles que participavam da produção (extensão dos benefícios de aposentadorias e pensões), quer em termos dos mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho (Comissão de juntas de Conciliação, Convenções Coletivas de Trabalho).[455]

O governo de Getúlio Vargas sabia que havia a urgência da elaboração de leis para delimitar e garantir os direitos mínimos dos trabalhadores, bem como esclarecer sobre os seus deveres e acabar e ou minimizar as tensões e os conflitos com os patrões, e neutralizar a influência do movimento comunista sobre o operariado. Nesse sentido, a Comissão de juntas de conciliação, Convenções coletivas de trabalho teve função estratégica para conquistar espaço pelo governo com os trabalhadores.

---

[453] GOMES, op. cit., 2005, p. 163.
[454] O primeiro Presidente do MTIC foi o gaúcho Lindolfo Collor, representante da Oligarquia do Rio Grande do Sul. O objetivo era conciliar
[455] GOMES, op. cit., 2005, p. 164.

Segundo Ângela de Castro Gomes, esse período se configurou como fundamental, tendo em vista o papel preponderante do Estado no que tange a elaboração da legislação social, que construiu o diálogo mais intenso entre os empregadores e os empregados.

De modo geral, o que ocorreu após a criação dos Ministérios foi a tensão com os trabalhadores que resistiram às determinações do governo no que tange a organização dos sindicatos para manter-se independente. Para tanto, entrou em conflito com as ordens do MTIC, que, por outro lado, tiveram êxito nas ações ministeriais para conquistar sindicatos e auxiliar na criação de outros.

Interessante destacar que, desde a sua criação, o MTIC instituiu a prática de manter a proximidade e a participação ativa das lideranças e dos presidentes dos sindicatos nas visitas realizadas pelo ministro, com caráter de fiscalização dos sindicatos. Mas foi durante a administração de Salgado Filho, que essa ação ganhou notoriedade e prestígio, com a criação da função de "auxiliares fiscais", cargo exercido pelos próprios trabalhadores. Durante esse período, muitos sindicatos foram criados, contando com lideranças aliadas ao governo e desvinculados dos debates políticos ideológicos dos comunistas, ou seja, sem o interesse de realizar o embate efetivo e direto com o Estado.

Apesar da força do governo, exercida através das perseguições e prisões, de colocar agentes infiltrados dentro das indústrias e das fábricas, o Movimento Sindical independente e resistente buscou manter-se ativo, e o governo encontrou dificuldades para conquistar a simpatia da maioria dos trabalhadores para a implementação das leis sociais.

Mas esse cenário mudou em 1933, quando foi criada a Carteira de Trabalho, que garantia ao trabalhador os direitos sociais apontados pelo governo, tornando-se o instrumento de controle eficaz dos trabalhadores. Com a criação da Carteira de Trabalho, a sindicalização passou a ser estimulada de modo mais intenso, tendo em vista que somente os trabalhadores sindicalizados poderiam recorrer aos órgãos da justiça.

Ainda em 1933, o Brasil vivia a tensão das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, com data para 15 de novembro, composta por deputados classistas, eleitos pelos sindicatos de patrões e empregados. Mas a participação dos trabalhadores para a formação da Constituinte somente era possível aos sindicatos tutelados pelo Estado.

> O povo – e aí as massas trabalhadoras – era incapaz de participar politicamente através do voto secreto e direto. A representação classista, nesta percepção técnica e não-partidária. O *trabalhador* que escolhia seu representante profissional para o Parlamento era uma figura distinta o *cidadão/eleitor*. Ele não estava submetido à mesma lógica política e organizava-se a partir de outro tipo de instrumental. Os sindicatos legais, reconhecidos e tutelados pelo

> Estado, eram neste sentido o instrumento de educação do povo numa democracia, que se definia como social e não como política.[456]

Para Ângela de Castro Gomes, a forma de participação indireta dos trabalhadores na Constituinte, através da escolha dos seus representantes, demostrou a força utilizada pelo governo para controlar os sindicatos e os trabalhadores, em uma democracia que era social, pois todos teriam os seus representantes, mas num Estado forte e centralizado, ou seja, não havia uma democracia política.

Desta feita, o sindicato foi transformado num mecanismo de controle dos trabalhadores, contudo, à medida que as possibilidades de mobilização foram se tornando escassas, surgiram lideranças moderadas, dispostas a inserir-se nos sindicatos e buscar espaço, sem promover o embate direto e prematuro com o Estado.[457]

Antes da Revolução de 1930, por causa das mobilizações e lutas dos trabalhadores durante as primeiras décadas da República, já existiam leis sociais, mas que na maioria das vezes atendiam a necessidade e reivindicações de algumas categorias. Ao assumir o Poder Federal, Vargas estabeleceu um cenário em que progressivamente as leis foram sendo universalizadas, sua aplicação e fiscalização passaram a ser feitas por órgãos estatais.

> Seu projeto era claro: industrializar o país e transformá-lo numa nação moderna, com as massas proletárias integradas e protegidas por meio de normas eficazes. Os homens que se assessoravam, sobretudo no campo do trabalho, comungavam dessa mesma preocupação e apostavam na intervenção do estado nas relações sociais.[458]

A estratégia de Getúlio para manter-se no poder com um Estado forte passava pelo controle dos trabalhadores; para tanto, utilizou a estratégia de concessão de benefícios (ex.: 13º Salário, Férias e Previdência) garantidos pelas leis, a regulamentação do mercado de trabalho e o controle sobre os sindicatos, objetivando o crescimento econômico e industrial do país para caminhar rumo a modernização.

O pensamento do intelectual Oliveira Vianna esteve na base da elaboração do projeto de governo varguista, no tocante à organização dos trabalhadores, afirmando que eram necessárias leis que regessem o trabalho e as relações com os patrões. Houve papel relevante na organização da política sindical de Vargas, que estava diretamente relacionado ao conceito

---

[456] GOMES, op. cit., 2005, p. 169.
[457] FRENCH, op. cit., 1995, p. 34-35.
[458] BIAVASTI, op. cit., 2007, p. 109.

Insolidarismo social.[459] Vianna foi um importante jurista, que ocupou cargo no Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), e deu importante contribuição para o processo de organização das leis trabalhistas.

5.2.1 O Estado Autoritário e a influência do pensamento de Oliveira Vianna

> As sensibilidades corresponderiam a uma relação originária dos homens com a realidade, expressa por sensações e pela percepção que, de forma individual e partilhada, implicam na tradução da experiência humana no mundo. [...] Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos. Sendo a sensibilidade uma *forma de ser e estar no mundo*, ela pode ser também compartilhada, uma vez que é, sempre, social e histórica.[460]

Intelectual e engajado politicamente, Oliveira Vianna, no livro *Populações Meridionais*, retornou até o processo de colonização do Brasil, buscando compreender os motivos do atraso da Nação brasileira, forjado nas raízes agrárias. Destacou a necessidade de branquear a população, que estava presa aos laços dos clãs rurais, marcados pelo clientelismo e o paternalismo, e tornavam as relações individualizadas e personificadas, em que o homem vive isolado dentro de seus latifúndios ou do seu círculo familiar. Ou seja, uma nação marcada pelo Insolidarismo, que, segundo a análise de Glaucia Villas Bôas, é "a expressão que define a "falta" ou a "ausência" de instituições organizadas livremente para atender a interesses de grupos, e cuja durabilidade é essencial para que sejam reconhecidas e se tornem eficazes".[461]

O autor Oliveira Vianna, ou melhor, o "intérprete do Brasil", para ser compreendido, deve ser analisado a partir da relação: indivíduo que escreve e suas sensações e percepções; estas que mantêm relações com as questões sociais, políticas, e até mesmo econômicas, pois, para entendermos um pensamento, faz-se necessário perceber o sujeito e suas experiências.

Vianna foi importante jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo brasileiro, nascido em Rio Seco de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, filho de Francisco José de Oliveira Viana e de Balbina Rosa de Azeredo Viana, de tradicionais famílias fluminenses, trilhou uma carreira na área do Direito, diplomou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (1906). Em seguida, foi nomeado professor de Direito Criminal da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, onde se tornou professor titular (1916).

---

[459] Insolidarismo: impossibilidade de organização autônoma da população devido a sua imaturidade política, sendo necessária a intervenção do Estado na organização da nação.
[460] VENANCIO, Giselle Martins. **As flores raras do jardim do poeta**: o catálogo da Coleção Eurico Facó. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 10-11.
[461] BÔAS, Glaucia Villas. Evaristo de Moraes Filho e a maioridade dos trabalhadores brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 19, n. 55, 2004.

Ocupou sucessivamente os cargos de diretor do Instituto do Fomento do Estado do Rio de Janeiro (1926); membro do Conselho Consultivo do Estado, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1932-1940); membro da Comissão Especial de Revisão da Constituição (1933-1934); membro da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; e, finalmente, nomeado para ministro do Tribunal de Contas da República (1940). Eleito em 27 de maio (1937) para a Cadeira n. 8 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Alberto de Oliveira, foi recebido em 20 de julho (1940) pelo acadêmico Afonso Taunay.[462]

Oliveira Vianna recebeu vários rótulos, como: racista, elitista, estatista, corporativista, reacionário; mas sua postura racista e o apoio à ditadura foram considerados seus maiores erros.

A partir do Livro *Populações meridionais*, editado em 1920, Vianna se mostrou um leitor intérprete do Brasil, para quem era uma nação marcada pelo domínio dos clãs políticos regionais.

> Pelo predomínio cultural das relações pessoais na mentalidade e nas práticas dos brasileiros, chamada também de cordialidade, que provocava fenômenos como o patrimonialismo; pela tradição de dominação patriarcal-pessoal, que bloqueava o desenvolvimento das concepções de relações impessoais, típicas de uma cultura de direitos; e pelas condições limitadas de uma ação coletiva popular no Brasil, desorganizada, inexperiente e sujeita à cooptação de seus líderes personalistas pelas classes dominantes.[463]

A prática da cordialidade corroborava o patrimonialismo, no qual as relações individuais estavam acima dos interesses coletivos, e demostrava a imaturidade social e política da população. Englander afirma que, para Oliveira Vianna, os motivos do atraso do Brasil estavam na falta de solidariedade do povo brasileiro, pela ausência de um Estado de direito, e a imaturidade política da população. Por isso, defendia a necessidade de um Estado forte e autoritário para organizar a sociedade, em detrimento dos poderes personalistas dos chefes regionais e dos clãs.

Segundo Vianna, a falta de solidariedade e a incapacidade de organização autônoma de nossa população impossibilitavam a emergência de uma moderna sociedade urbana industrial. "Oliveira Viana defendia a importância de criação e /ou fortalecimento de instituições e práticas

---

[462] BRASIL, Antonio da Silveira. Intelectuais e statemakers: Oliveira Vianna, Evaristo de Moraes Filho e ação coletiva no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 301-320, jul./dez. 2010.

[463] ENGLANDER, Alexander D. Anton Couto. O pensamento social de Oliveira Vianna e a cidadania no Brasil - de 1920 ao fim da década de 1940. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos da Graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 5-23, dez. 2009.

políticas estatais, como o mecanismo de *Start* para o estabelecimento de um novo modelo político de Estado e de modernidade".[464]

Ainda no livro *Populações Meridionais*, o autor defende a necessidade de controle dos sindicatos pelo Estado, como uma maneira de superar o Insolidarismo, visto que este, centralizado, poderia desenvolver uma consciência política do Direito Social da Nação.

> Essa profissão de fé na ação do Estado ganhará contornos mais concretos somente nos anos de 1930, quando após algumas hesitações, Vianna se decide por fazer do sindicato tutelado o instrumento por excelência de combate ao "espírito de clã", funcionando como um elemento de mediação entre as demandas de centralização da autoridade e da dinâmica social maia ampla.[465]

O sindicalismo foi um dos principais alvos de sua Tese, em defesa do Estado forte e centralizado, posto que o Movimento Operário já se apresentava com expressividade desde o início do século XX, e ganhou força com os avanços e influências das ideias anarquistas e socialistas, que reivindicavam espaço político e social.

Após a Revolução de 1930, o governo brasileiro assumiu a função de ditar o caminho trilhado pela nação rumo à modernidade; para tanto, se colocou como autoritário, legitimado pelo discurso de que o País deveria progredir economicamente. Nesse sentido, Vianna foi essencial, por haver sido fundador de discursividades: "As formulações são fundamentais para compreendermos os quadros mentais de uma época em que compreendia o País como sendo ontologicamente incapaz de desenvolver formas de ações coletivas". O governo tomou a dianteira do progresso, levando consigo a população que não possuía maturidade política para participar efetivamente do processo de modernização.

Então o Estado buscou fazer alianças para se fortalecer, e encontrou apoio na Ação Social Católica, política social da Igreja que objetivava intermediar as discussões entre os trabalhadores e os patrões, tendo em vista uma nação moderna e industrial. A Igreja apoiava Getúlio Vargas não só por causa dos privilégios que recebera, mas também por sua afinidade política, pois a ênfase que a Igreja atribuía à ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo e ao anticomunismo coincidia com a orientação de Vargas.

Uma das expressões mais destacadas da neocristandade no Ceará foi a *Legião Cearense do Trabalho*, fundada, em 1931, por Severino Sombra, que defendia o moralismo cristão entre os trabalhadores, dentre eles os portuários, e o combate ao Comunismo, acusado por levar os

---

[464] ENGLANDER, op. cit., 2009, p. 8.
[465] BRASIL, op. cit., 2010, p. 309.

trabalhadores aos desvios morais.[466] A partir dessa política intervencionista, as associações mutuais, beneficentes e os sindicatos precisaram lidar com essa nova realidade. Mas lidar não significa concordar, pois, durante os anos de 1930, apesar da ação do governo, da Igreja e da LCT, houve a ação e reação dos trabalhadores em meio ao cenário que se delineava.

O processo de elaboração das leis do trabalho no Brasil teve a importante contribuição do pensamento de Oliveira Viana, no que tange ao autoritarismo e a ação do governo sobre os sindicatos, durante os primeiros anos após a Revolução de 1930. No entanto, os debates relacionados à necessidade de elaboração de leis que atendessem às questões sociais não surgiram com o governo Vargas, haja vista que, desde os primeiros anos da república, os trabalhadores vinham em um processo de organização e mobilização de forças para melhorar suas condições de vida e de trabalho. Em outras palavras, as mudanças legislativas, promovidas por Getúlio, tinham um caráter estratégico que visava controlar uma parcela considerável da população que trazia a ameaça a "ordem" que o novo governo desejava implementar.

5.2.2 As lutas e a conquista do direito do trabalho no Brasil

O projeto do governo de Getúlio Vargas baseava-se na industrialização do País, visando transformá-lo em uma nação moderna, integrando e protegendo os trabalhadores sob o controle do Estado por meio de normas sociais eficazes.

Dessa maneira, a política varguista iniciou uma nova fase do período de transição do capitalismo no Brasil, que se baseava no corporativista, gerado, a partir da constatação de que a desorganização da vida econômica nas sociedades modernas estava estreitamente ligada às lutas de classes, que ocorriam diante da ausência de leis que regulassem a atividade econômica, surgidas de um erro jurídico do liberalismo, que, em nome da liberdade do indivíduo, deixava de limitar as paixões e os egoísmos, e, por isso, o governo brasileiro, estabeleceu que a liberdade deveria se expressar na autoridade e na racionalidade das leis que limitassem os excessos dos indivíduos.[467]

A proposta era reunir os trabalhadores em "corporações" com patrões, objetivando a defesa da profissão, que servisse para regular as condições de trabalho de acordo com a

---

[466] MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 47-48.

[467] Essa perspectiva se desloca da ideia da luta de classes, tal como pensava Marx, a qual ocorre em função dos interesses conflitantes entre a burguesia e o proletariado estabelecidos pelo capitalismo. Cf. SILVA, Otavio Pinto. A revolução de 1930 e o direito do trabalho no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, v. 95, 2000.

profissão, prezando pelos laços de solidariedade, harmonia e colaboração, para resolver os conflitos surgidos dentro grupo. Segundo Otávio Pinto Silva:

> [...] O corporativismo, ao propor a intervenção estatal nas relações de trabalho, redefine também as noções de igualdade e de lei. A legislação trabalhista, para o corporativismo, é um instrumento que o Estado dispõe para que seja instaurada a verdadeira igualdade. Nesse sentido, a lei não deve ser igual para todos, mas explicitamente favorável aos mais fracos.[468]

Desta feita, o conjunto de reformas elaboradas durante os primeiros anos do governo Vargas não poderia deixar de levar em consideração a chamada "questão social", visto que se fazia necessária a instauração de uma ideia de igualdade, que, pela imaturidade política e social da população, precisava da intervenção do Estado, para traçar os novos rumos a serem tomadas pelo país, que necessitava da elaboração de novas leis, principalmente no tocante ao direito do trabalho.

O primeiro passo dado pelo Governo Provisório, conforme citado anteriormente, foi a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (Decreto n. 19.433, de 26 de novembro de 1930), que possuía as seguintes atribuições: elaboração, aplicação e fiscalização das novas leis trabalhistas (funções estas cumpridas de 1930 a 1934, quando da promulgação da nova Constituição Federal); criou-se a toque de caixa, por necessidade, toda uma nova estrutura legal e administrativa para as coisas do trabalho/sindicalização, reforma das Caixas, nacionalização do trabalho, duração do trabalho, Comissões Mistas de Conciliação, Juntas de Conciliação e Julgamento, carteira profissional, convenção coletiva, trabalho de mulheres e menores, férias, reforma do Conselho Nacional do Trabalho, Delegacia do Trabalho Marítimo; criação dos primeiros Institutos de Previdência, dentre outras determinações.

Em suma, a partir de 1930, o trabalhador brasileiro foi conseguindo assegurar a condição de sujeito do Direito Social, depois do Direito do Trabalho. Mudanças nas regras, com ou sem tensões são positivadas pelo Estado, para serem consolidadas em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Ressalte-se que o nascimento do Direito do Trabalho no Brasil não ocorreu a partir da ideia de que o governo concedeu as leis como maneira de minorar as desigualdades sociais e proteger o trabalhador da pobreza. Mas tais direitos serviram para atender ao arcabouço institucional criado por Getúlio Vargas, que instituiu a Justiça do Trabalho, como maneira de garantir a regulação pública do trabalho.[469]

---

[468] SILVA, op. cit., 2000, p. 184.
[469] BISVASCHI, op. cit., 2007, p. 111.

Ao analisar as condições de trabalho do operariado em São Paulo, antes de 1930, Aziz Simão comprovou que, na greve de 1917, o Comitê de Defesa Proletária renovou as reivindicações antigas, entre elas o fim do emprego de mulheres e menores de 18 anos, de ambos os sexos, em período noturno, e corroborou a tese de que os trabalhadores tiveram força atuante nas conquistas das leis estabelecidas pelo governo Vargas.[470]

Por outro lado, Ângela de Castro Gomes, em *Invenção do Trabalhismo*, assim como apontou Evaristo de Moraes Filho, no livro *O problema do sindicato único no Brasil*, afirmou que o passado de lutas vai de encontro ao "mito da outorga", o qual demonstra que Getúlio Vargas foi, na realidade, sensível à causa dos trabalhadores na luta por direitos, tornando-os institucionais.[471]

Ao contrário da ideia de que os direitos caíram sobre o colo dos trabalhadores, que é bastante limitada, tendo em vista que houve um longo processo de lutas e tentativas de conquistas no decorrer das três primeiras décadas do século XX. A exemplo do aprofundamento dos debates sociais durante os anos de 1917 e 1919, em janeiro de 1919, foi aprovada a Lei sobre Acidentes do Trabalho, desmembrada do Projeto de Código Nacional do Trabalho, e que há muito vinha tramitando sem êxito. Aliás, a necessidade de discutir essa lei foi um dos argumentos para criar a Comissão de Legislação Social, que deu origem a Lei n. 3742, de janeiro de 1919.[472]

Também foi elaborada a Lei Eloy Chaves que previa a criação de uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de empresas de estradas de ferro, além da garantia dos direitos ligados à seguridade social, como: aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez; proteção em acidentes de trabalho e auxílio funeral. Inicialmente, a lei estabelecia a estabilidade no direito aos ferroviários, e isso desencadeando um movimento de expansão dessa garantia a outras categorias, o que veio a acontecer em 1935 com a Lei n. 62, que a ampliou aos empregados da indústria e do comércio, e introduziu outros direitos, como se verá, com grande parte de seus dispositivos incorporados à CLT.[473]

Diante disso, concordo com a tese de Magda Barros Biavaschi, que contraria a tese do "mito da outorga",[474] e atribui aos trabalhadores papel relevante na dinâmica do processo de

---

[470] SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**: suas relações na formação do proletariado em São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.
[471] Cf. GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. MORAES FILHO. Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil:** seus fundamentos sociológicos. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.
[472] BIAVASCHI, op. cit., 2007, p. 182.
[473] BIANVASCHI, op. cit., 2007, p. 183.
[474] Discussão sobre a constituição da classe trabalhadora no Brasil e sobre a organização sindical que atribui ao Estado e as suas artimanhas "populistas" a "concessão" das normas de proteção social. Cf. GOMES, Ângela de

produção normativa, quer por meio de suas organizações, diretamente, quer por meio de aliança com os reformadores sociais, que resultou num sistema de direitos sociais.

O governo, ao atrelar os sindicatos ao Estado, estabeleceu uma política de massas, através do "Estado de compromisso", que se expressa na forma de controle sobre as massas e no atendimento as necessidades por ele (governo) estabelecidas, retirou do sindicato o poder de formular suas próprias políticas.[475]

> Ocorre que a unidade sindical compulsória era um princípio sindical, nem fascista, nem comunista, isto é, um princípio sindical da época que passou a ser incorporado pelos legisladores brasileiros dadas as especificidades de um Brasil predominantemente agrícola, sem tradição sindical. Somente há sindicato forte, argumenta, onde há espírito sindical a partir de uma base operária ainda não coesa, o que justificaria a unidade sindical.[476]

A construção da tutela governamental em relação aos sindicatos no Brasil teve início com a "Carta Sindical", a qual estabelecia claramente a ideologia populista sindical, fundamentada na crença de um Estado protetor que poderia e deveria "ajudar", ou até mesmo substituir os trabalhadores em suas lutas, à medida que tornou o sindicato subordinado à burocracia estatal, sob o controle do Estado.

O governo objetivava acabar com a penetração das ideias socialistas, anarquistas e comunistas em meio à população mais pobre e trabalhadora, que impulsionavam movimentos importantes, e aliviar a tensão entre o capital (necessidade de acumulação) e o movimento operário que se organizava, na busca de direitos, exigindo transformações em nível social e econômico.

Assim como o Estado buscava amenizar as tensões entre os trabalhadores e os patrões, a Igreja Católica, que era contrária à divisão e ao conflito de classes, também vinha em um processo de formulação de críticas contra as práticas liberais, denunciado a gravidade da situação dos operários. E no medo de que o socialismo pudesse conquistar grandes proporções, acabou aceitando a organização sindical dos operários, inclusive fundando sindicatos católicos, os quais reivindicam melhores condições de vida para os trabalhadores explorados. *O Manifesto do Partido Comunista* e a *Rerum Novarum* apontaram para o processo de internacionalização do Direito do Trabalho; e o processo de concretização das lutas pela expansão do novo Direito

---

Castro. O populismo e as ciências no Brasil: notas sobre a trajetória do conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[475] WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

[476] BIAVASCHI, op. cit., 2007, p. 115-117.

teve início antes da OIT.[477] Sua influência foi determinante no Brasil, pois fundamentou as reivindicações dos trabalhadores relacionadas à elaboração de leis que visavam melhores condições de trabalho, carga horária, sistemática e valores dos pagamentos dos salários.[478]

A luta pelo Direito do Trabalho caminhou pelo processo de positivação das normas de proteção ao trabalho, com eles consagrando direitos individuais e, depois, no âmbito do direito coletivo; constitucionalização desse Direito, quando as Constituições modernas incorporam suas normas de proteção como direitos fundamentais sociais; internacionalização do Direito do Trabalho, passando a figurar em instrumentos de Direito Internacional, buscando vincular Estados e Governos.[479]

No caso do Brasil, a Constituição de 1934 foi organizada no sentido de disciplinar os direitos sociais, assegurando em lei que seria promovido o amparo à produção e estabelecidas as condições do trabalhador e os interesses econômicos do País.

Diante dessa conjuntura política e governamental, os trabalhadores portuários da cidade de Fortaleza foram elaborando estratégias para inserir-se nos debates sobre as necessidades de leis e regras que os resguardassem da exploração de sua mão de obra e estabelecessem novas normas para o sistema de contratação.

5.2.3 As leis varguistas e o impacto entre os trabalhadores do Porto de Fortaleza

A Revolução de 1930 não foi destaque somente porque Getúlio Vargas chegou ao poder Federal, mas porque ele promoveu uma série de alterações na dinâmica política do País, que quebrou as amarras da Oligarquia do Café, adotando a industrialização e modernização como ações principais de sua administração.

Nesse processo de mudança econômica, os trabalhadores não foram deixados de fora, visto que o crescimento do Brasil dependia de uma nova organização do trabalho e dos trabalhadores, que deveria abafar suas reivindicações e insatisfações para com os patrões. Diante das ações varguistas, os trabalhadores do Brasil colocaram-se como protagonistas, assumindo o seu papel enquanto cidadãos, mesmo que o Estado os colocasse como imaturos, social e politicamente.

Ao olhar para a condição política do Ceará, no período pré-1930, visualizo que a propaganda da Aliança Liberal atraiu o interesse de diversos setores da sociedade, como as

---

[477] SUSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1998.
[478] GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho:** política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
[479] BIANVASCHI, op. cit., 2007, p. 136.

oligarquias dissidentes, a classe média urbana e os Tenentes da 23º Região Militar.[480] Com a não aceitação do resultado das urnas do pleito eleitoral, as oligarquias dissidentes e os Tenentes revolucionários, os quais defendiam os ideais da revolução aliancista, contou com o amplo apoio de Juarez Távora a instituição do governo provisório.[481]

Ao mesmo tempo que a Aliança Liberal tinha apoiadores no governo, enfrentava as críticas e oposições de categorias de trabalhadores, principalmente realizadas pelo jornal *O Trabalhador Gráfico,* o qual denunciava as péssimas condições de vida, e destacava a crise nos setores têxtil, gráfico, de construção, e o crescimento do desemprego.[482]

O Trabalhador Gráfico se colocou contra a proposta de revolução propalada pela Aliança Liberal (Oligarquias dissidentes, Tenentes x Oligarquias tradicionais - "Café com Leite"), afirmando ser esta apenas uma luta para modificar os grupos que estão no poder, sem representar mudanças no cenário social das camadas mais pobres da população.

Getúlio Vargas iniciou o período do Governo Provisório e estabelece o sistema de Interventorias, para combater o sistema federativo, que dava autonomia e força aos grupos políticos locais. Os interventores eram nomeados pelo governo, e recebiam o poder para reorganizar a máquina política e administrativa do Estado.

Fernandes Távora foi o primeiro interventor do Ceará, e seguiu as diretrizes nacionais de tirar do poder político as oligarquias tracionais; mas ao contrário do que os Tenentes esperavam, o interventor nomeou para os cargos do Estado, seus aliados políticos.

No tocante aos trabalhadores, a ação de desmobilização e combate as mobilizações e ações destes e principalmente, do PCB contou com o apoio da Igreja Católica, através do Jornal *O Nordeste,* LEC (Liga Eleitoral Católica), Círculos dos Trabalhadores Católicos e intelectuais católicos.[483]

O primeiro interventor do Ceará, apesar de obter êxito na desmobilização das lutas do PCB, sofreu com a ação direta dos grupos políticos durante o seu governo, não conseguindo

---

[480] SOUZA, Simone de. Da "Revolução de 30" ao Estado Novo. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 2000. p. 296.

[481] Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu na Fazenda do Embargo entre Aracati e Crato-CE, estudou na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro e tornou-se aspirante em 1919. Em 1924, participou do movimento revolucionário paulista contra o Presidente Arthur Bernardes. Integrou no ano de 1926 a Coluna Prestes, quando foi preso em combate e libertado no governo de Washington Luís. Também comandou as forças que apoiavam Getúlio Vargas em 1930, no Nordeste, e participou da repressão à Revolução Constitucionalista de 1932. Durante a Era Vargas foi ministro da Agricultura e ministro dos Transportes. Mas rompeu com Getúlio e envolveu-se no processo político que culminou com a deposição do ditador em 1945. Cf. os artigos: LOPES, Raimundo Helio. O Vice-Rei do Norte: Juarez Távora entre inimigos e aliados. **Revista Tempo**, v. 23, n. 1, jan./abr. 2017.

[482] SOUZA, op. cit., 2000, p. 298.

[483] Ibid., 2000, p. 300.

realizar as reformas de modernização previstas. Diante da crise do governo local, os Tenentes propuseram o nome do capitão Carneiro de Mendonça para substituir Fernandes Távora.

Na gestão de Carneiro de Mendonça (1931-1933), a postura foi de neutralidade nas eleições para a Constituinte, e seguiu a linha de repressão ao movimento dos trabalhadores, como, por exemplo, acabar com os comícios, greves e manifestações através da força, tal como determinava o Governo Federal.

O sistema de governo que foi construído após 1930, baseou-se numa política de intervenção do movimento dos trabalhadores, que criou órgãos técnicos e burocráticos para atingir esse fim, como o MTIC e Departamento Nacional do Trabalho, além de trabalhar na elaboração de leis que atingissem os trabalhadores e suas organizações.

A repressão do Estado ao movimento dos trabalhadores, contribuiu para que as organizações como as mutuais e os sindicatos buscassem o apoio da *Legião Cearense do Trabalho* e dos *Círculos Operários Católicos*, os quais defendiam que as classes sociais deveriam se organizar em sistema de colaboração, pois criticavam as ações que se baseavam no embate direto entre as classes, tal como apregoavam os comunistas.

O Jornal *O Legionário* destacou em muitas de suas páginas as mudanças propostas pelo governo Vargas, uma delas abordou o tema Carteira profissional, que passou a ser usada como importante ferramenta de controle dos trabalhadores, pois à medida que servia para garantir alguns direitos dos trabalhadores, aquele que não os possuísse não seria assistido pelas políticas implementadas pelo governo.

> Os legionários leram a nota do ministério do trabalho, chamando os operários a adquirirem a sua carteira profissional todos devem comparcer, com brevidade, á inspectoria do trabalho para obterem nações claras sobre o assumpto o que devem fazer. [...] Tudo isso é vantagem e evidencia muito bem que o governo vae dando importância á questão social, munindo cada trabalhador do seu título official.[484]

A LCT foi trabalhando nas páginas do jornal e, no dia a dia, com as associações e sindicatos que se aliaram a ela, a necessidade de articular a luta por melhores condições de vida a partir da negociação pacífica e ordeira. Nesse sentido, as ações do governo Vargas eram vistas com bons olhos, indicando o caminho de mudanças sociais controladas, tanto pelo Estado, quanto pelas Instituições, como a Igreja Católica e a própria Legião, que buscavam tomar a frente das ações protagonistas dos trabalhadores.

---

[484] O LEGIONÁRIO. **A carteira profissional**. n. 25, 23 ago. 1933, p. 5.

As medidas governamentais referiam-se aos trabalhadores de modo geral, mas em relação, exclusivamente, aos portuários, foram criadas, através do Decreto n. 23.296 de 20 de outubro de 1933, as Delegacias de Trabalho Marítimo, com as funções de fazer a inspeção, disciplinar o policiamento do trabalho nos portos, e dar outras providências.

> Art. 3º As Delegacias do Trabalho Marítimo terão as atribuições seguintes:
>
> a) fixar o número de estivadores necessários ao movimento do respectivo porto podendo promover a revisão das actuaes matriculas.
>
> a) Fiscalizar o horário do trabalho de accordo com a legislação vigente;
>
> b) Fixar para o respectivo porto, segundo as exigências locaes, a tabella de remuneração do serviço de estiva, por tonelagem ou cabotagem.
>
> c) Fiscalizar os trabalhos de carga e descarga e movimentação de mercadorias, nos trapiches e armazéns fixando e número necessário de trabalhadores para esses serviços e remuneração que lhes deve caber.[485]

As Delegacias do Trabalho Marítimo passaram a ter função relevante do Porto, à medida que fixavam o número de trabalhadores que deviam ser contratados para os serviços, além de fiscalizar os horários de trabalho, bem como o cumprimento dos pagamentos de acordo com a tabela de remuneração. As DTMs, exerceram funções que limitavam o controle e a oferta da mão de obra que até então dependia dos acordos feitos entre os sindicatos, associações e as empresas de Navegação e contratadores. Ou seja, o Estado buscava intermediar as discussões e embates entre os trabalhadores e patrões, que muitas vezes atravancavam os serviços, de modo a favorecer o melhor funcionamento do Porto e contribuir para que o País se organizasse e progredisse economicamente.

Corroborando essa compreensão, o Art. 1º desse mesmo decreto definiu que os serviços de Inspeção, disciplina e policiamento de trabalhos nos portos seriam realizados por órgãos designados pelas Delegacias do Trabalho Marítimo. Já o Art. 4º estabeleceu que, em cada Delegacia de Trabalho Marítimo, seria criada uma Junta de Conciliação e Julgamento nos moldes das instituídas pelo Decreto n. 22.132, de 25 de novembro de 1932.[486] O Art. 8º determina que os estivadores, bem como os empreiteiros de estiva, em cada Porto, ficam sujeitos às instruções que atendam as conveniências locais, mas que sigam os preceitos deste decreto, organizados pela Delegacia de Trabalho Marítimo.[487] As instruções se colocavam como sendo o poder do Estado, para regulamentar e controlar a organização e a prestação se

[485] O LEGIONÁRIO. n. 38, 18 nov. 1933, p. 2.
[486] Decreto n. 22 132, de 25 de novembro de 1932, instituiu as Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamenta suas funções. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D22132.htm>. Acesso em: 28 set., 2017.
[487] O LEGIONÁRIO. n. 38, p. 2, 18 nov. 1933.

serviços no Porto, importante aparelho para o bom funcionamento da economia do País. Deste modo, o Governo sabia que o controle do Porto passava pelo domínio dos trabalhadores, por isso foram elaboradas leis e criados órgãos para ditar as regras no serviço portuário.

As leis trabalhistas, principalmente a Lei de Sindicalização, trouxeram à tona a necessidade de se estabelecerem novas regras para o sistema de contratação da mão de obra portuária, tendo em vista que as relações entre trabalhadores e sindicatos se tornaram mais tênues. Dessa maneira, um dos caminhos trilhados pelos sindicatos e associações para construir o diálogo com os contratadores/patrões (casas comerciais, empresas de Navegação) foi a negociação de contratos coletivos, visando regularizar o sistema de pagamento (tabelas de salários), organização da carga horária e limites para a jornada de trabalho. Para Ângela Carneiro de Araújo, nem mesmo com a assinatura desses contratos coletivos, os direitos dos trabalhadores estavam totalmente garantidos nem respeitados pelos patrões.[488]

Fernando Teixeira da Silva, afirma que durante o pós-1930:

> Os acordos estabelecidos com os patrões e a legislação trabalhista não apenas fixavam regras quanto aos salários e jornada de trabalho, mas também reconhecia como a institucionalizavam o controle do mercado de trabalho pelo sindicato e diversos aspectos relativos às relações de trabalho, subordinados, em grande parte ao domínio exercido pelos operários organizados. Nesta perspectiva, os contratos coletivos e a legislação trabalhista, de um outro lado, e a luta pelo controle do mercado e do processo de trabalho, de outro, não se anulavam reciprocamente.[489]

A soma dos acordos coletivos, com as leis que vinham sendo elaboradas, deu aos sindicatos o controle sobre a mão de obra e possibilitou negociações das relações de trabalho no Porto. Assim, os contratos coletivos foram transformados em armas para que os sindicatos e associações passassem a possuir melhor controle sobre o sistema de contratação de mão de obra.

No Porto de Fortaleza, o diferencial foi a interferência da LCT, no processo de negociação do Contrato Coletivo, tendo em vista que o lema legionário era intermediar o debate entre trabalhadores e patrões. O STPC e a *União Marítima*, que estavam atreladas a LCT, utilizaram essa aliança de maneira favorável, no sentido de construir regras de contratação, organização da carga horária e de pagamento. O poder conquistado pelo sindicato e a associação foi utilizado como mecanismo para controle das Diretorias dessas instituições sobre os trabalhadores, as quais pressionavam os portuários a se associarem e a manter suas obrigações

[488] ARAÚJO, Maria Ângela de Carneiro. **Construindo o consentimento:** corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos de 1930. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1994.
[489] SILVA, op. cit., 2003, p. 204.

enquanto sócios em dia, para ter os seus direitos garantidos e serem protegidos das ações arbitrárias dos patrões. Ser sindicalizado ou associado passou a determinar diferenças internas da categoria.

A Lei Varguista de Sindicalização acabou por ser utilizada pelo STPC e *União Marítima* a favor da construção de um Contrato Coletivo; por sua vez, a LCT tinha na garantia da lei um meio para aproximar e intermediar (tentando direcionar) as negociações entre trabalhadores portuários e contratadores, que buscavam enquadrá-los nos ideais legionários.

Desta feita, para melhor compreender as ações dos trabalhadores no lidar e aliar-se a LCT, deve ser analisada a força política da Igreja Católica e a sua relação com a Legião. Durante os anos de 1912-1933, a Igreja exerceu um importante papel social, contando com o apoio de uma juventude motivada por interesses políticos, culturais e econômicos, desejosos por intensificar a ação católica no Movimento Operário e anular a interferência das ideias socialistas, anarquistas e comunistas, evitar os desvios de conduta, e promover o controle dos indivíduos.

Diante das ações intervencionistas das leis varguistas, as novas normas para o funcionamento dos sindicatos, e a criação de órgãos, como a DTMs, os trabalhadores portuários tiveram que repensar suas estratégias de atuação, então estreitaram os laços com os membros ligados ao catolicismo e buscaram adequar-se ao modelo de moral defendido pela Igreja, no qual os trabalhadores deveriam manter uma conduta correta e a manutenção da ordem social.

5.3 A Ação Católica e a sua presença entre os trabalhadores portuários de Fortaleza

> A centralização propiciou à Igreja Católica a reinvenção de si mesma, dotando-a de um poder simbólico vigoroso, capaz de gerar uma estratégia de neocristandade que a colocou como intermediária nas relações entre o Estado e a sociedade. Essa construção, por sua vez, terminou por identificar catolicidade com cidadania e por construir uma comunidade marcada pelos valores disciplinadores do catolicismo.[490]

A estratégia da neocristandade que deu à Igreja o poder de intermediadora entre o Estado e a sociedade inseriu-a nas negociações das tensões sociais, e conquistou o papel preponderante no que tange a disciplina e o controle social a partir da implementação de uma moral defendida pela Igreja, em um contexto no qual o trabalhador era explorado pelos patrões.

O Papa Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum*, destacou o quão eram brutais as atrocidades cometidas contra os trabalhadores, em situação perversa e sem a presença de leis

[490] SOUZA, Jessie Jane Vieira. **Círculos operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 100.

para protegê-los. As extenuantes jornadas de trabalho e a ausência de regulação dos salários contribuíram para o agravamento das desigualdades geradas da relação capital e trabalho, de modo que fizeram surgir conflitos e tensões sociais.

Em meios às tensões sociais decorridas no século XIX-XX, o Liberalismo passou por uma crise violenta, e a Igreja Católica, que havia sido parceira da Ordem Liberal burguesa, passou a questionar suas ações econômicas sociais, tomados pelo temor de que o Socialismo fosse considerado uma alternativa às massas exploradas. Essa postura contrária à ordem Liberal poderia decorrer da compreensão de uma real incompatibilidade entre os valores cristãos da solidariedade e aqueles próprios de uma ordem fundada no individualismo e no utilitarismo.

No contexto da Revolução Industrial, o Liberalismo passou a comandar as relações econômicas do mundo e a mão de obra foi adequada à vida na cidade e aos novos empregos, com novos cargos, e novas formas de pagamento dos salários, nos quais os patrões tinham a liberdade para estabelecer os valores pagos, e a organização da carga horária, em razão da ausência de leis que regulamentassem as relações entre o patrão e o empregado.

O Liberalismo foi colocado como fonte de todo o mal que afligia a humanidade, e esta preocupação se materializou através da *Rerum Novarum*,[491] que aceita reforço da *Encíclica Quadragesimo Anno*, de Pio X, publicada em 15 de maio de 1931, para comemorar o 40º aniversário de publicação da *Rerum Novarum*. A *Encíclica* Quadragésimo enfatizou a restauração do princípio dirigente da economia baseado na unidade do corpo social, que não era regida pelas luta de classes, bem como a economia não poderia ser organizada a partir da livre concorrência de forças. Tais considerações, foram fundamentais, tendo em vista que a economia capitalista havia enfrentado a grande depressão no ano de 1929 e a Encíclica de Pio XI foi escrita para fazer críticas a essa crise econômica e social.

Como saída para a crise do sistema capitalista, a Igreja apontou a Cristianização da vida econômica:

> A esta tão deplorável crise das almas, que, enquanto dure, tornará inúteis todos os esforços de regeneração social, não pode dar-se outro remédio, mais que reconduzir os homens à profissão franca e sincera da doutrina evangélica, aos ensinamentos d'Aquele que tem ele só palavras de vida eterna, e palavras tais, que hão de perdurar eternamente, ainda depois de passarem os céus e a terra. É certo que todos os verdadeiramente entendidos em sociologia, anseiam por uma reforma moldada pelas normas da razão, que restitua a vida económica à sã e recta ordem. Mas esta ordem, que também Nós ardentemente desejamos, e procuramos com o maior empenho, será de todo falha e imperfeita, se não tenderem de concerto todas as energias humanas a Imitar a admirável unidade

[491] O Papa Leão III afrontou o Socialismo e o Comunismo, estabelecendo a partir de *Rerum Novarum* a Ação Católica. No entanto, anterior a Encíclica em países como a Itália, França e Alemanha já vinham sendo desenvolvidas ações para aproximá-la no povo, agindo nas áreas sociais. Cf. SOUZA, op. cit., 2002, p. 73-84.

> do divino conselho e a consegui-la, quanto ao homem é dado : chamamos perfeita aquela ordem apregoada pela Igreja com grande força e tenacidade, pedida mesmo pela razão humana, isto é : que tudo se encaminhe para Deus fim primário e supremo de toda a actividade criada, e que todos os bens criados por Deus se considerem como instrumentos dos quais o homem deve usar tanto, quanto lhe sirvam a conseguir o último fim.[492]

A Igreja Católica colocou-se como sendo o caminho reto para a construção de uma economia sadia, e com a manutenção da ordem social, construída a partir de indivíduos perfeitos de acordo com a moralidade do Catolicismo. Em que o homem foi posto num patamar de submissão às vontades de Deus, que o criou para trabalhar e ser obediente as suas vontades personificadas pela Igreja.

Além disso, a *Encíclica Quadragésimo* considerou o livre mercado benéfico para a organização da economia, mas fez a ressalva de que não deveria deixá-lo com as rédeas que controlam o comércio, considerando que o mundo não era organizado somente por forças econômicas, mas também por forças sociais, como pode ser visualizado a partir da dura experiência de exploração e pobreza dos trabalhadores.

Diante dessa dura realidade de desigualdade social, o Socialismo e o Comunismo continuou ganhando adeptos entre os trabalhadores, sendo a Encíclica de Pio XI escrita com o objetivo de combater o avanço dessas ideias, afirmando que:

> Uma das facções seguiu uma evolução paralela à da economia capitalista, que antes descrevemos, e precipitou no comunismo, que ensina duas coisas e as procura realizar, não oculta ou solapadamente, mas à luz do dia, francamente e por todos os meios ainda os mais violentos: guerra de classes sem tréguas nem quartel e completa destruição da propriedade particular. Na prossecução destes objectivos a tudo se atreve, nada respeita; uma vez no poder, é incrível e espantoso quão bárbaro e desumano se monstra. Aí estão a atestá-lo as mortandades e ruínas de que alastrou vastíssimas regiões da Europa oriental e da Ásia; e então o ódio declarado contra a santa Igreja e contra o mesmo Deus demasiado o provam essas monstruosidades sacrílegas bem conhecidas de todo o mundo. Por isso, se bem julgamos supérfluo chamar a atenção dos filhos obedientes da Igreja para a impiedade e iniquidade do comunismo, contudo não é sem uma dor profunda, que vemos a apatia dos que parecem desprezar perigos tão iminentes, e com desleixo pasmoso deixam propagar por toda a parte doutrinas, que porão a sociedade a ferro e fogo. Sobretudo digna de censura é a inércia daqueles, que não tratam de suprimir ou mudar um

[492] Carta Encíclica – **Quadragésimo anno** de sua Santidade Papa Pio XI. Aos veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e demais ordinários em paz e comunhão com a Sé apostólica bem como a todos os fiéis do orbe católico. Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica no XL aniversário da Encíclica de Leão XIII «RERUM NOVARUM». Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html>. Acesso em: 28 set. 2017.

> estado de coisas, que, exasperando os ânimos, abre caminho à subversão e ruína completa da sociedade.[493]

A condenação ao Comunismo e todas as ameaças à ordem social que ele causaria já havia sido realizada pelos documentos pontifícios que precederam a *Encíclica Quadragésimo* também condenou o Socialismo, pois seus métodos eram totalmente incompatíveis com a prática e a fé cristã.

Leão XIII preocupou-se com a ordem econômica e social que estava se estabelecendo a partir das mudanças promovidas pela Revolução Industrial, que contribuiu para o aumento das diferenças sociais e a crescente tensão entre os trabalhadores e os patrões, num momento em que as ideias socialistas e comunistas surgem na Europa do século XIX. Já Pio XI, presenciou a primeira grande crise do sistema capitalista, com a quebra da Bolsa de Nova York e o esfacelamento da economia dos Estados Unidos da América que gerou graves consequências econômicas em grande parte do mundo; e diante da grave crise, o "fantasma" do Comunismo volta a ameaçar a ordem social vigente.

Ambos os pontífices assumiram a função estratégica da Igreja Católica para agir e inserir-se nos debates econômicos e sociais de sua época, colocando-se como guia para a construção de uma sociedade melhor, em que os trabalhadores viveriam harmoniosamente com os patrões.

Uma das maiores preocupações dos Pontífices e do Clero, estava relacionada à situação dos trabalhadores por causa das tensões e dos conflitos com os patrões, e a ameaça de inserção das ideias socialistas, as quais questionavam e ameaçavam a propriedade privada, considerada um direito natural pela Igreja.

Apesar de se colocar contra o Liberalismo econômico, e condenar a busca desmedida pelo lucro, o maior alvo de ataques da *Rerum Novarum* era o ateísmo. Nesse sentido, a Igreja repensa a problemática social, e inicia o processo de restauração dos costumes cristãos, a fim de sanar os males sociais e restabelecer a ordem e a harmonia social.

Para a Igreja, de um lado, o Liberalismo afrontava os fundamentos do catolicismo, ao manter a miséria e a pobreza dos trabalhadores; por outro, as teorias socialistas e o crescimento do marxismo atemorizavam-na de forma intensa. Dessa tensão, foram sendo produzidas normas de proteção ao trabalho, postando-se contra as ideias liberais e clamando ao Estado a intervenção nas relações sociais.[494]

---

[493] Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html>. Acesso em: 28 set. 2017.
[494] BIANVASCHI, op. cit., 2007, p. 123-124.

A ameaça socialista pairava pelo mundo, e, para evitar que ela ganhasse grandes proporções, foi elaborada pelo Papa Leão XIII a Encíclica *Rerum Novarum*, em 15 de maio de 1891, que explicitou a doutrina social da Igreja Católica, deu ênfase a propriedade privada como sendo um direito social natural, além de denunciar o socialismo, afirmando ser uma solução falsa e injusta que violava esse direito natural, e defendia mudanças radicais na dinâmica de organização das classes sociais e viciar o papel do Estado.

Leão XIII (1878-1903) condenou a exploração desumana e o uso vergonhoso dos operários como vis instrumentos de lucro, para tanto exigiu que o homem fosse tratado com respeito e dignidade. A Igreja se colocou como elemento ativo na busca por atender necessidades urgentes dos trabalhadores, reivindicando melhoramento da jornada de trabalho, descanso, proteção às mulheres e às crianças, salário suficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado, além de conclamar o Estado a intervir nas relações sociais, uma vez que o trabalho é a fonte única de onde precede a riqueza das nações.[495]

Analisar a força da Igreja Católica, sua participação nas disputas sociopolíticas e a influência que teve dentro do movimento dos trabalhadores portuários de Fortaleza a partir da análise da *Sociedade Deus e Mar*, que se tornou posteriormente *Deus e União* e do STPC, é muito importante, visto que essa instituição religiosa buscou insistentemente ganhar espaço entre os trabalhadores, visando afastar as ameaças, anarquistas, socialistas e comunistas.

Pensando a Igreja dentro do processo da história e de mudanças sociais, Scott Mainwaring afirma:

> Na medida em que a Igreja se tornava mais preocupada com a sua missão social, a mudança e o conflito político afetavam-na de novas maneiras. Diferentes forças sociais desenvolveram novas visões de política e os debates acerca de quais deveriam ser ou de como deveriam proteger interesses institucionais. Pelo contrário, sua identidade modificou-se principalmente porque o processo político mais amplo gerou novas concepções da sociedade e do papel da Igreja dentro dela.[496]

No caso do Brasil, à medida que a Igreja se envolvia com as questões sociais, mais ela modificava sua atuação institucional dentro dos debates e das disputas políticas, utilizando a religião como força estratégica e eficaz para determinar a orientação política. Durante o período republicano brasileiro que aqui analiso (1912-1933), ela não só passou por mudanças internas

---

[495] Carta Encíclica *Rerum Novarum* do Sumo Pontífice Papa Leão XIII. A todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a sé apostólica sobre a condição dos operários, 1891. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 27 set. 2017.
[496] MAINWARING, op. cit., 2004, p. 25.

na sua concepção enquanto instituição, como também exerceu papel de importante nas transformações sociais.

No início do século XX, a Igreja Católica passava por uma séria crise interna, relatada por Dom Sebastião Leme na Carta Pastoral em 1916,[497] que tratou sobre a fragilidade da Igreja Institucional, enfatizou as deficiências das práticas religiosas populares, e destacou a falta de padres, a precária educação religiosa, a limitada influência política, a carência de intelectuais católicos e a péssima condição financeira.[498]

Na sua Carta Pastoral, foi levantada a bandeira de que a Igreja precisava cristianizar as instituições sociais e construir um cenário político favorável. Para tanto, fazia-se necessário criar um quadro de intelectuais católicos e modificar as práticas religiosas populares para alinhá-las aos procedimentos mais ortodoxos da Igreja. No entanto, mesmo tendo pertinência, as defesas feitas por Dom Sebastião só puderem ser percebidas a partir da década de 1920.

O novo modelo de cristandade teve seu auge durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando a Igreja conseguiu atingir seus interesses: "A influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo. Através do modelo da neocristandade, a Igreja revitalizou a sua presença dentro da sociedade".[499]

Dom Sebastião Leme, na sua busca por restaurar a Igreja Católica no Brasil, contou com apoio do Vaticano, principalmente durante o papado de Pio XI (1922-1939), o qual tornou destaque a Ação Católica, defendendo a aliança com o Estado para fortalecer os interesses da Igreja.

A doutrina social da Igreja já vinha sendo pensada desde o século XIX, mas com a elaboração da *Rerum Novarum* (1891), foi explicitado um dos principais dilemas da Igreja, que era a aceitação ou não das mudanças do mundo moderno e as consequentes transformações sociais. A postura da Igreja continuava sendo conservadora, porém, passou a defender a necessidade de ser construída uma sociedade mais justa, com maior equilíbrio entre o trabalho e o capital.

O dilema entre voltar forças tão somente para as questões religiosas ou se envolver nos debates políticos e sociais também se fez presente no Brasil:

> A partir da romanização do catolicismo brasileiro e até os anos 1950, a Igreja encarou a fé como um processo interno para manter um contato íntimo com Jesus Cristo dentro de um sentido devocional. Até mesmo as manifestações

[497] Foi Arcebispo de Recife e Olinda (1916-1921), e do Rio de Janeiro (1930-1942), tornou-se um dos principais líderes da Igreja Católica até a sua morte em 1942.
[498] MAINWARING, op. cit., 2004, p. 41.
[499] Ibid., p. 43.

> externas da fé eram estritamente religiosas: atendimento à missa, a prece, e a observância dos sacramentos, a contribuição monetária para a Igreja e a observância de uma ética católica moral na vida familiar e nas relações pessoais.[500]

Um dos argumentos utilizados pela Igreja para a intensificação do controle sobre a conduta moral dos fiéis era que a sociedade moderna iria corroer os valores relacionados à família e o respeito a autoridade Católica. Para combater essas ameaças, foi utilizada como método a cristianização da sociedade, que se pautava na conquista de espaços institucionais, imbuídos do espírito católico. A Ação Católica tinha o objetivo de inserir a Igreja dentro do cenário político social e econômico do mundo moderno. Para tanto, era necessário conquistar o segmento católico, e competir com outras religiões.

Segundo Juvelina Silva Santos, as três primeiras décadas do século XX foram de intensa movimentação para a Igreja Católica no Brasil, marcado pela criação de organizações sociais que contaram com a participação de indivíduos do Clero e leigos, para atuar em espaços perdidos pela Igreja, como na área educacional e desenvolvendo estratégias de inserção no mundo do trabalho.[501]

Um passo fundamental para a recristianização foi a retomada da participação e a aliança com o Estado. Laço esse que se rompeu no início da República (1891) e que foi sendo reconstruído no decorrer das primeiras décadas do século XX. Mais precisamente a partir de 1916, com a Carta de Dom Sebastião, quando os líderes católicos se envolveram de maneira mais efetiva nos debates políticos, e alicerçaram o diálogo com o Estado para obter maior participação social.

> As estratégias elaboradas pela Igreja têm um forte conteúdo político-teológico. Portanto, ao aceitar a aliança com o Estado, os objetivos da Igreja não podem resumir-se à dimensão política. E a nova relação estabelecida entre as duas instituições no período não pressupunha a subordinação de uma a outra. Nesse momento, o Estado nacionalista ansioso por abarcar diferentes segmentos sociais e a Igreja carecendo do apoio estatal para patrocinar e legalizar suas ações no campo social firmam um acordo de cooperação mútua.[502]

Por um lado, a Igreja desejava voltar a ter uma relação mais estreita com o Estado, tal como ocorreu até o período imperial; por outro lado, estava o Estado, que via na Igreja grande

---

[500] MAINWARING, op. cit., 2004, p. 44.
[501] SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários do Ceará:** Instruindo, educando, orientando, moralizando (1915-1963) – Departamento de História-UFC, Programa de Pós-Graduação. Fortaleza, 2007. (Coleção Mundos do Trabalho).
[502] SANTOS, op. cit., 2007, p. 31.

oportunidade de maior inserção dos debates políticos e na força que a religiosa exercia sobre os fiéis, negociou alguns privilégios em troca de sanção religiosa.

Essa aproximação Estado/Igreja ocorreu de maneira mais efetiva durante os governos de Epitácio Pessoa (1918-1922), Arthur Bernardes (1922-1926), sendo estreitada na administração de Getúlio Vargas (1930-1945). Seguindo os direcionamentos do Vaticano, a partir da década de 1930, a Igreja dedicou-se intensamente no combate ao Comunismo; e em 1932, foi criada por Dom Sebastião Leme a Liga Eleitoral Católica (LEC), que se colocava como anticomunista e também serviria para orientar os católicos sobre o voto. Tendo em vista que o eleitorado católico era incentivado a ter uma postura conservadora e a votar nos candidatos que tinham um posicionamento favorável às causas defendidas pela Igreja.

> O que a Interventoria queria era impedir era a participação política dos trabalhadores na vida pública por meio de suas organizações – partidos, sindicatos, imprensa operária -, para isso contava com o apoio da Igreja Católica, por intermédio do jornal *O Nordeste*, dos Círculos Operários Católicos e dos Intelectuais pertencentes à União dos Moços Católicos que realizavam programação cultural "anticomunista", conferências e debates nos sindicatos e associações beneficentes, a fim de evitar a divulgação de ideias comunistas nos meios operários. Os intelectuais católicos cearenses, seguindo as orientações do Centro Dom Vital, faziam o papel de educador dos trabalhadores pelo jornal O Nordeste, com pregações cívico-religiosas da LEC (Liga Eleitoral Católica) e dos Círculos dos Trabalhadores Católicos, na construção de uma sociedade de harmonia entre as classes sociais.[503]

A Igreja Católica mantinha interesse na preservação no modelo tradicional de sociedade, na qual a hierarquia social era defendida com base nos costumes; então fez duras críticas ao modo de viver moderno, em que as potências europeias estavam em estado de ebulição com guerras por territórios, enfrentando transformações sociais, como no caso da Revolução Francesa, que pôs fim ao modelo monárquico na França, e os avanços tecnológicas, promovidos pela Revolução Industrial, que contribuíram com mudanças no campo social e econômico, e, em consequência do crescimento do número de fabricas, houve a expansão da vida urbana.[504]

> Pela sua doutrina de fraternidade universal, pelas suas instituições de previdencia social a igreja catholica bem merece do operario nem é de hoje que se faz sentir efficazmente a acção da igreja a favor das classes humildes da sociedade. Desde a sua organisação, fiel é a palavra de ordem que lhe deixou o seu fundador, jesus christo, o medelo dos operarios, a igreja catholica está na brecha levantando a voz e batalhando para que se faça ao trabalhador.

---

[503] SOUZA, op. cit., 2000, p. 300.
[504] HOBSBAWM, Eric J. **A Era das revoluções**: Europa (1789-1848). Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Panchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

> Foi ella que protegeu os povos contra as arbetrariedades e o absolutismo dos soberemos. Foi ella que anatematisou a usura e a agiotagem dos senhores da finança defendendo os pobres contra a exploração dos poderosos.
>
> Foi ella que organisou o operariado em associações profissionaes ou corporações, que no tempo asseguram ao trabalhador a plenitude dos seus direitos, com mais efficacia que os modernos sindicatos melhor organisados.
>
> [...] Quando em toda a parte os espiritos estavam aprehensivos numa anciosa espectativa, uma voz segura se levantou do vaticano, a voz autorizada de leão XII, que abordando com segurança o importante assumpto, expoz claremente ao mundo verdadeira origem e as causas do mal social, os falsos remedios indicados pelo socialismo, e os unicos bons remedios que podiam restabelecer a sociedade abalada: A tradicional doutrina de justiça e de caridade para patrões e operarios, a noção christa da riqueza, a prudente intervenção do estado em favor da propriedade particular, das condições de trabalho, do descanço e dos interesses phisicos do operario, da suffciencia do salario para o trabalhador serio e honesto; enfim a associação profissional oportuna, legitima e necessaria, o unico meio de conciliar os deveres e os direitos dos patrões.[505]

Neste artigo publicado no Jornal Legionário, fez-se a defesa da proposta, enfatizando a participação positiva da Igreja nas questões sociais e nas lutas por melhores condições de vida dos trabalhadores, a partir da Encíclica Leão XIII que foram retomadas na Quadragésimo de Pio XI. Para aproximar os trabalhadores dos patrões, e manter protegido o direito de propriedade, fazia-se necessário atender de maneira mais conveniente os pobres e necessitados; para tanto, foi proposta a criação de associações, sendo elas de socorro mútuo ou religiosas, pautadas no associativismo misto. Um exemplo claro dessa estratégia da Igreja pôde ser comprovado com a criação dos Círculos Operários (COC), os quais tinham o objetivo de intervir no social; estes serviriam como instrumento de defesa contra a infiltração das ideias socialistas e comunistas, utilizando a força do acordo feito entre a Igreja e o Estado durante o período Vargas.

Os Círculos operários surgiram como ferramenta estratégica de intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho, no contexto de estreitamento das relações entre o Estado e a Igreja, esta última assumiu o papel normalizador e disciplinador dos trabalhadores.

> A questão social tem sido, sobretudo para os papas, uma questão do trabalho. Com Leão XIII a centralidade da questão social estava sobretudo na problemática da natureza da propriedade privada, mas, para Pio X, Pio XI e os papas posteriores, o trabalho constitui cada vez mais uma preocupação fundamental, pois nele reside o perigo da desordem social.[506]

---

[505] O LEGIONÁRIO. **Duas datas memoráveis - 15 de maio 1891 – 15 de maio 1931**. n. 10, 13 maio 1933, p. 3.
[506] SOUZA, op. cit., 2002, p. 71.

Em vários trechos da *Rerum Novarum*, a problemática da ameaça à propriedade privada, que era feita pelo Socialismo, foi abordada, assim, como a organização social proposta por essa ideia, mas no contexto da Encíclica de Leão XIII, em que o modo de produção industrial dava seus primeiros passos na Europa. A questão do trabalho, apesar de abordada, foi colocada de maneira segundaria. Mas à medida que a economia capitalista foi ganhando nova roupagem, as tensões e embates entre patrões e trabalhadores foram se intensificando, e o combate as lutas sociais tornou-se uma questão primordial para o bom funcionamento da economia.

Nesse sentido, para frear os avanços das tensões sociais, e sensibilizar os trabalhadores, a Igreja precisava se colocar numa relação de proximidade com as suas experiências, em que os COC atuaram de modo efetivo. Segundo Jessie Jane, o catolicismo social buscou ressignificar o conceito de classe, ao conferir o sentido de formação a partir do ato de trabalhar, e a desassociou da relação entre pessoas dentro de um processo de tomada de consciência de sua situação em um dado contexto histórico de luta: "O circulismo foi um movimento que colocou em questão a visível heterogeneidade da sociedade brasileira, fruto de diferenças que não podem ser pensadas a partir de um único paradigma".[507]

Esse movimento teve um papel destacado na aliança Igreja-Estado. Para corroborar essa assertiva, basta lembrar que, em 1933, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio reconheceu os Círculos Operários como órgãos de utilidade pública, chegando a reconhecê-los como órgão consultivo do MTIC, através do Decreto-Lei n. 7. 164, de 12 de maio de 1941. Desta feita, os Círculos Operários foram aliados ao poder do Estado varguista no processo de efetivação do modelo cooperativo, servindo como meio para efetivar o controle sobre os trabalhadores, a partir da ideia de moralidade para manutenção da ordem, evitando que estes se organizassem de forma autônoma.

A Política de Ação Social Católica e as estratégias de inserção da Igreja entre os trabalhadores do Porto de Fortaleza podem ser bem compreendidas através das ações desenvolvidas, principalmente com a *Associação Deus e União* e o STPC, favorecidos pela aliança feita com a LCT, que seguia dentro da linha de pensamento social católico.

[507] SOUZA, op. cit., 2002, p. 37.

5.3.1 Os tentáculos da Igreja buscam a adesão ao Movimento dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza

O ano de 1912 foi bastante movimentado em se tratando das mudanças políticas e também de ações sociais. Em 24 de janeiro, ocorreu a deposição da oligarquia Accioly, como consequência das movimentações políticas ligadas a política de salvação do Presidente Hermes da Fonseca, mas também pela mobilização que vinha sendo feita pela oligarquia dissidente, que se formou desde 1903, a partir da Greve dos Trabalhadores Catraieiros do Porto de Fortaleza. A deposição de Nogueira Accioly contou com o apoio de diversas camadas da população, dentre elas os trabalhadores do Porto, que participaram das barricadas e das lutas decorridas nas ruas da cidade de Fortaleza para sitiar o oligarca e a sua família.[508] Nesse mesmo ano, em 18 de agosto, foi fundada a *Sociedade Deus e Mar*, a qual nasceu com base na organização de uma categoria de trabalhadores, que já vinham num processo de mobilização desde os primeiros anos da República.

A fundação da Associação *Deus e Mar* ocorreu num momento político propício, tendo em vista a aproximação da Diretoria da Associação com os políticos e os intelectuais que buscavam tomar o poder político no Estado, os quais muitas vezes se tornaram sócios beneméritos dessa associação. Contudo, além da relação com figuras políticas, percebo a relação dessa beneficente com a Igreja, mesmo que nesse período a ação política da Igreja não estivesse atuando de maneira mais agressiva dentro dos movimentos sociais.

Em 8 dezembro de1912 a arquidiocese do Ceará passou às mãos de Dom Manoel da Silva Gomes.[509] Durante a sua administração, a Ação Católica começou a ser colocada em prática, como também o processo de inserção e atuação no Movimento dos Trabalhadores a partir dos direcionamentos da *Rerum Novarum*. Seguindo na contramão do contexto de mudanças internas e a consequente crise que a Igreja enfrentava em nível nacional, conseguiu criar em 1913 o *Círculo Operário Católico* e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Seguindo na mesma linha da Ação Católica, o arcebispo fundou o *Círculo de Operário e Trabalhadores Católicos São José.*

---

[508] MORAIS, op. cit., 2009, p. 80-82.

[509] Dom Manoel da Silva Gomes nasceu na cidade de Salvador (BA), aos 14 de março de 1874. Preconizado Bispo Auxiliar do Ceará, por Pio X, a 11 de abril de 1911, foi sagrado a 29 de outubro de mesmo ano. Chegou ao Ceará a 9 de fevereiro de 1912. A 8 de dezembro de 1912, assumiu a Diocese como Bispo Residencial. Em 10 de novembro de 1915, foi nomeado primeiro Arcebispo Metropolitano de Fortaleza. Cf. QUINDERÉ, Mons. José. História Eclesiástica do Ceará. In: MARTINS FILHO, Antonio e GIRÃO, Raimundo (Org.). **O Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

> Hoje, mais que nunca, pois o progresso humano aguçou a intelligencia e exacerbou o coração, é preciso conhecer a Jesus, é preciso estudal-O e amal-O a sociedade se anemia porque não O possue, e **tem necessidade urgente de uma nova infusão de sua doutrina,** de sua vida em seu depauperado organismo. Sem isto a ruína e o anniquilamento![510]

A Igreja Católica no Ceará utilizou o discurso da necessidade do progresso humano associado à obediência e ao conhecimento religioso para controlar os trabalhadores e manter a ordem social. Seguindo esse modelo de controle, em 2 de fevereiro de 1913, foi criada por Honório Teixeira, contando com o apoio de Dom Manoel, a Sociedade de Auxílio à classe proletária *Socialistas Obreiros Liberais*; e em 29 de junho do mesmo ano, foi fundado o *Círculo Operário de Fortaleza*, que visava discutir as questões sociais e religiosas, mostrando-se contrária ao Liberalismo, ao Positivismo, e ao anticlericalismo.

Como foi apresentado anteriormente, data de 1916, a partir da Carta de Dom Sebastião Leme, o processo de neocristianização no Brasil. No entanto, no Ceará, durante a primeira década do século XX, os trabalhadores viviam um intenso processo de mobilização, promovendo greves, protestos e paralisações, e a Igreja Católica local já se mostrava preocupada com os rumos das manifestações e as ideias que influenciavam os trabalhadores, nesse cenário os católicos já disputavam espaços de atuação com a Maçonaria, a qual se tornou o principal alvo de ataque.[511]

> Apesar da Maçonaria ser definida como uma fraternidade masculina, iniciática, evolucionista e racionalista, pautada no respeito à diversidade de ideias e crenças de seus membros, exigindo dos mesmos a reverência a um Ser Supremo, um Criador [...] A Maçonaria se apresenta como uma "religião sem dogma", "eminentemente e religiosa", professando uma "religião natural". Ou seja, há um pressuposto espiritualista oriundo dos "mistérios antigos", acrescido dos desenvolvimentos modernos do racionalismo e do cientificismo, dos quais deriva uma perspectiva filosófica e moral que se harmoniza com a essência das religiões monoteístas praticadas por seus membros.[512]

A Igreja, já nesse período como elemento primordial para a organização da sociedade, buscou implementar os seus valores e influenciar na organização dos trabalhadores, até porque era a instituição religiosa que acumulava o maior número de fiéis e tinha o interesse de restaurar o seu poder político perdido durante o processo de instauração da República.

---

[510] Carta pastoral de D. Manoel da Silva Gomes – saudando seus diocesanos em 8 de dezembro de 1912. Arquivo da Sala de História Eclesiástica, Seminário da Prainha, Fortaleza.
[511] PARENTE, op. cit., 1999, p. 70.
[512] SILVA, Marcos José Diniz. República e "religião social": maçons, espíritas e teosofistas no espaço público cearense. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Ano VII, n. 3, v. 7, set. / out. / nov. / dez. 2010. ISSN: 1807-6971. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>.

Ao analisar a Igreja Católica antes de 1930, Josênio Parente afirma que o movimento operário urbano manifestava uma orientação anarcossindicalista, além de sofrer uma progressiva influência da maçonaria. A Igreja passou a promover Conferências Vicentinas, das quais representavam uma forma de mobilização da classe média, dos profissionais liberais (médicos e advogados) com o objetivo de levar o auxílio aos mais pobres, com os ensinamentos e valores da Igreja.[513]

Seguindo uma sequência cronológica, que auxilia na compreensão da história como processo, em 1918 foi criada a *Federação Cearense dos Trabalhadores*; em 1919, ocorreu a fundação do Partido Socialista, e, por volta de 1919, a Igreja e a Maçonaria precisam conviver com a presença das ideias anarquistas entre os trabalhadores. A disseminação das ideias da Revolução Russa soava como ameaça à ordem e à harmonia da sociedade, levando a Igreja Católica a se colocar mais firme contra o Anarquismo, e o Socialismo-Comunismo.

> [...] Apesar de iniciar sua presença na sociedade civil precocemente em relação à sociedade brasileira como um todo, aparece, nesse final de década de 1920, como privilegiada com relação a atuação na organização da sociedade civil. As esquerdas (Anarquismo, Socialismo, Comunismo) consideradas, sobretudo desde a Rerum Novarum, como "inimigo irreconciliável", só passam a concorrer com mais afinco nesse conflito ideológico que desponta no segundo lustro da década de 1920.[514]

O Movimento Católico, que teve início pouco depois da instauração da República no Brasil, foi ganhando corpo no decorrer dos anos, afirmando a Igreja como elemento de atuação na organização de partidos políticos, na atuação da organização e no direcionamento das ações das camadas média e dos trabalhadores, tornando a década de 1920 palco de intensas lutas dos trabalhadores no Ceará, como, por exemplo, greves e mobilizações de várias categorias, como padeiros, carroceiros, tipógrafos, portuários, dentre outros. As ideias anarquistas, coexistiam com as católicas e socialistas; nas páginas dos jornais, as disputas ocorreram intensamente, com ataques mútuos, a exemplo do Jornal *O Nordeste* com O *Trabalhador Gráfico e também o Voz do Gráfico*.

Adelaide Gonçalves analisou o circulismo a partir da "Educação e controle social", e destacou seu importante papel como protagonista de um projeto que, embora estando sob a direção da hierarquia católica, embalou significativa parcela de trabalhadores e operários, pois acreditavam numa utopia: construir uma realidade social mais justa e edificá-la harmonicamente, sem conflito social. Afirmando que grande parte da influência da Igreja

[513] PARENTE, op. cit., 1999, p. 100.
[514] PARENTE, op. cit., 1999, p. 111.

Católica ocorreu devido ao trabalho doutrinário junto às crianças e adolescentes, filhos de operários, e, portanto, futuros operários. Era demasiado importante na formação moral dos trabalhadores, nos moldes que a Igreja Católica definia como essencial para a vitória do projeto cristianizador. Esse trabalho educativo arregimentou os futuros defensores dos interesses da família, da religião e da pátria.

Compreendo que a denominação *Deus e Mar* está relacionada a dois elementos de sustentação dos trabalhadores portuários, Deus – atrelado a fé, uma força que transcende a condição humana, e o Mar – fonte de vida, espaço de onde retirava o sustento do indivíduo e de sua família. A crença em Deus poderia estar relacionada a diversas religiões, mas no caso do Ceará, a força do catolicismo era preponderante nesse período, somada a Ação Social que Dom Manuel começava a colocar em prática. Mesmo que não seja percebida a ação ativa da Igreja dentro da Beneficente, foi demonstrado o apoio através dos artigos e notícias que eram publicados nas páginas do jornal de alinhamento católico, principalmente n'*O Nordeste.*

No artigo publicado N'*O Nordeste,* os anarquistas e socialistas foram acusados pela desorganização social:

> No estado actual, é da ignorância da plebe, é desse chão que se rebenta a praga que vive o parasita infecundo-mais que infecundo: corrosivo do socialismo; é no meio dele que avultam a depravação dos costumes, o desrespeito á lei e ás cousas sagadas, o crime, a anarchia, emfim. Para esse mal só um remédio: a escola com Deus![515]

De um lado, o jornal com ideias católicas conservadoras que atacavam a imaturidade da população e a falta de organização para buscar as mudanças nas condições sociais. Do outro, os anarquistas, conclamando os trabalhadores a resistir diante do sistema de exploração em que viviam. Já nas páginas do jornal anarquista, os trabalhadores sócios das associações que estavam sob o controle da Igreja, principalmente os membros do COC, eram chamados de carneiros, os quais recebiam duras críticas.[516]

Nesse contexto foi fundado o STPC, a 22 de abril do ano de 1921, que, assim como a *Sociedade Deus e Mar,* ocupou espaço nas páginas d'Nordeste.

> Sociedade fundada nesta capital a 22 de abril do anno de 1921, tendo por fim, conforme dis o artigo 1º dos seus Estatutos, <<a beneficiencia e o socorro mutuo dos seus associados>> O Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza terá direção por tempo inderminado e numero de socios limitado.

[515] LIBONATI, Eugenio. O mal social. **O Nordeste**, n. 770, 22 jan. 1925, s.p.
[516] VOZ DO GRAFICO. Ano I, n. 16, 25 dez. 1921.

> Sem estar filiado a nenhum partido político reconhece, todavia, o sindicato a necessidade de adotar a política de classe.
>
> Desde a sua fundação, esta sociedade vem trilhando, o caminho que lhe impõe o dever cívico e moral, jamais praticado, quer em negócios que só lhe digam respeito, quer em os movimentos do operariado em geral, actos iníquos desabonadores da sua conducta.
>
> Não obstante contar apenas sete anos de existência resta solidamente posta em suas bases, com o seu programa cumprindo à risca, mercê de boa vontade que soe sempre existir no seio da classe que a compõe para congraçamento de forças de que resulte o seu benefício.[517]

No *Nordeste*, eram divulgadas notícias e dados do sindicato, como os números de associados; as ações de auxílio que eram feitas, como o pagamento de Pecúlios; as atividades desenvolvidas na escola noturna, mantida pelo sindicato, assistência funerária, e as reuniões e assembleias realizadas pela Diretoria. Esse apoio demonstra que a conduta do sindicato era vista com agrado pelos membros da Igreja.

Apesar de não ter sido encontrado registro nas Atas de assembleias do STPC, ou afirmações diretas dos diretores em relação a fé e a conduta católica, o fato de ter tido espaço de divulgação e apoio as atividades desenvolvidas, tudo isso deixa rastro da aproximação, ou de ações estratégicas de ambos os lados (Igreja e trabalhadores) para obter apoio e/ou simpatizantes.

Analisando a trajetória de organização dos trabalhadores do Porto de Fortaleza, desde a *Deus e Mar*, passando pelo STPC, até a *Deus e União*, entre 1912-1933, pude perceber que a ação da Igreja nesse espaço deu-se de maneira sútil, porém, constante, sendo que a partir da década de 1920 essa ação tornou-se mais intensa, de modo que, com as mudanças no contexto político e econômico, geradas com a Revolução de 1930 e a fundação da *Legião Cearense do Trabalho*, o discurso da Igreja Católica já possuía um terreno fértil para interferir diretamente nas associações dos trabalhadores portuários, levando a criação da *Sociedade Marítima Deus e União.* Fundada Sob a égide da moral legionária, no qual o nome Deus e União demostra a busca pela manutenção da ordem e da harmonia social, apoiados na fé em Deus e na união para o progresso social, disseminado pela LCT, com a fundamentação da moral católica.

O cenário era de disputas de ideias, no qual os trabalhadores portuários (das associações e do sindicato) não se afirmaram como católicos, anarquistas, socialistas ou comunistas, mas buscaram criar mecanismos de luta, dialogando com as forças que se mostravam favoráveis, de modo a suprir suas carências, conquistar as pautas reivindicativas e melhorar as condições de

[517] O NORDESTE. **Pelas nossas agremiações de classes -Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza**. n. 1851, 29 jun. 1928, p. 5.

vida. Assim, quando achou necessário, deixou-se aliar à *Legião Cearense do Trabalho*, diante da força imposta pela Lei Sindical Varguista, e se aproximou da Ação Social da Igreja Católica.

A adesão dos Círculos de Operários e Trabalhadores Católicos ao projeto Legião Cearense do Trabalho serviu para fortalecimento às lutas de combate as ideias comunistas entre os trabalhadores, dentre eles, os portuários, que, historicamente vinham adotando uma postura mais moderada e negociadora com seus patrões, que se aproximava das estratégias de ação das ideias reformistas, tal como foi analisado no Capítulo 4 desta Tese.

As ações estratégicas dos trabalhadores portuários diante das inferências da Igreja fizeram parte do processo de construção da Resistência Solidária, à medida que os trabalhadores incorporam os valores defendidos pelo catolicismo, como, por exemplo, caridade, solidariedade, e a conduta ordeira, em troca do apoio dos membros da Igreja e de suas lutas diante da exploração dos contratadores da mão de obra portuária.

Nesse sentido, entendo que os portuários foram agentes de suas lutas, não sendo simplesmente cooptados por discursos outros, mas escolhendo o caminho que lhes traria mais benefícios. A aliança entre a sociedade Marítima *Deus e União* e SPTC com a LCT, que tinham forte relação com os intelectuais católicos e o catolicismo, foi a que se mostrou mais clara.

5.4 A estratégia política da legião cearense do trabalho

Conhecer a dinâmica de funcionamento, bem como os ideais que moviam a *Legião Cearense do Trabalho*, que funcionou entre os anos de 1931 e 1937, em Fortaleza, se faz pertinente, para a compreensão do processo de aproximação e afirmação sobre associações e sindicatos controlados pelos legionários, tal como o STPC e a *Associação União Marítima.*

Ressalte-se que a legião defendeu a necessidade de organizar os trabalhadores, a partir do estabelecimento da ordem e da harmonia entre as classes,[518] ideias essas que se assemelhavam ao que era definido pelo governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de controlar os trabalhadores.

Os primeiros anos após a Revolução de 1930 constaram fundamentais para compreender o processo de construção e amadurecimento das pautas reivindicativas e as conquistas dos portuários de Fortaleza.

Nesse sentido, as ações desses trabalhadores não podem ser analisadas de maneira isolada, tendo em vista que a história deve ser compreendida enquanto processo, relacionada a

[518] CORDEIRO, op. cit., 2000, p. 329.

um contexto histórico de luta. Os anos aqui analisados não fazem parte de uma simples cronologia, pois estão inseridos em um contexto histórico, haja vista que:

> As informações assinaladas numa linha temporal são apenas a ponta do iceberg, que foi detectado e registrado em uma determinada data e num determinado Lugar.
> [...] sabem os historiadores que o tempo não para, não tem começo nem fim, portanto, expor fatos históricos cronologicamente é apenas um exercício para provocar a compreensão de suas historicidades.[519]

Os atores sociais aqui analisados são apreendidos como sujeitos sociais ativos na construção de suas ações cotidianas, a partir de suas necessidades e interesses específicos, e também nas relações estabelecidas com outros atores.[520] A partir do estudo das experiências e vivências dos trabalhadores, compreender as relações construídas entre portuários, patrões, LCT, Igreja Católica em Fortaleza-CE.

Tal como o fez E. P. Thompson, ao analisar as lutas cotidianas, tomando como ponto de partida as experiências e vivências dos sujeitos,[521] compreendendo que a ação de transformação histórica ocorre em meio a escolhas, a decisões pessoais que estão fundamentadas em valores, normas e atitudes, em um determinado contexto histórico.

Nesse sentido, analisarei o processo de organização e diálogo que se construiu entre a LCT e diversas categorias de trabalhadores, principalmente entre os portuários, atentando para as relações estabelecidas e negociadas e as mudanças no tocante ao trabalho e a vida desses trabalhadores.

5.4.1 Os espaços de ações da LCT entre os trabalhadores

A Legião foi um movimento de natureza corporativa, integralista e católica, de organização e mobilização dos trabalhadores, inicialmente no Ceará, que antecedeu a Ação Integralista Brasileira. Fundada em Fortaleza, por Severino Sombra,[522] que objetivava agir contra as propostas liberais e modernizantes do Governo Provisório de Vargas.

---

[519] BARBOSA, Bartira Ferraz. FERRAZ, Socorro (Org.). República brasileira em Debate. Recife: UFPE, 2010.
[520] THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.150-304.
[521] THOMPSON, 1987, p. 15.
[522] Severino Sombra nasceu em Maranguape-CE em 1907, foi um importante chefe político cearense, permaneceu como prefeito de sua terra natal durante 15 anos. Serviu as Forças Armadas na Escola Militar de Realengo (RJ), e, quando voltou para o Ceará, serviu na 23ª Região Militar. Teve forte influência da Religião Católica e positivista militar na sua formação que se refletiu na sua atuação política. Idealizou e fundou a LCT, com bases nessas duas influências. Cf. SILVA, Wendell Guedes da. Catolicismo e a 'sombra' do conservadorismo: os chefes da Legião Cearense do Trabalho em Perspectiva. In: MELLO, William J. (Org.). **Legionários, "Galinhas Verdes" e a política no Ceará (1929-1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

As bases das ideias legionárias surgiram a partir da expansão do pensamento católico e antiliberal no Brasil, em meados de 1920-1930, com os trabalhadores que se preocupavam com o futuro do País. Foi composto, basicamente, por jovens católicos antiliberais, anticomunistas e opositores ao movimento de 1930.

No contexto em que surgiu a Legião, também foram fundados os círculos operários católicos (COC), e a Liga Eleitoral Católica (LEC), que objetivavam intensificar o campo de ação das ideias defendidas pela Igreja Católica nas associações de trabalhadores, fundamentadas pela Encíclica *Rerum Novarum* e reforçada pela *Quadragésimo*.

Os Círculos operários, atuariam no tocante à solução das problemáticas sócias, buscando a colaboração entre as classes, aglomerando os trabalhadores em torno de si. A LEC promoveria a união entre os grupos que tinham perdido espaço político local, utilizando como discurso que os católicos deveriam despertar para a necessidade de eleger os candidatos compromissados com a doutrina social cristã. Já a LCT ficou responsável pela organização dos sindicatos, fundação das escolas legionárias, e buscou estreitar as relações com os setores do comércio e da indústria.

Quanto à educação, o Projeto político pedagógico legionário teve a liderança do Padre Helder Câmara;[523] este organizou o programa de educação voltada para os trabalhadores e suas famílias, que envolvia crianças e adultos, com a oferta de escola noturna e diurna, mantida com o apoio de professores voluntários (militantes legionários). Helder Câmara tornou-se um personagem notório para a história do Estado do Ceará, a partir do respeito conquistado pela fundação da Juventude Operária Católica (JOC).

A Legião voltou-se para o movimento de recristianização, que colocava os princípios do voluntarismo e do altruísmo, na base de sustentação do cooperativismo, com o objetivo de conquistar a sociedade ideal. Em suma, a LCT, LEC e COC, formularam um projeto político para os trabalhadores do Ceará, sustentado na ideia de disciplina, fundamentado na ideia de unificação dos trabalhadores em sindicatos e associações sob os seus controles.[524] Além de terem colocado em prática um projeto político que ultrapassava os limites do Ceará, com alcance nacional.

> A prática política da LCT sugere um processo de conciliação entre a sociedade moderna e a construção de um universo social diferente, caracterizado pela fraternidade e cooperação universais. Para isso, o projeto político de terceira via é exposto como um programa doutrinário apolítico. Essa astúcia discursiva

[523] Hélder Pessoa Câmara: recebeu a ordenação sacerdotal aos 22 anos do Papa Pio XI, por seus estudos eclesiásticos. Baseado nos ideais nacionalistas cristãos, atuou no Movimento dos Trabalhadores, na Direção da LCT e foi chefe da Juventude Operária Católica-JOC. Cf. PARENTE, op. cit., 1999, p. 122-125.
[524] SILVA, op. cit., 2006, p. 43-44.

> nega a validade moral do fazer político, ao mesmo tempo em que recorre a mesma argumentação política como condição necessária à realização de seu projeto social.[525]

A economia moderna foi alvo de críticas e contestações pela LCT, que a acusava de não possuir princípios éticos em suas relações de mercado, nas quais a ambição ditava os ritmos das negociações. Mas na contramão da modernidade, os legionários apontavam para a necessidade de organização de uma sociedade em que a camaradagem, as relações desinteressadas e a cobrança do justo preço seriam predominantes.

O projeto social e político legionário tinha como palavra de ordem a união entre os trabalhadores para a conquista de uma nova organização da sociedade. Nesse sentido, rejeitou a estrutura dos partidos que prezava por organizações mínimas e centralizadas em poucos indivíduos, tendo em vista que o foco de ação da LCT era a revalorização da pessoa.

Ao comparar a ação legionária ao modelo sindical reformista, percebo o quanto eles se tocam em relação à forma de atuação diante o sistema econômico capitalista, pois, o reformismo pretendia uma melhora simplificada da situação dos trabalhadores dentro do sistema capitalista, que fundamentalmente se pautava no ajustamento ao sistema social vigente. O modelo sindical em que a LCT se enquadrou baseava-se na encíclica *Rerum Novarum* (1891), que não rompeu com o reformismo, haja vista que atribuía ao Capitalismo a responsabilidade de desenvolver sua função social para tornar-se mais justo e igualitário

A LCT tinha as seguintes finalidades, conforme Severino Sombra: cooperativista, política e social, as quais deveriam funcionar como círculos concêntricos de interesses, ideias, reivindicações, intercâmbio e vida.[526] O chefe era o principal responsável pela execução do Programa Legionário e o representante oficial da Legião, cabendo-lhe, presidir as reuniões do Conselho, despachar o secretariado, assinar ou visar os principais documentos expedidos pela LCT; procurar ligação com as associações de classe do Estado, do País e do estrangeiro; e, com o ministro do trabalho, convocar trimestralmente uma assembleia geral para a exposição do trabalho realizado; desenvolver, em circulares periódicas, estabelecer um corpo de doutrina conhecida por todos, manter ligação estreita com as sociedades confederadas por intermédio do secretariado, utilizar-se da imprensa e de todos os meios honestos de propaganda para a difusão do ideal legionário.[527]

---

[525] SILVA, Giselda Brito (Org.). **Estudos do integralismo no Brasil**. 2. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: ADIPUCRS, 2016. Disponível em: <www.prucrs.br/adipucrs>.
[526] SOMBRA, op. cit., 1931, p. 17.
[527] LEGIONÁRIO. **Organização Legionária. Programma – organização**. n. 6, 8 abr. 1933, p. 3.

Segundo o art. 4º do Estatuto, A LCT funcionava com os seguintes órgãos: uma chefia; um secretariado auxiliar do chefe; um Conselho composto de dois representantes de cada sociedade confederada. Já o Art. 5º determinava que: o chefe da legião era aclamado pelo Conselho, ficando na direção da legião durante três anos, podendo ter renovado o mandato; semestralmente o Conselho votava uma moção de confiança ao chefe, caso fosse rejeitada, este deveria ser desligado a resignar o cargo.

Mesmo existindo dentro da organização interna da LCT uma divisão de cargos e funções, o poder de decisão e a força do movimento legionário ficava centralizado na figura do Chefe, o qual era colocado para os membros como sendo o modelo de conduta a ser seguindo e obedecido.

Severino Sombra inseriu-se no meio de intelectuais de pensamento essencialmente católico, como Monsenhor Tabosa,[528] Dom Helder Câmara e Jeová Mota.[529] No cenário de abertura política, proporcionado pela Revolução de 1930, o qual tornou possível o surgimento de novas ideias e perspectivas concernente a política nacional. A LCT e Severino Sombra foram importantes elementos de transformação nas negociações e estabelecimento de regras e relações no mundo do Trabalho.

Severino Sombra era militar de inspiração católica e conquistou paulatinamente durante o ano de 1930 destaque no movimento operário cearense. Em 1932, participou na Revolução Constitucionalista em São Paulo. Quando retornou ao Ceará, encontrou Fernandes Távora no poder, ditando as regras do Movimento Operário através do disciplinamento, sob a orientação da Igreja e da Maçonaria. Sombra começou a entrar em contato com os movimentos ocorridos nas associações operárias, Federação Operária Cearense, e com João Evangelista e Manuel Nobre fizeram visitas aos sindicatos e associações, e percebeu como os trabalhadores da cidade estavam mobilizados e abertos às ideias (trabalho-moral-ordem) apregoadas pela Igreja Católica. Diante desse cenário, fundou a Legião Cearense do Trabalho, no dia 23 de agosto de 1931, que contou com a presença de aproximadamente 6000 trabalhadores.[530]

---

[528] Antônio Tabosa Braga: ingressou no Seminário de Fortaleza ainda criança, aos 13 anos. Fundou o Colégio de instrução primária e secundária em Santa Quitéria, onde foi Vigário em Pacoti, e posteriormente transferido para Fortaleza, onde chegou a participar o cargo de Vigário-Geral da Arquidiocese. Cf. STUDART, Guilherme (Barão de). **Dicionário Biobibliográfico Cearense**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC (Ed. Fac-simile), 1980. v. 1.

[529] Jeová Mota: Participou da LCT, ocupava o posto de Tenente em 1931. No ano seguinte, assumiu a direção da Legião com o apoio de Dom Hélder Câmara, quando Severino Sombra foi exilado. Em 1933, tonou-se Capitão e foi eleito deputado pela Liga Eleitoral Católica (LEC). Chefiou a LCT, a Ação Integralista Brasileira-secção Ceará. Cf. SILVA, op. cit., 2016, p. 143-151.

[530] PARENTE, op. cit., 1999, p. 122-123.

> O Seminário de pós-revolução, de 1930, foi sem dúvida, a casa de estudos que melhor recebeu e transmitiu os influxos de pensamento e ação social. A *Rerum Novarum* e a *Quadragésimo Anno* eram analisadas por professores e alunos. A partir do Pe. Reitor Guilherme Vaessen, pioneiro da fundação dos Circulos Operários Católicos, e com a Reitoria do Padre Tobias Dequit, viveu o Seminário Maior momentos de intensas atividades filosóficas e sociais. [...] Dom Helder Câmara, então aluno do curso teológico, foi o líder autêntico dessa renovação.[531]

Severino Sombra contou com o apoio de Dom Helder, que, antes de ser ordenado padre em 1931, havia atuado no Movimento Operário, como diretor de Sindicalização Feminina Operária e posteriormente como chefe da Juventude Operária Católica (JOC); engajou-se no processo e mobilização da juventude e dos filhos dos operários. Realizou uma importante parada jocista em 15 de outubro de 1931, para demostrar o apoio e a LCT.[532]

As ideias bases da Legião surgiram como fruto das necessidades econômicas e sociais desse período da história do Ceará e do Brasil, em que o governo Vargas modificou o trato com os problemas relacionados à economia, industrialização e às tensões entre os trabalhadores e os patrões. Iniciando pelas ações repressivas aos sindicatos, foi elaborada a Lei de Sindicalização em 1931, a qual estabelecia a unidade sindical e dava a esta um caráter consultivo mediante o Poder Público, passando as associações operárias a ser controladas pelo poder estatal.[533]

Nesse ínterim, a LCT desenvolveu um trabalho intenso com o objetivo de cooptar diversas lideranças de trabalhadores, e contou com a adesão de associações, passando a representar em menos de um mês, os interesses de setenta e uma delas e de cerca de vinte mil trabalhadores assalariados e autônomos.[534] A LCT atuou no sentido de organizar, representar e dar assistência aos trabalhadores desprotegidos e explorados, para que eles não entrassem nas fileiras do Socialismo Comunismo, visto que idealizavam uma sociedade sem conflitos sociais, hierarquizada e disciplinada.

Na edição de 11 de março de 1933, *O Legionário* publicou na parte superior da primeira página a seguinte frase: “Operários do Brasil, uni-vos”; e afirmou ao longo do texto do jornal que “a legião é tão anticapitalista, tão antiburguesa, quanto antissocialista, anticomunista. Ella vê em ambas concepções os fructos necessarios dos mesmos erros iniciaes”.[535] A frase

---

[531] ANDRADE, F. Alves de. O Seminário de Fortaleza e a cultura cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza. Instituto do Ceará, Tomo 61, p. 261-273, [s.d.].
[532] Ibid., p. 125.
[533] GOMES, op. cit., 2005, p. 163.
[534] O LEGIONÁRIO. **O Integralismo e o Catholicismo**. n. 36, 4 nov. 1933, p. 3.
[535] O LEGIONÁRIO. n. 2, 11 mar. 1933, p. 1.

conhecida do "Manifesto do Partido Comunista, "Proletários de todos os países, uni-vos!"[536] foi tomada pela legião de modo a dotá-la de um outro valor, para defender a união na busca por melhores condições de vida, mas sob a égide dos valores da LCT que era avessa às lutas de classe. Tal como pode ser percebido claramente no artigo a seguir:

> Quando condemnamos o systema communista não é, absolutamente, para nos tornar agradaveis á burguesia e, sim por que elle se precipita em erros tão intolerantes e absurdos como são os methodos de agir do capitalismo.
>
> [...] E inacreditavel que diante da crise monstruosa que o mundo atravessa – crise economica burguesa comprovada do fracasso completo de seus methodos economicos, politicos e sociaes, crise de super-produção pelo desenvolvimento anarchico da machina, crise moral e social que ameaça transformar a ordem natural das coisas, a burguezia continue céga, desorientada, apatermado, incapaz de tomar uma atitude, ao menos, de conservação biológico!
>
> [...] Queremos sinceramente harmonizar o trabalho com o capital mas o queremos, dentro de uma nova ordem social-política e economicam bem distanciados deste estado liberal fossilizado por força de sua incapacidade vital.[537]

A crítica à política social e econômica do Estado liberal burguês era intensa, apontada como incapaz de fazer as correções necessárias para a manutenção da harmonia e da ordem. A proposta comunista também era duramente combatida, e não era colocada como forma de resolver os problemas postos pelo sistema burguês. Segundo o apontamento do Jornal *O Legionário*, a solução estava na ideologia que se pautava na ordem e na moral católica que defendia a negociação pacífica entre trabalhadores e patrões.

> A legião, desde o seu primeiro dia, acena para os patrões de Fortaleza, a bandeira branca de uma collaboração sincera e fecunala. A communista guerra de classes ella oppõe um entendimento sincero e bem profundamentado entre as classes. Fez-se campeã desse pensamento sadio e justo atravez uma pregação ininterrupta.
>
> Reconhecendo e proclamando os direitos do capital, reclama apena-o reconhecimento dos direitos do trabalho. Não quer escrevisação dos trabalhadores.
>
> Sonha com um regimen de collaboração onde appareçam de egual para egual empregados e empregadores.
>
> Dessa orientação resultaram as relações amistosas que mantém com alguns patrões ela rividentes e sensatos, já libertos de carrancismo e preconceitos deshumanos e funestos não são poucos os donos de emprezas que conosco

[536] Escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, *O Manifesto Comunista*, originalmente, foi publicado pela primeira vez em 21 de fevereiro de 1848, é historicamente um dos tratados políticos de maior influência mundial. Cf. MARX, Karl, ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Org. de Osvaldo Coggiola. 4. Reimp. São Paulo: Boitempo, 2005. Dossiê da Revista **Estudos Avançados**, 12(34), 1998.
[537] O LEGIONÁRIO. **Carta aberta aos capitalistas**. n. 3, p. 2, 18 mar. 1933.

> collaboram na tarefa de melhorar e dignificar as condições de trabalho de seus assalariados [...].[538]

A LCT colocou-se como intermediadora dos diálogos e conflitos entre os trabalhadores e os patrões. Reivindicou melhores condições de trabalho, como pagamentos e carga-horária, evitando criar mal-estar com os empresários, buscando atender aos anseios dos trabalhadores de maneira pacífica e sem animosidades. Mas nem sempre isso foi possível, como no caso da Greve dos Trabalhadores do Porto (1932), da Empresa Light (1932),[539] e dos Padeiros (1933),[540] quando declarou apoio aos grevistas e as considerou necessárias.

A Associação *Deus e União*, *Sindicato dos Trabalhadores Portuários* e *Sindicato dos Trabalhadores das obras do Porto* estavam ligados à *Legião Cearense do Trabalho,* como pôde se verificar nos registros de visitas[541] quase semanais, e também a partir do destaque constante das questões e necessidades dos portuários nas notícias do Jornal *Legionário*. Este que manteve em destaque as críticas ao sistema político, conclamando as classes sociais a cooperar entre si para que pudessem recuperar os ideais humanistas. Assim como divulgou as diretrizes do movimento na Cartilha "O Ideal Legionário", relatando que, em períodos da história (equilibrados ou desequilibrados), teve a preservação da espiritualidade e da religiosidade como parâmetro.

> O ideário legionário de renovação do ser humano, pautado nos sentimentos de honra, bravura e lealdade teve uma forte atuação nas organizações trabalhistas do Ceará, através de um discurso de convencimento que aliavam as demandas próprias do mundo do trabalho e as necessidades de formação do cotidiano legionário.[542]

> Para que elles vejam na associação, no sindicato, o único defensor político para suas aspirações. Para suas necessidades, para os seus anseios de justiça. Para que elles vejam no sindicato o caminho de libertação... O sindicato inicialmente lhes fornecerá o médico, o advogado, a escola para os filhos...O

[538] O LEGIONÁRIO. n. 4, 25 mar. 1933, p. 1.
[539] PARENTE, op. cit., 1999, p. 133.
[540] O LEGIONÁRIO. n. 4, 25 nov. 1933, p. 1.
[541] No jornal O Legionário, foram registrados quase semanalmente o calendário de visitas dos delegados legionários a todas as associações e sindicatos que estavam aliados ao movimento da LCT. Nessas visitas, eram realizadas fiscalizações para verificar as condições de trabalho, as necessidades e reivindicações dos trabalhadores, bem como a fiscalização do funcionamento e da manutenção da ordem na instituição visitada (Associação ou Sindicato).
[542] CORDEIRO, op. cit., 2000, p. 333.

> sindicato se constituirá o seu órgão de comunicação com os governos, com as autoridades, esclarecendo as pretensões e os interesses de classe.[543]

A LCT defendia o direito de organização dos trabalhadores, desde que fosse dentro da ordem e sob o controle, no caso, da legião se colocava dentro dos parâmetros de ordem. Nesse sentido, ela buscou a adesão dos sindicatos para as fileiras legionárias, tanto que após um mês de sua fundação tinha o número de vinte e cinco associações e sindicatos congregados, somando dez mil trabalhadores ligados a legião.

A Lei Sindical, estabelecida por Vargas, proporcionou debates dentro da LCT, pois alguns pontos limitavam o espaço de atuação Legionária, tal como a não permissão de qualquer manifestação religiosa, a exclusividade sindical, e o esvaziamento do caráter político e social dos sindicatos.

Segundo o artigo publicado n'*O Legionário* de 2 de fevereiro de 1933, a Lei Trabalhista do MTIC estabelecia um intolerável sectarismo sindical, impossibilitando qualquer manifestação política ou religiosa no seio dos sindicatos; colocando a Legião contra o que ele chamou de "espirito de facciosidade e de dogmatismo oficial", característica do Governo Vargas que colocava em vigência, leis impostas que tendiam a atender aos interesses de uma minoria insignificante da população, em detrimento do prejuízo dos direitos da maioria. A lei negava aos trabalhadores e aos sindicatos, o direito de representação política na vida nacional, oferecendo-lhe apenas uma finalidade quase que meramente beneficente. Além da problemática causada pelas emendas que tratavam sobre exclusividade sindical, que consiste em só reconhecer, dentro de uma mesma classe, o sindicato que reunir maior número de sócios.[544] No entanto, a LCT apresentou um ponto para amenizar os efeitos negativos da Lei:

> [...] Finalmente, temos o preenchimento, de uma grave lacuna entre as muitas existentes na Lei Collor: a formação das corporações.
>
> Visando o sindicalismo uma solução harmoniosa entre os dois elementos essenciaes da producção-capital e trabalho nada mais evidente que deste entendimento, entre os sindicatos de empregadores e empregados, seja consequencia immediata a formação de um orgão representativo de ambos: A corporação.
>
> Consiste esta corporação num conselho composto de representantes iguaes de patrões e operarios, no qual , serão estudados todos os problemas e questões affectas aos interesses da produção [...].[545]

---

[543] O LEGIONÁRIO. **Como terminou a greve dos padeiros**. n. 1, 4 mar. 1933, p. 2.
[544] O LEGIONÁRIO. **A nova lei de sindicalização – comentários em torno da "exposição de motivos"**. n. 13, 27 maio 1933, p. 3.
[545] Id. ibid.

Essa proposta atenderia aos interesses da LCT, no tocante à manutenção do controle sobre várias categorias de trabalhadores, através das corporações, mantendo o caráter conciliatório e mediador da Legião, dentro da Lei e da ordem. Para os legionários, o sindicato era o espaço onde poderiam realizar os seus anseios, sendo necessária a sindicalização, tendo em vista, que era uma etapa fundamental para a formação do trabalhador. Formação essa que deveria se enquadrar no modelo de trabalhador apregoado pela Legião.[546] Assim os trabalhadores deveriam possuir valores determinados pela LCT, para fazer parte de um sindicato sadio, contrário ao modelo sindical comunistas que defendia as lutas de classe e a resistência.

5.4.2 Defesa do sindicalismo: a Deus e União, o STPC e os laços construídos com a Legião

A categoria dos trabalhadores portuários era uma das mais numerosas que buscaram o apoio da LCT, contando por volta de mil associados, somados da *Deus e União*, do STPC, sem contar com sócios do *Sindicato dos Trabalhadores das obras do Porto,* que também possuía um número significativo de associados. Foi um grupo que ganhou destaque nas páginas do Jornal *Legionário* e força em meio as causas defendidas pela Legião, desde o debate sobre as horas dedicadas ao trabalho, bem como sobre os valores pagos aos trabalhadores, e a sistemática de contratação da mão de obra portuária.

As bases do sindicalismo eram propostas pela Legião e os mecanismos utilizados para conquistar as reivindicações dos trabalhadores dentro do caráter da ordem e do controle para as negociações com os patrões, tal como era apregoado pela LCT, de acordo com moral católica.

Em destaque no topo da terceira página da publicação número 3, a frase que afirma ser a Greve um direito perigoso reconhecido pela Igreja, explicita a estratégia da ação católica, em se colocar como liderança do movimento dos trabalhadores, seguindo um caminho de luta que vinha sendo construído por eles, mas que, com a intervenção moral da Igreja, a ordem social seria mantida. Dentro da construção da ordem social, o sindicato foi ponto fundamental, tendo em vista que o sindicalismo deveria servir, unir e fortalecer os trabalhadores para intermediar a tensão existente entre os dois elementos principais da produção: capital e trabalho.

O artigo *A nova lei de sindicalização* (Figura 24) aponta críticas às propostas de alterações da Lei Collor (Lei de sindicalização do ano de 1931), acusando-a de promover o sectarismo, pois não permitia qualquer tipo de vínculo político ou religioso nos sindicatos. Estabelecia que um sindicato só seria reconhecido quando fosse formado pela maioria de uma

[546] O LEGIONÁRIO. n. 10, 6 maio 1933, p. 2.

categoria (exclusividade sindical). O aspecto considerado positivo da lei, foi a criação das corporações. Apesar de tecer críticas, a LCT se colocou a favor da reforma da Lei que estabelecia as regras para a organização dos sindicatos.

Figura 24 - JORNAL O LEGIONÁRIO, 27 maio 1933, n. 3, p. 3

LEGIONARIO 3

"A gréve é um direito perigoso, mas é um direito. A propria sociologia catholica o reconhece".

A nova lei de sindicalisação

COMMENTARIOS EM TORNO DA "EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS"

A sub commissão nomeada pela commissão geral encarregada de estudar a reforma da Lei de Sindicalisação, conhecida em nosso meio por *Lei Collor*, já apresentou o resultado dos seus trabalhos.

O projecto de reforma foi elaborado e acha se assignado pelos srs. drs. Waldemar Falcão, membro do Tribunal Legionario e Vicente de Paulo Galliez.

Annexo ao ante-projecto de reforma, a sub-commissão apresentou uma longa e bem feita exposição de motivos justificativos das emendas referentes ao Decreto 19770 que regula a sindicalisação de classes.

Sendo esta exposição bastante longa, deixamos de publica-la na integra, todavia, para o conhecimento geral dos legionarios, desenvolveremos ligeiros commentarios em torno da mesma, ressaltando de maneira especial, os pontos mais importantes e que se identificam mais de perto com o ponto de vista Legionario.

Varios foram os pontos doutrinarios que sofreram profunda modificação, bem como, preenchidas foram todas as lacunas existentes na Lei vigente.

E temos a grata satisfação de constatar que estas foram justamente as que receberam cerrada critica, do ponto de vista Legionario, feita no Theatro José de Alencar, com a presença do sr. Ministro Collor, pelo então Chefe da Legião, tenente Severino Sombra.

De inicio, como fizeram sentir os illustres membros da commissão elaboradora do ante-projecto, a mesma «teve grande preoccupação em esclarecer perfeitamente a finalidade sindical, extendendo o seu campo de acção ás actividades de ordem technica, cultural ou intellectual, bem como ao funccionalismo publico e estudantes dos cursos superiores. Realmente não ha justificativa possivel na exclusão desses elementos e dessas profissões, dos direitos e vantagens da sindicalisação. Foi uma lacuna sensivel da lei vigente que a Sub-Commissão procurou corrigir».

Verifica-se, pois, que foi dado um sentido mais totalitario a finalidade sindical.

Mas, outras modificações realisadas, merecem mais de perto a nossa attenção e devem ser focalisadas com mais intensidade pela grande importancia que teem.

São ellas as concernentes a prohibição da constituição de sindicatos religiosos, o da exclusividade sindical e, finalmente, ao estabelecimento de Corporações sindicaes.

A *Lei Collor* estabelece um intoleravel sectarismo sindical não permittindo qualquer manifestação politica ou religiosa no seio dos sindicatos Consentir que assim fosse se ia querer continuar este espirito de facciosidade e de dogmatismo official que tem caracterisado todas as nossas leis impostas, quasi sempre, pela vontade absoluta de uma minoria insignficante em prejuiso palpavel para os interesses da collectividade e seus direitos

Em ultima analise seria querer conservar o operariado sindicalisado, encerrado nos limites estreitissimos de uma acanhada orbita de acção, negando-lhe o direito de representação politica na vida nacional, offerecendo-lhe apenas uma finalidade quasi que meramente beneficiente

Outro gravissimo erro da Lei vigente e que soffreu as devidas emendas, é o que diz respeito a exclusividade sindical.

Essa exclusividade sindical consiste em que a Lei só reconhece, dentro de uma mesma classe, o sindicato que reunir maior numero de socios.

«Vejamos, por exemplo, um sindicato composto de 1.000 associados Quatrocentos e cincoenta desses socios não concordam com a orientação ou com determinadas deliberações da maioria. Si prevalecer a exclusividade sindical, esses quatrocentos e cincoenta associados, serão obrigados a permanecerem em uma organisação que contraria fundamentalmente o seu modo de pensar ou a se conformarem com a perda dos seus direitos sindicaes».

E' patente aqui a injustiça commettida, indo tal dispositivo ferir de uma maneira evidente o livre direito de associação.

Importantissima, por consequencia, foi a reforma neste outro ponto da Lei vigente, respeitando o direito da livre associação e pondo termo a esta intoleravel dictadura sindical que se pretendeu estabelecer.

Finalmente, temos, o preenchimento, de uma grave lacuna entre as muitas exisfentes na Lei Collor: — a formação das corporações.

Visando o sindicalismo uma solução harmoniosa entre os dois elementos essenciaes da producção — Capital e Trabalho — nada mais evidente que deste entendimento, entre os sindicatos de empregadores e empregados, seja consequencia immediata a formação de um orgão representativo de ambos: — a Corporação.

Consiste esta corporação num conselho composto de representantes iguaes de patrões e operarios, no qual, serão estudados todos os problemas e questões affectas aos interesses da producção.

O projecto de reforma da lei Collor defende e propugna pelo estabelecimento deste importantissimo orgão da producção, inherente ao regimen Sindicalista.

São estes os pontos principaes, do aspecto de vista Legionario, que se encontram consubstanciados no projecto de Reforma da Lei vigente de sindicalisação.

Exprimimos aqui os nossos parabens sinceros aos illustres membros da sub-commissão, elaboradora do projecto de Reforma pelo muito que fizeram em pról de uma solução mais perfeita e harmoniosa do nosso Problema Social.

A "União Operaria Santa Thereza" de Aracatí, empossa a sua nova directoria

Domingo 7 do corrente, effectuou-se a posse da nova directoria da União Operaria Santa Thereza, que havia adiado de 1 o de maio, por motivo do surto epidemico que vinha actuando nos meios operarios.

O acto revestiu-se de muita solemnidade, tomando parte a Euterpe Operaria que de vez em quando se fazia ouvir em seu variado repertorio.

Iniciou-se a commemoração com o hasteamento do labaro social ao meio dia.

A's 14 horas, na séde, reunidos os associados, familias, commissões das associações locaes, foi pelo companheiro Francisco Chaves Graça, presidente da directoria preterita, aberta a sessão, dizendo em poucas palavras da significação daquella solemnidade, convidando para tomar assento á mesa os srs. Antonio Varella e José Lira da Costa, membros da commissão do Circulo S José e para presidir a sessão o consocio Mario Porfirio Lima. Este em breves palavras agradeceu a distincção dizendo a razão de ser daquelle acto, convidando em seguida os novos membros a tomarem posse.

A seguir, foi pelo presidente da solemnidade facultado a palavra a quem quizesse usal a. Momentos após ergueu-se o presidente da sessão discorrendo numa feliz oração, sobre o acto. Falou longamente sobre a actuação da directoria passada que, se não fez muito, se traçara por uma norma de administração de restrita economia.

Perorando disse que desde que chegou em Aracati tem se prestado com desvelo nesta como em outras sociedades, com o unico desejo de trabalhar pelo engrandecimento das associações de classes.

O sr. Mario Lima affirmou-se mais uma vez amigo da causa legionaria, sendo suas ultimas palavras abafadas por uma longa salva de palmas.

Em seguida, fez-se ouvir o presidente recem-empossado companheiro Tito Britto da Fonseca, que começou agradecendo aos companheiros a sua escolha para a presidencia da «União», em seguida disse do desanimo que vinha imperando no meio associativo local, concitando os associados a rehabilitarem-se, não desmentindo as tradições que gosava o operariado de Aracati, no que diz respeito a organisação social.

Pós em relevo a expressão que teve com a «União Operaria» o illustre fundador e primeiro Chefe da Legião tenente S Sombra, quando de sua visita as sociedades legionarias: *Foi a sociedade mais bem organisada que vi em Aracati*

São os seguintes os novos membros dirigentes da União Operaria Santa Thereza: Tito Britto da Fonseca, presidente; Reinaldo Cavalcante, vice presidente; Lauro Augusto Ribeiro, 1.o secretario; Antonio Bezerra de França, 2.o secretario; João Caetano Gomes, 1.o thesoureiro; José Roberto de Carvalho, 2.o thesoureiro. Directores — Luiz Clovis Pinto, João de Hollanda, Vicente Correia, Dorotheu Vicente Ferreira e Adrião Barbosa. Conselho fiscal — Mario Porfirio de Lima, José Cursino Pessoa e Raimundo do Carmo.

Ao encerrar a sessão o presidente ergueu vivas á União Operaria.

Aos presentes foi distribuido profuso copo de cerveja.

O novo presidente da União Operaria S. Thereza

Conforme noticia que estampamos noutra parte desta folha, assumiu, ha poucos dias, a presidencia da «União Operaria S. Thereza», de Aracaty, o nosso presado e valoroso companheiro Tito Britto da Fonseca.

Do novo presidente da «União», moço intelligente e operoso, que tanto já ha feito pela causa do operariado Aracatiense, é de esperar-se uma administração exemplar, á altura do momento que atravessamos.

«LEGIONARIO» congratula-se com a «União Operaria S. Thereza», por ter á frente dos seus destinos um legitimo expoente da classe.

Revista dos Ferroviarios

Recebemos, offerecido pelo sr. Flavio Britto, representante neste Estado da Revista dos Ferroviarios, o numero de Abril, dessa publicação, que se edita no Rio de Janeiro, sob os auspicios da Federação dos Ferroviarios do Brasil.

Orgão de uma das classes mais numerosas do pais, defensora impreterrita dos interesses dos Ferroviarios, a revista em apreço, traz variada e substanciosa collaboração, destacando-se uma intensa propaganda, em tornodas Caixas de Pensões e Aposentadorias.

Publica, tambem na integra o projecto de Estatutos da Federação dos Ferroviarios do Brasil.

Gratos pela visita da notavel confreira, formulamos votos pelo seu constante progresso.

O Sindicato dos Pedreiros concede amnistia aos socios

Em sessão de assembléa geral, realisada no dia 19 do mez findante, o Sindicato dos Pedreiros, deliberou amnistiar aos seus associados que se achassem a dever mais de três mezes de mensalidades.

Basta que, o associado atrazado, pague o ultimo mez para que seja considerado quites com a thesouraria, ficando, apenas suspensos os que gozarem desse favor, dos direitos sociaes, por 30 dias.

A amnistia perdurará 120 dias, a contar da data da resolução que a estabeleceu.

Agradecimento do Director do Collegio Cearense

A' distincta redacção do «LEGIONARIO» venho agradecer a noticia publicada a 1.o do mês andante sobre minha recente nomeação para o cargo de director do Collegio Cearense.

Aproveito o ensejo para offerecer os meus fracos prestimos aos destemidos pugnadores em prol do engrandecimento da Legião Cearense do Trabalho.

Disponham do amigo obrgo.

Ir. Estanislao

O sentido de Hittlerismo

Bem pouca gente comprehende o significado de Hittlerismo. Existe por ahi alguns illustres senhores que, por uma questão de fanatismo ideologico, acanhado e esteril, não sentem o ridiculo que fazem ao lançar na imprensa conceitos inteiramente erroneos, falsos e levianos sobre o movimento nacionalista totalitario da mocidade allemã!

E o mais interessante é a attitude de censores tomada por estes illustres senhores reverberando um movimento, do qual, já revelaram nada entenderem! Só muito pedantismo ou facciosidade politica pode levar a taes extremos!

Chamam Hittler de burguez e ignoram que muito pelo contrario elle representa a victoria da energia, do esforço, do trabalho, do sacrificio constante, pois o chefe nazista antes de ser o que hoje é, foi vagabundo desempregado, simples pintor de taboletas e, na pregação de suas idéas de renovação social, preso pela policia burgueza e condemnado a 8 annos de presidio!

Condemnam Hittler e chamam-no de oppressor do povo allemão, quando elle subiu ao poder, pela vontade livre de seu povo, numa consagração eleitoral em que obteve maioria esmagadora!

Por fim calumniam, dizendo que Hittler despoticamente persegue a raça judaica, quando todo o mundo sabe que a campanha desenvolvida por 20 milhões de nazis contra os judeus offerece o aspecto de uma questão genuinamente allemã, de uma reacção nacionalista realizada dentro da ordem e do justo, sem massacres nem barbaria!

E os *humanitarios* defensores do judaismo se esquecem das barbarias que o mesmo levou a effeito quando da revolução russa de 1917! Fingem ignorar,—e nisso são incoherentes,—que o judaismo é a maior força da plutocracia quer sob o pseudo regime communista, quer sob o regime capitalista!

E' interessante a maneira *dedicada* e *humanitaria* destes illustres senhores na defeza de *pobres* judeus contra a crueldade nittlerista!

Demagogos opportunistas!

Hittler, antes de tudo, representa a Allemanha rejuvénescida e liberta! Representa a força de novos ideaes vencendo o marxismo russo! Representa a victoria da consciencia nacional de um povo contra o internacionalismo balofo e irrealisavel!

Hittler é a Allemanha de 1933!

Hittler é o occidente em marcha para a salvação!

Hittler é o fim do fracasso communista!

Sindicato dos Trabalhadores Ambulantes

Amanhã, ás 9 horas, em sua séde, á rua Major Facundo, reunir-se-á em sessão de assembléa geral, o Sindicato dos Trabalhadores Ambulantes

Tratando-se, nessa occasião, de eleger a nova directoria do Sindicato, o seu presidente encarece a presença de todos os associados.

Figura 24 - Jornal O LEGIONÁRIO, 1933.

A Legião afirmava ser a associação e o sindicato os defensores possíveis para as aspirações e necessidades dos trabalhadores, visto como um caminho de libertação das amarras dos exploradores, prestando os seguintes serviços:

> O syndicato inicialmente lhe fornecerá o médico, o advogado, a escola para os filhos, livrando-os assim de fortes laços de submissão ao patrão ao rendeiro, ao coronel, ao chefe político. O syndicato se transformará no advogado de suas aspirações de classe, organisando o programma de suas necessidades, pois estas somente no syndicato poderão ser vistas, sentidas, comprehendidas.
>
> O syndicato se constituirá o seu orgão de communicação com os governos, com as autoridades, esclarecendo as prentenções e os interesses da classe, e amparando-os convenientemente e proficientimente.[547]

A prestação de serviços de caráter essencialmente mutualista era uma das principais bandeiras de propaganda da LCT, na busca por obter a adesão dos sindicatos e associações, com a defesa da sindicalização, objetivando promover a união dos trabalhadores sob a égide da legião. O Jornal *O Legionário* também defendia a organização das classes trabalhadoras em sindicatos mais ou menos orientados por um princípio mais justo e mais humano do que a organização social vigente, se fazia necessário para o momento como a fórmula mais segura de resolver as questões sociais.

Seguindo a lógica sindical proposta pelo governo Vargas, a LCT colocou o sindicato como sendo o meio para conquistar e garantir os direitos dos trabalhadores.

> O Brasil está numa phase de reajustamento de forças, de reorganisação boa, ou má, capaz de realizar as aspirações nacionaes, ou atira-lo as incertezas de uma esperiencia política e social que a outros povos provaram pessimamente.
>
> A representação das classes na política na política nacional vem sendo pleiteada com ardor, com enthusiasmo, como medida salvadora.
>
> E nada melhor nem mais seguramente indicado para effectevidade dessa aspiração do que a sindicalização das mesmas classes.
>
> Sindicalizar as classes e firma-las dentro de principios que correspondam ás legitimas aspirações economicas politicas e moraes da maioria dos brasileiros; é isto o que desejamos gravar no espirito de cada um, na consciencia collectiva, na certeza de que será este o caminho a seguir.[548]

No contexto político, econômico e social de mudanças, pelos quais o Brasil passava, a LCT se coloca como sendo o caminho seguro a ser seguido pelos trabalhadores cearenses, incluindo os portuários, para a construção de um Brasil melhor, onde os sindicatos tinham a responsabilidade de se colocar em defesa da harmonia social do País.

---

[547] O LEGIONÁRIO. **"Legião cearense do trabalho" – Boletim nº 1** (janeiro), 4 mar. 1933, n. 1, p. 2.
[548] O LEGIONÁRIO. **A sindicalização das classes**, n. 1, 4 mar. 1933, p. 3.

Nesse sentido, o Art: 1º do Estatuto da legião determinava que a LCT era uma organização de associações populares e de classe do Estado do Ceará com finalidade econômica, política e social, com as seguintes finalidades:

> a) A finalidade economica da legião consiste essencialmente na defesa do trabalho sendo o trabalho necessario, pessoal e inseparavel do trabalhador e este uma criatura humana, racional, livre e de finalidade transcedente, não pode o trabalho ser considerado uma simples mercadoria sujeita á lei da offerta e da procura – elle traz a marca humana e tem um valor moral.
>
> Cumpre, assim, defendel-o do liberalismo, que ainda domina as relações economicas, por meio da organização racional e honesta dos trabalhadores em torno desses pontos fundamentos e de objectivos de cooperação e assistência impostos pelo estado actual sob o controle da experiência e das condições locaes. O contracto collectivo em que sejam fixados o salario vital, as horas de trabalho, o repouso dominical, o limite dos trabalhos dos menores e mulheres, o regimen de conciliação e arbitragem e garantidas as condições e arbitragem e garantidas as condições hygienicas e moraes é o primeiro passo após a organisação da sociedade de classe.[549]

No artigo acima, foi apresentado que a Legião defendia uma nova dinâmica de organização do trabalho, para garantir as necessidades dos trabalhadores, colocava-se contra o regime econômico liberal, apontado como responsável pelas péssimas condições de vida dos trabalhadores. E aponta como solução para as tensões dentro das relações de trabalho a elaboração de contratos coletivos que atendam aos interesses dos patrões e dos trabalhadores, promovendo algumas garantias, como o salário vital ou salário mínimo, que proporcionaria a subsistência da família do trabalhador, bem como o deixava assegurado nos casos de acidentes, na velhice e também na falta de trabalho.

As relações entre Legião, Sindicato e patrão eram de cooperação, mesmo que nem sempre isso ocorresse de maneira harmoniosa. Os sindicatos e associações filiados a LCT pagavam uma taxa em dinheiro, e deveriam acatar as resoluções e participar do movimento legionário.[550] Foi nesse momento que entrou a questão dos portuários, quando os laços que vinham sendo construídos entre os trabalhadores e a LCT se efetivaram na elaboração do Contrato Coletivo, que foi responsável por importantes mudanças promovidas nas relações de trabalho no Porto de Fortaleza.

Tanto a *Associação União Marítima*, como o STPC possuíam membros no tribunal legionário, com cargos de secretários ou delegados, a exemplo de Manoel dos Santos, Pedro

[549] O LEGIONÁRIO. **Programa – definição e finalidades,** n. 2, 11 mar. 1933, p. 5.
[550] SILVA, op. cit., 2006, p. 60-61.

Saraiva, Edgard Pinho, João Lima, Paulino Moraes, Dr. Waldemar Falcão, Minervino de Castro, e Vital Felix.[551]

Vital Félix de Souza afirmou que não havia legislação para defender os trabalhadores do Porto, e contou com o apoio da *Associação Deus e Mar*, e da Federação Operária Cearense para lutar em prol de melhoras nas relações de trabalho e nos serviços portuários.

Quando a Legião foi fundada, logo as instituições que representavam os portuários declararam apoio, e foram construindo um diálogo, no intuito de apresentar as reivindicações da categoria, de modo que a LCT promovesse a negociação com os contratadores e empresas de Navegação. Paulatinamente foi sendo construído o Contrato Coletivo, considerado pelos legionários consequência da força da Legião, visão essa que buscava tirar o protagonismo do sindicato e da Associação dos Portuários.

Essa versão foi divulgada, com o intuito de fortalecer a LCT e colocá-la como fundamental para as vitórias dos trabalhadores; ou seja, reafirmava ser o caminho eficaz numa sociedade burguesa em crise. O Contrato Coletivo dos trabalhadores do Porto serviu como exemplo da força legionária, mas ao contrário do que foi publicado no Jornal *O Legionário*, essa força só se fez possível com a presença efetiva do STPC e da *União Marítima*, os quais já vinham historicamente construindo suas lutas.

As necessidades dos trabalhadores se arrastavam há muito tempo, as reivindicações eram feitas constantemente, mas com o intermédio da Legião, o diálogo com os patrões se tornou mais aberto. Esse era um ponto positivo proporcionado pela legião e que os trabalhadores se utilizaram dessa possibilidade. Em suma, a Legião precisava do apoio dos portuários, e os portuários precisavam da Legião para avançar nos ganhos de suas causas.

A iniciativa de mudança foi tomada pelos trabalhadores quando elaboraram uma nova tabela de pagamento para os serviços do Porto que atendessem as suas necessidades. Como fica esclarecido no artigo a seguir (Figura 25):

[551] O LEGIONÁRIO. n. 10, 6 maio 1933, p. 1.

Figura 25 - Jornal O LEGIONÁRIO. 02/09/1933, n. 27, p. 1

A "Deus e União" e o "Sindicato dos T. do Porto" se movimentam

A "Legião" pleiteia o contracto collectivo e uma nova tabella de salarios

Desde ha muito tempo que os trabalhadores do Porto viviam numa questão constante, a proposito da regulamentação de salarios e horas de trabalho com as casas importadoras, exportadoras e agentes de companhias.

A situação deste operariado era por todos os motivos, sinão de todo insustentavel pelo menos, muito irregular

O Sindicato buscando defender e proteger os operarios que mourejam na praia, tratou de confeccionar uma nova tabella de preços que regularisasse o trabalho e salarios e, satisfazendo as aspirações dos operarios, solucionasse de uma vez as inumeras questões surgidas entre os mesmos e os patrões.

Feita a tabella, o Sindicato enviou-a á Chefia Legionaria que, após minuciosos estudos, considerou-a justa e officialmente patrocinou a sua obtenção

Para tal, a Legião officiou aos senhores patrões, dando aos mesmos o prazo de dez dias para exame detido da tabella em apreço.

A nova tabella pleiteia um regular augmento de salarios sobre a anterior, muito incompleta e defficiente.

E tanto assim é verdade que, logo desde hontem a firma P MACHADO & CIA. antes de terminado o prazo marcado, já começou a pagar aos seus trabalhadores, de accordo com a tabella apresentada.

Esta attitude da firma citada, veio revelar que o pleiteado pelo Sindicato não é absurdo e sim, perfeitamente justo, como justas são todas as causas que reivindicam para o operario uma melhoria de condições, compativel com as suas necessidades

Em vista disto, logo, outras firmas resolveram acompanhar o gesto daquellas, o que veio a dar por victoriosa a tabella apresentada pela Legião!

* * *

Está, pois, resolvida uma parte do que pleiteia o Sindicato dos Trabalhadores do Porto, faltando resolver a outra referente a descarga, bem como, a acceitação do «contracto collectivo» apresentado pela «Deus e União».

Apenas começámos, pois, e parece-nos que com bastante felicidade.

Esperamos que os srs. patrões comprehendendo a justiça do que pleiteia a Legião, saibam solucionar o caso da praia com o mesmo criterio e bôa vontade que já começaram, evitando assim, qualquer desintelligencia mais ou menos profunda que venha trazer dissabores ou dissidios entre as partes interessadas.

Este inicio da victoria do Sindicato dos Trabalhadores do Porto é por demais significativo e vem ajuntar-se a muitas outras que o operariado cearense já obteve sob a bandeira legionaria.

A Legião mais uma vez demonstra a sua força e bem assim a sinceridade dos que a dirigem, num trabalho exhaustivo e quotidiano, mas cheio de fé inabalavel na victoria do Ideal legionario!

«LEGIONARIO» espera dentro em breve poder parabenisar todo o operariado da praia pela conquista das reivindicações por que ora se batem.

Fonte: Jornal O LEGIONÁRIO, 1933.

As principais reivindicações pleiteadas eram salário justo, uma regulamentação do serviço de estiva, Alvarenga, cotes, capatazia de carga e descarga, que consequentemente solucionaria, regularizaria por completo as condições de serviço, além de acarretar a regulamentação na forma proposta pela Legião. As propostas foram entregues à Legião, que apresentou aos agentes das empresas de navegação, as quais responderam com uma contraproposta entregue à Chefia Legionária, que, após examinada, o chefe da Legião entrou em negociações com os Agentes das empresas, Vital F. de Sousa, presidente do STPC, João

L. de Deus, presidente da *Deus e união,* o Fiscal geral da LCT e um representante dos lancheiros, que se reuniram na gerência da boath com os representantes das empresas de Navegação. Várias reuniões foram realizadas para debater sobre os pontos propostos pelos trabalhadores, na tentativa de atender aos interesses de ambas as partes.[552] Culminando com a elaboração do Contrato Coletivo, na data de 11 de outubro de 1933, divulgado e comemorado também nas páginas do jornal o título*:* "O primeiro "contracto colletivo" Celebrado no seio do operariado cearense, quiçá do norte – O ideal de collaboração das classes de parabéns todo o operariado da praia".

> [...] Para a cosecução desta admiralvel Victoria, concorreram a organisação e disciplina do operariado legionário da praia e o animo cardato e justiceiro revelado pelos srs. Agentes.
>
> Sentimo-nos bem em poder frisar nestas collunnas a boa vontade de que deram mostra estes elementos patronaes.
>
> Pela attitude que tomaram nesta questão elle merecem ser apontados ao operariado e principalmente a alguns patrões de Fortaleza. O modo como transcorreram as démarche, atravez muita lhaneza de trato e cardialidade, constitue acontecimento auspicioso e rasga novos modos de vida para as relações entre operários e patrões.
>
> Quando os communistas pregam a lucta de classes e a salvação da ordem para que possam tripudiar sobre os despojos do capitalismo arrasado, nós na legião acreditamos numa collaboração entre as classes como maneira de crear na terra uma coexistência humana feliz e justa.[553]

Partindo da ideia de uma sociedade sem conflitos sociais, hierarquizada e disciplinada. O ideário legionário de renovação do ser humano, pautado nos sentimentos de honra, bravura e lealdade, teve uma forte atuação nas organizações dos trabalhadores cearense, através de um discurso de convencimento que aliava as demandas próprias do mundo do trabalho às necessidades de formação do cotidiano legionário, que buscavam atender aos interesses dos patrões, e assim construir uma sociedade em que os indivíduos conviveriam harmoniosamente.

> [...] Um sindicato não pode ser mais considerado um instrumento de hostilidade e refractarismo contra os interesses superiores de uma boa ordem e efficiencia de trabalho.
>
> Ao reunirem-se num sindicato os operários não assumem atitude de insubordinação ou combate aos patrões aos chefes de repartições publicas.

---

[552] O LEGIONÁRIO. **A legião continua a pugnar pelas reivindicações dos trabalhadores da praia, contraproposta apresentada pelos agentes das companhias – reuniões havidas – outras notas**. n. 28, 9 set. 1933, p. 1.

[553] O LEGIONÁRIO. **Uma grande Victoria da legião - realizado plenamente um dos mais importantes postulados do "ideal legionário"**. n. 29, 16 set. 1933, p. 9.

> Um sindicato, mormente um sindicato legionário, é um órgão de defesa das necessidades, interesses e espirações do operariado, visando um ideal de colaboração e harmonia entre os elementos comandantes e comandados das emprezas.
>
> [...] A legião desfralda a bandeira da harmonia de classe combate a doutrina communista da lucta de classes os seus sindicatos são instrumento de ordem, de entendimento de collaboração.
>
> Encarar as coisas de outro modo, confundir o sindicalismo sadio que a legião faz com o sindicalismo vermelho, anarchista; communista, é não ver as coisas de um modo justo e verdadeiro [...].[554]

O processo de construção da harmonia social dever-se-ia pautar na ordem e na colaboração, sendo o Comunismo combatido e acusado de promoção de um sindicalismo não sadio. A LCT trabalha no discurso de afirmação do seu papel como defensora e representante dos interesses dos trabalhadores, em que o sindicato deveria ser o local que atenderia suas expectativas. Desta feita, a sindicalização fazia parte da formação do trabalhador legionário, acompanhado e moldado para viver em fraternidade e de maneira cooperativa.[555]

> A sociedade marítima Deus e união, attendendo á ordem do tribunal legionario de conciliação e arbitragem, suspendeu por tres dias o serviço de carga e descarga dos vapores da booth e; ltd. Para reivindicar os direitos violados do capataz José Felippe da Silva, Ahi, está o exemplo de solidariedade digno de ser imitado por todos os trabalhadores do interior. Hoje, quando os patrões começam a se constituir forças syndicaes, hoje mais do que nunca, deve reinar o espirito de classe legionaria. O homem isolado na sociedade nada consegue; faz-se preciso o apoio franco e enthusiasteco dos seus companheiros de luctas.[556]

A necessidade de se afirmar constantemente como a grande salvadora dos trabalhadores fazia parte de um processo de convencimento das associações e dos sindicatos. E um fato interessante foi assunto de um artigo do Jornal *O Legionário*, que tratou sobre A *Sociedade Marítima Deus e União*, narrando que a associação passou por um período de desânimo e desorientação, mas com a ajuda da Legião os seus estatutos foram reformados de modo a melhor atender as condições do meio e de grande parte dos associados que se mantinham afastados, mas que voltaram a militar efetivamente nos quadros sociais, entrando a sociedade em uma nova fase de organização e progresso.[557]

---

[554] O LEGIONÀRIO. **O sindicalismo sadio**. n. 27, 2 set. 1933, p.1.
[555] CORDEIRO, op. cit., 2000, p. 333.
[556] O LEGIONÁRIO. **Eis o caminho:** Legião ou communismo! n. 1, 4 mar. 1933, p. 2.
[557] O LEGIONÁRIO. **Relatório do chefe legionário apresentado por accasião da assemblea trimestral da legião**. n. 16, 17 jun. 1933, p. 2.

Segundo William Mello: "A influência dos movimentos políticos de extrema direita entre os trabalhadores na cidade de Fortaleza representa a interseção de eventos informados por um discurso teórico que se revelou capaz de organizar e mobilizá-los à base do pensamento político conservador" (LCT e Integralismo), representando estabilidade e ordem em meio as transformações políticas e econômicas em nível regional e também nacional.[558]

A ordem para progredir necessitava da moralização do trabalhador dentro de uma lógica de conduta apregoada pela LCT, segundo os valores da Igreja Católica, fato que pôde ser percebido desde os primeiros anos do século XX, quando em vários números do Jornal *Diário do Ceará* foram divulgadas notas sobre a *Sociedade Deus e Mar* e a punição que deveria ocorrer aos associados que fossem pegos embriagados,[559] ou até mesmo ressaltando a importância do cooperativismo entre os trabalhadores, de modo a mostrar que o caminho a ser seguido era o indicado pela Legião, e não o dos Comunistas.[560]

O sindicalismo defendido pela LCT era aquele que unia os trabalhadores de modo ordeiro e cooperativo sob o controle legionário, que não precisava das lutas de classes (comunista) para conseguir mudar e/ou melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

5.4.3 A propaganda legionária contra o Comunismo

> A << Legião cearense do trabalho>> pelo seu programma pretende perfeitamente isto: Traçar novos rumos sociaes, arrancando a classe operaria desta economia burguesa e esta das mãos rubras do communismo!
>
> Eis o caminho: Legião ou communismo! [561]

O Comunismo se colocava como um grande problema, principalmente, uma ameaça para o projeto social da Igreja, visto que trazia em suas ideias básicas valores totalmente diferentes do que era pregado pelo catolicismo, referentes a seus dogmas, ritos e crenças. Dessa maneira, foi sendo desenvolvido um sentimento que o autor chamou de anticomunismo, no decorre da história da República no Brasil. Segundo afirma Rodrigo Patto:

> O comunismo não se restringia a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista opunha-se aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e a caridade cristãs; pretendia substituir

[558] MELLO, op. cit., 2009, p. 62-63.
[559] DIÁRIO DO CEARÁ. **Sociedade Deus e mar e o alcoolismo**. 25 fev. 1923.
[560] Id. ibid.
[561] O LEGIONÁRIO. **Eis o caminho:** Legião ou Communismo! n. 1, 4 mar. 1933, p. 2.

> a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem abastadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista levaria ao desaparecimento da Igreja que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários.[562]

O forte combate ao Comunismo no Ceará, já vinha sendo feito pela Igreja católica, desde a década de 1920, através das páginas do Jornal *O Nordeste*, nos Círculos Operários e na busca por inserção nos movimentos dos trabalhadores. Ações essas que faziam parte de uma estratégia estabelecida pela instituição para combater os avanços das ideias comunistas.

A Igreja utilizou-se das palavras (para convencer) e desenvolveu ações para enquadrar os trabalhadores, dentro da lógica de controle e de ordem, principalmente, acusando os comunistas de promoverem a destruição da harmonia social, pois questionavam valores básicos da instituição religiosa.

As ideias marxistas comunistas passaram a entrar de maneira mais intensa no Ceará a partir do governo do Presidente Arthur Bernardes (1922-1926). A estratégia utilizada pelos comunistas foi a luta pela unificação no Movimento Sindical. No Ceará, o movimento ganhou fôlego em 1926, quando ocorreu a reunião entre os simpatizantes do Comunismo na sede da União dos Pedreiros do Ceará, para discutir as ideias propostas pelo movimento. No entanto, nesse mesmo ano, o presidente recém-empossado, Washington Luís (1926-1930), decretou a Lei Celerada, que pôs na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro. A partir dessa lei os comunistas passaram a fundar pelo país as organizações denominadas de Bloco Operário Camponês (BOC), os quais serviam para camuflar suas as ações.[563]

O BOC funcionou entre os anos de 1927-1930, seguiu a orientação da Internacional Comunista, atuando com o objetivo de organizar a frente única, que era a união de diversas organizações de classes e associações. O Bloco foi fundado no Ceará, em 1927, após a volta do sindicalista "Joaquim Pernambuco", do Congresso Geral dos Trabalhadores, ocorrido no Rio de Janeiro. A atuação do Partido Comunista no Ceará foi de encontro com as ações desenvolvidas pelas camadas mais conservadoras da política, ligadas aos ideais católicos. O embate foi inevitável, mesmo estando o PC funcionando muitas das vezes na ilegalidade.[564]

---

[562] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho".** O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

[563] RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará**: ascensão e declínio (1922-1947). Fortaleza: UFC; Stylus, 1989.

[564] GARCIA, Juliana Samara de. A insânia nihiilista. A Greve dos empregados da The Ceará Transway Light e Power co-Cultura política, católicos e anticomunismo no Ceará. In: MELLO, William J. (Org.). **Legionários, "Galinhas Verdes" e a política no Ceará (1929-1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

Segundo Juliana Samara de Sousa Garcia, ao analisar a Greve dos Trabalhadores da Empresa Light em Fortaleza (1929), afirma que, enquanto os comunistas conclamavam os trabalhadores para se organizar, unir e lutar, nas páginas do Jornal *O nordeste*, esses mesmos trabalhadores foram taxados de ingênuos e incapazes de fazer uma leitura da realidade social em que estavam inseridos. Ou seja, precisavam da proteção e do direcionamento católico, que buscaria conciliar os interesses dos patrões e empregados e assim manter a ordem. Para a autora, a forte pressão feita pela empresa inglesa, e mais os ataques feitos diariamente nas páginas *d'O Nordeste* fizeram com que a greve fracassasse.

Várias categorias declararam apoio à Greve,[565] mas apesar de o STPC registrar em Ata de Assembleia o apoio aos trabalhadores da Light e enviar auxílio as famílias, não ficou clara a participação e atuação do Sindicato dos Portuários em meio ao movimento paredista e até mesmo sua aproximação em relação ao Partido Comunista (BOC).

Nas Atas de Assembleias dos sindicatos, não aparece qualquer tipo de referência ao Partido Comunista, ou o apoio as ideias de luta de classes; pelo contrário, percebe-se a aproximação da Diretoria junto a elementos da política conservadora local, sendo essas informações cruzadas com a análise dos jornais à época: *O Nordeste, O Legionário, A Tribuna, O Ceará, Correio do Ceará, Diário do Ceará*.

Após a fundação da LCT, as fileiras de combate aos comunistas ganharam reforço, e o próprio cenário político nacional e local fez com que a atuação do Partido Comunista ficasse comprometida, apesar das estratégias de resistência elaboradas. Em Fortaleza a presença dos ideais da Legião pareceram sobrepor-se aos comunistas no tocante à adesão das associações e sindicatos.

No trecho a seguir, do artigo do jornal *O Legionário*, podemos visualizar o combate aos avanços das ideias comunistas:

> Precisamos avançar na carreira antes que cheguem os communistas ou peior ainda, o opportunismo político da demagogia liberal que incapaz de crear coisa nova, pode todavia, com as suas artimanhas deabelicas, comtemporizar por mais tempo uma situação que não pode mais alimentar, nem seguer, uns dez annos de vida!
>
> O marxismos que foi a mais tremenda replica reaccionaria ao estado liberal, já hoje é um cadáver frio e também desmoralisado em todo o mundo como pais ainda se pensar no liberalismo.
>
> [...] Precisam renovar a mentalidade brasileira, dar-lhe uma nova feição, crear uma altura genuinamente nossa, imprimir-lhe uma expressão de nítida consciência de sua finalidade nacional, acordar as energias Moraes da nação, despertar o valor adormecido de seus filhos ensinando-lhe a lição da coragem

[565] GARCIA, op. cit., 2016, p. 103.

> e da affirmação cívica, enfim, os moços precisam, querem e darão um outro rumo ao Brasil, salvando o do apoio liberalista e resguardando-os da intoxicação communista, pela formação do estado forte, disciplinador, intervencionista, finalista e totalitário que realise o Maximo de justiça social, de progresso econômico e estabilidade política.[566]

O materialismo histórico foi uma das preocupações da LCT e da Igreja Católica, pois representava "a morte de Deus", e trazia no seu entendimento a abolição da religião. A Igreja então organizou um apostolado leigo, para que, dentro das comunidades, pudesse reconduzir a sociedade para o seu seio, sendo a legião um dos principais meios de inserção dos valores católicos e a renovação da forma de pensar e agir dos trabalhadores. Por isso, o Comunismo foi alvo de fortes ataques no Jornal *O Legionário* e também *n'O Nordeste*, que era ligado a Arquidiocese de Fortaleza, tinha circulação diária e a maior tiragem no Estado.[567]

A postura de oposição sistemática ao Comunismo se configurava como o anticomunismo, que se afirmava a partir do uso da propaganda, repressão policial, desenvolvimento de ações no âmbito educacional e na organização de instituições e grupos para combater os avanços de suas ideias de construção de uma sociedade justa e sem a existência de classes sociais. Esse sentimento ocorreu no campo das emoções, nas formas de perceber a sociedade, objetivando causar medo. Esse que ocasionaria a passividade, receio de agir e ou aversão aos comunistas, que levaram a invenção de estereótipos e histórias sobre suas atitudes e interesses como sendo violentos, arbitrários, enganadores e que faltavam com os valores da moral "correta" cristã.[568]

> Legionário" ao romper sua marcha, num gesto inicial de confraternização e ethusiasmo, saúda aos homens de trabalho do ceará e do brasil, e conclama-os para a grande jornada de lebertação cujos rumos a legião cearense do trabalho traçou e procura realizar.
>
> Trazemos, para todos os que são victimos dos erros sociaes presentes, uma palavra de fé e de combate. Por entre a confusão, o tumulto, a insatisfação angustiosa, a rebeldia desordenada, a crescente anarchia que correm o mundo e abarcam notragicamente, fazemos soar a voz salvadora do ideal legionário.
>
> No desdobramento desse ideal sob forma jornalistica, resume-se nossa missão significamos antes de tudo acção. Acção destruidora e acção constructora.
>
> [...] E destriremos, não vigorosamente, o illsionismo communista frisaremos o seu significado de ampliador dos erros capitalistas, os seus aspectos verdadeiramente rebaixadores, abastadores de nossas condicções de humanos,

[566] O LEGIONÁRIO. **Marchas aceleras...** n. 19, 8 jul. 1933, p. 3.
[567] *O Nordeste* não era o jornal oficial que representava a Igreja Católica, mas era um dos defensores e porta-voz da Arquidiocese e dos valores da Igreja em Fortaleza.
[568] RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria**: O anticomunismo brasileiro sobre o olhar norte-americano (1945-1964). 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

> e evidenciaremos a triste experiencia que foi para o operariado a sua pratica na Rússia.[569]

O discurso e a propaganda legionária foram muito fortes, principalmente com o uso de imagens e de textos que defendiam a causa católica e a necessidade do sindicalismo atrelado a LCT. Severino Sombra, que cresceu em meio às ideias da elite intelectual católica, buscou, com a fundação da Legião, reunir os trabalhadores dos mais diferentes setores, doutrinando-os de acordo com as verdades da LCT, para assim afastá-los da ameaça comunista; e uma das formas de combate era feita através das páginas do Jornal *O Legionário.*

Interessante perceber que durante os anos de 1931 a 1933 a LCT buscou ter contato próximo não somente com a *Associação Deus e União*, a qual sob o controle da Legião mudou a Diretoria e o nome, como também manteve ação intensa com o *Sindicato dos Trabalhadores Portuários*. Essa proximidade entre os trabalhadores, a LCT, e a Igreja foi utilizada como arma para combater os comunistas, e assim manter a ordem social, e o controle através da negociação dos conflitos entre os trabalhadores e os patrões.

No ano de 1933, ocorreu uma forte crise de identidade, gerada pelas diferenças entre Severino Sombra e Jeová Mota quanto ao posicionamento político do movimento, somando-se a isso às perdas no quadro dos associados e à ausência de Severino, que estava exilado em Portugal (Lisboa), por causa da sua participação na Revolução Constitucionalista de 1931.

Como consequência, foi realizada a união da Legião com a Ação Integralista Brasileira (AIB),[570] apesar de o fundador da LCT ser contrário a participação dos trabalhadores no processo político. Desse momento em diante, o Movimento Legionário liderado por Jeová Mota se envolveu com as questões político-partidárias, lançaram candidatos para as constituintes de 1933, e chegou a eleger três representantes, dentre eles o próprio Jeová Mota.[571]

Apesar da maior participação no cenário político do Estado, a LCT começou a ter o seu espaço de atuação e interferência em meio aos trabalhadores a partir desse mesmo ano, devido ao processo de ordenamento dos grupos de esquerda que atuavam no País, principalmente, a retomada da luta pelos comunistas, que passaram a disputar espaços com a Legião, ficando de um lado os legionários (integralistas), e do outro os comunistas, e ambos contra as leis que vinham sendo elaboradas pelo Estado Varguista.[572]

---

[569] O LEGIONÁRIO. n. 1, 4 mar. 1933, p. 1.
[570] A Ação Integralista Brasileira foi fundada por Plínio Salgado em 7 de outubro de 1932, São Paulo. A AIB era um centro de Estudos e de Educação Moral, Cívica e Física. Um de seus objetivos era o culto de "Deus, da Pátria e da Família", o que o aproximava da Igreja Católica. Cf. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo:** ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999.
[571] SILVA, op. cit., 2006, p. 65.
[572] Ibid., p. 66.

O período em que as estratégias de atuação Legionária se modificam (1933), buscando se fortalecer com o apoio da AIB, além dos laços já mantidos com a Igreja, foi também o ano de conquista do *Contrato Coletivo* para os trabalhadores portuários, marco que dá o limite final da presente pesquisa, tendo em vista que as disputas e relações estabelecidas entre os portuários, os grupos políticos e também com o governo tomarão outros rumos, que fogem aos objetivos estabelecidos neste trabalho.

A LCT, entre os anos de 1931 e 1933, afirmou-se como representante dos trabalhadores e responsável pela construção da ordem social, e a construção da moral dos indivíduos de acordo com os valores do catolicismo; para tanto, apoio a sindicalização e a organização dos trabalhadores, para distanciá-los das influências comunistas. A ideia legionária era de controlar os sindicatos e associações e intermediar a negociação entre os patrões e os trabalhadores para manter a harmonia social, e eliminar as tensões promovidas pelas lutas de classes apregoadas pelos comunistas.

As duas principais instituições, que representavam os portuários na cidade de Fortaleza, aliaram-se à LCT e consequentemente ao Programa de Ação Social Católica, mas essa aliança fez parte de um processo de história de luta dos trabalhadores, que, ao longo das primeiras três décadas do século XX, organizaram-se, construíram pautas reivindicativas e estratégias de resistência que combinaram os embates diretos, às ações de auxílio mútuo, e às negociações e acordos velados com políticos para chegar até aos patrões que contratavam a mão de obra do Porto. A Resistência Solidária configurou-se entre os trabalhadores do Porto de Fortaleza, principalmente dentro do STPC, a partir da compreensão de quem eram os portuários, quais eram suas necessidades, quais os pontos que os faziam iguais entre si e diferentes dos contratadores.

Foram as experiências cotidianas no trabalho e além dele, no decorrer dos anos que levaram os trabalhadores a vivenciarem o processo de autoconhecer e de se compreender como parte importante na organização social e econômica da cidade de Fortaleza.

5.5 O processo de autoconhecer dos trabalhadores portuários de Fortaleza e as lutas do dia a dia

> A história não faz nada... a história não é, por assim dizer, uma pessoa à parte, que usa o homem como um meio de alcançar seus próprios objetivos: a história não é nada a não ser a atividade do homem que persegue seus objetivos.[573]

Os homens que fazem a história são sujeitos de transformação por meio de experiências e lutas do dia a dia; buscam compreender-se e, muitas vezes, modificar as condições de vida em que estão inseridos, num constante processo de *fazer-se*. A partir das experiências e vivências que os fazem traçar objetivos e lutar para atingi-los a história é feita. A história pode ser feita por homens ricos, que detêm poderes políticos, econômicos, mas também por homens pobres e trabalhadores. Nesta pesquisa, ocupo-me exatamente no *fazer-se* dos homens trabalhadores, com o objetivo de compreender suas ações no dia a dia, suas experiências e os objetivos que traçaram e que serviram como combustível para que interferissem na construção da história.

Uma importante discussão que devo enfrentar nesse momento está relacionada à questão da consciência dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933), analisando-os a partir da concepção thompsoniana de experiência e consciência de classe, inseridos num processo de *fazer-se*.

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos os interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.[574]

E. P. Thompson, ao analisar os conceitos de consciência de classe e o de falsa consciência, para tratar sobre o processo de autoconhecer da classe operária, afirma que a consciência de classe é pensada como base para a construção da classe, sendo uma consequência efetivamente do que a classe produziu, no processo histórico de seu autorreconhecimento e construção, e não aqueles que deduzimos do modo de produção.[575] Desta maneira, a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas

---

[573] MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **A Sagrada Família ou a crítica da crítica crítica contra Bruno Bouer Consortes**. São Paulo: Boitempo, 2003.
[574] THOMPSON, op. cit., 2004, p. 10.
[575] THOMPSON. E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos** (Org.). Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Unicamp, 2001. p. 66.

institucionais".[576] Assim a classe é compreendida como uma relação e não uma coisa que é resultante das experiências comuns partilhadas, e que resultam na luta de classe (processo histórico). Para Antunes:

> A consciência proletária é, portanto, uma longa distância que vai da falsa consciência, presa à ideologia dominante e limitada pela imediatidade, até o máximo de consciência possível que corresponderia à percepção da totalidade concreta e sua possibilidade de superação revolucionária, o que somente é possível quando a classe operária apodera-se na única classe capaz de destruir o capitalismo e iniciar a transição para a sociedade sem classes. É preciso lembrar a impossibilidade de tal distância ser pensada de forma linear e evolutiva: ela deve ser concebida como um processo com fluxos e refluxos, onde ora são predominantes os momentos da falsa consciência, ora se está próximo da consciência verdadeira.[577]

Fazendo parte desse processo de conhecer-se, pequenas manifestações serviram para conquistar e/ou consolidar a união entre os trabalhadores, como também para que demonstrassem a certeza dos aspectos a serem contestados, as reivindicações que deveriam ser feitas, como com episódio da passeata organizada no dia 1 de Maio:

> Esteve hoje nesta redecção uma comissão da Sociedade Deus e mar, que veio convidar-nos para assistir á festa que, em honra ao trabalho livre, aquella agremiação pretende realizar, em sua sede, no dia 1 de maio ás 11 horas. Informou-nos a referida commisão que os sócios da Deus e Mar pretedem, ás 16 horas daquelle dia, realizar animada passeata pela cidade.
>
> Agradecendo o convite, procuraremos satisfaze-la.[578]

À primeira vista parece banal, no entanto, uma passeata no dia 1 de Maio, Dia do Trabalho, significa no mínimo que a *Sociedade Deus e Mar* viu nessa data uma oportunidade para mostrar a sua união e força enquanto coletividade. Além do fato de estar inserida em uma perspectiva de fortalecimento dos trabalhadores, no intuito de conquistar melhoras efetivas nas condições de vida.

Sabe-se que a consciência de classe é percebida dentro de um processo de construção, no qual pode haver avanços e também recuos, no sentido de conquista da consciência entre "nós" (trabalhadores) e "eles" (patrões); ou seja, uma classe só existe em relação a outra, as quais se constroem a partir de uma relação que não é estanque, pronta nem acabada.

> [...] A consciência, em todas as suas formas e manifestações, que têm uma estrutura própria relativamente autônoma, determinando assim, de forma

[576] THOMPSON. E. P. **A formação da classe operária - A árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9.
[577] ANTUNES, op. cit., 1982, p. 22.
[578] A TRIBUNA. **Sociedade Deus e Mar**. n. 682, 30 abr. 1923, p. 1.

> reciproca, as estruturas econômicas da sociedade, ao mesmo tempo que são também determinadas pela última.[579]

A relação estabelecida entre a sociedade e a economia, ou seja, as ações sociais e os mecanismos de organização e funcionamento da economia são analisados a partir da ideia de reciprocidade, não sendo o social subordinado ao econômico.

Nessa mesma linha de pensamento, Istevan Mészáros afirma que a consciência social não é um instrumento conspiratório, mas a expressão de relações sociais dinâmicas, tal qual ao jogo de xadrez, no qual o reajuste de programas estratégicos individuais é feito de acordo com as situações apresentadas. Jogo esse, jogado pelos portuários, os quais fizeram lances de acordo com as necessidades e possibilidades de jogadas, por vezes sendo combativos, em outras negociando benefícios.

Para chegar à compreensão do que houve, ou não, com relação à tomada da consciência de classe dos trabalhadores portuários, faz-se necessário ir para além da percepção da ação de grupo, visto que essa ação pode apenas servir como sustentação para um interesse coletivo. Não sendo colocada como algo inferior, mas que está relacionada às situações históricas, nas quais a consciência sobre o "ser" a partir da consciência de classe pode ser maior ou menor, sem estar preso a ideia de linearidade: "a consciência da classe proletária é, portanto, a consciência do trabalhador de seu ser social enquanto ser enquistado no antagonismo estrutural necessário da sociedade de grupo que percebe somente uma parte mais ou menos limitada da confrontação global".[580]

A diferença entre consciência de classe e consciência de grupo está diretamente relacionada ao desenvolvimento histórico, tendo em vista que a consciência de grupo deve ser superada pela compreensão da consciência global.

> O desenvolvimento da consciência de classe é um processo dialético: é uma "inevitabilidade histórica" precisamente na medida em que a tarefa é realizada através da mediação necessária de uma atuação humana autoconsciente. Isto requer, inevitavelmente, algum tipo de organização – seja a constituição de partidos, ou de outras formas e mediação coletiva – estrutura segundo as condições históricos-sociais especificas que predominam em uma época particular, com o objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social. (Somente as últimas são capazes de deixar uma marca duradora – em oposição ao sucesso efêmero da mera agitação política – na consciência do proletariado como um todo, uma vez que elas

[579] MÉSZÁROS, Istvan. **Filosofia, ideologia e ciências sociais**: ensaios de negação e afirmação. Tradução de Ester Vaisman, São Paulo: Ensaio, 1993. p. 77.
[580] MÉSZÁROS, op. cit. 1993, p. 96.

> envolvem modificações objetivas no ser social da consciência do proletariado).[581]

Ultrapassar as agitações políticas é fator preponderante para chegar à tomada da consciência, e assim promover modificações efetivas e duradouras do desenvolvimento social. Interessante perceber o destaque dado a necessidade de algum tipo de organização, seja, partidos, sindicatos, associações, entre outros, como uma importante etapa para a compreensão de grupo e de necessidades comuns, no caminho para o censo de coletividade.

> Syndicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza conforme estava annunciado, realizou-se hontem ás 10 horas a sede official da "Escola Proletaria" do "Syndicato dos trabalhadores do Porto de Fortaleza". Aquella hora, na sede social, achando-se presente toda a directoria e associados, convidados, representates da imprensa, etc. Foi concedida a palavra ao Sr. Manuel Dos Santos, orador official do "Syndicato" que disserte sobre a introdução mostrando a necessidade do seu desenvolvimento no seio do operariado, afim de capacitá-lo da noção segura dos seus direitos e deveres, quer sociaes, quer políticos para elle não se deixar levar por aquelles que procuram desvalorizar a boa e sã orientação, que a classe em geral deve ter.[582]

Assegurar para os trabalhadores a compreensão de quais eram os seus direitos e deveres foi uma importante preocupação do sindicato, de modo a contribuir para o amadurecimento da consciência dos portuários enquanto classe. Seguindo a linha thompsoniana de classe que nasce dos questionamentos internos dos indivíduos, que se descobrem dentro de uma coletividade e ganham o viés de classe, a partir da descoberta e conquista de sua consciência de classe, que fazem parte de um processo histórico real. Não a considerando como algo estático, mas sim uma categoria histórica, composta por pessoas e suas relações no decorrer do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, seja com separações, união, seja por conflitos, que acabam por formar instituições que transmitem valores de modo classista.

> As classes não existem como entidades que olha ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.[583]

---

[581] Id. ibid.
[582] O NORDESTE. **Coluna operária**. s.n. 1 out. 1923, p. 3.
[583] THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Unicamp, 2001. p. 274.

Esse processo de *fazer-se* é muito importante para a compreensão do movimento dos trabalhadores do Porto de Fortaleza, no sentido de analisar suas ações anteriores à fundação da *Sociedade Deus e Mar*, e perceber que, nos primeiros anos do período republicano, movimentações políticas e sociais já eram articuladas, como na Greve dos Catraieiros em 1903-1904. Após essa greve, os trabalhadores do Porto destacaram-se como categoria que buscava se unir e lutar por melhores condições de vida. Chegando a 1912, ano em que foi fundada a *Deus e Mar,* associação que só fortaleceu de modo geral a aliança entre os portuários, a qual veio a ganhar como aliado *o Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará* (1922). Então, por que os portuários fundaram um sindicato e não simplesmente se associaram a *Deus e Mar*? A resposta está relacionada ao próprio momento histórico, o qual já foi analisado, e que apontava para a necessidade de empreender uma nova forma de luta, que fosse para além do auxílio mútuo, apesar de o sindicato ainda se afirmar como tendo essa característica. Eles possuíam um viés mais ativo na organização dos trabalhadores e do trabalho, ao defender e articular caminhos políticos e sociais para conquistar melhorias materiais e transformações nas relações de trabalho no Porto.

> Os valores não são apenas "pensados", nem "chamados"; são vividos e emergem no interior do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc., necessárias e aprendidas (e "aprendidas" no sentimento), no *habitus* de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e cessaria toda produção.[584]

O conceito de experiência em Thompson é colocado como "conceito de junção", que desempenha um papel mediador entre a consciência social e o ser social, tornando-se um instrumento conceitual extremamente rico para apreender o que as pessoas (individualidades pessoais de classe) estão fazendo de si próprias frente às determinações da condição enquanto trabalhadores.[585]

> En realidade, lucha de clases es um concepto prévio así como mucho más universal. Para expresarlo claramente: las classes no existen como entidades separadas, que miran em derredor, encuentran uma classe enemiga y empiezan luego a luchar. Por el contrario, las gentes se encuentran em uma sociedade estructurada em modos determinados (crucialmente, pero no exclusivamente, em relaciones de produccíon), experimentan la exploracíon (o la necesidad de mantener el poder sobre os explorados, indentican pontos de interés antagônico, comienzan a luchar por estas cuestiones y en el processo de luchar se descubren como classe, y llegan a conocer este descubrimiento como

[584] THOMPSON, op. cit., 1978, p. 362.
[585] ALVES, Giovanni e ARAÚJO, Renato. Thompson, Lukács e o conceito de experiência - um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, n. 10, p. 53-70, jul./dez. 2013.

> consciência de clase. La classe y la consciência de classe son siempre las últimas, no las primeras, fases del poceso real histórico.[586]

No processo de construção e de conquista do autoconhecer-se, através das lutas, muitas vezes os trabalhadores do Porto fizeram alianças com grupos políticos e instituições (Igreja, LCT, Governo), de modo a realizar conquistas e mudanças na perspectiva de um grupo com necessidades comuns. Compreendi que os portuários de Fortaleza possuíam consciência de grupo, tal como aponta Thompson, no sentindo de construção, tal como o próprio autor afirma: "a classe e a consciência são sempre o último e não o primeiro degrau do processo histórico".

> A classe se delineia segundo o modo como os homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do "*conjunto* de suas relações sociais", com a cultura e as expectativas a eles transmitidas, e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural [...]. Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente.[587]

O que fundamenta a concepção de classe em Thompson é a consciência, uma vez que para o autor uma classe não pode existir sem a consciência, que está ligada as questões culturais, econômicas, e à forma como os homens vivem e experimentam as relações sociais, que não precisam ocorrer necessariamente dentro de uma ideia de plenitude.

Nessa perspectiva, Thompson afirma que consciência é simplesmente o que é, sem caber a determinação de ser verdadeira ou falsa. Mas aponta a falsa consciência no sentindo de pensar as ilusões geradas a partir da indicação política, ou a estratégia dominante, levados pelos líderes dos partidos, sindicatos, associações. Ou seja, os trabalhadores podem ser levados por seus líderes a tomar decisões e a elaborar uma análise de si que não corresponde à realidade como é, mas a realidade que os grupos dominantes querem que eles pensem ser.[588]

Destaca um aspecto importante da falsa consciência, que ocorre quando um grupo pensa estar agindo de acordo com seus interesses e percepções, e na realidade está reproduzindo os interesses e as falas de outros. Este aspecto também foi percebido entre os trabalhadores portuários, apesar de os ecos da história que foram encontrados serem pautados nas falas e nos interesses apontados pela direção da *Deus e Mar - Deus e União* e STPC, não sendo possível concluir que eram decisões tomadas de modo homogêneo e sem tensões internas.

---

[586] THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciência de classe: estúdios sobre la crisis de la sociedade preindustrial.** 3. ed. Barcelona: Crítica; Grijalbo, 1989. p. 37.
[587] THOMPSON, 2001. op. cit. p. 276. Importante ver a reflexão sobre cultura e experiência em **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
[588] THOMPSON, op. cit., 2001, p. 280.

Mas partindo das diretorias, muitas alianças e negociações estavam de acordo com as formas de pensar de grupos intelectuais, políticos e econômicos da cidade. Seja na maneira de pensar enquanto sujeito social, atitudes dentro de um enquadramento moral bem aceito por outros grupos. Em determinados momentos, esses trabalhadores podem se ter percebido não dentro da sua realidade efetiva, mas a projetada pela Igreja e seus intelectuais e também pela LCT. Lembrando que a presença dessas instituições junto as portuários foram bem delineadas no decorrer da pesquisa, fato que não ocorreu tão claramente em relação ao Anarquismo e ao Comunismo.

Não havia uma estratégia combativa para o modo de atuação das instituições que representavam os trabalhadores portuários no sentido anarquista de resistência; assemelhou-se em vários aspectos ao modelo de sindicato reformista, com atitudes mais moderadas que buscavam o diálogo e a negociação com as empresas de Navegação e os contratadores da mão de obra portuária.

Entender o processo de conhecer-se dos trabalhadores portuários de Fortaleza — a partir de experiências cotidianas e das relações estabelecidas entre a *Sociedade Deus e Mar, Deus e União*, STPC e a Igreja, o governo varguista e a LCT — só se torna possível quando os entendo. Os trabalhadores jogando e transitando, às vezes concomitantemente, com essas forças para conseguir melhorar suas condições materiais de vida, de trabalho, negociando cargos dentro da Legião e dialogando com intelectuais ligados à Igreja e/ou grupos políticos.[589]

As circunstâncias que os portuários viviam era de pobreza, apesar de ser uma categoria que tinha boas condições de pagamento se comparadas a outras; ainda assim eram ruins, devido à sazonalidade do serviço e ao sistema de contratação ditado segundo o ritmo dos contratadores. A carga horária de trabalho variava de acordo com a necessidade do serviço de carga e descarga dos navios, não havia um horário fixo estabelecido. A moradia se concentrava na região das Areias, região pobre da cidade de Fortaleza, próxima a praia e esquecida pelo governo.

Nessa realidade social, os trabalhadores precisavam escolher de que modo queriam viver: poderiam aceitar as condições materiais em que viviam, ou resistir dentro dessa realidade de exploração, unindo forças e estabelecendo estratégias para agir diante dos patrões. Os portuários de Fortaleza optaram pela segunda e criaram meios e mecanismos de lutas, que aliaram o mutualismo, o sindicalismo e as negociações políticas através da prática da *resistência solidária.*

[589] Muitas dessas ações foram percebidas a partir das leituras dos artigos dos jornais à época, principalmente, d'*O Legionário*, que dedicou inúmeras de suas páginas para defender e divulgar as reivindicações dos trabalhadores portuários.

Um dos grandes dilemas enfrentados pela história do movimento operário tem sido a definição de formas particulares de articulação entre os trabalhadores que se veem como "nós", com características e necessidades comuns em oposição a "eles", patrões e exploradores da mão de obra. Tendo em vista que as disputas entre os patrões (exploradores) e trabalhadores (explorados) são fundantes para a unificação da classe, mesmo que existam divergências e tensões internas da própria classe, ainda assim os elementos unificadores (necessidades e objetivos comuns) se sobressaem.

Ao analisar o modelo de prática mutualista da *Deus e Mar* (depois *Deus e União*) do STPC, a partir de suas experiências, desde a fundação até o início da década de 1930 em Fortaleza, a figura que melhor representa seus campos de atuação é um triângulo,[590] tendo em cada um de seus vértices a luta reivindicativa, o controle do mercado de trabalho e a beneficência, variando o aspecto de maior ênfase de acordo com as ações das Diretorias dessas instituições.

A definição do papel das organizações operárias não se restringia a uma linha política particular, que funcionava como uma base comum sobre a qual diferentes concepções políticas poderiam atuar, lutando no que dizia respeito a suas proposições sobre os rumos a serem adotados pelo movimento, mas somando forças no que se refere à expansão da solidariedade operária, que denomino de *Resistência Solidária*, voltada para o engrandecimento do que viria a ser a classe. Afirmo que "viria a ser classe", porque estou analisando o processo de construção da consciência dos portuários de Fortaleza, sem colocá-los dentro de um ponto de chegada, ou seja, a conquista da consciência de classe. Uma vez que os portuários estavam no processo de se conhecer e de se identificar com as lutas de outras categorias, tais como os trabalhadores da empresa de energia Light, os padeiros, carroceiros, dentre outras.

A organização do trabalho é um dos aspectos que se sobressaem em relação às dificuldades dentro desse processo histórico, seja no modelo taylorista, fordista, seja na divisão do trabalho dentro do Porto está relacionado à própria organização do trabalho, pautada na divisão de tarefas, e hierarquização das funções que geram problemas internos dentro de uma categoria e que contribuíram para que as tensões internas ofuscassem a subordinação que sofreram diante dos patrões. Essa é a problemática do próprio sistema moderno capitalista, no qual a concorrência promove a divisão do trabalho e dos trabalhadores.

Para Isteván Mészáros:

---

[590] FORTES, 1999. p. 214. Cf. A ideia de Triângulo pensando as ações sindicais; mas no caso de Fortaleza, esse tipo de atuação também foi realizado pelas associações.

> O assunto em pauta expressa a emancipação dos indivíduos de sua própria classe, tanto quanto a emancipação da classe subordinada da classe dominante. O "outro", a que o indivíduo é subjugado em sua sociedade alienada, não é simplesmente "a luta de classe", mas também a sua própria – isto é, a constituição de relações humanas dentro das fronteiras de classe – na medida em que ela determina os limites de seu desenvolvimento. A "divisão do trabalho" e a "propriedade privada" são as condições sob as quais os indivíduos se agrupam fatalmente, na forma de relações de classes antagônicas, e a existência continuada das classes só pode maximizar o poder da "divisão do trabalho" etc., sobre todos os indivíduos da sociedade.[591]

Os limites que causam a concorrência interna da classe proporcionam dificuldades para fortalecer as lutas contra os "outros", ou seja, os patrões, a burguesia. Apesar de a concorrência dividir os interesses dos trabalhadores, a busca por manutenção ou conquista de melhores salários é uma causa comum de luta e resistência, que os une contra os patrões (as necessidades comuns são fundantes para unir).

Nesse cenário, segundo Mészáros, a associação assume um caráter importante, no intuito de unir a categoria, acabar com a concorrência interna, e gerar a concorrência com o próprio capitalismo. Esses aspectos apresentados pelo autor são verificados dentro da organização das associações e do Sindicato dos Portuários no caso de Fortaleza, visto que a busca por melhores pagamentos se sobressaiu em relação às divisões internas entre os estivadores, contramestres, vigias, catraieiros. Mesmo exercendo funções diferentes no Porto, a busca comum por melhores condições de trabalho e de vida os uniu, na busca por quebrar as regras de contratação da mão de obra, controlada pelas empresas de Navegação e os contratadores – ligados a casas comerciais) como também na sistemática de pagamento.

Um ponto importante para promover uma virada nessa relação de trabalho foi o processo de elaboração do *Contrato Coletivo* (1933), que deu maior poder ao STPC e a *Sociedade Deus e União* para a organização dos mecanismos de contratação da mão de obra do Porto de Fortaleza; muito embora as diferenças internas continuassem a existir, a noção de "nós" e "eles" passou a ser melhor compreendida.

Nesse sentido, compreendo que os trabalhadores do Porto da cidade de Fortaleza entre os anos de 1912-1934, sócios da *Deus e Mar (Deus e União)* e do sindicato, iniciaram o processo de autoconhecer. Amadureceram suas necessidades e afinidades, identificaram quem eram os "outros", no caso, os patrões e contratadores do Porto, os quais tinham interesses divergentes dos trabalhadores.

---

[591] MÉSZÁROS, op. cit., 1993, p. 101.

Foi nesse processo de conhecer-se, por meio das experiências e vivências cotidianas, que a consciência de classe foi sendo construída. A partir da perspectiva de vir a ser enquanto classe, à medida que os portuários estabeleceram relações, e muito frequentemente fazendo aliança com as forças da Igreja, do governo, dos grupos políticos e da LCT, que, como já foi dito, se assemelhavam ao modelo sindical reformista. Utilizou-os dentro de uma relação de troca, na qual os trabalhadores se aproximavam das instituições e grupos, objetivando conseguir benefícios, tais como melhores condições de trabalho e da sistemática de contratação, avançar em relação aos valores e as formas de pagamentos, jornada de trabalho, nas condições materiais, chegando a inserir-se em grupos intelectuais e políticos.

Mesmo que as trincheiras não apareçam de forma clara e delimitada pelos trabalhadores, os aspectos supracitados apontam na direção de que a luta dos portuários se fez em diversos aspectos, com o confronto direto entre trabalhadores e patrões, nos terrenos das negociações, que, de modo geral, ocorrem dentro da tensão, chegando por vezes ao choque direto, como no caso das greves e paralisações dos serviços, através das ações mutuais, como a criação de laços solidários e de fortalecimento da luta, conforme verificado ao logo da Tese.

As lutas dos trabalhadores do Porto de Fortaleza só foram possíveis em razão das experiências vivenciadas e da participação destes no processo de conhecer-se, que foi sendo conquistado ao longo de décadas de lutas, desde os primeiros anos da República no Brasil, chegando as décadas de 1920 e 1930 com uma bagagem de autoconhecimento considerável e com a participação ativa dos trabalhadores nas associações e no sindicato.

No processo de *fazer-se* dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933), ocorreram avanços e retrocessos, conquistas e derrotas, ganhos salariais e perdas de direitos trabalhistas; em outras palavras, foi um processo permanente no qual não cabe a compreensão estanque de uma consciência pronta e acabada, mas que o próprio processo de consciência se efetivou por meio das lutas do dia a dia.

A prática da resistência solidária entre os portuários também se fez a partir das alianças com a Legião Cearense do Trabalho, que buscou adequar-se às leis elaboradas pelo governo Vargas. Ambos tinham o objetivo de controlar os trabalhadores e manter a ordem social; e para fundamentar esse modelo social, os valores religiosos católicos para a construção de uma sociedade sadia serviram como uma luva. A Igreja que já vinha se inserindo nos debates e causas sociais desde o final do século XIX encontrou o terreno propício para agir no meio operário. O governo de Getúlio, a LCT e a Igreja possuíam um inimigo comum, o Comunismo, que enfrentou dificuldades para conquistar adeptos as suas causas entre os trabalhadores do Porto.

No cenário de disputas políticas e sociais do início dos anos de 1930, os trabalhadores do Porto optaram estrategicamente por se afastar das ideias comunistas e estreitaram o diálogo com a LCT e a Ação Social Católica, e assim construíram o Contrato Coletivo, que respeitou as leis varguistas relacionadas à organização do trabalho e dos trabalhadores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No exercício constante para vencer as dificuldades da pesquisa, na busca por acesso às fontes, e, consequentemente, aproximar-me do passado e das ações dos trabalhadores portuários de Fortaleza, o que me moveu e deu fôlego para continuar desbravando esse terreno, ainda pouco conhecido, foi a paixão pelo objeto e o desejo de conhecer e compreender esses homens que trabalhavam no Porto da cidade de Fortaleza, transitando nos seus arredores, e estabelecendo relações entre eles e com outros "personagens" da cidade.

— O que seria do historiador sem a paixão? Essa paixão que move e aguça a curiosidade, que ajuda a formular perguntas ao passado, e, desse modo, obter respostas? Este sentimento atrela o *fazer do historiador* com a utilização do rigor metodológico para analisar as fontes, e realizar a fundamentação teórica, para que a paixão não torne a pesquisa vazia. Este foi um desafio que precisei lidar durante a construção deste trabalho.

A pesquisa nos jornais, à época: *Unitário*, *A Tribuna*, *O Jornal do Ceará*, *Diário do Ceará*, *O Correio do Ceará*, *Gazeta do Ceará*, *O Ceará*, *O Nordeste*, *Trabalhador Gráfico*, *Voz do Gráfico*, *O Combate* e *O Legionário*, possibilitou o acesso às formas de organização interna da *Sociedade Beneficente Deus e Mar (Deus e União)* e do Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará (STPC), por meio da divulgação das reuniões, assembleias, avisos das diretorias, notícias dos serviços no Porto e das ações dessas instituições na cidade.

A literatura contribuiu para traçar um olhar sobre a cidade de Fortaleza, e auxiliou na compreensão sobre a organização do espaço da cidade, bem como do serviço de carga e descarga dos serviços do Porto. No intuito de enriquecer a análise sobre as vivências de trabalho dos portuários, as atas das assembleias do STPC foram fundamentais, para realizar os cruzamentos das fontes e dar maior consistência ao estudo, endossando as informações sobre as condições de vida e de trabalho dos portuários.

Quando voltei o olhar para Fortaleza entre os anos de 1912-1933, pude ver uma cidade que se foi construindo e também se modificando para atender os mais diversos interesses políticos, econômicos e sociais, que fez do cenário desta pesquisa um espaço dinâmico. Dentro

desta dinamicidade, o Porto foi de extrema importância para essas transformações, pois, ao logo do período aqui analisado, compreendi o quanto sua localização esteve ligada à organização dos espaços da cidade (localização das regiões mais pobres, locais de moradias das famílias mais abastadas), constituindo-se o centro de discussões e embates políticos e econômicos. À medida que o Porto foi se afastando da região do centro comercial da cidade, e sendo empurrado para o Mucuripe, os locais de ocupação dos grupos sociais e ainda dos trabalhadores pobres também mudaram.

As condições de pobreza em que os trabalhadores viviam também foram alvo de estudo, visto que as más condições de vida se tornaram pontos-chaves para a compreensão das ações dos portuários para lutar e resistir, de modo a conquistar melhor situação social e econômica. Nesse sentido, a primeira ferramenta institucional utilizada foi a *Sociedade Deus e Mar* (1912) de auxílio mútuo, e que realizou o serviço de socorro e assistência aos associados e suas famílias.

No jogo político estabelecido pela *Deus e Mar,* estava o auxílio e o atendimento às necessidades mais urgentes dos portuários, além da busca pelo apoio e o diálogo com grupos e figuras da política local, principalmente através do sócio benemérito. Na dinâmica da *Deus e Mar*, foi intenso o controle de seus associados, utilizando o Estatuto da associação como arma para estabelecer as regras de conduta dos portuários dentro e além das fronteiras do Porto.

A associação mutualista foi importante para a conquista imediata e para a organização coletiva dos trabalhadores; contudo, houve limitações no tocante às lutas para modificar de maneira substancial e efetiva as condições de trabalho e a exploração sofrida pelos portuários, diante da relação precarizada do sistema de contratação no Porto.

Não obstante as limitações em relação às formas de lutas, o mutualismo teve sua relevância na atuação para sanar as necessidades materiais mais emergenciais, e acabou por se tornar elemento base para unir os trabalhadores nas associações; o fato ganhou tamanha importância que sua prática foi mantida no Sindicato.

O sistema de contratação funcionava sob o controle dos agentes representantes das empresas de navegações, que prezavam, cobravam a rapidez no serviço de carga e descarga dos navios, de modo a diminuir os gastos e o pagamento de taxas, pois, a cada dia que a embarcação ficava parada, deixava de lucrar, e pagava taxas ao Porto. O objetivo era organizar o serviço para aumentar a margem de lucro das empresas, então a lógica era ditada pelo controle do tempo, ou seja, menos tempo, mais lucro. Logo, a cobrança era feita aos Mestres e Contramestres, que exigiam eficácia dos trabalhadores.

A diária portuária valia em média 2 mil réis, diante desse valor o poder de compra era baixa, além do alto valor dos produtos básicos para a alimentação, como pão, por exemplo, que variava entre 1$00 e 1$60; a carne entre 1$400 e 1$80; o café 2$400; Isso significa que um dia de serviço não garantia a alimentação básica de uma família de trabalhadores do Porto. Diante da instabilidade do sistema de parede, a mão de obra portuária se tornava bastante vulnerável e ficava à mercê das determinações dos contratadores. Por isso, a busca pelo controle do sistema de contratação tornou-se uma das principais bandeiras de luta do STPC, que contou com o apoio da *Sociedade Deus e Mar*.

As péssimas condições de moradia e higiene, somadas à exploração e às más condições de trabalho constituíram-se necessárias para que os trabalhadores do Porto fossem se percebendo como iguais, e consequentemente se unindo, no sentido de fortalecer os laços entre si para lutar por melhores condições de vida.

Essas lutas ganharam mais folego a partir da fundação do *Sindicato dos Trabalhadores do Porto* (1922), que, apesar de não se ter afirmado socialista reformista, tinha uma postura de luta mais moderada, ou anarquista, que defendia o sindicalismo de resistência ou anarcossindicalismo, e o embate direto para a conquista de mudanças sociais efetivas.

As ações moderadas, que focavam nas negociações, e construção de acordos entre os portuários e os contratadores, bem como o papel secundário da greve, sem levantar a bandeira de mudança na ordem social vigente, marcaram as estratégias adotadas pelo STPC, traços esses que se assemelham ao modelo de sindicato reformista.

O discurso elaborado nos jornais *O Combate* e *Voz do Graphico* buscou convencer os trabalhadores sobre a necessidade de se engajar na luta de resistência para combater a exploração da mão de obra; para tanto, atacaram as sociedades de auxílio mútuo, acusando-as de manter os trabalhadores apáticos; e fundamentaram a importância da adesão aos sindicatos de resistência, e o esclarecimento para entender a sua situação enquanto explorado, tornando possível a luta contra os abusos dos patrões.

Os membros do STPC chegaram a ensaiar o diálogo com os anarquistas, utilizaram palavras socialistas em suas assembleias, mas não aderiram às ideias e às estratégias de resistência anarquista. Ao contrário, estreitaram a aliança com os grupos políticos mais conservadores da cidade, atrelados aos valores da Ação Católica, na tentativa de obter inserção e visibilidade política, no intuito de conquistar suas pautas reivindicativas. A aliança com políticos conservadores e católicos foi um dos pilares estratégicos que sustentaram as ações de resistência solidária dos trabalhadores portuários associados, principalmente ao STPC.

Com a chegada do governo de Getúlio Vargas e as mudanças no cenário político, econômico e social, promovidas no tocante à organização dos sindicatos e das leis relacionadas a organização do trabalho e dos trabalhadores, principalmente a *Lei de Sindicalização,* fizeram com que, a partir da década de 1930, as ações dos portuários de Fortaleza passassem por alterações, principalmente com relação às alianças políticas e às estratégias de lutas.

Os trabalhadores do Porto, associados a *Deus e Mar* e ao STPC, somaram as atitudes de lutas, com a atuação e organização de greves e mobilizações; contudo, priorizaram a construção de um mecanismo de resistência, fundamentado nas negociações para a conquista de direitos e melhorias econômicas e sociais. Aderiram às fileiras da Legião Cearense do Trabalho, a qual estava alinhada à Igreja Católica; objetivavam defender as causas dos trabalhadores, afastando-os das influências anarquistas e comunistas, moldando os trabalhadores dentro dos valores da ação social católica, pautada na organização e moralização dos trabalhadores. Entre os portuários (Sociedade Beneficente Deus e União e o STPC), LCT e a Igreja foi estabelecida relação de apoio mútuo, onde cada parte buscava fortalecer-se na luta pra a atingir os seus interesses.

A força da Igreja, da Associação Beneficente Deus e União, e do STPC foi percebida a partir da tomada dos valores morais da Igreja que também fundamentavam a ação da LCT, os quais exigiam dos trabalhadores uma conduta ordeira, e correta, em que não houvesse a prática de jogos, a ingestão de bebidas alcoólicas, nem o envolvimento em brigas ou discussões. O indivíduo para ser considerado um homem de bem deveria trabalhar para prover a família, ser católico, e não se envolver com os comunistas.

Lembre-se de que muitos desses valores relacionadas à conduta dos trabalhadores, à ingestão de bebidas alcoólicas e envolvimento em brigas e jogos também eram proibidos dentro do Movimento Anarquista.

Esse discurso de ordem foi amplamente abordado e cobrado dentro da associação *Deus e Mar (Deus e União)* e também no STPC, nos quais os associados que não cumprissem os pontos estabelecidos nos Estatutos eram punidos, advertidos e até expulsos. Ressalte-se que todos os pontos supracitados foram abordados nos estatutos. O que demostra o alinhamento entre a associação e o sindicato, com os valores católicos e da LCT.

O apoio da Igreja, de grupos políticos e da LCT apresentou-se como sendo fundamental para conquistar melhores condições de trabalho, de pagamentos e jornadas de trabalho. Esses laços foram se estreitando, e, com as mudanças promovidas pelo governo de Getúlio Vargas, foi sendo construído o *Contrato Coletivo (1933),* o qual considero ponto determinante para as mudanças estabelecidas no processo de contratação, dando maior autonomia para a *Sociedade*

Deus e União (antiga Deus e Mar) e ao STPC para a organização o serviço e o pagamento no Porto.

Deste modo, o projeto político e social defendido pela Igreja Católica e a LCT que também se assemelhava ao sindicalismo reformista saiu-se vitorioso, no tocante à influência sobre as formas de atuação dos trabalhadores portuários de Fortaleza.

Entre os anos de 1912-1933, período em que analisei as ações dos trabalhadores portuários de Fortaleza, concluí que estes agiram dentro da dinâmica que denominei *Resistência solidária*, tendo em vista que, primeiramente, tanto as Beneficentes (*Deus e Mar* e posteriormente *Deus e União*) quanto o STPC tiveram como base de ação o auxílio mútuo, a necessidade de melhorar as condições materiais imediatas em que os trabalhadores viviam. Por sua vez, o Sindicato, diferentemente das mutuais, se colocou ativamente na luta por mudar as relações de contratação e organização dos serviços no Porto. Fazendo surgir o dilema entre a passividade e a combatividade dos trabalhadores, os quais, por vezes, tão somente negociaram; e, em outros momentos, realizaram e apoiaram greves ou fizeram alianças para conseguir espaço de negociação com os contratadores e as empresas de navegação.

A *Resistência solidária* decorreu da soma da prática mutualista com as ações de resistência, tais como apoio à organização e participação em greves, manifestações e passeatas, as alianças construídas no decorrer do tempo, e de acordo com os interesses dos trabalhadores. Assim, as duas principais pautas reivindicativas dos trabalhadores do Porto de Fortaleza consistiam em tratar de conquistar um regime de trabalho e de pagamentos mais justos.

A resistência solidária possível de ser compreendida dentro do processo de *fazer-se* desses trabalhadores, no *conhecer-se* enquanto classe, passou primeiro pelo conhecimento das condições materiais comuns, depois pelas necessidades em comum e a compreensão de quem eram os causadores da sua pobreza e exploração; na perspectiva do *Nós e Eles*, a luta se fez possível e também a organização de ações estratégicas. As *experiências e vivências* cotidianas possibilitaram que os portuários entrassem no processo de conhecer-se, e construíssem mecanismos de lutas, que aqui não consegui perceber a formação de classe, mas o seu processo de construção *vir a ser*.

O sistema precário de contratação da mão de obra no Porto — preso a ocasionalidade e a instabilidade na oferta dos serviços, e também de negociação dos valores de pagamentos — tornava os trabalhadores elementos vulneráveis, e os obrigava a submeterem-se às regras e exigências dos contratadores e empresas de navegação. Desta feita, as condições materiais precárias e a instabilidade no trabalho foram fundamentais para que os trabalhadores do Porto

buscassem se organizar e fortalecer a união coletiva para conseguir mudanças no sistema de contratação, pagamentos e organização dos serviços de carga e descarga dos navios.

Em suma, no capítulo inicial apresentei o cenário em que a pesquisa se desdobra, analisando Fortaleza-CE, e a função do Porto dentro da dinâmica de funcionamento da cidade, os usos e a importância da praia para os moradores, banhistas, curistas e trabalhadores, incluindo-se os aspectos da política local, junto aos grupos políticos que ocuparam o poder do Estado.

Após compreender os espaços da cidade (Centro Comercial, Porto e Areal), inseri os trabalhadores portuários na minha análise, buscando entender suas condições de vida e de trabalho, aspectos de sua moradia, das relações sociais e também dentro do porto. Para então analisar a relevância do auxílio mútuo para a vida desses trabalhadores, e compreender os motivos pelos quais fizeram da *Deus e Mar*, uma das associações que mais teve associados.

Primeiro, apresentei a *Deus e Mar* e sua força de atuação entre os portuários, para posteriormente analisar o STPC, que desenvolveu sua ação para além do mutualismo, quando empreendeu ações reivindicativas mais diretas e de resistência.

O mutualismo foi importante no processo de construção das lutas dos portuários, por contribuir para a união da categoria, mas as práticas de auxílio mútuo possuíam limitações estratégicas, ao atuar nas questões de necessidade material. A fundação do sindicato tinha o objetivo de voltar forças para as lutas de resistência e atuação política e social mais ostensiva. E esse apoio foi possível, por causa da união dentro da categoria, visto que a *Deus e Mar* apoiou a fundação do STPC e manteve diálogo em prol de benefícios para os seus associados. Em meio às ideias anarquistas, comunistas e da ação social católica, os portuários optaram por fazer alianças com LCT, que tinha o direcionamento da moral católica.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder federal, as mudanças promovidas, no tocante as leis que tratavam sobre questões ligadas aos trabalhadores e ao trabalho, foram importantes para a nova configuração da organização do serviço no Porto de Fortaleza, com a elaboração do Contrato coletivo, fechado após várias reuniões e discussões entre os contratadores, o sindicato, e a Associação Deus e União, com intermédio da LCT.

O processo de luta, iniciado durante os primeiros anos do século XX, culminou com a união da categoria na *Associação de Deus e Mar* (*Deus e União*) e no STPC. Por meio de sua vivência de trabalho no Porto e para além dele, Associação e Sindicato corroboraram a identificação dos portuários enquanto iguais em necessidades materiais e de condições de trabalho; possibilitaram o entendimento sobre as formas pelas quais os adversários, ou seja, os

contratadores os exploravam. E assim traçaram ações estratégicas de Resistência solidária, para conquistar suas reivindicações.

A conquista do *Contrato coletivo* foi um marco dessas lutas, posto que o C*losed Shop* demarcou uma nova forma de organização do trabalho no Porto, dando maior autonomia e poder a *Sociedade Deus e União* e ao STPC no tocante à organização do serviço no Porto e ao sistema de contratação. Se, posteriormente, esse sistema contribuiu para o aumento das disputas internas na categoria, ou se as Diretorias do Sindicato e da Associação fizeram mau uso do poder e estabeleceram mecanismos outros de controle sobre os trabalhadores, esses não são questionamentos apropriados para esta tese, mas apontam a possibilidade de novos desdobramentos à pesquisa e reforçam a ideia de que, ao terminar o trabalho de pesquisa, o uso das reticências representa melhor as minhas inquietações, na condição de amante da história, e principalmente minha admiração pelos trabalhadores do Porto de Fortaleza.

REFERÊNCIAS

ABREU, B. **Jangadeiro:** uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2012.

AMADO, J. **Capitães da areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, F. A. de. O Seminário de Fortaleza e a cultura Cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza. Instituto do Ceará, tomo 61, p. 261-273.

ANDRADE, L. G. A de. **O espaço público da praia:** reflexões sobre práticas cotidianas e democracia no Porto da Barra em Salvador. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2015.

ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil:** um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

ARAÚJO, M. Â. de C. **Construindo o consentimento:** corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos de 1930. Tese (Doutorado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1994.

AZEVEDO, O. **Fortaleza descalça**. Programa editorial, UFC. 2. ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1992. (Tiragem especial).

BAKUNIN, M. A. **Estatismo e anarquia**. São Paulo: Imaginário, 2003.

BARBOSA, B. F.; FERRAZ, S. (Org.). **República brasileira em debate**. Recife: EDUFPE, 2010.

BARROSO, G. **Mississipi**. Fortaleza: UFC; Casa de José de Alencar, 1996.

_____. **O socialismo libertário**. São Paulo: Global, 1979.

BARROSO, J. P. **Uma história política do Ceará:** 1889-1954. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.). **A era Vargas:** desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: Unesp, 2012.

BATALHA, C. H. de M. **A identidade da classe operaria (1880-1920):** atipicidade ou legitimidade. Painel: "A formação do proletariado e movimento operário". V Encontro Internacional de Historiadores. Latino-Americano e do Caribe, São Paulo, 22-26 out. 1990.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Culturas de classe** (Org.). I Batalha, Claudio H. M. II SILVA, Fernando Teixeira da. III FORTES, Alexandre. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATALHA, C. H. M.; MAC, M. (Org.). **Organizar e proteger:** trabalhadores e mutualismo no Brasil (Século XIX e XX). Campinas, SP: Unicamp, 2014.

BEZERRA, A. As praias: O Mucuripe. **Revista do Instituto Histórico e geográfico do Ceará**, 1902.

BIANVASCHI, M. B. **O direito do trabalho no Brasil - 1930-1942:** a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr: Jutra - Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

BIONDI, L. **Classe e nação:** trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920). Campinas, SP: Unicamp, 2011.

BÔAS, G. V. Evaristo de Moraes Filho e a maioridade dos trabalhadores brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 19, n. 55, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL, A. da S. Intelectuais e statemakers: Oliveira Vianna, Evaristo de Moraes Filho e ação coletiva no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 46, p. 301-320, jul./dez. 2010.

BURKER, P. (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CÂMARA. J. da. **Almanach administrativo, estatístico, industrial e literário do Estado do Ceará para o ano de 1932**. Fortaleza: Empreza Tipographica.

CAMINHA, A. **A normalista**. São Paulo: Martim Claret, 2007.

CAMURÇA, M. **Marretas, molambudos e rabelistas**: a revolta de1914 no Juazeiro. São Paulo: Maltese, 1994.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto / Edusc, 1994.

CARONE, E. **A república nova**. São Paulo: Difel, 1974.

_____. **A República Velha II** (Evolução Política). Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CAVALARI, R. M. F. **Integralismo:** ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano - artes de fazer**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CORBIN, A. **O território do vazio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORDEIRO, R. B. Jr. A legião cearense do trabalho. In: SOUZA, S. de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

CORTÊS, A. S. B. **Raízes do anarquismo no Brasil**. Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

COSTA, J. H. Os estudos culturais em debate: um convite às obras de Richard Hoggart, Raymond Williams & E. P. Thompson. **Acta Scientiarum**. **Human and Social Sciences Maringá**, v. 34, n. 2, p. 159-168, July-Dec., 2012.

CROCCO, F. L. T. (1950). Georg Lukács e a reificação: teoria da constituição da realidade social. **Kínesis**, vol. I, n. 2, p. 49- 63, out. 2009.

CRUZ, M. C. V. Solidariedade x rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. **História - Unisinos**, v. 6, n. 6, 2002.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DEMINICIUS, R.; REIS, D. A. (Org.). **História do anarquismo no Brasil**. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2006. v. 1.

DESAN, S. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. T. e N. D. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DIÉGUEZ, C. R. M. A. O ofício como instrumento de militância: o caso dos portuários avulsos de Santos/SP. In: **CADERNOS CERU**, série 2, v. 20, n. 1, jun. 2009.

DULLES, J. W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1990-1935**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ENGLANDER, A. D. A. C. O pensamento social de oliveira Vianna e a cidadania no Brasil - de 1920 ao fim da década de 1940. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos da graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 5-23, dez. 2009.

ESPÍNOLA, R. **Caravelas, jangadas e navios:** uma história portuária. Fortaleza: OMNI, 2007.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil republicano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2006. vol. I e II.

FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org.). **A formação das tradições (1989-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2007.

FONTELES NETO, F. L. O ÁLCOOL, "ESTA MALDITA ESSÊNCIA!". Notas sobre as tentativas de combate policial à prática de consumir bebidas alcoólicas em Fortaleza nas décadas de 1910-1920. **História e Perspectivas**, Uberlândia (49): 219-238, jul./dez. 2013.

FORTES, A. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL**, v. 6, n.10/11, 1999.

FRENCH, J. D. **O ABC dos operários:** conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: HUCITEC, 1995.

GARCIA, J. S. de. A "insânia nihilista". A greve dos empregados da The Ceará Transway Light e Power co-cultura política, católicos e anticomunismo no Ceará. In: MELLO, William J. (Org.). **Legionários, "galinhas verdes" e a política no Ceará (1929-1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

GIANNOTTI, V. **História das lutas trabalhadoras no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIRÃO, B. **Mucuripe:** de Pinzón ao Padre Nilson. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1998.

GITAHY, M. L. C. **Ventos do mar**: trabalhadores do Porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: EDUNESP, 1992.

GOMES, Â. de C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. Dutra (Org.). **A era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Unesp, 2012.

_____. **Burguesia e trabalho:** política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. O populismo e as ciências no Brasil: notas sobre a trajetória do conceito. In: FERREIRA, J. (Org.). **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONÇALVES, A. & BRUNO, A. Imprensa dos trabalhadores: fonte, documento e memória social. In: VASCONCELOS, G. MAGALHÃES JUNIOR, A. G. (Org.). **Linguagens da história**. Fortaleza: Imprece, 2003.

_____. (Org.). **O trabalhador gráfico**. Fortaleza: UFC; Sindjorce; Funcet, 2002. (Edição fac-similar).

_____. **Libertários:** educação da solidariedade e educação da revolta. Verve n. 2 (outubro de 2002). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.

GONÇALVES, A. & SILVA, J. E. (Org.). **A imprensa libertária no Ceará (1908-1922)**. São Paulo: Imaginário, 2000.

_____. **A bibliografia libertária:** o anarquismo em língua portuguesa. São Paulo: Imaginário, 2001.

GONÇALVES, A. (Org). **Ceará socialista:** anno 1919. Florianópolis: Insular, 2001.

GONÇALVES, A. M. **A educação libertária e a imprensa anarquista (1917-1927)**. Comunicação Oral no IV Congresso Brasileiro de História da Educação.2006. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuaiscoautorais/eixo01/Aracely%20Mehl%20Goncalves.pdf. Acesso em: 4 nov. 2009.

GONDIN, L. B. Reflexões sobre o ensino de geografia: educação patrimonial no Mucuripe (Fortaleza-CE) e a Cartilha dos saberes coletivos. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 115-122, jul./dez. 2012.

GUÉRIN, D. **L'Anarchisme**. Paris: Gallimard, 1965.

HARDMAN, F. F.; LONARDI, V. "Anarco-sindicalismo e congressos operários no Brasil". In: _____. **História da indústria e do trabalho no Brasil:** das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982,

HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão**, **cultura e literatura no Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Unesp, 2002.

HAWSHAW, J. Relatório de 1875 sobre melhoramentos dos Portos do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará**, 1909. p. 185.

HILL, C. **O mundo de ponta-cabeça:** ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Erick J. National unions on the watereside. In: **labouring men in the history of labour**. 6. ed. Londres: Weidenfel and Nicollson, 1979.

HOGGART, R. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações divertimentos. Lisboa: Presença, 1973. (Coleção Questões).

HOLANDA, F. **Orson Welles no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.

HUNT, L. **A nova história cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

INFRANCA, A. Em defesa de história e consciência de Classe. **Verinotio revista on-line** – n. 16, ano VIII, out./2012, ISSN 1981-061X.

JESUS, R. P. de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico. In: ALMEIDA, C. M. C.; OLIVEIRA, M. R. (Org.). **Nomes e números:** alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora, MG: EDUFF, 2006.

JESUS, R. P. de; VISCARDI, C. M. R. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. p. 21- 51. In: FERREIRA, J.; AARÃO, R. (Org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KNAUSS, P. Imagem do espaço, imagem da história. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1997, p. 135-148.

KONDER, L. **A derrota da dialética:** a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOTHE, F. R. **Para ler Walter Benjamim**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: 34, 1994.

LEENHARDT, J. As luzes da cidade. Notas sobre uma metáfora urbana em Jorge Amado. In: PESAVENTO, S. J. **Escrita, linguagem, objetos**: leituras de história cultural. Bauru: Edusc, 2004.

LEPREATO, C. da S. R. **O espírito da revolta:** a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

LONER, A. B. **Construção da classe:** operários de Pelotas e Rio Grande do Sul (1888-1930). Pelotas: UFPel / Rede Unitrabalho, 2001.

LOPES, R. H. O vice-rei do Norte: Juarez Távora entre inimigos e aliados. **Revista Tempo**, v. 23, n. 1, jan./abr. 2017.

LOWY, M. "A contrapelo". Concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

LUCA, T. R. de. **O sonho do futuro assegurado:** o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a Dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MAINWARING, S. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS FILHO, A.; GIRÃO, R. (Org.). **O Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família:** a crítica da crítica crítica - contra Bruno Bouer Consortes. São Paulo: Boitempo, 2003.

MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MELLO, W. J. (Org.). **Legionários, "Galinhas Verdes" e a política no Ceará (1929-1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

MELLO, W. J. **New York Longshoremen:** class and Power on the docks. New York: University Press of Florida, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciências sociais:** ensaios de negação e afirmação. Tradução de Ester Vaisman. São Paulo: Ensaio, 1993.

MONTGOMERY, D. Spontaineity and organization: some commets. **Radical HIstory**, n. 7, p. 77, nov./dez. 1973.

MORAES FILHO, E. de. **O problema do sindicato único no Brasil:** seus fundamentos sociológicos. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

MORAES, E. de. **Apontamentos de direito operário**. 1905.

MORAES, J. Q. de. REIS, D. A. (Org.). **A História do Marxismo no Brasil**. v. 1. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

MOTTA, R. P. Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho".** O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

NOBRE, G. da S. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - Arquivo Público do Ceará, 2006. (Ed. fac-similar).

OITICICA, J. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. São Paulo: Econômica, 1983.

OLIVEIRA, C. **Antologia. Imprensa portuguesa (1987-1936)**. Lisboa: UGT/Perspectivas & Realidades, 1984.

OLIVEIRA, L. V. de; RICUPERO, R. **A abertura dos portos**. (Org.). São Paulo: Senac São Paulo, 2007, 352 p.; ISBN: 978-85-7359-651-9.

OLIVEIRA, W. R. **Mucuripe:** urbanização, favelização e meio ambiente. A especulação imobiliária e as transformações socioespaciais. Artigo apresentado XVI Encontro Nacional dos geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e esperança. Espaço de diálogos e práticas. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

PAIVA, M. de O. **A afilhada**. São Paula: Anhambi, 1961.

PANZARINI, R. N. **Compêndio de oceanografia física**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1967.

PARANHOS, A. **O roubo da fala:** origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. Boitempo, 2007.

PARENTE, J. C. A. **Os camisas verdes no poder**. Fortaleza: UFC, 1999.

PARENTE, T. C. Uma cidade e uma literatura em formação: o romance a afilhada e a Fortaleza do final do século XIX. **Imburana** - Revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses/UFRN. n. 4, jul./dez. 2011.

PESAVENTO, S. J. O Mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **Revista História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

PETERSEN, S. R. **Que a união operária seja nossa Pátria:** história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editoraufsm; Porto Alegre: UFRGS, 2001.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. **A classe operária no Brasil:** documentos - o movimento operário. v. I. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

PONTE, S. R. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUZA, S. de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

PONTE, S. R. de B. da. **Fortaleza Belle Époque:** reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Secretaria da Cultura/Museu do Ceará, 2006. (Edição Ilustrada).

PRADO, A.; HARDMAN, F. **Contos anarquistas:** antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935). São Paulo: Brasiliense, 1985.

PROST, A. **Doze lições sobre a História**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUINDERÉ, Mons. J. História eclesiástica do Ceará. In: MARTINS FILHO, A.; GIRÃO, Raimundo (Org.). **O Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

RAMOS, F. P. P. **História e literatura**: ficção e veracidade. Domínios de Linguagem II - ISBN: 85-902957-2-9, 2003.

RELATÓRIO de Sir John Hawshaw em 1875 sobre melhoramentos dos Portos do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e geográfico do Ceará**, 1909.

RIBEIRO, F. M. **O PCB no Ceará**: ascensão e declínio (1922-1947). Fortaleza: UFC / Stylus, 1989.

RODEGHERO, C. S. **Capítulos da guerra fria:** o anticomunismo brasileiro sobre o olhar norte-americano (1945-1964). 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

ROMANI, C. A aventura do anarquismo segundo Oreste Ristori. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 150-166, 1997.

_____. **Oreste Ristori**: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2002.

RUDÉ, J. **Ideologia e protesto popular**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SAMIS, A. **"Minha pátria é o mundo inteiro":** Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Letra Livre, 2009.

_____. **Clevelândia**: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

_____. **Moral pública & martírio privado**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

_____. **Sindicalismo e anarquismo no Brasil**. p. 36-37. Disponível em: ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil.pdf. Acesso em: 11 maio 2017.

SANTOS, C. A. P. dos. **Cidade vermelha:** a militância comunista em Camocim-Ce (1927-1950). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000. (Coleção Mundos do Trabalho).

SANTOS, J. S. **Círculos operários no Ceará:** instruindo, educando, orientado, moralizando (1915-1963). Fortaleza, 2007. Coleção Mundos do Trabalho).

SARTI, I. **O porto vermelho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. **Revista brasileira de ciência política**. Dossiê: dominação e contrapoder. Brasília, n. 5, jan./jul. 2011.

_____. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Raízes**, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002.

_____. **Revista brasileira de ciência política**. **Dossiê dominação e contrapoder**. Exploração normal, resistência normal. Brasília, n. 5, jan./jul. 2011.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKER, P. (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, F. T. da S. **A carga e a culpa:** os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). Santos: Hucitec / Prefeitura Municipal de Santos, SP, 1995.

_____. **Operários sem patrões:** os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

SILVA, G. B. (Org.). **Estudos do integralismo no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: ADIPUCRS, 20016. Disponível em: <www.prucrs.br/adipucrs>.

SILVA, Jr. A. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUCRS, 1996. v. 22.

SILVA, M. J. D. República e "religião social": maçons, espíritas e teosofistas no espaço público cearense. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7 Ano VII n. 3, set. / out. / nov. / dez. 2010. ISSN: 1807-6971. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>.

SILVA, M. S. de S. S. **A organização dos operários têxteis em Fortaleza nos anos 30**. Fortaleza: [s.n.], 2006.

SILVA, O. P. A Revolução de 1930 e o direito do trabalho no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, v**. 95, 2000.

SIMÃO, A. **Sindicato e Estado**: suas relações na formação do proletariado em São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.

SIQUEIRA, S. M. M.; PEREIRA, F. Aspectos da vida e da obra de Marx e Engels. FACED/UFBA Lemarx. In: SIQUEIRA, S. M. M.; PEREIRA, F. **Aspectos da vida e da obra de Marx e Engels**. FACED/UFBA Lemarx, 2011. Disponível em: <http://www.lemarx.faced.ufba.br/arquivo/marx_engels_aspectos_vidaeobra.pdf>.

SOUZA, J. J. V. **Círculos operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

SOUZA, R. P. de; FREITAS, G. J. Fortaleza na contemporaneidade: transformações socioespaciais do Mucuripe no final do século XX. In: _____. ARAGÃO, E. F.; FREITAS, G. J.; SANTOS, J. B. F. dos; ALMEIDA, R. de O. (Org.). **Fortaleza e suas tramas**: olhares sobre a cidade. Fortaleza: EDUECE, 2008.

SOUZA, S. de. Da Revolução de 30 ao Estado Novo. In: SOUZA, S. de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 2000. p. 296.

STUDART, B. de. **Datas e factos para a história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2001. (Edição Fac-similar).

SUSSEKIND, A. **Convenções da OIT**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1998.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEÓFILO, R. **A fome**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Tradução de Denise Botmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997. v. I.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. 2. ed. Tradução de Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. v. II.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichem Berg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase:** Estudios sobre La sociedade preindustrial. Barcelona: Crítica, 1989.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, E. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário:** trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

VASCO, N. **Concepção anarquista do sindicalismo**. Porto: Afrontamento, 1984.

VENANCIO, G. M. **As flores raras do jardim do poeta**: o catálogo da Coleção Eurico Facó. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

VIANNA, N. **A aurora anarquista**. Niterói: EDUFF; MAUAD, Rio de Janeiro, 2006.

VISCARDI, C. M. O. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, C. M. C.; OLIVEIRA, M. R. (Org.). **Nomes e números:** alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora, MG: EDUFF, 2006.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WOODCOCK, G. **Anarquism**. [s.l.]: Penguin Books, 1963.

ZAIDAN, M. **Estado e classe operária no Brasil:** lutas sociais nos albores da República. Olinda: Livro Rápido, 2010.

_____. **PCB (1922-1929)**. São Paulo: Global, 1985. Pensadores anarquistas e militantes libertários ebooksbrasil. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/pensadoresanarquistas.html.

ZIZEK, S. De história e consciência de classe a dialética do esclarecimento, e volta. **Lua Nova**, n. 59, 2003.

TESES E DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, R. C. de. **A modernidade e as favelas:** a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 2013.

ANDRADE, M. J. F. de S. **Fortaleza em perspectiva histórica:** poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

ARAÚJO, M. Â. de C. **Construindo o consentimento:** corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos de 1930. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1994.

BRAGA, F. V. P. **Pedro Augusto Motta:** militância libertária e verbo de fogo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2013.

CARDOSO, G. P. **Rubor que todo o Mundo agita:** poesia combativa e experiência social na imprensa dos trabalhadores de Fortaleza no início dos anos 1920. XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH- RJ- IDENTIDADES. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Bardos da canalha, quaresma de desalentos:** produção literária de trabalhadores em Fortaleza na Primeira República. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

CRUZ, M. C. V. **Virando o jogo:** estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

GOMES, P. do N. **Construção dos lugares educativos de resistência no contexto urbano de Fortaleza (1908-1924).** Trabalho de Graduação de Licenciatura (TGL) em Geografia – Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil,2012.

GONÇALVES, A. **A imprensa dos trabalhadores no Ceará:** 1862-1920. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2001.

KHOURY, Y. A. **Edgard Leuenroth, uma voz libertária:** imprensa, memória e militância anarco-sindicalista. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 1989.

LIMA, A. C. P. **Obreiros pacíficos:** o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José (Fortaleza, 1915-1931). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará-UFC, 2009.

LIMA, J. R. **Em defesa da fé e da família:** intelectuais católicos e padrão comportamental em Fortaleza (1936-1941). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 2013.

MORAIS, N. M. de. **Todo cais é uma saudade de pedra**: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História e Culturas-MAHIS, Universidade Estadual do Ceará, 2009.

MOTA, K. N. S. **Mutualismo ferroviário:** prover e proteger na sociedade beneficente do pessoal da estrada de ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará-UFC, 2009.

OLIVEIRA JUNIOR, M. M. **Mudanças organizacionais e inovações tecnológicas:** impactos sobre os padrões de relações de trabalho no Porto de Santos. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, C. S. **Cidade (in)salubre:** ideias e práticas médicas em Fortaleza (1838- 1853). Dissertação (Mestrado) em História Social – Universidade Federal do Ceará, 2007.

OLIVEIRA, J. de A. V. de. **O moderno e o provinciano nos discursos sobre Fortaleza do início do século XX:** entre a "cidade que se tinha" e a "cidade que se queria". Monografia (Graduação) – UECE, 2007.

OLIVEIRA, T. B. de. **Anarquismos, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

PARENTE, T. C. **A cidade em Letras:** uma da construção de Fortaleza do início do século XIX, no romance *A afilhada de Oliveira Paiva*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, 2009.

RAMOS, L. da C. **Mucuripe:** verticalizações, mutações e resistências no espaço habitado. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

REBOUÇAS, R. B. M. **A influência portuária no modelado e reconfiguração da orla:** o caso do Porto do Mucuripe e Praia do Serviluz. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia. Fortaleza, 2010.

SILVA, A. P. B. R. da. **Discurso jurídico e (des) qualificação moral e ideológica das classes subalternas na passagem à modernidade:** Evaristo de Moraes (1871-1939). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

SOUSA, S. P. **Soldados de Deus e da Pátria:** entre práticas cotidianas e a construção da memória integralista em Barbalha-CE (1933-1950). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Departamento de História, 2010.

CATALOGAÇÃO DA FONTE

JORNAIS

O Unitário (Fortaleza-CE): pesquisados 1903, 1904, 1908, 1909, 1910, 1911, 1914, 1917.
Jornal do Estado de Ceará (Fortaleza-CE): pesquisados 1904, 1905, 1907, 1908, 1911.
Primeiro de Maio (Fortaleza-CE): pesquisados 1905, 1908, 1909.
A República (Fortaleza-CE): pesquisados 1900, 1903, 1910.
O Nordeste (Fortaleza-CE): pesquisados 1922 (1º semestre), 1923, 1929.
A Tribuna (Fortaleza-CE): pesquisados 1924,1923 (jan./jun.), 1921, 1922, 1923.
Diário do Ceará (Fortaleza-CE): pesquisados 1920, 1922, 1923.
Diário do Estado (Fortaleza-CE): pesquisados 1915, 1919.
O Correio do Ceará (Fortaleza-CE): pesquisados 1921 (jan./jun.).
Gazeta Oficial (Fortaleza-CE): pesquisados 1917, 1918, 1919.
O Ceará Socialista (Fortaleza-CE): pesquisados (1919) - Fac-similar
Voz do Gráfico (Fortaleza-CE): pesquisados (1920-1922) - Fac-similar
O Combate (Fortaleza-CE): pesquisados (1921) - Fac-similar
Trabalhador Graphico (Fortaleza-CE): pesquisados (1930) - Fac-similar
O Legionário (Fortaleza-CE): pesquisados (1931-1934)

DOCUMENTAÇÃO DO STPC

Atas das assembleias do Sindicato dos Trabalhadores Portuários do Ceará (1923-1927).

LITERATURA

PAIVA, Manoel de Oliveira. **A afilhada**. São Paulo: Anhambi, 1961.
BARROSO, Gustavo. **Mississipi**. Casa de José de Alencar Programa Editorial. Fortaleza, 1996.
CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. São Paulo: Martim Claret, 2007.

PLANTAS DE FORTALEZA

Planta projetada por Adolfo Herbster em 1875.